



PREGÃO ELETRÔNICO

026/2026 (90026)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
(989221)

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO SOB DEMANDA DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO, RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DE MEIO-FIO SEM SARJETA, MEIO-FIO COM SARJETA, CALÇAMENTO, PASSEIO PÚBLICO E CICLOVIAS, BEM COMO SERVIÇOS CORRELATOS INDISPENSÁVEIS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA VIÁRIO E DA DRENAGEM PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 7.592.654,67 (SETE MILHÕES, QUINHENTOS E NOVENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E SESENTA E SETE CENTAVOS.)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

Portal de Compras do Governo Federal comprasgovernamentais.gov.br

1 Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	13
9. DO TERMO DE CONTRATO	15
10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.....	15
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	18
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
13. DO REAJUSTE	20
14. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	21
15. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO	22
16. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	23
17. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	23
18. DOS RECURSOS	24
19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	25
20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	28
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	28
22. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;.....	29
23. ANEXO II – PROJETO BÁSICO;.....	29
24. ANEXO III – PROJETO PADRÃO – MEIO FIO;.....	29
25. ANEXO IV – PROJETO PADRÃO – MODELO DE CICLOVIA;	29
26. ANEXO V – ORÇAMENTO;.....	29
27. ANEXO VI – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;.....	29
28. ANEXO VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	29

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026
(Processo Administrativo nº01120.00003252/2025-81)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Anápolis, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 48.980, de 27 de abril de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada, para execução sob demanda dos serviços de construção, recomposição e manutenção de meio-fio sem sarjeta, meio-fio com sarjeta, calçamento, passeio público e ciclovias, bem como serviços correlatos indispensáveis à manutenção preventiva e corretiva do sistema viário e da drenagem pluvial do Município de Anápolis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. O órgão gerenciador será o(a) Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

2.3. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- 3.5. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - 4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
 - 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
 - 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. A falsidade de declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor global do grupo;

5.1.2. Quantidade cotada;

5.1.2.1. Não havendo quantidade mínima a ser cotada no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.12. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

6.10. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.10.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. **Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta..**
- 6.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.19.2. empresas brasileiras;
 - 6.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente

de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.21.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 4 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
- 7.4.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.5.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
- 7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das

Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.9.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.9.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.9.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalmente através de anexo no sistema eletrônico do Comprasnet.Gov.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo endereço eletrônico semohpuma@anapolis.go.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

- 8.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 4 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 04 (quatro) horas, para:
- 8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03 (três) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03 (três) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 48.980/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

FISCALIZAÇÃO

10.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.6. Em conformidade com o artigo 12 do Decreto Municipal nº 48.980/2023, cabe ao fiscal:

- 10.6.1. Prestar informações a respeito da execução dos serviços ou das entregas e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;
- 10.6.2. Manter o controle das ordens de serviço/compras emitidas e cumpridas, quando cabível;
- 10.6.3. Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;
- 10.6.4. Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;
- 10.6.5. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;
- 10.6.6. Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;
- 10.6.7. Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;
- 10.6.8. Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;
- 10.6.9. Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;
- 10.6.10. Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;
- 10.6.11. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 10.6.12. Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência.

EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 09 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 48.980/2023, CABE AO GESTOR:

- 10.7. São competências do gestor do contrato:
- 10.8. Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;
- 10.9. Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- 10.10. Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;
- 10.11. Acompanhar o prazo de vigência do contrato;
- 10.12. Formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;
- 10.13. Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;
- 10.14. Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;
- 10.15. Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;
- 10.16. Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;

- 10.17. Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;
- 10.18. Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejarem a aplicação de penalidades;
- 10.19. Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;
- 10.20. Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;
- 10.21. Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;
- 10.22. Conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;
- 10.23. Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;
- 10.24. Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 10.25. Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;
- 10.26. Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;
- 10.27. Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;
- 10.28. Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;
- 10.29. Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;
- 10.30. Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;
- 10.31. Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;
- 10.32. Elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.
- 10.33. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 10.34. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 10.35. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para

execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, prevalecendo o que ocorrer por último, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado por igual período, na forma de termo aditivo, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

11.3. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

11.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.

11.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.5.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.5.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.6. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.7. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.8. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

11.10. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.11. É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto deste edital em seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. A formação do Cadastro Reserva dar-se-á mediante manifestação formal das empresas interessadas, a ser realizada após convocação expedida pelo(a) Agente de Contratação. A convocação ocorrerá por meio do

próprio sistema eletrônico utilizado para o certame, mediante envio de mensagens às licitantes no chat geral, informando sobre a abertura do prazo para composição do Cadastro Reserva.

12.2. Os interessados deverão formalizar o respectivo interesse no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da convocação, por meio do envio de mensagem ao e-mail institucional: licitacao@anapolis.go.gov.br

12.3. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.3.1. o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes condições:

12.3.2. o registro a que se refere o § 4º deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas no § 5º deste artigo, nos incisos II, IV e V do art. 18, no inciso III do art. 19, e no art. 24, todos deste Decreto;

12.3.3. se houver mais de um licitante na situação de que trata o § 4º deste artigo, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

12.3.4. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere § 4º deste artigo, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

12.3.5. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.4.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.5.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.7. A recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços, inclusive de engenharia, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e no edital da licitação.

12.8. A recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.

12.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

13. DO REAJUSTE

Reajuste Contratual

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/10/2025.

13.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.1.2. Ao estabelecer critérios em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos custos, a atualização monetária fica condicionada a apresentação de planilha orçamentária atualizada.

13.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.1.5. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

Do índice de reajuste

13.2. Os preços contratuais, independentemente de pedido da Contratada, serão reajustados de acordo com o Índice Nacional de Construção Civil (INCC) e Obras Públicas, tomando-se por base a data base do orçamento estimado, pela variação dos índices publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

13.2.1. Justifica-se a adoção do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, para fins de reajuste dos preços contratuais, em razão de sua reconhecida aderência à natureza do objeto contratado, que compreende a utilização intensiva de materiais, mão de obra e equipamentos típicos da construção civil. Referido índice reflete de forma fidedigna a variação dos custos do setor, sendo amplamente utilizado como referência em contratos de obras e serviços de engenharia, conforme séries históricas publicadas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Alterações Contratuais

13.3. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3.1. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

13.3.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.3.4. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no inciso IV do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

14.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas.

14.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

14.5. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

14.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação, que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata de registro de preços, e desde que atendidos os seguintes requisitos:

14.6.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

14.6.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

14.6.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

14.7. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

14.8. Se não houver prova efetiva da desatualização e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no edital.

14.9. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

14.10. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

14.11. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de sanções administrativas.

14.12. Liberado o fornecedor na forma do 13.11 o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.

14.13. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata de registro de preços primeiramente no valor ofertado por estes e, caso não haja êxito na negociação, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, nos termos do instrumento convocatório.

14.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

15. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

15.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

15.1.1. for liberado;

15.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

15.1.3. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

15.1.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

15.1.5. sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou

15.1.6. não aceitar o preço revisado pela Administração.

15.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

15.2.1. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

15.2.2. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; ou

15.2.3. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

15.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.4. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

16. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

16.2. O remanejamento somente será feito:

16.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

16.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

16.3. Se o órgão gerenciador tiver estimado as quantidades que pretende contratar, este será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o caput deste artigo.

16.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.

16.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

16.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades do Município de Anápolis e órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

17. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos (art. 27, do Decreto Municipal nº 52.132/2025):

17.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

17.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os dispositivos constantes no Anexo V - Pesquisa de Preços do Decreto Municipal nº 48.980/2023 ou norma que venha a substituí-lo;

17.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

17.1.4. possibilidade de adesão prevista no edital.

17.2. É dispensável a realização prévia de pesquisa de mercado para adesão a atas de registro de preços do Município de Anápolis por órgão ou entidade da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Município de Anápolis, na qualidade de não participante, salvo quando se tratar do disposto no § 4º do art. 10 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

17.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

17.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

17.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

17.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

17.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

Dos limites para as adesões

17.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes. § 2º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

17.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, § 3º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

17.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

17.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do § 8º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

17.11. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística, nos termos do § 9º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

18. DOS RECURSOS

18.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

18.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

18.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

18.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

18.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

18.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

18.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

18.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

19.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do **Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023**.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, gradativamente, as seguintes sanções:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar;

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

19.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

13.3.1. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou

13.3.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

19.4. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

19.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:

13.5.1. a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa; e

13.5.2. a aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

19.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.7. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou de outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal.

19.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital, em contrato ou em outro instrumento obrigacional.

19.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções aqui previstas.

19.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

13.10.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.10.2. der causa à inexecução total do contrato;

13.10.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.10.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.10.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

13.10.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

19.11. Considera-se inexecução total do contrato:

13.11.1. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

13.11.2. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

19.12. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

13.12.1. será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

13.12.2. a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente;

13.12.3. rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

13.12.4.preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III do § 2º poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

19.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.14. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

13.14.1.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

13.14.2.fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.14.3.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer espécie ou natureza;

13.14.4.praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.14.5.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.15. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

19.16. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.17. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

19.17.1.Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

19.17.2.As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

19.18. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:

13.20.1.Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

13.20.2.Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

13.20.3.Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.

19.19. Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

19.20. Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas.

19.21. Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.

19.22. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

19.23. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Prefeitura Municipal de Anápolis, rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

19.24. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Prefeitura Municipal de Anápolis, de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br.

20.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

20.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://acessoainformacao.anapolis.go.gov.br/>.

21.11. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT/CATSER) e as especificações constantes no Edital, prevalecerão as especificações do ANEXO I, Termo de Referência do Edital.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

22.1. APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;

23. ANEXO II – PROJETO BÁSICO;

24. ANEXO III – PROJETO PADRÃO – MEIO FIO;

25. ANEXO IV – PROJETO PADRÃO – MODELO DE CICLOVIA;

26. ANEXO V – ORÇAMENTO;

27. ANEXO VI – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO;

28. ANEXO VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Condições Gerais da Contratação

1.1. A presente contratação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada, para execução sob demanda dos serviços de construção, recomposição e manutenção de meio-fio sem sarjeta, meio-fio com sarjeta, calçamento, passeio público e ciclovias, bem como serviços correlatos indispensáveis à manutenção preventiva e corretiva do sistema viário e da drenagem pluvial do Município de Anápolis, em diversas vias e localidades, mediante emissão de Ordens de Serviço, com medição e pagamento por serviços efetivamente executados. A contratação abrange, conforme necessidade operacional, atividades complementares vinculadas à execução principal, tais como demolições e remoções, preparo regularização de base, execução de piso tátil (alerta e direcional), plantio de grama e demais intervenções associadas à recomposição do passeio e segurança a funcionalidade do espaço urbano, garantindo padronização, continuidade do atendimento e pronta resposta às demandas de infraestrutura urbana.

1.1.1. O julgamento será pelo critério de menor preço, observadas as especificações técnicas, critérios de aceitação e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico, com procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços.

Diretrizes Aplicáveis

1.2. contratação observará, integralmente, os critérios e diretrizes aplicáveis à fase preparatória, ao processamento do Pregão Eletrônico, ao Sistema de Registro de Preços (SRP), em especial as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Instrução Normativa IN-TCMGO nº 0009/2023, bem como dos Decretos Municipais nº 48.980/2023 e nº 52.132/2025, além de demais normas e regulamentações pertinentes. No aspecto técnico, a execução deverá atender às especificações do Termo de Referência, Projeto Básico e às normas técnicas aplicáveis aos serviços de meio-fio e sarjeta, calçadas, acessibilidade e ciclovias, incluindo, quando aplicável, ABNT NBR 9050 (acessibilidade), ABNT NBR 16537 (sinalização tátil no piso), normas e procedimentos para concreto e elementos pré-moldados, pré-fabricados, critérios de controle tecnológico, tolerâncias, recebimento e aceitação dos serviços, bem como manuais e regramentos correlatos de mobilidade e sinalização viária (quando houver intervenções associadas), garantindo qualidade, segurança, durabilidade, padronização e conformidade normativa em todas as etapas da contratação e da execução.

1.2.1. As especificações técnicas, unidades de fornecimento, quantitativos estimados e requisitos mínimos de aceitação constam da Tabela 01 (Especificações), integrante deste Termo de Referência.

Tabela 01, das quantidades totais:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT/CATSER	UNID.	QUANT.	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANALÍTICA - ONERADA			
						PREÇO UNITÁRIO SEM BDI (R\$)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	PREÇO TOTAL COM BDI (R\$)	%
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES/TRANSPORTE						476.173,17	6,27%

1.1	S-104790	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	1635	m3	2417,00	107,66	129,98	314.161,66	4,14%
1.2	A-30101	TRANSPORTE DE ENTULHO EM CAMINHÃO INCLUSO A CARGA MANUAL	15032	m3	2417,00	55,52	67,03	162.011,51	2,13%
2.0	MEIO-FIO							2.320.870,00	30,57%
2.1	AR-41335	MEIO FIO SEM SARJETA - MFC06	604230	M	40000,00	12,81	15,47	618.800,00	8,15%
2.2	COMPOSIÇÃO	MEIO FIO COM SARJETA - (BASE 45CM, ALTURA 23CM, SARJETA 30CM)	601764	M	40000,00	33,51	40,46	1.618.400,00	21,32%
2.3	A-271713	MEIO FIO PD. GOINFRA EM CONC. PRÉ MOLD. RETO/CURVO (9v12X30X100CM), FC28=30MPA COM ARGAM. (1CI:3ARMLC) P/ARREIMATE DO REJUNT. - INCLUSO ESCAV./APILOAM./REATERRO E CONC.FC28= 10MPA P/ ASSENTAM. E CHUMBAMENTO	604231	M	1500,00	46,20	55,78	83.670,00	1,10%
3.0	PASSEIO E CICLOVIA							4.795.611,50	63,16%
3.1	AR-44400	CALÇADA EM CONCRETO DESEMPENADO 15MPa - ESPESSURA = 5cm (AC/BC) EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO	30300	m2	78000,00	24,05	29,04	2.265.120,00	29,83%
3.2	S-94992	MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	30300	m2	700,00	77,80	93,93	65.751,00	0,87%
3.3	P-587	PIGMENTO EM PÓ XADREZ (COR VERMELHA) PARA CONCRETO 1%	605901	KG/M3	750,00	15,89	19,18	14.385,00	0,19%
3.4	S-101616	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	4561	M²	78000,00	6,90	8,33	649.740,00	8,56%
3.5	A-81829	CAIXA DE INSPEÇÃO - TAMPA EM CONCRETO ARMADO 25 MPA E=5CM	4157	m2	40,00	94,28	113,82	4.552,80	0,06%
3.6	A-221124	PISO DE LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL MODELO TÁTIL (ALERTA OU DIRECIONAL) SEM LASTRO	757	m2	1890,00	166,58	201,11	380.097,90	5,01%
3.7	A-221126	PISO DE LADRILHO HIDRÁULICO COLORIDO MODELO TÁTIL (ALERTA OU DIRECIONAL) SEM LASTRO	757	m2	1890,00	172,72	208,52	394.102,80	5,19%

3.8	A-270207	PLANTIO GRAMA BATATAIS PLACA C/ M.O. IRRIG.ADUBO,TER.VEG.(OC) A<11.000M2	1011	m2	29400,00	26,61	32,13	944.622,00	12,44%
3.9	A-270210	PLANTIO GRAMA ESMERALDA PLACA C/ M.O. IRRIG., ADUBO,TERRA VEGETAL (O.C.) A<11.000,00M2	1011	m2	2000,00	31,99	38,62	77.240,00	1,02%
					TOTAL DO ORÇAMENTO INCLUSO - (BDI)		R\$	7.592.654,67	100%

Tabela 02, das quantidades mínimas estabelecido em 10 % (dez por Cento) :

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES/TRANSPORTE		
1.1	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m3	241,7
1.2	TRANSPORTE DE ENTULHO EM CAMINHÃO INCLUSO A CARGA MANUAL	m3	241,7
2.0	MEIO-FIO		
2.1	MEIO FIO SEM SARJETA - MFC06	M	4000
2.2	MEIO FIO COM SARJETA - (BASE 45CM, ALTURA 23CM, SARJETA 30CM)	M	4000
2.3	MEIO FIO PD. GOINFRA EM CONC. PRÉ MOLD. RETO/CURVO (9v12X30X100CM), FC28=30MPA COM ARGAM.(1CI:3ARMLC) P/ARREIMATE DO REJUNT. - INCLUSO ESCAV./APILOAM./REATERRO E CONC.FC28= 10MPA P/ ASSENTAM. E CHUMBAMENTO	M	150
3.0	PASSEIO E CICLOVIA		
3.1	CALÇADA EM CONCRETO DESEMPENADO 15MPa - ESPESSURA = 5cm (AC/BC)	m2	7800
3.2	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	m2	70
3.3	PIGMENTO EM PÓ XADREZ (COR VERMELHA) PARA CONCRETO 1%	KG/M3	75
3.4	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M²	7800
3.5	CAIXA DE INSPEÇÃO - TAMPA EM CONCRETO ARMADO 25 MPA E=5CM	m2	4
3.6	PISO DE LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL MODELO TÁTIL (ALERTA OU DIRECIONAL) SEM LASTRO	m2	189
3.7	PISO DE LADRILHO HIDRÁULICO COLORIDO MODELO TÁTIL (ALERTA OU DIRECIONAL) SEM LASTRO	m2	189
3.8	PLANTIO GRAMA BATATAIS PLACA C/ M.O. IRRIG.ADUBO,TER.VEG.(OC) A<11.000M2	m2	2940
3.9	PLANTIO GRAMA ESMERALDA PLACA C/ M.O. IRRIG., ADUBO,TERRA VEGETAL (O.C.) A<11.000,00M2	m2	200

Enquadramento no Sistema de Registro de Preço

1.3. O enquadramento da presente contratação mostra-se compatível com o Sistema de Registro de Preços (SRP), por se tratar de serviços de execução continuada por demanda, voltados à implantação, recomposição e manutenção de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas, passeios públicos e ciclovias, cujas necessidades são recorrentes e se distribuem ao longo do exercício, com variação quanto ao local de execução, ao momento de atendimento e aos quantitativos efetivamente necessários em cada frente de serviço, conforme programação e prioridades da Administração. Assim, a adoção do SRP confere maior flexibilidade operacional, permite o atendimento célere a demandas supervenientes e assegura padronização e previsibilidade na contratação, mediante emissão de Ordens de Serviço e pagamento pelos serviços efetivamente executados.

1.3.1. No caso específico dos serviços de meio-fio e sarjeta, recomposição de passeios (incluindo, quando aplicável, piso tátil direcional e de alerta, rampas e demais adequações de acessibilidade) e execução/recuperação de ciclovias, verifica-se que a Administração Municipal possui demanda permanente e frequente em diferentes pontos do Município de Anápolis, abrangendo:

- a) manutenção corretiva e preventiva do sistema viário e de seus elementos de contenção e drenagem superficial;
- b) recomposição de trechos danificados por desgaste, intervenções de redes e ocupações irregulares;
- c) adequações pontuais decorrentes de obras de mobilidade, segurança viária e acessibilidade; e
- d) regularização/continuidade de rotas acessíveis e infraestrutura cicloviária. Tais características evidenciam a conveniência do SRP para contratações sob demanda, com execução descentralizada em vias, bairros e demais áreas urbanas, garantindo atendimento tempestivo, qualidade e uniformidade dos serviços.

1.3.2. Contudo, a programação integral da execução em um único ciclo é inviabilizada por variáveis que influenciam diretamente o ritmo, a priorização e a distribuição territorial das intervenções, tais como:

- a) disponibilidade orçamentária e financeira, com necessidade de compatibilização das execuções com o fluxo de execução da despesa;
- b) priorização dinâmica das frentes de manutenção e implantação de meio-fio/sarjeta, passeios/calçadas e ciclovias, conforme planejamento operacional, condições do pavimento/passeio, demandas locais e diretrizes de mobilidade e acessibilidade;
- c) surgimento de necessidades supervenientes, como afundamentos e deformações em bordos de pista, desagregação de sarjetas, danos em meios-fios por tráfego/impactos, pontos críticos de escoamento superficial, erosões e carreamento de material, além de ocorrências que exijam pronta resposta, inclusive por acionamentos de fiscalização, ouvidoria e, quando aplicável, Defesa Civil;
- d) sazonalidade e condições climáticas, especialmente no período chuvoso, que intensifica danos e acelera a necessidade de recomposições e adequações;
- e) restrições operacionais relativas à disponibilidade de equipes, equipamentos, insumos e logística para atendimento simultâneo de múltiplos pontos da malha urbana; e
- f) necessidade de compatibilização das frentes de serviço com interferências no tráfego, sinalização e segurança viária, acessos locais, rotinas urbanas e eventuais restrições de execução (horários, trechos sensíveis, eventos, obras concomitantes), quando aplicáveis.

1.3.2.1. Nessas condições, há imprevisibilidade concreta quanto ao momento, à localização e ao volume de acionamento dos serviços ao longo da vigência da Ata, sendo mais eficiente e vantajoso estruturar a contratação sob SRP, com execução parcelada por demanda, mediante Ordens de Serviço, evitando a formação de estoques e mobilizações desnecessárias, reduzindo custos indiretos (armazenagem de insumos, perdas e ociosidade) e assegurando pronta resposta às necessidades operacionais do Município, com agilidade, padronização e controle de qualidade na execução de meio-fio, sarjeta, calçadas, passeios e ciclovias.

1.3.3. A adoção do SRP não se destina a substituir o planejamento, mas a viabilizar planejamento compatível com uma carteira de demandas recorrentes e territorialmente distribuídas, cuja execução ocorre por acionamentos sucessivos, conforme a efetiva necessidade e conveniência da Administração. O SRP permite assegurar disponibilidade de atendimento, controle de saldos, padronização e previsibilidade dos preços registrados, com gestão dos acionamentos de acordo com a capacidade operacional, a programação das frentes de serviço e as prioridades municipais, mediante Ordens de Serviço, com medições e pagamento pelos serviços efetivamente realizados.

1.3.4. A contratação será processada por Pregão Eletrônico, com utilização do procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços, e julgamento pelo menor preço (conforme estruturado no Termo de Referência), considerando que os serviços e insumos associados possuem especificações objetivas,

padrões verificáveis de execução e critérios mensuráveis de aceitação, o que permite ampla competitividade, comparação isonômica de propostas e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

1.3.5. A modelagem do SRP observará a necessidade de estimativa de quantitativos por unidade de medição pertinente (ex.: metro linear, metro quadrado, metro cúbico, unidade), bem como a fixação de preços unitários e formação de valores totais estimados para fins de planejamento e controle, com definição de especificações técnicas, padrões mínimos de execução, critérios de medição e recebimento, prazos e condições de execução. Fica vedada a condução da contratação com base apenas em estimativas financeiras globais dissociadas de quantitativos e unidades, assegurando aderência à lógica do registro e o controle por saldo da Ata e por ordens formalmente emitidas.

1.3.6. Por fim, a justificativa, a motivação e a governança para adoção do SRP encontram-se consolidadas no Estudo Técnico Preliminar em apêndice do processo, evidenciando a necessidade permanente ou frequente dos serviços de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas, passeios e ciclovias, bem como a adequação do SRP para atendimento da necessidade pública com execução parcelada por demanda, mediante controles formais de emissão de Ordens de Serviço, medições, aceite, conformidade, fiscalização e rastreabilidade dos serviços executados.

Regime de execução do Objeto Contratado

1.4. O regime de execução da contratação será por Empreitada por Preço Unitário, com pagamento por preço unitário, em conformidade com a legislação aplicável e com a sistemática do Sistema de Registro de Preços (SRP), considerando que os serviços serão solicitados de forma futura e eventual, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Ordens de Serviço, com quantitativos estimados e variáveis ao longo da vigência da Ata.

1.4.1. Nesse regime, a remuneração da contratada ocorrerá com base nos preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços, aplicados às quantidades efetivamente executadas e devidamente medidas, conferidas e aceitas pela fiscalização, observados os critérios de medição, recebimento e aceitação previstos no Termo de Referência e demais documentos da contratação.

1.4.2. A adoção da execução parcelada com preço unitário é a mais adequada à natureza do objeto, uma vez que a necessidade de execução decorre de demandas variáveis de manutenção e implantação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas, passeios e ciclovias, influenciadas por fatores como: priorização dinâmica das frentes de serviço; surgimento de pontos críticos; disponibilidade de equipes e equipamentos; e necessidade de compatibilização com intervenções urbanas, sinalização e controle de tráfego, quando aplicáveis.

1.4.3. Tais características dificultam a definição prévia e exata do volume de serviços a executar em cada período, tornando imprescindível um modelo que assegure flexibilidade operacional, controle por saldo da Ata e pagamento estritamente vinculado ao quantitativo efetivamente solicitado, executado e aceito, preservando a economicidade, a eficiência, a transparência e a aderência ao interesse público.

Prazo de vigência Contratual

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 01 (um) ano, contados da data da assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5.1. O contrato possibilita a prorrogação do prazo de vigência, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração e observado o interesse público, em conformidade com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de vigência Ata de Registro de preço

1.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, prevalecendo o que ocorrer por último, será de 1 (um) ano, na forma do art. 11, § 1º do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

1.6.1. Poderá ser prorrogado por igual período, na forma de termo aditivo, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

Justificativa

1.7. Por definição, a justificativa consiste na exposição clara, objetiva e fundamentada dos motivos que demonstram a necessidade da contratação, evidenciando o nexo entre o problema identificado, o interesse público a ser atendido e a solução proposta, de modo a assegurar a adequada motivação do procedimento e a racionalidade do gasto público.

1.7.1. A presente contratação se justifica diante do interesse público de garantir a continuidade, a eficiência e a padronização dos serviços de implantação, recomposição e manutenção de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas, passeios públicos, adequações de acessibilidade (incluindo, quando aplicável, piso tátil e rampas) e ciclovias, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente, contribuindo para a segurança viária, a mobilidade urbana, a acessibilidade universal, a preservação do patrimônio público e a melhoria das condições de circulação de pedestres e ciclistas no Município de Anápolis.

1.7.2. Com a contratação dos serviços necessários às frentes de trabalho, busca-se assegurar prontidão operacional para atendimento de demandas ordinárias e supervenientes, viabilizando a execução tempestiva de reparos, recomposições e adequações em trechos degradados, danificados ou inadequados, evitando a formação de passivos de manutenção, a interrupção de rotas acessíveis e a deterioração progressiva de elementos essenciais de infraestrutura urbana.

1.7.3. Desse modo, a contratação permitirá que as equipes e a fiscalização municipal contem com capacidade de resposta mais ágil e previsível, reduzindo o tempo de atendimento às ocorrências, minimizando impactos no tráfego e na rotina urbana (quando houver necessidade de sinalização ou isolamento de áreas) e mitigando riscos associados a desníveis, bordas deterioradas, erosões marginais, falhas de contenção, acúmulo de água por deficiência de escoamento superficial e demais situações que elevem a probabilidade de acidentes e prejuízos à coletividade.

1.7.4. Com base em levantamentos técnicos, histórico de solicitações e execução por Ordens de Serviço, bem como nas necessidades operacionais distribuídas ao longo do exercício, sujeitas a variações por sazonalidade, priorização dinâmica das frentes, intervenções concomitantes e ocorrências imprevistas, especialmente em períodos chuvosos, evidencia-se a pertinência de manter capacidade contratual disponível para atendimento contínuo dessas demandas, com acionamentos sucessivos, conforme a necessidade e conveniência da Administração.

1.7.5. À vista disso, resta demonstrada a necessidade de promover procedimento licitatório, com a modelagem adequada (inclusive via SRP, quando aplicável), para assegurar a execução regular e tempestiva dos serviços, evitar paralisações e retrabalhos, reduzir custos decorrentes do agravamento de danos, garantir planejamento e controle formal (ordens, medições e aceite), e assegurar a entrega de resultados alinhados ao interesse público, com economicidade, eficiência, segurança, acessibilidade e qualidade urbana..

2. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Custo Estimado Total

2.1. O custo estimado total da contratação, correspondente ao valor máximo aceitável para fins de planejamento, controle e aferição de vantajosidade, é de R\$ 7.592.654,67 (sete milhões, quinhentos e noventa e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), conforme planilha orçamentária e planilha de itens serviços anexas ao processo e ao instrumento convocatório. O orçamento foi elaborado com base em composições de custos referenciais e parâmetros técnicos da engenharia pública, contemplando referências GOINFRA e SINAPI, além de composições próprias da Prefeitura e, quando necessário, cotações de mercado para insumos específicos, com aplicação de BDI onerado de 20,73% (sem CPRB), conforme demonstrativos e memória de cálculo integrantes do orçamento.

Parametrização de Orçamento Base

2.2. O valor de referência para aplicação do critério de julgamento por menor preço corresponderá à planilha de orçamento-base (planilha de referência), composta pelos serviços da contratação, com

quantitativos estimados, unidades de medição (ex.: m, m², m³, un) e preços unitários máximos aceitáveis, apurados a partir de orçamento estimativo e pesquisa de preços idôneos, devidamente documentados e metodologicamente compatíveis com a natureza do objeto, em conformidade com as orientações técnicas e requisitos previstos na Instrução Normativa IN–TCMGO nº 0009/2023.

2.2.1. A formação do preço de referência observará, conforme aplicável, fontes oficiais e referenciais públicos reconhecidos, registros de contratações similares e, quando necessário, cotações formais, com memória de cálculo, registro de data-base, critérios de comparabilidade (escopo, unidade de medição, padrão executivo, condições de mobilização/desmobilização, logística, prazos e demais premissas do Termo de Referência) e tratamento de inconsistências e valores atípicos, podendo contemplar, quando pertinente:

- a) utilização de tabelas referenciais oficiais e composições de custos aplicáveis ao objeto (ex.: composições e insumos de referência de engenharia pública);
- b) consulta a registros de contratações similares recentes, próprias ou de outros entes, desde que comparáveis quanto ao padrão, unidade e condições de execução;
- c) cotações formais junto a fornecedores e prestadores do ramo, quando indispensáveis para ampliar a representatividade da amostra e assegurar aderência à realidade de mercado para itens/insumos específicos.

2.2.2. Para fins de classificação e aceitabilidade das propostas, será verificada a aderência dos preços ofertados aos parâmetros do orçamento-base, observados os preços máximos aceitáveis por item, a coerência com a realidade de mercado e a exequibilidade, considerando as condições de execução estabelecidas no Termo de Referência, Projeto Básico e no Edital, inclusive quanto a mobilização, logística, produtividade, padrões de qualidade e requisitos técnicos.

2.2.3. Para essa verificação, considerar-se-á que:

- a) os preços unitários ofertados deverão ser compatíveis com os referenciais e com o orçamento adotados pela Administração, observados os critérios normativos aplicáveis, vedada a aceitação de valores manifestamente inexequíveis e a contratação por preços incompatíveis com o mercado;
- b) a contratação, na forma de Sistema de Registro de Preços, destina-se a atender necessidades recorrentes e variáveis do Município, com execução parcelada e acionamento por Ordens de Serviço, conforme prioridades técnicas e disponibilidade orçamentária;
- c) eventuais especificidades de cada acionamento (local de execução, frentes simultâneas, interferências no tráfego, janelas de trabalho e condições operacionais) serão tratadas na respectiva Ordem de Serviço, sem alteração da matriz de preços registrada, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas e previstas nos instrumentos da contratação.

2.2.4. A alocação de responsabilidades entre Contratante e Contratada observará as diretrizes de governança da contratação, estão previstos no Termo de Referência e demais documentos que compõem o processo, bem como as medidas mitigadoras constantes da matriz de riscos, preservando a exequibilidade, a transparência e a vantajosidade do SRP, com pagamento estritamente vinculado às quantidades efetivamente executadas, medidas, recebidas e aceitas pela Administração, nos termos das regras de recebimento e liquidação previstas nos instrumentos do ajuste.

3. MOTIVOS E FUNDAMENTOS

3.1. A fundamentação da contratação encontra-se sustentada na necessidade permanente e recorrente de assegurar a execução contínua de serviços essenciais de implantação, recomposição e manutenção de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas, passeios públicos e ciclovias, incluindo adequações de acessibilidade e serviços correlatos, os quais compõem a infraestrutura urbana básica e contribuem diretamente para a segurança viária, a mobilidade, a acessibilidade e o adequado escoamento superficial. As demandas são contínuas, distribuídas ao longo do exercício e variáveis quanto ao momento de atendimento, local de intervenção e quantitativos efetivamente necessários em cada frente de serviço.

3.2. A motivação decorre, ainda, do risco de agravamento de defeitos e de elevação do custo global de recuperação quando inexistente mecanismo que assegure atendimento tempestivo e previsibilidade de acionamento, inclusive em situações críticas. Soma-se a isso a necessidade de padronização técnica, controle de qualidade, medição formal e rastreabilidade das execuções, garantindo conformidade com especificações, tolerâncias e critérios de aceitação, mitigando riscos de retrabalho, inconformidades e apontamentos por órgãos de controle.

3.3. A contratação adota o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), por se tratar de serviços comuns (inclusive comuns de engenharia), com especificações objetivas, padrões executivos verificáveis e critérios mensuráveis de medição e recebimento, além de se tratar de demanda variável ao longo do período, que exige execução parcelada e sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço, sem obrigatoriedade de acionamento integral e imediato, assegurando continuidade operacional e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

3.4. A contratação encontra amparo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto aos deveres de planejamento, definição adequada do objeto, seleção da proposta mais vantajosa, julgamento objetivo, gestão, fiscalização, medição, recebimento e conformidade dos serviços, bem como na regulamentação municipal aplicável à fase preparatória, ao processamento do certame e à utilização de procedimentos auxiliares, incluindo as regras locais relativas ao SRP, quando adotado pelo Município.

3.5. Do ponto de vista técnico, a contratação fundamenta-se na necessidade de garantir execução com padrão compatível com as especificações técnicas estabelecidas no Projeto Básico, abrangendo requisitos mínimos de qualidade, desempenho, durabilidade, acabamento, alinhamento, cotas e nivelamentos, adequada execução de meio-fio e sarjeta, recomposição, implantação de passeios e elementos de acessibilidade (quando aplicável), além de conformidade da infraestrutura de ciclovias, observadas as normas técnicas aplicáveis (ABNT e referenciais correlatos), de modo a mitigar riscos de inconformidade, retrabalho, falhas prematuras e descontinuidade de atendimento.

3.6. A definição dos quantitativos estimados e demais justificativas técnicas, operacionais e econômicas, incluindo execução por demanda, sazonalidade, logística, frentes de serviço, riscos e medidas de mitigação, que encontram-se consolidadas no Projeto Básico e no conjunto de documentos da fase preparatória (incluindo planilha orçamentária e análise de riscos, quando aplicável), os quais integram o processo e constituem referência formal para a presente instrução e para a governança da contratação.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

Descrição da Solução

4.1. A solução selecionada consiste na realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços (SRP) e critério de julgamento pelo menor preço (conforme estruturação do instrumento convocatório), para registro de preços visando à futura e eventual contratação, por demanda, de empresa especializada para execução de:

- a) serviços de implantação, recomposição e manutenção de meio-fio sem sarjeta, meio-fio com sarjeta e demais elementos de contenção e condução superficial associados, com fornecimento, mão de obra, equipamentos e insumos necessários, conforme padrões e especificações do Termo de Referência e Projeto Básico;
- b) serviços de execução, recomposição e adequação de calçadas, passeios públicos e ciclovias, incluindo, quando aplicável, piso tátil (alerta e direcional), rampas, regularizações, demolições e recomposições, plantio de grama e demais serviços correlatos indispensáveis à restauração da funcionalidade, segurança, acessibilidade e padronização das áreas intervenientes, observadas as especificações técnicas, critérios de medição, aceitação e condições de execução definidos no Termo de Referência e demais documentos do processo.

Parcelamento ou não da Contratação

4.2. Considerando a natureza do objeto, não se mostra recomendável o parcelamento da contratação. Embora os serviços compreendam frentes executivas distintas, tais como implantação e recomposição de

meio-fio, execução e recuperação de calçadas e passeios, adequações de acessibilidade, implantação e recuperação de ciclovias e serviços correlatos, verifica-se que tais atividades guardam entre si estreita interdependência técnica, operacional e funcional, compondo uma solução única de engenharia voltada à requalificação, adequação e manutenção integrada dos espaços públicos urbanos. Nessa perspectiva, a fragmentação do objeto tenderia a comprometer a uniformidade executiva, a padronização dos métodos construtivos, a compatibilidade entre etapas, a coordenação das frentes de serviço e a responsabilização técnica global pela qualidade do resultado entregue.

4.2.1. No caso em exame, a divisão do objeto em itens ou lotes autônomos, com potenciais executores diversos, elevaria o custo administrativo de fiscalização, medição, coordenação e recebimento, além de ampliar o risco de descontinuidade, sobreposição de obrigações, conflitos de interface entre etapas e dificuldade na apuração de responsabilidades por vícios, falhas executivas ou inconformidades técnicas.e.

4.2.2. Desse modo, conclui-se que a contratação em lote único, com julgamento pelo menor preço global, mostra-se a solução mais adequada ao interesse público, por assegurar execução harmônica, padronizada e funcionalmente integrada, com maior eficiência na gestão contratual, melhor controle da qualidade e maior segurança quanto à responsabilização da futura contratada, sem prejuízo da competitividade, desde que mantidos requisitos de habilitação proporcionais e compatíveis com a dimensão do objeto.

Parcelamento das entregas e da execução via Sistema de Registro de Preços (SRP)

4.3. Embora o objeto seja de serviço, a execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS), Nota de Empenho ou instrumento equivalente, com definição, em cada acionamento, com serviço e quantitativo a executar, local da intervenção, programação de execução e demais condições operacionais pertinentes. Tal sistemática compatibiliza a execução com a necessidade real, a capacidade operacional das equipes e da contratada, bem como com as janelas de trabalho e condicionantes do ambiente urbano (interferências no tráfego, sinalização, acessos locais e frentes simultâneas), assegurando controle formal, rastreabilidade e eficiência no atendimento das demandas municipais.

Conformidade e análise

4.4. A presente descrição da solução e as justificativas de parcelamento da execução por demanda integram o Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e o planejamento da contratação, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com a regulamentação municipal aplicável, assegurando coerência entre a necessidade identificada, a solução proposta, a forma de execução, os critérios de julgamento, as condições operacionais e as medidas de mitigação de riscos.

4.4.1. A solução adotada preserva o julgamento objetivo, a competitividade e a economicidade, ao mesmo tempo em que reforça a governança da contratação, com rastreabilidade dos acionamentos por Ordens de Serviço, controle de saldos da Ata, medições formais, verificação de conformidade e qualidade na execução e no recebimento, e capacidade institucional de atendimento contínuo às demandas de implantação, manutenção e requalificação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas, passeios, acessibilidade e ciclovias no Município de Anápolis.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados os requisitos a seguir, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e com a natureza dos serviços de execução de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas, passeios, acessibilidade e ciclovias, incluindo o fornecimento e o emprego de insumos inerentes à execução.

5.1.1. Critérios ambientais: a Contratada deverá demonstrar a adoção de práticas voltadas à sustentabilidade ambiental em suas atividades de mobilização, execução, armazenamento temporário, transporte de insumos, manuseio e destinação de resíduos provenientes dos serviços, incluindo,

quando aplicável:

- a) cumprimento da legislação ambiental vigente, bem como manutenção das licenças, autorizações e condicionantes pertinentes às atividades sob sua responsabilidade;
- b) adoção de procedimentos de controle ambiental nas etapas de execução, carga/descarga, estocagem temporária e transporte, tais como controle de poeira e particulados, prevenção de derramamentos e contaminação do solo/corpos d'água, segregação de áreas e uso de contenções, além de manejo adequado de resíduos e sobras de materiais;
- c) destinação ambientalmente adequada dos resíduos e materiais provenientes de demolições/remoções (ex.: restos de concreto, entulho, solo excedente, embalagens), conforme normas aplicáveis, priorizando, quando cabível, reaproveitamento, reciclagem e logística reversa;
- d) otimização da logística de transporte e movimentação de materiais, sempre que possível, visando à redução do consumo de combustível e das emissões associadas, por meio de roteirização, consolidação de cargas, redução de deslocamentos ociosos e manutenção preventiva da frota e equipamentos.

5.1.2. Critérios sociais: a Contratada deverá comprovar o cumprimento de suas obrigações sociais e trabalhistas, garantindo condições dignas e seguras aos trabalhadores envolvidos na execução dos serviços (demolições/remoções, assentamento de meio-fio e sarjeta, execução e recomposição de calçadas e ciclovias, aplicação de piso tátil, movimentação de materiais, carga/descarga e transporte). Deverá ser observado, no mínimo:

- a) fornecimento, treinamento e fiscalização do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados a cada atividade;
- b) cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs) aplicáveis, especialmente as relacionadas à segurança do trabalho, saúde ocupacional, sinalização e isolamento de frentes de serviço, operação de equipamentos e manuseio de materiais;
- c) inexistência de trabalho infantil ou de trabalho em condições análogas à escravidão em suas operações e, quando aplicável, na cadeia de fornecimento sob sua responsabilidade, nos termos da legislação vigente.

5.1.3. Critérios de governança e integridade: a Contratada deverá apresentar declaração de integridade, comprometendo-se com a prevenção e o combate a práticas de corrupção, fraude, conluio ou quaisquer atos ilícitos nas relações com a Administração Pública, bem como com a observância de conduta ética nas interações com a fiscalização e demais agentes públicos. A existência de políticas internas de integridade, ética e compliance será considerada compatível com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, reforçando a transparência, a responsabilidade corporativa e a conformidade com os princípios da administração pública.

5.1.4. Os critérios de sustentabilidade previstos neste item serão observados de forma compatível com a natureza do objeto, sem prejuízo da competitividade do certame, e poderão ser verificados pela Administração a qualquer tempo, mediante análise documental, registros de obra, relatórios de fiscalização e/ou diligências in loco, quando necessário, inclusive para fins de apuração de conformidade, aplicação de medidas corretivas e responsabilização contratual.

Indicação de marcas ou modelos

5.2. Em atendimento ao art. 42 da Lei nº 14.133/2021 e ao Decreto Municipal nº 48.980/2023, não será exigida a indicação de marcas, modelos, fabricantes ou procedência específica para os insumos, materiais e elementos empregados na execução dos serviços objeto desta contratação. A definição do objeto será plenamente atendida por meio de especificações técnicas objetivas, requisitos mínimos de desempenho, durabilidade e segurança, parâmetros normativos aplicáveis (ABNT e demais referenciais pertinentes), padrões de qualidade, critérios de medição e aceitação e condições de execução, de modo a preservar a ampla competitividade e a isonomia entre os licitantes.

5.2.1. A eventual referência a normas técnicas, métodos executivos, processos construtivos ou características de desempenho não implicará vinculação a marca, modelo ou fornecedor específico, servindo exclusivamente para assegurar o atendimento às exigências técnicas e operacionais necessárias à adequada execução de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas, passeios, acessibilidade

(incluindo piso tátil e rampas, quando aplicável) e ciclovias, bem como para conferir objetividade à fiscalização, à medição, ao recebimento, à verificação de conformidade e à rastreabilidade dos serviços executados e dos materiais empregados.

Da exigência de amostra

5.3. Não haverá exigência de apresentação de amostras para fins de aceitação da proposta, tendo em vista que a conformidade dos materiais e serviços será verificada por meio de especificações técnicas objetivas, padrões mínimos de execução, registros e documentos técnicos pertinentes, bem como por ocasião da fiscalização, da medição e do recebimento e aceite dos serviços executados, conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento convocatório.

5.3.1. A Administração poderá, quando necessário e nos termos do instrumento convocatório, determinar a realização de ensaios, testes, verificações dimensionais ou análises laboratoriais sobre materiais empregados e/ou elementos executados (ex.: concreto, peças pré-moldadas, piso intertravado, pisos táteis, argamassas, lastros e bases, entre outros), bem como inspeções in loco de qualidade e conformidade, a fim de comprovar a aderência às especificações técnicas, sem que isso se caracterize como exigência prévia de amostra para habilitação ou julgamento, mas sim como medida de controle tecnológico, garantia da qualidade e proteção do interesse público.

Da exigência de carta de solidariedade

5.4. Fica vedada a exigência de Carta de Solidariedade de fabricante/produtor para fins de habilitação, julgamento ou contratação nesta licitação, em razão da natureza do objeto, que consiste na execução de serviços (implantação, recomposição e manutenção de meio-fio com e sem sarjeta, calçadas, passeios, adequações de acessibilidade e ciclovias) sob demanda, com responsabilidade integral da Contratada pelo resultado final, pela qualidade, pelo fornecimento dos insumos e pela conformidade dos materiais empregados.

5.4.1. A adequada execução do objeto será assegurada pelas especificações técnicas aplicáveis, pelas condições contratuais, pelos mecanismos de fiscalização e pelos instrumentos de responsabilização previstos na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência, de modo que a Carta de Solidariedade se mostra desnecessária, inadequada e potencialmente restritiva à competitividade, por transferir a terceiros obrigação que é própria e integralmente atribuída à licitante.

5.4.2. Dessa forma, a vedação da Carta de Solidariedade revela-se medida proporcional e adequada, pois mantém a segurança técnica e a governança da contratação por meio de requisitos objetivos e fiscalizáveis, evitando a imposição de documento que pode representar barreira indireta ao mercado, sem acréscimo efetivo de garantia superior àquela já assegurada pela responsabilização contratual, pela fiscalização e pelos controles de conformidade previstos nos instrumentos do certame.

Subcontratação

5.5. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, sem transferência da responsabilidade da Contratada perante a Administração, desde que expressamente autorizada e formalmente registrada pela fiscalização, e restrita a atividades acessórias e de apoio, compatíveis com a natureza da execução por demanda. A subcontratação não poderá comprometer a qualidade, a rastreabilidade, os prazos e os padrões técnicos estabelecidos no Termo de Referência, permanecendo a Contratada como única responsável pelo resultado final, pela conformidade técnica e pelo cumprimento integral das obrigações contratuais.

5.5.1. A subcontratação não será admitida para a parcela principal do objeto, entendida como a execução direta dos serviços essenciais que caracterizam o escopo contratado (implantação/recomposição/manutenção de meio-fio com e sem sarjeta, calçadas, passeios, acessibilidade/piso tátil e ciclovias, conforme itens da planilha), bem como para atividades críticas de controle de qualidade, medições, atendimento às Ordens de Serviço e responsabilidade técnica. Poderá ser admitida, quando pertinente, apenas para atividades instrumentais, tais como apoio logístico, transporte de insumos, locação/operação acessória de equipamentos, destinação de resíduos em locais licenciados e outros serviços auxiliares, desde que não descaracterizem o objeto e observem as exigências técnicas e de segurança.

5.5.2. A Contratada deverá manter gestão e supervisão direta sobre eventuais subcontratadas, exigindo delas o cumprimento dos requisitos técnicos, trabalhistas, previdenciários, ambientais e de segurança aplicáveis. A subcontratação não exime a Contratada de executar as obrigações pactuadas, nem a libera de responder por vícios, desconformidades, atrasos, retrabalhos, danos e demais responsabilidades previstas no Termo de Referência e demais documentos do processo licitatório e em legislação vigente.

5.5.3. A subcontratação, deverá observar:

- a) prévia anuência da Administração, com indicação do escopo subcontratado, identificação da subcontratada e comprovação de capacidade compatível;
- b) vedação à subcontratação em cadeia (subcontratada subcontratar) sem autorização expressa;
- c) manutenção da rastreabilidade e dos registros necessários à fiscalização e à medição; e
- d) impossibilidade de subcontratar com empresa declarada inidônea/suspensa ou impedida de contratar, ou que não atenda às exigências legais aplicáveis.

5.5.4. Permanecem aplicáveis, como condição de integridade e prevenção de conflito de interesses, as vedações legais de contratação com pessoa física ou jurídica cujos dirigentes ou responsáveis técnicos mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que atue na contratação, fiscalização ou gestão, bem como com seus cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, na forma da legislação vigente.

Garantia da contratação

5.6. Será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, com validade durante toda a execução do ajuste e por 90 (noventa) dias após o término da vigência do respectivo contrato, conforme definido no instrumento convocatório e no ajuste, em valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços.

5.6.1. A garantia será exigida por ocasião da formalização de cada contratação decorrente do SRP, incidindo sobre o valor contratado em cada acionamento, e não sobre o valor global estimado da Ata.

5.6.2. O contratado poderá optar por uma das modalidades previstas em lei: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, observadas as condições e prazos definidos neste Termo de Referência e no edital.

5.6.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-lo, no máximo, até a data de assinatura do contrato ou da formalização do instrumento equivalente.

5.6.3.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

5.6.3.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro-garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia para aquele ajuste.

5.6.3.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

5.6.3.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

5.6.3.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice antes da assinatura do ajuste, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério do contratante, contado da assinatura, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização.

5.6.4. Caso a modalidade escolhida seja caução em dinheiro, deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica indicada pela Administração, com correção monetária, na forma do edital e da legislação aplicável.

5.6.5. Caso a opção seja por títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

5.6.6. Na hipótese de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, devendo constar renúncia expressa do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

5.6.7. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas, devendo o título ser apresentado com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela SUSEP, conforme regulamentação aplicável.

5.6.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto e do não adimplemento das demais obrigações contratuais; e

b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado.

5.6.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

5.6.10. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

5.6.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da data em que for notificado.

5.6.12. O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

5.6.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

5.6.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos da regulamentação da SUSEP.

5.6.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

5.6.13.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação específica da SUSEP.

5.6.13.2. A Administração deverá apurar se há pendências contratuais antes do término da vigência da apólice.

5.6.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

5.6.15. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência, no edital e na legislação aplicável.

5.6.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

5.6.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista neste Termo de Referência, sem prejuízo das responsabilidades do fornecedor quanto à conformidade, substituição e demais obrigações legais e contratuais relacionadas aos itens contratados.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

5.7. Na presente licitação, será assegurada a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) em igualdade de condições com os demais licitantes, sem a aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, preservadas a competitividade, a vantajosidade e o interesse público.

5.7.1. Não será instituída cota reservada de que trata o art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista que o objeto está estruturado como lote único, com execução integrada e interdependente, não sendo recomendável o fracionamento/segmentação do quantitativo sem prejuízo à padronização, à coordenação operacional, ao controle de qualidade, à responsabilização e à eficiência da execução sob demanda.

5.7.2. Considerações legais. A Lei Complementar nº 123/2006 autoriza a reserva de cota somente quando o objeto for divisível e quando a medida se mostrar tecnicamente viável e economicamente vantajosa. No caso concreto, a divisibilidade não se verifica de forma compatível com a modelagem adotada (lote único), razão pela qual a Administração, motivadamente, afasta a aplicação da cota reservada, sem prejuízo do tratamento favorecido nas demais hipóteses legais aplicáveis.

Fundamentação técnica para não adoção da cota reservada

5.8. A execução do objeto exige gestão unificada, padronização de métodos e insumos, integração de frentes e continuidade operacional, com emissão de Ordens de Serviço, medições e aceites sob um único comando. A divisão do lote em parcelas exclusivas poderia gerar:

- a) fragmentação da responsabilidade e aumento de interfaces de gestão e fiscalização;
- b) risco de heterogeneidade de padrões executivos (acabamento, alinhamento, cotas, níveis e desempenho), comprometendo uniformidade e durabilidade;
- c) maior probabilidade de incompatibilidades operacionais entre frentes simultâneas e retrabalhos;
- d) redução da eficiência logística e aumento de custos indiretos (mobilizações repetidas e coordenação), com potencial perda de vantajosidade.

5.8.1. Salvaguardas de competitividade e tratamento favorecido aplicável. Embora não haja cota reservada, serão asseguradas às ME/EPP, quando cabível e conforme o edital:

- a) possibilidade de regularização fiscal e trabalhista no prazo legal, caso haja restrição;
- b) aplicação dos critérios de desempate ficto em favor de ME/EPP, quando configuradas as condições legais;
- c) demais medidas de incentivo previstas na LC nº 123/2006, desde que compatíveis com a natureza do objeto e com as regras do instrumento convocatório.

5.8.2. Registro da motivação e coerência com o planejamento. A não adoção de reserva de cota encontra-se motivada no planejamento da contratação e será refletida no instrumento convocatório, preservando a legalidade, a competitividade, a execução adequada do objeto e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Participação de Consórcios

5.9. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 15, admite a participação de licitantes em regime de consórcio, cabendo à Administração Pública avaliar, de forma motivada, a conveniência e a oportunidade de sua admissão, considerando as características do objeto, os riscos associados à execução contratual e o atendimento ao interesse público.

5.9.1. Para o objeto desta contratação, será permitida a participação de empresas em consórcio, por se tratar de contratação de com execução e ações padronizadas (inclusive comuns de engenharia)

executados sob demanda, cuja execução pode demandar capacidade operacional ampliada, mobilização simultânea em frentes distintas, complementariedade de recursos (equipes, equipamentos e logística) e mitigação de riscos de descontinuidade, mantendo-se, todavia, a necessidade de governança, coordenação, rastreabilidade e responsabilização claras perante a Administração.

5.9.2. A participação em consórcio fica condicionada ao atendimento das exigências e salvaguardas a seguir, a serem detalhadas no Edital, com vistas a preservar a competitividade, a segurança jurídica e a efetividade da fiscalização:

a) o consórcio deverá indicar empresa líder, responsável pela representação do consórcio perante a Administração, inclusive para fins de comunicações, emissão e recebimento de Ordens de Serviço, apresentação de medições e interlocução com a fiscalização;

b) as empresas consorciadas deverão assumir responsabilidade solidária pela execução do objeto e pelas obrigações decorrentes da contratação, inclusive quanto a qualidade, prazos, correções, garantias e sanções;

c) deverá ser apresentado compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com definição do objeto do consórcio, participação percentual de cada consorciada, regras de administração interna e indicação da líder, observadas as exigências do instrumento convocatório;

d) vedação à participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio e à participação simultânea isolada e em consórcio no mesmo certame, de modo a preservar a isonomia e evitar colusão;

e) comprovação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira na forma do Edital, podendo a qualificação técnica, econômico-financeira ser demonstrada de forma individual ou somada, conforme permitido e definido no instrumento convocatório, desde que assegurada a capacidade global para execução do objeto.

5.9.3. É vedada a participação de uma mesma empresa, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente, observando-se a regra de não-duplicidade.

5.9.4. A composição do consórcio não poderá ser alterada sem prévia e expressa autorização da Administração, sendo admitida substituição de consorciada apenas em situações devidamente justificadas e mediante comprovação de que a empresa substituta detém, no mínimo, equivalência de qualificação à consorciada substituída, preservando-se os requisitos de habilitação técnica e de qualificação econômico-financeira originalmente apresentados.

5.9.5. As consorciadas deverão declarar, ainda, que o consórcio não será constituído com o objetivo de criar pessoa jurídica distinta para participação no certame, mantendo-se a natureza de participação conjunta e a responsabilização solidária.

5.9.6. Para fins de habilitação, será admitido o somatório dos quantitativos das consorciadas para atendimento da qualificação técnica, bem como o somatório dos valores para atendimento da qualificação econômico-financeira, conforme as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e as exigências previstas no Termo de Referência.

5.9.7. A licitante vencedora sob a forma de consórcio deverá, antes da assinatura do contrato, apresentar o Instrumento de Constituição do Consórcio devidamente registrado, com indicação formal da empresa líder, percentuais de participação, regras de atuação e responsabilidade solidária, observadas integralmente as disposições do edital e do contrato.

5.9.8. A Administração não limitará o número máximo de consorciadas, tendo em vista que o objeto da contratação envolve serviços comuns de engenharia de execução continuada e por demanda, com escopo diversificado e possibilidade de execução simultânea em pontos distintos, circunstância que recomenda a ampliação da competitividade e a formação de consórcios com capacidades técnicas, operacionais e logísticas complementares, sem prejuízo à adequada gestão, fiscalização e responsabilização contratual, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.9. A Administração poderá, a qualquer tempo, exigir esclarecimentos e documentos complementares de execução, rastreabilidade e controle de qualidade, bem como comprovação de

manutenção das condições de habilitação e da estrutura operacional apresentada, caso identifique riscos à continuidade dos serviços, à coordenação das frentes, ao controle tecnológico (quando aplicável) ou à adequada fiscalização contratual, preservando-se, em todos os casos, a eficiência, a segurança técnica e o interesse público.

Padrões de qualidade

5.10. Os materiais empregados e os serviços executados deverão observar, integralmente, as normas técnicas aplicáveis e as especificações previstas no Termo de Referência e seus anexos, especialmente requisitos de qualidade, controle tecnológico, execução, medição, recebimento e critérios de aceitação, conforme ABNT e demais referenciais técnicos pertinentes (incluindo diretrizes de drenagem superficial, meios-fios e guias, acessibilidade e sinalização tátil, e pavimentação em peças intertravadas, quando aplicáveis).

5.10.1. Para meios-fios, sarjetas e elementos pré-moldados de concreto correlatos, deverão ser atendidos, no mínimo, os seguintes padrões de qualidade:

- a) enquadramento técnico: atendimento às especificações do TR/Projeto Básico e, quando aplicável, às diretrizes técnicas para meios-fios e guias (drenagem), com compatibilidade de uso em via, com durabilidade do concreto;
- b) resistência e conformidade: atendimento aos requisitos mínimos de desempenho previstos nas especificações, com comprovação de conformidade por documentação técnica do fabricante ou laudos, ensaios quando exigidos, incluindo parâmetros de durabilidade do concreto e controle tecnológico aplicável;
- c) controle de produção: manutenção de rotina de controle (traço/cura/estocagem), com identificação por lote e registros que permitam rastreabilidade;
- d) integridade e acabamento: ausência de trincas, quebras, lascamentos relevantes, deformações, falhas de acabamento e quaisquer características que comprometam o desempenho, o alinhamento e o assentamento;
- e) transporte e descarregamento: realizados de modo a evitar impactos, quedas, arrasto e deformações, com empilhamento/amarração adequados e descarga organizada no local indicado, preservando integridade das peças;
- f) identificação e rastreabilidade: disponibilização das informações necessárias para conferência (lote, data, fornecedor, quantidade, item) e rastreabilidade do material empregado;
- g) critérios de aceitação: inspeção visual e dimensional, verificação de integridade e conformidade com o Termo de Referência, e, quando previsto, amostragem, ensaios, com rejeição de peças fora de especificação.

5.10.2. Para piso intertravado, piso tátil e demais componentes de acessibilidade, deverão ser atendidos, no mínimo, os seguintes padrões de qualidade:

- a) conformidade do produto: peças de concreto para pavimentação conforme requisitos e métodos de ensaio aplicáveis (incluindo dimensões/tolerâncias e desempenho), e execução do sistema conforme norma de execução pertinente;
- b) certificado e rastreabilidade: fornecimento de documentação do fabricante (quando aplicável) e identificação por lote, permitindo rastreabilidade;
- c) acondicionamento e transporte: proteção contra quebras, lascamentos e deformações, preservando cantos, relevos e superfície antiderrapante;
- d) armazenamento e manuseio: estocagem em local apropriado, sobre base regular e com proteção, evitando contaminação e danos aos relevos/arestas;
- e) critérios de aceitação: atendimento à acessibilidade (parâmetros de projeto) e à sinalização tátil no piso (alerta/direcional), incluindo antiderrapante, contraste e requisitos de instalação, quando aplicável.

5.10.3. Para a execução dos serviços (meio-fio/sarjeta, calçadas/passeios, ciclovias e correlatos), a Contratada deverá assegurar:

- a) atendimento estrito às especificações do Termo de Referência, anexos e Ordens de Serviço, inclusive quanto a quantidades, prazos, locais, isolamento/sinalização e condições de execução;

- b) manutenção de padrão uniforme de execução durante toda a vigência, sem variações injustificadas de método, insumos principais e procedimentos de controle, salvo justificativa técnica e autorização expressa da Administração;
- c) recomposição/correção, sem ônus, de trechos rejeitados por não conformidade (nível, alinhamento, caimento, acabamento, compactação, integridade), inclusive quando identificada divergência em inspeção, conferência ou ensaios;
- d) observância das normas de segurança e boas práticas ambientais aplicáveis à execução, transporte, descarregamento e destinação de resíduos de demolição, remoção, com prevenção de derramamentos e descarte em local adequado.

Vistoria

5.11. Considerando a natureza do objeto, executado por demanda e em múltiplos locais do Município (meio-fio com e sem sarjeta, calçadas, passeios, acessibilidade e ciclovias), a avaliação prévia dos locais pode ser recomendada para o adequado conhecimento das condições de execução. Assim, será assegurado aos interessados o direito de realizar vistoria técnica prévia, quando entenderem necessário, acompanhada por servidor designado pela Administração, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 17:00 horas.

5.11.1. A Administração disponibilizará datas e horários distintos aos interessados que desejarem realizar a vistoria, de modo a garantir isonomia, organização e adequado atendimento.

5.11.2. Para a realização da vistoria, o representante legal da empresa ou o responsável técnico deverá estar devidamente identificado, mediante apresentação de documento oficial de identificação civil e de documento expedido pela empresa que comprove sua habilitação para a realização da vistoria.

5.11.3. O agendamento da vistoria deverá ser solicitado por meio do endereço eletrônico: semohpuma@anapolis.go.gov.br.

5.11.4. Considerando que os pontos de execução poderão ser definidos e priorizados ao longo da vigência da Ata, mediante Ordens de Serviço, a vistoria prévia não é condição de habilitação nem requisito obrigatório para participação. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu responsável legal ou técnico, atestando que possui pleno conhecimento das condições gerais de execução do objeto, das exigências do Termo de Referência e Projeto Básico e que assume os riscos decorrentes dessa opção.

5.11.5. A não realização da vistoria não poderá fundamentar alegações posteriores de desconhecimento das condições do local, dúvidas, omissões ou esquecimento de quaisquer detalhes relativos aos locais de execução dos serviços, cabendo ao contratado assumir os ônus correspondentes, inclusive quanto a mobilização, logística, interferências urbanas, sinalização e segurança do canteiro/trecho, quando aplicáveis.

5.11.6. O contrato e seus anexos conterão detalhamento complementar acerca da vigência, das condições de execução por demanda, dos prazos por Ordem de Serviço, dos marcos de validação e aprovação, bem como das rotinas de medição, aceite e pagamento, observados os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e demais documentos do processo.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

6.1. O prazo para início da execução dos serviços será de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço (OS) expedida pelo fiscal do contrato ou responsável designado pela Secretaria competente, observada a execução por demanda e conforme programação indicada na OS. Excepcionalmente, o instrumento convocatório ou a respectiva OS poderão estabelecer, de forma justificada, prazo ou cronograma diverso, em razão da natureza do serviço, extensão do trecho, condições locais, interferências urbanas e logística de mobilização.

6.1.1. Justifica-se o prazo estabelecido em razão da necessidade de assegurar atendimento tempestivo

às frentes de implantação, manutenção e recomposição de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios, acessibilidade e ciclovias, evitando paralisações, agravamento de danos e riscos à segurança e mobilidade. Considera-se, ainda, que se trata de serviços com especificações e padrões executivos definidos, sendo o período de 15 (quinze) dias compatível com o tempo necessário para planejamento da frente, mobilização de equipe e equipamentos, obtenção/organização de insumos e implantação das medidas de sinalização e segurança, preservando a continuidade operacional e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Local de Entrega e Raio de disponibilidade

6.2. Os serviços serão executados em vias e logradouros públicos do Município de Anápolis/GO, em locais a serem definidos pela Administração a cada acionamento, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS), na qual constarão, no mínimo, o endereço/trecho, o escopo, o quantitativo estimado, o prazo e as condições operacionais necessárias (inclusive interferências no tráfego e sinalização, quando aplicável).

6.2.1. Para fins de logística, fiscalização e gestão, a Diretoria de Serviços Urbanos, localizada na Rua Rosário Paulista Ramos, esquina com a Rua 4-A – Vila João Luiz de Oliveira, Anápolis/GO, CEP 75123-530, será considerada ponto de referência operacional para comunicações, alinhamentos, eventual recebimento de documentos, reuniões de alinhamento e apoio à fiscalização, sem prejuízo de que a execução ocorra diretamente nos locais indicados nas Ordens de Serviço.

6.2.2. Justifica-se a utilização da Diretoria de Serviços Urbanos como referência por se tratar de ponto institucional de gestão das frentes, com estrutura para programação, controle, registro e rastreabilidade dos acionamentos por OS, permitindo padronização de rotinas de acompanhamento, mitigação de riscos de divergências, melhor coordenação de equipes e maior eficiência operacional, sem restrição à competitividade.

6.2.3. Raio de disponibilidade/mobilização. A Contratada deverá manter capacidade de atendimento e mobilização para execução em qualquer região do Município de Anápolis, dentro do perímetro urbano e demais áreas indicadas pela Administração, observados os prazos e condições definidos em cada OS. Custos de deslocamento, mobilização e logística necessários ao atendimento dentro desse raio de atuação deverão estar contemplados nos preços unitários registrados, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Local de apoio administrativo e comunicações oficiais

6.3. Será por meio de Email oficial do município (semohpuma@anapolis.go.gov.br.) e presencialmente na secretaria de obras (SEMOHPUMA), localizado no Centro Administrativo do Município.

Ordem de Serviço

6.4. A Ordem de Serviço (OS) será emitida separadamente para cada acionamento, de acordo com a programação operacional da Secretaria, a priorização das frentes e a disponibilidade orçamentária e financeira, definindo, no mínimo, o local/trecho, escopo, quantitativos estimados, prazo de início/execução e demais condições aplicáveis.

6.5. A Contratante realizará a programação dos acionamentos com a antecedência possível, de modo a permitir que a Contratada se organize quanto à mobilização de equipe, equipamentos, insumos e logística para execução de cada OS, sem prejuízo de atendimentos prioritários quando houver necessidade de pronta resposta.

6.6. Todos os insumos, materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços deverão ser providenciados pela Contratada, conforme especificações do Termo de Referência e conforme definido na respectiva OS, salvo quando houver previsão expressa em contrário nos instrumentos da contratação.

6.7. A execução em horários excepcionais (fora do expediente padrão) poderá ser autorizada pela Contratante, mediante solicitação e consulta prévia, quando necessário por razões de segurança, interferência no tráfego, criticidade do local, condições climáticas ou outras justificativas operacionais.

6.8. A Contratada poderá ser convocada para reuniões de alinhamento com o Contratante e/ou terceiros envolvidos (ex.: fiscalização, gestores de área, concessionárias), a serem realizadas de forma remota ou

presencial. Quando presenciais, eventuais despesas de deslocamento correrão por conta da Contratada, por se tratarem de atividades inerentes à adequada coordenação e execução contratual.

6.9. Caso não seja possível cumprir o prazo estabelecido na OS, a Contratada deverá comunicar formalmente as razões com antecedência mínima de 2 (dois) dias, apresentando justificativa e proposta de reprogramação para análise da Administração, ressalvadas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

6.10. O prazo de garantia e as responsabilidades por vícios e defeitos relativos aos serviços executados e aos materiais empregados observarão, no que couber, o disposto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo das disposições do Código Civil, da Lei nº 14.133/2021, das normas técnicas aplicáveis e das regras específicas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico e no instrumento contratual.

6.10.1. A CONTRATADA compromete-se a realizar, sem ônus para a CONTRATANTE, a correção, recomposição, reparo ou substituição de quaisquer serviços e/ou materiais que apresentem não conformidade, vícios, falhas de execução, defeitos de desempenho ou divergência em relação às especificações técnicas, padrões de qualidade, critérios de medição e aceitação, respeitados os prazos legais, normativos e os definidos no ajuste, a contar da notificação formal da fiscalização.

6.10.2. A CONTRATADA deverá corrigir, às suas expensas, quaisquer erros, omissões, inconsistências ou inadequações que comprometam a qualidade, durabilidade, segurança, alinhamento, níveis, caimentos, acabamento e funcionalidade dos serviços (meio-fio com/sem sarjeta, calçadas/passeios, acessibilidade e ciclovias), incluindo a recomposição de trechos rejeitados em inspeções, medições ou ensaios, quando aplicáveis, sem prejuízo das demais penalidades e responsabilidades previstas no Termo de Referência e na legislação vigente.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Execução contratual

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.1.2. As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de meio eletrônico para esse fim. As comunicações verbais excepcionais deverão ser reduzidas a termo no processo administrativo.

7.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4. Após a assinatura do contrato o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contrato, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Prazo de vigência contratual

7.2. Deve ser estabelecido prazo de vigência contratual de 12 (doze) meses, considerando a natureza contínua do objeto, nos termos do art. 105, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a fixação de prazo inicial compatível com as necessidades da Administração. A ausência de definição explícita quanto ao prazo compromete a segurança jurídica da contratação, motivo pelo qual recomenda-se expressamente a fixação do período inicial, com as devidas condições de reajuste previstas no edital.

7.2.1. O contrato deverá conter cláusula que preveja a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração e observado o interesse público, em conformidade com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021. Tal previsão é indispensável para serviços de natureza contínua, permitindo a prorrogação sucessiva, limitada ao prazo máximo legal, garantindo a continuidade da execução e a eficiência administrativa.

a) a prorrogação terá por objetivo a continuidade da execução dos serviços, dada a sua natureza contínua, conforme previsto no art. 107, caput, da Lei nº 14.133/2021;

b) a prorrogação somente será admitida quando mantidas as condições de vantajosidade para a Administração e desde que não haja impedimento legal;

c) a duração das prorrogações não poderá exceder o limite legal máximo previsto no art. 107, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

d) a prorrogação será formalizada pôr termo aditivo, devidamente justificado pela Administração, antes do término da vigência contratual vigente.

7.2.2. Não serão objeto de cancelamento automático os restos a pagar vinculados a contratos de duração plurianual, senão depois de encerrada a vigência deste, quando houver.

Modalidades de rescisão

7.3. O contrato deverá estabelecer hipóteses e condições de rescisão contratual, garantindo o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes termos:

7.3.1. A rescisão contratual poderá ocorrer nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, mediante regular instrução processual, com notificação formal da CONTRATADA, indicação dos fatos e fundamentos, concessão de prazo para manifestação e apresentação de defesa, análise pela fiscalização/gestão do contrato e decisão motivada da autoridade competente, assegurado, quando cabível, o direito a recurso, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias à continuidade do interesse público e da apuração de responsabilidades, inclusive para aplicação de sanções e execução de garantias eventualmente exigidas.

a) Unilateral pela Administração: nos casos de interesse público devidamente justificado ou por inadimplemento do contratado;

b) Amigável: por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração e prévia autorização da autoridade competente;

c) Judicial: declarada pelo Poder Judiciário, quando provocada por uma das partes.

7.3.2. Hipóteses de rescisão: a rescisão poderá ser determinada, entre outros motivos previstos em lei, quando ocorrer:

a) inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais;

b) atraso injustificado na execução do objeto;

c) desatendimento às determinações da fiscalização contratual;

d) cometimento de infrações graves, inclusive fraude, dolo ou má-fé;

e) decretação de falência ou dissolução da empresa contratada;

f) caso fortuito ou força maior que impeça a continuidade da execução.

7.3.3. Procedimento: a rescisão deverá ser precedida de:

a) notificação formal ao contratado, especificando os fundamentos da medida;

b) concessão de prazo para apresentação de defesa, nos termos da lei;

c) decisão motivada pela autoridade competente.

7.3.4. Efeitos da rescisão: uma vez efetivada, a rescisão poderá acarretar:

a) aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no contrato;

b) retenção de créditos do contratado até a apuração de prejuízos causados à Administração;

c) assunção imediata do objeto pela Administração ou transferência da execução a terceiro, para garantir a continuidade do serviço essencial.

7.3.5. Registro e controle: a rescisão e seus fundamentos deverão ser devidamente registrados no processo administrativo, para fins de transparência, responsabilização e eventual restrição à participação do contratado em novas licitações.

Designação do Gestor e Fiscais

7.4. Para cada contrato, serão designados, por meio de Portaria emitida pela autoridade competente do órgão, na forma do anexo VI do Decreto nº 48980, de 27 de abril de 2023 e em conformidade com o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Controladoria-Geral do Município (CGM):

- a) 1 (um) Gestor do Contrato (servidor ou comissão);
- b) 1 (um) Fiscal Técnico (servidor ou comissão);
- c) 1 (um) Fiscal Administrativo (apenas para contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra);
- d) Respectivos substitutos para cada função.

7.4.1. A designação considerará a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por servidor e a capacidade técnica para o desempenho das atividades.

7.4.2. Os servidores designados deverão declarar ciência de suas atribuições e ausência de impedimentos, conforme documento em apêndice deste processo licitatório.

7.4.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Das Competências do Fiscal Técnico

7.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará, de forma contínua e in loco, a execução física do objeto, verificando e atestando a conformidade técnica dos serviços executados com as condições estabelecidas no contrato, e no Termo de Referência, de modo a assegurar a correta execução do objeto e a obtenção dos melhores resultados para a Administração.

7.5.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.5.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.5.6. Prestar informações a respeito da execução dos serviços e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;

7.5.7. Manter o controle das ordens de serviço emitidas e cumpridas, quando cabível;

7.5.8. Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;

7.5.9. Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;

7.5.10. Verificar e aprovar a adequação de materiais, equipamentos e serviços, quando solicitada pela contratada, com base na comprovação da equivalência entre os componentes, de conformidade com os requisitos estabelecidos no instrumento contratual;

7.5.11. Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;

7.5.12. Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;

7.5.13. Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;

7.5.14. Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;

7.5.15. Utilizar Instrumento de Medição de Resultado (IMR) em apêndice ao processo licitatório, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, podendo ser aplicado concomitante outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.5.16. As avaliações a que se refere no item 7.5.10. deverão ser realizadas semanal, sendo necessários para avaliar ou aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.5.17. Verificar eventuais incoerências, falhas e omissões nos serviços técnicos prestados pela contratada, desenhos, memoriais, especificações e demais elementos, bem como fornecer ao gestor informações e instruções necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos;

7.5.18. Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência.

7.5.19. Exigir da contratada a apresentação diária do Relatório Diário de Obras – RDO, quando o contrato assim o previr, bem como apor ao documento as observações que julgar necessárias e eventuais comunicações à contratada.

7.5.20. Registrar no SEI todas as ocorrências relevantes da execução, incluindo registros fotográficos datados e relatórios de medição;

Das Competências do Fiscal Administrativo

7.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.6.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

7.6.3. Registrar e arquivar no SEI toda a documentação comprobatória apresentada pela CONTRATADA;

7.6.4. Informar ao Gestor e ao Fiscal Técnico sobre irregularidades ou pendências identificadas;

7.6.5. Controlar os prazos de validade de certidões e documentos obrigatórios.

Das Competências do Gestor do Contrato

7.7. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.7.1. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.7.2. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.7.3. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu

desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.7.4. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.7.5. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.7.6. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.7.7. Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;

7.7.8. Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;

7.7.9. Acompanhar o prazo de vigência do contrato;

7.7.10. Formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;

7.7.11. Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;

7.7.12. Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;

7.7.13. Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;

7.7.14. Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;

7.7.15. Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;

7.7.16. Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejem a aplicação de penalidades;

7.7.17. Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;

7.7.18. Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;

7.7.19. Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;

7.7.20. Conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;

7.7.21. Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;

7.7.22. Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

7.7.23. Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;

7.7.24. Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;

7.7.25. Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência

necessária;

7.7.26. Notificar formalmente a contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercute no contrato;

7.7.27. Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;

7.7.28. Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;

7.7.29. Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;

7.7.30. Elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.

7.7.31. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.7.32. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.7.33. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.7.34. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.7.35. Após a assinatura do contrato o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Das Competências da Fiscalização Setorial

7.8. Aos fiscais setoriais e ao público usuário cabe encaminhar ao fiscal técnico qualquer demanda relacionada à fiscalização do contrato, especialmente quanto à qualidade da prestação do serviço.

Das Competências dos Substitutos

7.9. Aos gestores e fiscais substitutos cabe:

- a) assumir automaticamente as atribuições dos respectivos titulares em seus impedimentos;
- b) participar, sempre que possível, da fase interna da instrução processual de contratações que ficarão sob sua responsabilidade;
- c) manter-se atualizado sobre a gestão e a fiscalização do contrato;
- d) auxiliar os titulares em suas atribuições de gestão e de fiscalização, respectivamente, sempre que solicitado.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Da medição

8.1. As medições serão realizadas após a efetiva entrega do objeto contratado, condicionada à prévia verificação, conferência e aceite pela fiscalização técnica da Contratante. A aferição ocorrerá conforme cada Ordem de Serviço emitida pelo Município de Anápolis - GO.

8.1.1. Para cada entrega concluída, oriundo de Ordem de Serviço regularmente emitida pela equipe técnica responsável, a Contratante procederá à análise da documentação apresentada pela Contratada, a qual deverá conter, no mínimo:

- a) Relatório fotográfico dos serviços o registro cronológico, tais como data, horário e local de

entrega, conforme item. Sendo que a fotografia deverá ser realizada por meio de aplicativo que emita as informações no ato da realização da fotografia;

b) As medições, realizadas na periodicidade a cada final de mês ou conforme cronograma físico-financeiro atendendo a disponibilidade orçamentária;

c) Cronograma físico-financeiro atualizado, refletindo fielmente o avanço da execução contratual;

d) Outros documentos comprobatórios que venham a ser exigidos pela fiscalização, sempre que necessários para a adequada verificação da conformidade técnica e contratual de fornecimento.

8.1.2. Compete exclusivamente à Contratada a integral execução do contrato e entrega, assumindo todos os riscos técnicos, operacionais e financeiros inerentes ao cumprimento do objeto, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração em decorrência de falhas, atrasos ou inadequações na execução.

Aferição de resultados e adequação do pagamento

8.2. A medição dos serviços terá como finalidade assegurar que os pagamentos estejam estritamente vinculados à conformidade técnica, à qualidade pactuada e aos resultados efetivamente obtidos, observando-se os parâmetros estabelecidos no contrato, no Termo de Referência e nos demais documentos técnicos que o integram.

8.2.1. A aferição dos materiais entregues, será realizada por meio de critérios objetivos, verificáveis e mensuráveis, que permitam avaliar o desempenho da Contratada quanto à qualidade, à eficiência e à aderência às especificações técnicas e prazos estabelecidos.

8.2.2. Na hipótese de desempenho inferior aos níveis mínimos estabelecidos contratualmente ou de execução em desconformidade com as condições pactuadas, os valores devidos à Contratada poderão ser reduzidos proporcionalmente, conforme os percentuais e critérios definidos no contrato, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas cabíveis.

8.2.3. O instrumento de aferição adotado pela Administração considerará parâmetros claros, compreensíveis e tecnicamente fundamentados, capazes de demonstrar, de forma objetiva e comprovável, o grau de atendimento aos padrões de qualidade exigidos para a prestação dos serviços.

8.2.4. A adequação do pagamento aos resultados efetivamente entregues constitui mecanismo de incentivo à boa execução contratual, garantindo a observância dos princípios da eficiência, economicidade, interesse público e do pagamento apenas por serviços devidamente executados e aceitos pela Administração.

Glosa de valores

8.3. Caso a contratada não atinja o resultado esperado, devido a falhas na execução contratual (desempenho, qualidade, prazos) ou inconformidades, a contratante poderá aplicar descontos, observados os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e devido processo legal, nos seguintes termos:

8.3.1. Hipóteses de aplicação: a glosa poderá ocorrer quando identificados:

a) Serviços não executados;

b) Serviços em desconformidade com as especificações contratuais;

c) e Serviços em quantidade inferior à pactuada;

d) que tenham resultado em pagamento em duplicidade ou indevido.

8.3.2. Procedimento: a Administração deverá formalizar o registro da ocorrência em relatório ou documento equivalente, instruído com as evidências que justifiquem a glosa.

8.3.3. Notificação: o contratado será previamente comunicado da intenção de glosa, devendo a notificação indicar de forma clara e fundamentada as razões da medida e os valores correspondentes.

8.3.4. Direito de defesa: será assegurado ao contratado o prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de justificativas ou esclarecimentos, antes da efetiva aplicação da glosa.

8.3.5. Compensação: os valores glosados poderão ser compensados em parcelas vincendas do contrato, mediante desconto nos pagamentos subsequentes, ou cobrados diretamente, conforme o caso.

8.3.6. Registro: todas as ocorrências de glosa deverão ser devidamente registradas nos autos do processo administrativo do contrato, para fins de controle e eventual aplicação de outras sanções cabíveis.

Do recebimento

8.4. Ao final de cada fornecimento, será deduzido do saldo atual as quantias entregues e aprovado o recebimento definitivo, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

Recebimento Provisório

8.5. Os materiais serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.5.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.5.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

8.5.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última ou única medição até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.5.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.5.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Recebimento Definitivo

8.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.6.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.6.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.6.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.6.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.6.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da liquidação

8.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez dias) úteis para fins de liquidação, nos termos do art. 66º do Decreto Municipal de Anápolis nº 49.980/2023.

8.7.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.7.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.7.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68º da Lei nº 14.133, de 2021.

- a) A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- c) identificar possível razão que impeça a participação em licitação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.7.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.7.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.7.6. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.7.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.8. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, nos termos do art. 66º do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

8.8.1. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

8.8.2. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, a contratada fará jus à atualização

do valor devido, calculada com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), pro rata die, entre a data do vencimento da obrigação e a data do efetivo pagamento, em conformidade com a legislação vigente e observadas as disposições contratuais.

Forma de pagamento

8.9. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados, exclusivamente, por depósito em conta bancária de sua titularidade, observadas as condições previstas neste instrumento e no instrumento convocatório, nos termos do art. 64 do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

8.9.1. O Gestor do Contrato deverá encaminhar o processo com a solicitação de pagamento à Secretaria Municipal da Economia e Planejamento com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis do vencimento previsto, conforme §1º do art. 64 do referido Decreto.

8.9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.9.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.9.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.9.5. A retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.9.6. Não ocorrendo o pagamento no prazo contratual, sem culpa da CONTRATADA, o valor devido será atualizado monetariamente na forma da legislação aplicável, devendo o processo receber prioridade, respeitada a ordem cronológica das demais exigibilidades, nos termos do §2º do art. 64º do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

8.9.7. A ordem de pagamento das obrigações contratuais observará a ordem cronológica subdividida por categorias de contratos, tendo como marco inicial a liquidação da despesa, nos termos do art. 65º do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

8.9.8. A ordem poderá ser alterada mediante justificativa prévia da autoridade competente nas hipóteses do §1º do art. 141º da Lei Federal nº 14.133/2021, nos termos do §2º do art. 65º do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

8.9.9. Em caso de insuficiência de recursos ou controvérsia sobre a execução do serviço, a parcela incontroversa será paga no prazo, permanecendo o saldo na mesma posição da ordem cronológica, sendo que o registro em restos a pagar não altera, por si só, essa posição, na forma do art. 65º do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, apurado a partir dos da planilha de referência, observados os preços máximos admitidos e os parâmetros de aceitabilidade e exequibilidade definidos no edital e em seus anexos, com base em tabelas e referenciais oficiais e constantes do orçamento-base.

9.1.1. A modelagem em Pregão Eletrônico é adequada para a contratação de empresa especializada, para execução sob demanda dos serviços de construção, recomposição e manutenção de meio-fio sem sarjeta, meio-fio com sarjeta, calçamento, passeio público e ciclovias, bem como serviços correlatos indispensáveis à manutenção preventiva e corretiva do sistema viário e da drenagem pluvial do Município de Anápolis, cujos padrões de desempenho, especificações, critérios de medição e requisitos de aceitação foram descritos de forma objetiva no Termo de Referência, permitindo comparação isonômica das propostas e seleção da proposta mais vantajosa em ambiente eletrônico, com ampla competitividade, publicidade e rastreabilidade dos atos.

9.1.2. Trata-se de contratação por demanda, formalizada por Sistema de Registro de Preços, com execução mediante Ordens de Serviço (OS) emitidas conforme a necessidade da Administração, definindo, para cada acionamento, o quantitativo, o local de entrega, o prazo, e os marcos de medição e aceite, de modo a assegurar flexibilidade operacional, previsibilidade de atendimento e controle das entregas, com pagamento vinculado apenas ao que for efetivamente executado e aprovado.

Justificativa do critério de Julgamento

9.1.3. A adoção do critério de Menor Preço justifica-se porque o objeto está estruturado em itens com unidades de medida definidas, quantitativos estimados e entregas mensuráveis, viabilizando competição efetiva por preços unitários, sem comprometer a padronização. Isso se dá porque os requisitos necessários em termos de desempenho, materiais, controles de qualidade e critérios de aceitação encontram-se previamente definidos no Termo de Referência e refletidos no orçamento-base, permitindo avaliação objetiva no recebimento.

9.1.4. O critério de Menor Preço, no contexto do Sistema de Registro de Preços e da execução mediante Ordens de Serviço (OS), apresenta vantagens diretas para a Administração, na medida em que:

- a) assegura julgamento objetivo e impessoal, com base em valores unitários comparáveis, reduzindo subjetividade e reforçando a isonomia entre os licitantes;
- b) promove padronização e previsibilidade no consumo e nas medições, pois a contratação se dá por itens previamente definidos, com unidades de medida e critérios de aferição estabelecidos, permitindo controle consistente ao longo da vigência da Ata;
- c) reduz significativamente o risco de distorções de preços entre itens e facilita a identificação de propostas inexequíveis ou com sobrepreço, ao permitir análise item a item, com confronto direto com o orçamento-base e referenciais de mercado utilizados na pesquisa de preços;
- d) facilita a comparação de propostas e a gestão da Ata, sobretudo quando a demanda é variável e distribuída no tempo, permitindo à Administração acionar apenas os itens necessários em cada OS e controlar saldo, consumo e disponibilidade por item registrado;
- e) preserva a qualidade técnica, que será assegurada por especificações, requisitos mínimos, critérios de aceitação, fiscalização e instrumentos de controle previstos no Termo de Referência, de modo que a competição se concentre no preço, sem redução do padrão técnico exigido.

9.1.5. Além disso, a modelagem Pregão Eletrônico + Menor Preço é plenamente compatível com a natureza da contratação, caracterizada como compra com fornecimento parcelado, com especificações objetivas, verificáveis e mensuráveis, permitindo ampla competitividade no ambiente eletrônico, com transparência, padronização procedimental e rastreabilidade, sem prejuízo da exigência de qualificação e do rigor na fiscalização e no recebimento.

9.1.6. A adoção desse critério se reforça diante dos conceitos aplicáveis à natureza do objeto, uma vez que se trata de compra, entendida como a aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, sendo considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de Serviço, bem como de contratação vinculada a necessidades permanentes ou prolongadas, típicas de serviços e fornecimentos contínuos, destinados à manutenção das atividades administrativas e operacionais da Administração. Nesse contexto, o julgamento por Menor Preço associado ao SRP permite que o Município disponha de preços registrados para atendimento contínuo e sob demanda, com acionamentos sucessivos ao longo da vigência da Ata, garantindo economicidade, eficiência e continuidade das frentes de serviço, com pagamento restrito às quantidades efetivamente fornecidas e aceitas.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.2. Para a presente contratação, será adotado o critério de julgamento por menor preço, de modo a assegurar maior competitividade, comparação objetiva entre as propostas e seleção da oferta mais vantajosa para a Administração.

9.2.1. Nessa perspectiva, o critério de aceitabilidade das propostas observará os seguintes parâmetros:

- a) Aceitabilidade do preço: será aceita a proposta que apresente, para cada item, preço igual ou

inferior ao valor estimado pela Administração, conforme pesquisa de preços e orçamento estimativo constantes dos autos, admitida a análise de exequibilidade quando aplicável;

b) Compatibilidade com as especificações: será desclassificada a proposta que não atenda integralmente às especificações técnicas, requisitos de qualidade, condições de fornecimento, prazos e demais exigências estabelecidas no Termo de Referência, edital e anexos;

c) Exequibilidade: quando o preço ofertado se mostrar manifestamente inexecutável ou incompatível com a execução/fornecimento regular do objeto, a licitante será instada a demonstrar a viabilidade da proposta, mediante justificativas e documentos, sendo desclassificada se não comprovar a exequibilidade;

d) Formação do preço: os preços deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito atendimento do objeto, incluindo tributos, encargos, fretes, seguros, mão de obra, logística, despesas acessórias e demais componentes aplicáveis, não sendo admitida inclusão posterior;

e) Tratamento de valores unitários e totais: em caso de divergência entre valor unitário e valor total, prevalecerá o valor unitário, salvo disposição diversa no edital, procedendo-se aos ajustes formais cabíveis;

f) Proposta com valor acima do estimado: propostas com preço superior ao estimado poderão ser desclassificadas, ressalvada a hipótese de o instrumento convocatório admitir, de forma motivada e em condições específicas, diligência para ajustes ou negociação, quando cabível.

9.2.2. Os valores unitários de referência serão aqueles constantes da Planilha de Composição anexa ao edital, elaborada com base em composições e bases oficiais parametrizadas (ex.: SINAPI, GOINFRA), conforme indicado neste Termo de Referência e nos documentos de pesquisa de preços que instruem o processo.

9.2.3. A proposta ofertada pelo licitante vencedor deverá, para cada item, apresentar valor unitário igual ou inferior ao respectivo preço máximo unitário indicado na planilha de referência, bem como manter compatibilidade com os parâmetros de custo e produtividade das composições adotadas, podendo ser solicitada, quando necessário, comprovação de exequibilidade por meio de planilha de custos, memória de cálculo e/ou justificativas técnicas, na forma do edital, sem prejuízo da verificação de conformidade com as especificações e condições de execução.

9.2.4. Não será admitida:

a) a apresentação de valor unitário superior ao preço máximo unitário estabelecido para o item na Planilha Orçamentária;

b) a apresentação de preços manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não demonstrem capacidade de cobrir custos diretos e indiretos indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive mobilização, equipe, encargos, tributos, despesas administrativas e demais custos correlatos;

c) a utilização de condições, premissas ou restrições na proposta que contrariem as especificações do Termo de Referência, o regime de fornecimento por demanda e os critérios de medição e pagamento, tais como condicionamento de preços a quantidades mínimas não previstas, alterações unilaterais de unidade de medição, ou reservas quanto ao atendimento de prazos e padrões técnicos.

9.2.5. Serão desclassificadas propostas que:

a) apresentem, para qualquer item, valor unitário acima do preço máximo unitário fixado, ou apresentem desconformidade material com as especificações técnicas, unidades de medida, metodologia de execução e requisitos de aceitação definidos no Termo de Referência; ou

b) após diligência e oportunidade de comprovação, não demonstrem a exequibilidade dos preços ofertados, quando verificada inconsistência relevante, omissão de custos essenciais, incompatibilidade com parâmetros oficiais ou ausência de justificativas técnicas idôneas, nos termos do edital e da legislação aplicável.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar, conforme exigências e documentos a serem detalhados no edital, os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica compatíveis com o objeto, incluindo, demais elementos necessários para demonstrar capacidade de fornecer, com qualidade e regularidade, os materiais contratados, sob demanda e mediante Ordens de Fornecimento (OS).

Habilitação jurídica

9.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.1. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.2. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.3. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.4.5. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.6. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.4.7. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.8. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas.

9.5.1. Conforme o caso;

9.5.1.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.5.1.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.1.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de

1943;

9.5.1.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.1.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.5.1.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais (CND) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPEN), relativa aos tributos municipais do Contratante da execução do objeto, expedida pelo órgão competente e dentro do prazo de validade.

9.5.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5.3. O fornecedor enquadrado como microempresendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.6. As certidões e apresentação de demais documentos conforme o caso:

9.6.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.6.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.6.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.6.4. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.6.5. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.6.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica

ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.6.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.6.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.6.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

habilitação econômico-financeira dos consorciados

9.7. Quando na formação de consórcio a exigência de qualificação econômico-financeira, deverá ser aplicado, ao consórcio formado por empresas que não sejam integralmente ME/EPP, com acréscimo de 20% sobre os valores que seriam exigidos de licitante individual, tal acréscimo não se aplica quando o consórcio for integralmente composto por microempresas e empresas de pequeno porte.

Justificativa da habilitação econômico-financeira

9.8. Justifica-se a exigência de habilitação econômico-financeira em razão da natureza da execução dos Serviços, entregue sob demanda com elevada intensidade operacional e alto risco de descontinuidade caso a contratada não possua capacidade financeira mínima para sustentar frentes de serviço solicitadas pela administração, atender prazos e manter regularidade de entrega conforme Ordens de Serviço (OS).

9.8.1. A qualificação econômico-financeira visa assegurar que a empresa detenha solvência e capacidade de suportar o ciclo de execução e medição típico do objeto, evitando paralisações por insuficiência de caixa, dificuldades de financiamento de insumos e manutenção de equipamentos, ou incapacidade de absorver variações operacionais de entrega em condições de mobilizações emergenciais. Para tanto, poderão ser exigidos balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, bem como índices contábeis usuais previstos neste Termo de Referência, aptos a evidenciar a saúde financeira necessária à execução contínua e segura do contrato.

9.8.2. A qualificação econômico-financeira visa assegurar que a empresa detenha solvência e capacidade de suportar o ciclo de execução e medição típico do objeto, evitando paralisações por insuficiência de caixa, dificuldades de financiamento de insumos ou incapacidade de absorver variações operacionais. Para tanto, foram exigidos balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, bem como índices contábeis usuais previstos neste Termo de Referência, aptos a evidenciar a saúde financeira necessária à execução contínua e segura do contrato.

9.8.3. A exigência de qualificação econômico-financeira mostra-se imprescindível para reduzir o risco de inadimplemento, atrasos sistemáticos e falhas de entrega do objeto. O atendimento a esses requisitos fortalece a governança do SRP, preserva a continuidade do serviço público e assegura a entrega do objeto com regularidade, qualidade e tempestividade, em observância ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica aplicáveis às contratações regidas pela Lei nº 14.133/2021.

Qualificação Técnica

9.9. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados.

9.9.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.9.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi entregue o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.9.3. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal dos serviços, deverá ser juntada à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:

9.9.3.1. Declaração formal do contratante principal confirmando que a licitante tenha participado da execução do serviço objeto do Contrato Administrativo; ou

9.9.3.2. Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome da licitante subcontratada para o qual se está emitindo o atestado; ou

9.9.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.9.4.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.9.4.2. Registro ou inscrição do profissional técnico, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes a atividade relacionada com o objeto, para fins de contratação.

9.9.4.3. Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou outro órgão competente em conformidade com as normas legais;

Qualificação técnico-operacional

9.10. Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, cuja comprovação se fará através de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica(s) de direito público ou privado, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, conforme discriminado abaixo:

DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	QUANT. Exigida (50%)
DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M³	2417,00	1208,50
MEIO FIO SEM SARJETA - MFC06	M	40000,00	20000,00
MEIO FIO COM SARJETA - (BASE 45CM, ALTURA 23CM, SARJETA 30CM)	M	40000,00	20000,00
CALÇADA EM CONCRETO DESEMPENADO 15MPa - ESPESSURA = 5cm (AC/BC)	M2	78000,00	39000,00
PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M2	78000,00	39000,00
PISO DE LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL MODELO TÁTIL (ALERTA OU DIRECIONAL) SEM LASTRO	m2	1890,00	945,00
PISO DE LADRILHO HIDRÁULICO COLORIDO MODELO TÁTIL (ALERTA OU DIRECIONAL) SEM LASTRO	m2	1890,00	945,00
PLANTIO GRAMA BATATAIS PLACA C/ M.O. IRRIG.ADUBO,TER.VEG.(OC) A<11.000M2	m2	29400,00	14700,00

9.10.1. Contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, deverão dizer respeito aos itens pleiteados pela contratante.

9.10.1.1. Os parâmetros fixados acima, são adequados, necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, e foram restringidos ao mínimo necessário, evitando-se a ocorrência de restrição ao caráter competitivo, em consonância com o estabelecido no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

9.10.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi entregue o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.10.3. Os atestados deverão referir-se a sua atividade econômica principal ou secundária

especificadas no contrato social vigente.

9.10.4. Atestado de capacidade técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, registrado no conselho competente, conforme determina o Art 67. Inciso II.

Justificativa para Exigência de Atestados de Capacidade Técnica

9.11. A exigência de atestados de capacidade técnico-operacional, com fundamento no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, interpretado de forma sistemática com o art. 62 (documentos necessários e suficientes à demonstração da aptidão do licitante) e com o art. 37, XXI, da Constituição Federal (garantia de cumprimento das obrigações), restringe-se ao estritamente necessário para demonstrar que o licitante possui experiência prévia compatível com o objeto. Trata-se de medida objetiva de mitigação de riscos de baixa produtividade, inexecução, retrabalho, inconformidades técnicas e comprometimento da segurança e durabilidade das intervenções urbanas, sem impor ônus desnecessário ou restrição indevida à competitividade, devendo observar proporcionalidade, pertinência e vedação de exigências excessivas.

9.11.1. Para esta contratação, consideram-se parcelas de maior relevância técnica e operacional aquelas diretamente associadas à capacidade do licitante de mobilizar equipe, equipamentos e logística, manter padrão de qualidade e cumprir quantitativos expressivos, conforme os itens da Tabela 1, notadamente: demolição mecanizada de piso de concreto, execução/assentamento de meio-fio (com e sem sarjeta), execução de calçadas em concreto 15 MPa, preparo de fundo de vala, assentamento de piso tátil (ladrilho hidráulico) e plantio de grama em placas, por serem serviços que impactam o ritmo de execução, a conformidade geométrica e o desempenho final, além de envolverem elevada repetitividade, controle de espessuras/níveis, alinhamentos e critérios de aceitação.

9.11.1.1. Assim, para demonstrar aptidão mínima e suficiente, será exigida comprovação de execução anterior de serviços semelhantes e compatíveis em características e complexidade com os itens efetivamente disputados, atendendo, no mínimo, às quantidades equivalentes a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos estimados, conforme Tabela 1, observados os seguintes parâmetros de referência:

- a) Demolição de piso de concreto simples, mecanizada com marteleiro, sem reaproveitamento (AF_09/2023): mínimo de 1.208,50 m³;
- b) Meio-fio sem sarjeta (MFC06): mínimo de 20.000,00 m;
- c) Meio-fio com sarjeta (base 45 cm, altura 23 cm, sarjeta 30 cm): mínimo de 20.000,00 m;
- d) Calçada em concreto desempenado 15 MPa, espessura 5 cm (AC/BC): mínimo de 39.000,00 m²;
- e) Preparo de fundo de vala (largura < 1,5 m) – acerto do solo natural (AF_08/2020): mínimo de 39.000,00 m²;
- f) Piso de ladrilho hidráulico tátil cor natural, sem lastro (alerta ou direcional): mínimo de 945,00 m²;
- g) Piso de ladrilho hidráulico tátil colorido, sem lastro (alerta ou direcional): mínimo de 945,00 m²;
- h) Plantio de grama batatais em placas com mão de obra, irrigação, adubação e terra vegetal: mínimo de 14.700,00 m².

9.11.2. Para preservar a competitividade, a comprovação poderá ser atendida mediante a apresentação de um ou mais atestados (somatório), desde que, em conjunto, demonstrem aptidão compatível em características, complexidade tecnológico-operacional e quantidades mínimas exigidas para os itens efetivamente disputados, conforme a Tabela 1. Os atestados poderão ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, admitindo-se comprovação por execução anterior no âmbito público ou privado, desde que idônea e verificável. Permanecem vedadas:

- i. limitações específicas e injustificadas de tempo e de local para os atestados;
- ii. exigência de experiência exclusivamente com a Administração Pública; e
- iii. requisitos que superem o necessário e suficiente para demonstrar a capacidade de cumprir o objeto, especialmente quando a experiência possa ser demonstrada por serviços equivalentes e compatíveis (por exemplo, meio-fio com dimensões semelhantes e calçadas em concreto com resistência e espessura compatíveis), desde que atendidos os critérios técnicos e de aceitação do Termo de Referência..

Disposições gerais sobre habilitação

9.12. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.12.1. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.12.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.12.3. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.12.4. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.13. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- i) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- j) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- k) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- l) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- m) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.14. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação;
- e
- g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Execução Orçamentária Financeira

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral do Município de Anápolis, observadas as dotações próprias da Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente, bem como as demais fontes legalmente aplicáveis.

10.1.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- Unidade Gestora: 210 - Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente.
- Programa: 15.451.0902 - Urbanização.
- Objetivo do Programa: Fortalecer o Município Através da Implementação de Obras de Infraestrutura Urbana.
- 1032: Construção de Meios-Fios, Sarjetas e Calçadas.

10.1.2. Considerando tratar-se de contratação estruturada por Sistema de Registro de Preços (SRP), a Ata não gera obrigação imediata de contratação, sendo os empenhos realizados conforme a emissão de Ordens de Serviço e a efetiva necessidade da Administração, respeitada a disponibilidade orçamentária.

10.1.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando houver execução que ultrapasse o exercício corrente, será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA) e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento no instrumento contratual, nos termos da legislação aplicável, preservada a continuidade do atendimento às demandas por OS.

11. REAJUSTE E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Reajuste Contratual

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/10/2025.

11.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.1.2. Ao estabelecer critérios em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos custos, a atualização monetária fica condicionada a apresentação de planilha orçamentária atualizada.

11.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.1.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.1.5. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

Do índice de reajuste

11.2. Os preços contratuais, independentemente de pedido da Contratada, serão reajustados de acordo com o Índice Nacional de Construção Civil (INCC) e Obras Públicas, tomando-se por base a data base do orçamento estimado, pela variação dos índices publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

11.2.1. Justifica-se a adoção do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, para fins de reajuste dos preços contratuais, em razão de sua reconhecida aderência à natureza do objeto contratado, que compreende a utilização intensiva de materiais, mão de obra e equipamentos típicos da construção civil. Referido índice reflete de forma fidedigna a variação dos custos do setor, sendo amplamente utilizado como referência em contratos de obras e serviços de engenharia, conforme séries históricas publicadas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Alterações Contratuais

11.3. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

11.3.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.3.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

11.3.4. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Obrigações Gerais do Contratante

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

12.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

12.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.4. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao material fornecido, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo

12.1.5. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

12.2. Cientificar o órgão de representação judicial da Diretoria jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.3. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.3.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.4. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

12.5. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

12.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Obrigações Gerais do Contratado

13.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.1.1. Apresentar os serviços acompanhados de todas as informações e documentações necessárias à sua plena compreensão e verificação.

13.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios, falhas e danos decorrentes da prestação dos serviços, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis.

13.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.1.5. Reparar, corrigir, refazer ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais em que se verificarem vícios, falhas ou incorreções decorrentes do transporte ou dos materiais e equipamentos empregados.

13.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios, falhas e danos decorrentes da entrega dos materiais, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não se restringindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que fica autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, se exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

Obrigações de regularidade

13.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13.2.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.2.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.2.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

13.2.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.2.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

Obrigações subsequentes

13.3. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no ato da entrega do objeto contratual.

13.4. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.5. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas,

todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

13.6. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

13.7. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

13.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

13.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13.11. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.12. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

13.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças na forma de fornecimento e especificações e altere a qualidade dos produtos.

Obrigações trabalhistas

13.14. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

13.15. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

13.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

13.17. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

13.18. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Infrações administrativas

14.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Termo de referência e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará à contratada, conforme o caso, às penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como às disposições contidas no Anexo VIII do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.

14.1.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, gradativamente, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;

- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

sanção de advertência

14.2. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

- 14.2.1. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou
- 14.2.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 14.2.3. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

sanção de multa

14.3. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:

- a) a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa;
- b) a aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.3.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.3.2. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou de outro instrumento obrigatório, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal.

14.3.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital, em contrato ou em outro instrumento obrigatório.

14.3.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções aqui previstas.

Sanção de impedimento

14.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

14.4.1. Considera-se inexecução total do contrato:

- 14.4.1.1. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- e
- 14.4.1.2. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

14.4.2. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

14.4.2.1. será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

14.4.2.2. a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente;

14.4.2.3. rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

14.4.2.4. preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III do § 2º poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

14.4.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

sanção de declaração de inidoneidade

14.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer espécie ou natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.5.1. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

14.5.2. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.5.3. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

14.5.4. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

14.5.5. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

14.5.6. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:

14.5.6.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

14.5.6.2. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

14.5.6.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.

14.5.7. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

14.5.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.5.9. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

14.5.9.1. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

14.5.9.2. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

14.5.10. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:

14.5.10.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

14.5.10.2. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

14.5.10.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.

14.5.11. Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

14.5.12. Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas.

14.5.13. Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.

14.5.14. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

14.5.15. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Prefeitura Municipal de Anápolis rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

14.5.16. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Prefeitura Municipal de Anápolis, de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15. DA PROPOSTA

Apresentação da proposta

15.1. O licitante deverá enviar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, mediante o preenchimento dos campos próprios, observando integralmente as especificações, requisitos e condições estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

15.1.1. A proposta deverá conter, no mínimo, para cada item cotado:

- a) valor unitário do item;
- b) quantidade cotada, observado o quantitativo máximo estimado para registro da contratação;
- c) prazo de entrega, em conformidade com os limites e condições previstos no edital e neste Termo de Referência;

d) prazo de validade da proposta, observado o item 15.1.8.

15.1.2. Não havendo previsão de quantitativo mínimo por item, o licitante não poderá ofertar quantitativo inferior ao quantitativo máximo estimado para fins de registro, ressalvadas as regras específicas do edital quanto à forma de disputa, aceitação e adjudicação.

15.1.3. Todas as especificações do objeto, condições de execução, prazos e demais elementos apresentados na proposta vinculam o licitante, implicando plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos, inclusive quanto às obrigações de entrega, padrões de qualidade e critérios de aceitação.

15.1.4. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como, despesas administrativas, tributos, taxas, encargos trabalhistas e previdenciários, seguros, fretes, deslocamentos, insumos, equipamentos, ferramentas, quando aplicável, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução, não sendo admitida cobrança adicional fora das hipóteses legalmente previstas.

15.1.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração posterior sob alegação de erro, omissão, equívoco de composição de custos ou qualquer outro pretexto, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

15.1.6. Caso o regime tributário do licitante implique recolhimento de tributos com percentuais variáveis, a cotação deverá refletir parâmetros compatíveis com a realidade do licitante, recomendando-se a utilização da média dos recolhimentos efetuados nos últimos 12 (doze) meses, sem prejuízo de que, no pagamento, sejam observadas as retenções na fonte conforme legislação vigente.

15.1.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão usufruir do regime de tributação do Simples Nacional, quando aplicável, observadas as regras legais e editais, sem prejuízo das retenções devidas na forma da legislação.

15.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação no sistema, salvo disposição editalícia mais restritiva.

15.1.9. Para fins de classificação e julgamento, não serão aceitos preços diferentes para o mesmo item, uma vez que não há circunstâncias que justifiquem diferenciação, tais como locais de entrega, fatores temporais, rotas logísticas ou condições operacionais distintas, devendo o valor unitário ofertado ser único para cada item, conforme regras do edital.

15.1.10. Os licitantes deverão respeitar os preços máximos por item estabelecidos no Termo de Referência e planilha de referência, quando previstos, sob pena de desclassificação, nos termos do edital.

15.1.11. O descumprimento das regras de apresentação, composição e vinculação da proposta poderá ensejar as medidas administrativas cabíveis, inclusive desclassificação, aplicação de sanções, e demais consequências previstas no edital, na Lei nº 14.133/2021 e nas orientações dos órgãos de controle, observado o devido processo legal.

Garantia da Proposta

15.2. Em conformidade com o disposto no art. 58 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será exigida dos licitantes a apresentação de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, no percentual de 1% (um por cento) sobre o valor estimado da contratação.

Justificativa da adoção de garantia da proposta

15.3. Considerando a natureza da contratação, estruturada por pregão eletrônico, com procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços, e a necessidade de preservar a eficiência, a seriedade das propostas e a segurança do procedimento, justifica-se a adoção de garantia de proposta, em percentual limitado a até 1% (um por cento) do valor estimado, como mecanismo proporcional de mitigação de riscos na fase externa do certame, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes de governança e gestão de riscos aplicáveis.

15.3.1. Segurança da Administração Pública: A exigência de garantia de proposta, em limite não superior a 1% do valor estimado, visa proteger a Administração contra propostas apresentadas de forma temerária ou sem lastro de compromisso, reduzindo riscos de desistência injustificada, de condutas que comprometam a continuidade do certame ou de descumprimento de etapas essenciais. Ao exigir a prestação prévia da garantia, cria-se um mecanismo objetivo de comprometimento mínimo, incentivando a participação de licitantes efetivamente interessados e com condições de sustentar a proposta apresentada.

15.3.2. Prevenção de condutas oportunistas, fraudes e abandono do certame: Nos termos do art. 58, §3º, da Lei nº 14.133/2021, a garantia de proposta poderá ser executada na hipótese de o licitante adjudicatário recusar-se a assinar o contrato, não comprovar as condições de habilitação exigidas, ou deixar de apresentar a documentação necessária à contratação, conforme disciplinamento do edital. Assim, a medida atua como instrumento legítimo de desestímulo a práticas oportunistas, protelações indevidas, lances artificialmente baixos sem intenção de contratar e abandonos estratégicos, preservando o interesse público, evitando atrasos na contratação e reduzindo o risco de necessidade de repetição de atos do procedimento.

15.3.3. Mitigação de riscos operacionais e aumento da eficiência procedimental: A garantia de proposta contribui para reduzir a incidência de eventos que geram retrabalho administrativo, como convocações sucessivas, reabertura de prazos, análise repetida de documentos e reclassificações decorrentes de desistências ou não atendimento de condições pós-lance. Em contratações por SRP, em que se busca manter disponibilidade para contratações futuras e por demanda, a estabilidade do resultado do certame e a confiabilidade do fornecedor registrado são especialmente relevantes, razão pela qual o instrumento se mostra aderente às boas práticas de gestão de riscos do procedimento.

15.3.4. Proporcionalidade, competitividade e impacto econômico compatível: O percentual de até 1% do valor estimado revela-se proporcional e equilibrado, pois, de um lado, não constitui barreira econômica indevida nem restringe a competitividade do pregão eletrônico e, de outro, é suficientemente relevante para assegurar a seriedade das propostas e o comprometimento dos participantes. Trata-se de medida compatível com o porte econômico-financeiro esperado de empresas que atuam em serviços técnicos especializados de engenharia, sem afastar potenciais concorrentes aptos, sobretudo considerando a possibilidade de diferentes modalidades de prestação da garantia.

15.3.5. Fundamentação jurídica e adequação normativa: A previsão de garantia de proposta encontra respaldo expresso no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitida como requisito editalício quando tecnicamente motivada e proporcional. A lei não condiciona a exigência a modalidade específica, permitindo sua adoção também em pregão eletrônico, desde que respeitados os limites legais e a motivação administrativa. Ademais, para assegurar flexibilidade e reduzir impacto financeiro imediato, será facultado ao licitante escolher a modalidade de garantia, na forma legalmente admitida (caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária), observados os requisitos do edital e os dispositivos aplicáveis.

16. DAS CONDIÇÕES GERAIS DO REGISTRO DE PREÇO

16.1. Será aceito o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, conforme inciso VII do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

16.2. É vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto deste edital em seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme inciso VIII do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

16.3. A possibilidade de adesão à ata de registro de preços decorrente desta contratação será disciplinada pelo que dispõe o Decreto Municipal 52.132/2025.

17. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICAS DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

17.1. Conforme artigos 14, 15 e 16 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

17.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no inciso IV do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

17.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas.

17.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

17.6. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

17.7. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação, que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata de registro de preços, e desde que atendidos os seguintes requisitos:

17.7.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

17.7.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

17.7.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

17.8. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

17.9. Se não houver prova efetiva da desatualização e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no edital.

17.10. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

17.11. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

17.12. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de sanções administrativas.

17.13. Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.

17.14. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata de registro de preços primeiramente no valor ofertado por estes e, caso não haja êxito na negociação, no máximo nas

condições prevista no § 4º do art. 16 do Decreto Municipal nº 52.132/2025, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, nos termos do instrumento convocatório.

17.15. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

18. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Conforme artigo 18 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

18.2. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

18.2.1. for liberado;

18.2.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

18.2.3. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

18.2.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

18.2.5. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

18.2.6. não aceitar o preço revisado pela administração municipal.

18.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

18.3.1. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

18.3.2. por fato superveniente, decorrente dos casos de:

18.3.3. força maior,

18.3.4. caso fortuito;

18.3.5. fato do príncipe;

18.3.6. em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e/ou

18.3.7. por razões de interesse público, devidamente justificado.

18.4. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da administração municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.5. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

19. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

19.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou às entidades participantes e não participantes do registro de preços.

19.2. O remanejamento somente será feito, conforme Decreto Municipal 52.132/2025:

19.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

19.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

19.2.3. Se o órgão gerenciador tiver estimado as quantidades que pretende contratar, este será considerado participante para fins do remanejamento.

19.2.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.

19.2.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

19.2.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades do Município de Anápolis e órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

20. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

20.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

20.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

20.1.2. demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os dispositivos constantes no Anexo Pesquisa de Preços do Decreto Municipal nº 48.980/2023 ou norma que venha a substituí-lo;

20.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor; e

20.1.4. possibilidade de adesão prevista no edital.

20.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme §2 do artigo 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.

20.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

20.4. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

20.5. O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.6. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

21. CADASTRO RESERVA

21.1. Será aceito a formação de cadastro reserva com os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, conforme prevê o parágrafo 2º do artigo 33 e artigo 38 do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

21.2. Após a homologação da licitação, para formalização e cadastro de reserva, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) Dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) Dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original;
- c) Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores

registrados na ata.

21.3. O registro a que se refere a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

21.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste edital.

22. DOS CASOS OMISSOS

Casos omissos

22.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e demais normas e princípios gerais dos contratos.

23. FORO

Eleito o foro

23.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Anápolis, Estado de Goiás, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da execução da contratação que não puderem ser solucionados pela via administrativa ou por conciliação, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, nos termos do art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

Informações gerais

24.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

CLEYTON SOARES DA SILVA

Assessor Técnico de Projetos

RICHARDO ZACHARIAS BAIOCCHI

Subsecretário de Obras Públicas

Ciente e de acordo.

THIAGO DE SÁ LIMA

Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Cleyton Soares Da Silva**, **Servidor Municipal**, em 27/03/2026, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2300189** e o código CRC **A734C849**.

01120.00003252/2025-81

2300189v7

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO, PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Estudo Técnico Preliminar - ETP N° 80/2026 - SEMOHPUMA/DIP

Em 24 de março de 2026.

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) é elaborado em conformidade com o art. 18, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e com a regulamentação municipal aplicável, com o objetivo de fundamentar tecnicamente a necessidade de contratação destinada ao Sistema de Registro de Preços (SRP) para futura e eventual execução, sob demanda, de serviços de implantação, reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, incluindo, quando aplicável, o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e demais insumos necessários, para atendimento das demandas de conservação, acessibilidade e requalificação dos espaços públicos sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

I. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Considerando o disposto no art. 18 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que estabelece os elementos essenciais da fase preparatória do processo licitatório, registra-se a necessidade de descrição fundamentada da contratação, amparada em Estudo Técnico Preliminar que evidencie o interesse público, a motivação da demanda e a adequação da solução proposta.

1.2. Nesse contexto, o presente estudo tem por finalidade demonstrar a viabilidade da contratação pretendida, em conformidade com as etapas previstas no § 1º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se, ainda, as disposições do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023, que regulamenta a referida Lei no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional vinculados ao Poder Executivo do Município de Anápolis, além das demais normas municipais aplicáveis.

1.3. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução, sob demanda, de serviços de implantação, reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, incluindo, quando aplicável, fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, sinalização, limpeza e demais insumos necessários à perfeita execução, destinados a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente, para intervenções em vias e logradouros públicos do Município, conforme especificações técnicas aplicáveis (ABNT, manuais e diretrizes municipais pertinentes) e orientações operacionais das unidades requisitantes.

II. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE

2.1.1. O Município de Anápolis, por meio da Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente (SEMOHPUMA), enfrenta demanda permanente e crescente por intervenções de urbanização, acessibilidade e ordenamento do espaço público, especialmente relacionadas à implantação,

reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, em razão do desgaste natural das estruturas existentes, do aumento do tráfego de veículos e pedestres, da ação das águas pluviais, de intervenções em redes e dispositivos urbanos e da necessidade de adequações geométricas e funcionais em vias e logradouros.

2.1.2. A necessidade central decorre da indispensabilidade de assegurar a execução contínua e padronizada desses serviços, os quais são fundamentais para: (i) confinamento e proteção do pavimento, (ii) direcionamento e condução das águas pluviais quando houver sarjeta/dispositivos associados, (iii) segurança de pedestres e ciclistas, (iv) organização do sistema viário e dos acessos, e (v) melhoria das condições de mobilidade urbana e acessibilidade, inclusive em atendimento a diretrizes técnicas e normativas aplicáveis.

2.1.3. A ausência, insuficiência ou descontinuidade desses serviços compromete a capacidade operacional da Administração de responder, em tempo oportuno, tanto às demandas programadas quanto às ocorrências pontuais (ex.: recomposição após intervenções em redes, correções de trechos com degradação, adequações de travessias e esquinas), resultando em agravamento de patologias, dificuldades de escoamento superficial, aumento de pontos de alagamento, insegurança na circulação, barreiras à acessibilidade e maior custo global de recuperação pela perda progressiva das estruturas e do entorno.

2.1.4. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de estruturar contratação que assegure atendimento por demanda, capilaridade territorial, padronização técnica e agilidade de mobilização, com execução conforme ordens de serviço/autorizações, de modo a garantir a continuidade das frentes de manutenção e implantação de meio-fio, calçadas/passeios e ciclovias, a eficiência na aplicação dos recursos públicos e a adequada prestação dos serviços de infraestrutura urbana à população.

2.2. DAS LIMITAÇÕES IMPEDITIVAS

2.2.1. A Administração Municipal possui limitações operacionais que podem comprometer a execução tempestiva e eficiente das ações de implantação, reconstrução e manutenção de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, na medida em que a capacidade instalada (equipes, disponibilidade de equipamentos, logística de suprimentos e mobilização) e a dispersão territorial das demandas dificultam o atendimento regular das frentes de serviço e a correção oportuna de inconformidades ou trechos degradados. Nessas condições, aumenta-se o risco de agravamento de deteriorações, retrabalhos, elevação do custo global de recomposição e exposição da coletividade a situações de insegurança de pedestres e ciclistas, além de prejuízos à funcionalidade urbana.

2.2.2. Em termos técnicos, a execução adequada desses serviços demanda, simultaneamente, mão de obra especializada, equipamentos e ferramentas apropriadas e insumos padronizados (materiais cimentícios, agregados, elementos pré-moldados quando aplicável, formas, juntas, materiais de cura, sinalização e demais componentes necessários), além do atendimento a critérios de qualidade como alinhamento, prumo, níveis, acabamento, resistência, cura e drenagem superficial (especialmente quando houver sarjeta e necessidade de direcionamento de escoamento). A ausência de estrutura operacional integrada inviabiliza soluções completas e tecnicamente consistentes, comprometendo desempenho, durabilidade e eficiência do gasto público.

2.2.3. Soma-se a isso a necessidade de atuação em múltiplos pontos do Município, muitas vezes de forma simultânea e, não raramente, em caráter prioritário (ex.: correções associadas a intervenções em redes, adequações pontuais em cruzamentos, recomposições em áreas críticas, ações em período chuvoso com foco na drenagem superficial), o que exige agilidade de mobilização, possibilidade de execução parcelada e por demanda e capacidade de atendimento conforme ordens de serviço. A inexistência de mecanismo que assegure disponibilidade continuada tende a provocar paralisações, reprogramações sucessivas e perda de oportunidade de intervenção em janelas operacionais adequadas.

2.2.4. Além disso, a efetividade dos serviços está diretamente vinculada à capacidade de execução em campo, incluindo disponibilidade de equipe, transporte, equipamentos de preparo e compactação, ferramentas de moldagem e acabamento, e, quando aplicável, sinalização e isolamento da área para

garantia de segurança durante a execução. Caso inexistam meios suficientes ou contratação estruturada, a execução não ocorrerá no ritmo requerido, comprometendo o planejamento por demanda, a resposta às ocorrências e o padrão de qualidade esperado.

2.2.5. Assim, o problema a ser enfrentado reside na incapacidade de assegurar, com os meios atualmente disponíveis e sem contratação estruturada, a execução contínua, padronizada e programável dos serviços essenciais de meio-fio, calçadas/passeios e ciclovias, com atendimento tempestivo às necessidades do Município. Essa limitação compromete o cumprimento de cronogramas operacionais, eleva riscos de falhas prematuras, amplia a recorrência de manutenções corretivas e fragiliza o atendimento das demandas de mobilidade, acessibilidade e segurança viária.

2.2.6. Diante desse contexto, revela-se imprescindível a estruturação de contratação, mediante Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, para garantir atendimento por demanda, padronização técnica, previsibilidade de mobilização e continuidade de execução dos serviços de implantação, manutenção e requalificação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, com mitigação de riscos de retrabalho, paralisações, desperdícios e questionamentos pelos órgãos de controle, além de promover benefícios diretos à coletividade.

2.3 - NECESSIDADE DE SERVIÇOS E INSUMOS PARA IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MEIO-FIO, CALÇADAS/PASSEIOS E CICLOVIAS

2.3.1. O Município de Anápolis apresenta demanda contínua por intervenções de urbanização, acessibilidade e requalificação de espaços públicos, abrangendo a implantação, reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, além de recomposições pós-interferências de redes e dispositivos urbanos, correções localizadas e ajustes geométricos em vias e logradouros. A diversidade e a recorrência dessas ações exigem disponibilidade permanente de serviços e insumos compatíveis, com especificações técnicas adequadas e desempenho satisfatório, incluindo materiais cimentícios, agregados, elementos pré-moldados (quando aplicável), formas, juntas, materiais de cura, sinalização e demais componentes indispensáveis à execução com qualidade e durabilidade.

2.3.2. A ausência ou descontinuidade desses serviços e insumos representa risco direto à segurança de pedestres e ciclistas, à acessibilidade universal, à drenagem superficial (especialmente quando houver sarjeta e necessidade de direcionamento do escoamento), e à eficiência do gasto público. Quando o Município não consegue recompor, em tempo oportuno, trechos com degradação (quebras, desníveis, trincas, deslocamentos, perda de seção do meio-fio, falhas de acabamento/aderência, abatimentos e pontos de obstrução do escoamento), há tendência de progressão acelerada dos danos, ampliação das áreas comprometidas e aumento do custo global de recuperação, com maior probabilidade de retrabalhos, reintervenções frequentes e agravamento de riscos de quedas, acidentes e conflitos no tráfego local.

2.3.3. Assim, a estruturação de contratação, por Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, constitui medida estratégica para assegurar atendimento por demanda, padronização técnica, previsibilidade de mobilização e continuidade de execução, garantindo que as intervenções sejam realizadas conforme especificações e normas aplicáveis (ABNT e demais referências técnicas pertinentes), com requisitos de qualidade (alinhamento, prumo, níveis, resistência, cura, acabamento e drenagem) devidamente atendidos, promovendo maior durabilidade das soluções, previsibilidade operacional, confiabilidade na execução e capacidade institucional para atendimento contínuo das demandas do Município..

III. ÁREA REQUISITANTE

3.1. MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS.

3.2. Órgão responsável: **Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente.**

3.3. A Subsecretaria de Obras Públicas assume a competência como área requisitante da presente demanda, por tratar-se da unidade administrativa encarregada da coordenação, supervisão e execução das ações de implantação, reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias no âmbito municipal, incluindo a gestão operacional de frentes de urbanização, acessibilidade e requalificação de espaços públicos. Entre suas atribuições institucionais, destacam-se:

- a) o planejamento, a programação e o acompanhamento das intervenções relativas a meio-fio, sarjetas, calçadas/passeios e ciclovias;
- b) a supervisão e o controle de qualidade operacional das frentes de serviço, inclusive quanto à conformidade geométrica, níveis, acabamento, resistência, cura e segurança da execução;
- c) a coordenação de ações de recomposição, adequações funcionais, correções pontuais e atendimento de ocorrências em vias e logradouros públicos (incluindo intervenções pós-interferências de redes e dispositivos urbanos);
- d) o suporte técnico-operacional às demais áreas da SEMOHPUMA e a outros órgãos da Administração Municipal, quando demandado.

3.3.1. Por sua natureza operacional e estratégica, a Subsecretaria concentra as demandas de execução e manutenção de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, sendo, portanto, a unidade que identifica, formaliza e justifica a necessidade de contratação contínua e por demanda para atendimento das frentes de serviço e ocorrências, garantindo padrão técnico, eficiência e segurança.

3.4. A presente solicitação visa à abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução, sob demanda, de serviços de implantação, reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, conforme especificações técnicas aplicáveis e diretrizes operacionais das unidades requisitantes.

3.4.1. A contratação se fundamenta na necessidade de assegurar continuidade operacional, previsibilidade de atendimento e capacidade de mobilização, considerando que a ausência ou descontinuidade desses serviços compromete a resposta tempestiva a demandas programadas e prioritárias (ex.: recomposições após intervenções em redes, correções de trechos degradados, adequações de esquinas e travessias, melhorias de acessibilidade e drenagem superficial), potencializando a deterioração do espaço público, o aumento do custo global de recuperação e os riscos à segurança de pedestres e ciclistas.

3.4.2. A execução regular e padronizada de meio-fio, calçadas/passeios e ciclovias é condição necessária para soluções tecnicamente consistentes, assegurando confinamento e proteção do pavimento, segurança e organização do tráfego local, acessibilidade, e, quando aplicável, direcionamento do escoamento superficial, com reflexos diretos na durabilidade das intervenções, na redução de retrabalhos e na eficiência do gasto público, observadas as normas e especificações técnicas aplicáveis (ABNT e correlatas).

3.4.3. A contratação visa garantir regularidade de atendimento, padronização técnica, rastreabilidade das solicitações e execução por ordens de serviço, contribuindo para maior eficiência, economicidade e qualidade na prestação do serviço público, bem como para redução de passivos de manutenção e melhoria das condições de mobilidade urbana.

3.4.4. A medida atende às exigências da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável no tocante ao planejamento da contratação, à definição do objeto, ao estabelecimento de critérios de execução e recebimento, e à mitigação de riscos na fase preparatória, assegurando robustez processual e condições adequadas para fiscalização e controle.

3.4.5. Assim, o Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preços, mostra-se a solução mais adequada para o atendimento da demanda, por possibilitar contratações futuras e eventuais conforme necessidade, garantir ampla competitividade, transparência e economicidade, e assegurar disponibilidade contínua de

execução para as necessidades da Subsecretaria de Obras Públicas e da SEMOHPUMA em geral.

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. REQUISITOS GERAIS

4.1.1. Tipo de contratação: licitação, para registro de preços, visando a futura e eventual contratação de empresa especializada para execução, sob demanda, dos serviços de construção, recomposição e manutenção de meio-fio sem sarjeta, meio-fio com sarjeta, calçamento, passeio público e ciclovias, bem como serviços correlatos e complementares indispensáveis (a exemplo de demolições/remoções, preparo e regularização de base, execução de piso tátil, plantio de grama e demais intervenções associadas), conforme especificações, unidades de medição e quantitativos estimados definidos no ETP e no Termo de Referência, com medição e pagamento por serviços efetivamente executados, mediante Ordens de Serviço.

4.1.2. Modalidade: Pregão Eletrônico, com utilização do procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços.

4.1.2.1. Justificativa da modalidade: justifica-se a adoção do Pregão Eletrônico por se tratar de serviços comuns de engenharia e correlatos, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência/Projeto Básico, com especificações padronizadas, critérios de aceitação, rotinas de fiscalização, medições por unidades/itens e requisitos de execução claramente estabelecidos, permitindo julgamento pelo menor preço e ampliando a competitividade, a transparência e a rastreabilidade do certame, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

4.1.2.2. Justificativa do Sistema de Registro de Preços: justifica-se a utilização do SRP em razão de se tratar de demanda contínua, recorrente e de consumo variável ao longo do período, dependente da programação operacional, da priorização de frentes de serviço e de ocorrências pontuais (manutenção corretiva, recomposições pós-interferências de redes, adequações emergenciais e intervenções em múltiplos locais). O SRP é conveniente por viabilizar a execução parcelada e por demanda, mediante Ordens de Serviço, sem obrigação de contratação integral e imediata, assegurando previsibilidade de atendimento, padronização técnica, maior agilidade de mobilização, racionalização do planejamento e melhor governança do consumo, com medição e pagamento vinculados ao quantitativo efetivamente executado.

4.1.2.3. O Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços assegura:

- a) maior amplitude de participação de fornecedores/prestadores, com ampliação da competitividade e da disputa de preços;
- b) maior transparência, rastreabilidade e publicidade dos atos, com registros eletrônicos auditáveis;
- c) redução de custos operacionais e administrativos, por procedimentos padronizados e tramitação digital;
- d) mitigação de riscos de restrição competitiva, com critérios objetivos de habilitação e julgamento;
- e) atendimento ao princípio do julgamento objetivo e à seleção da proposta mais vantajosa, com foco no menor preço e na conformidade técnica;
- f) maior segurança jurídica, em razão da padronização dos procedimentos e da automatização de etapas pelo sistema eletrônico.

4.1.2.4. Considerando a natureza do objeto — execução, sob demanda, de serviços de construção, recomposição e manutenção de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no Termo de Referência/Projeto Básico e passíveis de verificação e aceitação pela fiscalização — bem como a necessidade de atendimento continuado, descentralizado e por demanda, o Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços mostra-se o arranjo mais adequado para assegurar agilidade de mobilização, padronização técnica, economicidade,

competitividade e conformidade na execução das intervenções de urbanização, acessibilidade e requalificação do espaço público no Município.

4.1.3. Critério de julgamento e adjudicação: Menor preço por item.

4.1.3.1. Justificativa do critério de julgamento e adjudicação: a adoção do critério de julgamento por menor preço por item justifica-se por se tratar de contratação de serviços comuns de engenharia, com escopo segmentado em itens/serviços padronizados, cujas especificações, unidades de medição e padrões mínimos de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva no Termo de Referência/Projeto Básico, permitindo comparação isonômica entre propostas e seleção da oferta mais vantajosa para a Administração, item a item, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com as regras do Pregão Eletrônico, especialmente adequada à modelagem do Sistema de Registro de Preços, em que as contratações futuras ocorrerão por demanda e poderão recair sobre itens específicos.

4.1.3.2. O critério de menor preço por item proporciona:

- a) julgamento objetivo, impessoal e mensurável, com base em preços unitários ofertados para cada item, conforme unidade de medição definida;
- b) maior competitividade, ao permitir disputa específica por item, ampliando a participação de licitantes e a eficiência da seleção;
- c) maior economicidade e controle do gasto, com definição clara do preço unitário registrado e possibilidade de contratações parceladas conforme necessidade, mediante Ordens de Serviço;
- d) adequação ao Sistema de Registro de Preços, viabilizando contratações futuras e eventuais por item, sem obrigatoriedade de consumo integral do quantitativo estimado;
- e) transparência e rastreabilidade, com facilidade de verificação, auditoria e comparação de preços por item;
- f) compatibilidade com a padronização técnica do objeto, pois a qualidade é assegurada pelo atendimento às especificações, critérios de aceitação, rotinas de fiscalização e controles de execução definidos no Termo de Referência/Projeto Básico, independentemente do preço ofertado, desde que exequível.

4.1.3.3. Considerando que o objeto é composto por itens distintos de serviços (ex.: meio-fio com/sem sarjeta, calçadas/passeios, ciclovias e serviços complementares), com unidades, métodos executivos, insumos e condições de execução específicas, o julgamento por menor preço por item permite aferição precisa da vantajosidade em cada serviço registrado, evitando distorções, facilitando a gestão por demanda e assegurando maior aderência à realidade operacional e às prioridades de execução do Município.

4.1.3.4. Assim, o critério de menor preço por item apresenta-se como a forma mais adequada, vantajosa e eficiente de adjudicação para a presente contratação, assegurando isonomia, economicidade, transparência e compatibilidade com o Pregão Eletrônico e o Sistema de Registro de Preços, em benefício do interesse público e da continuidade das ações de implantação, manutenção e requalificação de meio-fio, calçadas/passeios e ciclovias no Município.

4.2 - SUSTENTABILIDADE

4.2.1. A contratação, voltada ao Sistema de Registro de Preços para futura e eventual execução, sob demanda, de serviços de implantação, reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, contribui para a adoção de práticas sustentáveis na infraestrutura urbana do Município de Anápolis, ao viabilizar intervenções tempestivas e tecnicamente adequadas, reduzindo a progressão de deteriorações, a necessidade de reconstruções extensas e o consumo global de recursos naturais e energéticos ao longo do ciclo de vida dos elementos de urbanização e mobilidade.

4.2.2. A execução dos serviços deverá observar diretrizes de sustentabilidade e conformidade técnica, priorizando soluções que ampliem a durabilidade das intervenções e reduzam retrabalhos, por meio de: (i) planejamento de frentes para minimizar deslocamentos e retrabalho; (ii) uso racional de insumos (cimento,

agregados, água, elementos pré-moldados, juntas e materiais de cura), com controle de desperdícios; (iii) correta segregação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada de resíduos de demolição/remoção (RCC), em conformidade com as normas aplicáveis; (iv) controle de poeira, ruído e segurança do entorno durante a execução; e (v) observância às normas técnicas pertinentes (ABNT e correlatas) e às exigências ambientais e de segurança, especialmente em intervenções em áreas sensíveis e em locais com circulação de pedestres e ciclistas.

4.2.3. Por meio desta contratação, a Administração buscará assegurar, no âmbito das especificações e rotinas de execução correlatas, que a execução dos serviços e o uso dos insumos e materiais empregados contemplem, no mínimo:

a) eficiência no uso de materiais e insumos, com execução conforme especificações técnicas aplicáveis (incluindo padrões de alinhamento, prumo, níveis, resistência, acabamento e cura), visando maior durabilidade e menor necessidade de recomposições sucessivas de meio-fio, sarjetas, calçadas/passeios e ciclovias;

b) redução de perdas e desperdícios, mediante planejamento das frentes e execução por demanda, com quantitativos compatíveis com a capacidade de aplicação e com o cronograma de trabalho, evitando sobras de materiais, descarte indevido e deterioração de insumos;

c) racionalização logística e redução de emissões, pela programação de mobilização de equipes, transporte de materiais e equipamentos e otimização de rotas, minimizando deslocamentos desnecessários, tempo ocioso e consumo de combustível;

d) estímulo a práticas de conservação preventiva e corretiva tempestiva, reduzindo a progressão de degradações no espaço público (desníveis, quebras, abatimentos e falhas de drenagem superficial), e, consequentemente, o consumo total de materiais ao longo do tempo;

e) gestão ambientalmente adequada de resíduos, em especial os oriundos de demolições/remoções e preparação de áreas (RCC), com segregação, acondicionamento, transporte e destinação final e/ou reaproveitamento conforme diretrizes técnicas e ambientais aplicáveis, quando tais atividades integrarem o escopo das ordens de serviço;

f) controle de riscos ambientais e de segurança, com organização do canteiro, proteção de terceiros, sinalização e isolamento de áreas, prevenção de geração excessiva de poeira, controle de ruído e mitigação de ocorrências operacionais, inclusive quanto ao uso de água e materiais cimentícios, conforme boas práticas e orientações técnicas.

4.2.4. Intervenções executadas com padrão técnico conforme e em tempo oportuno tendem a reduzir o consumo de recursos públicos nas etapas posteriores de operação e manutenção, contribuindo para maior vida útil dos elementos implantados, menor recorrência de reparos, melhor desempenho funcional (mobilidade, acessibilidade e drenagem superficial) e redução de impactos associados a obras repetitivas. Além disso, reforçam o compromisso do Município de Anápolis com compras públicas responsáveis, com a eficiência do gasto e com a melhoria contínua do ambiente urbano.

4.2.5. Assim, a sustentabilidade é considerada diretriz transversal nesta contratação, devendo orientar as especificações, os critérios de aceitação e as condições de execução e recebimento dos serviços, de modo a assegurar intervenções mais duráveis, economicamente eficientes e ambientalmente responsáveis, em benefício da coletividade.

4.3 - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO (SERVIÇOS E MATERIAIS)

4.3.1. O objeto da contratação compreende o registro de preços para futura e eventual execução, sob demanda, de serviços de infraestrutura urbana destinados à implantação, reconstrução, manutenção e adequação no Município de Anápolis, abrangendo, no mínimo:

a) meio-fio sem sarjeta, incluindo demolições/remoções quando necessárias, preparo/regularização do leito, assentamento/moldagem, confirmação de alinhamento e níveis, acabamento e cura;

b) meio-fio com sarjeta, incluindo a conformação do dispositivo de drenagem superficial, acabamento, cura e recomposições associadas;

c) calçadas/passeios e calçamento, incluindo preparação/regularização e compactação da base/sub-base quando aplicável, execução do revestimento previsto, adequações de acessibilidade e dispositivos correlatos (ex.: rampas e piso tátil, quando demandados em OS);

d) ciclovias, incluindo adequações geométricas e funcionais, preparo de base e execução conforme padrão definido no Termo de Referência e nas ordens de serviço;

e) serviços complementares indispensáveis à perfeita execução, tais como limpeza, sinalização e isolamento da área, recomposições localizadas, carga/transporte e destinação ambientalmente adequada de resíduos (RCC), dentre outros previstos no Termo de Referência.

4.3.2. A execução dos serviços e o emprego de materiais deverão atender, conforme aplicável a cada item, às normas e especificações técnicas vigentes (ABNT e correlatas), às diretrizes municipais e aos padrões definidos no Termo de Referência/Projeto Básico, bem como às rotinas de fiscalização e controle de qualidade adotadas pela Administração para medição, recebimento e aceitação, incluindo verificação de alinhamento, prumo e níveis, acabamento, resistência/cura (quando houver concreto), segurança do entorno, acessibilidade quando aplicável, e conformidade do escoamento superficial nos trechos com sarjeta.

4.3.3. Especificações técnicas de meios-fios e sarjetas em concreto (pré-moldados e/ou moldados in loco, conforme item e OS)

4.3.3.1. Os serviços de meio-fio (com e sem sarjeta) deverão ser executados com materiais e métodos compatíveis com a finalidade de contenção, segregação funcional e drenagem superficial, observando-se as especificações do Termo de Referência/Projeto Básico e as normas técnicas aplicáveis (ABNT e correlatas). Quando se tratar de elementos pré-moldados/pré-fabricados, estes deverão ser produzidos em ambiente controlado, com processo de dosagem, adensamento, cura e estocagem que assegurem homogeneidade, integridade, resistência e durabilidade compatíveis com o uso em via e logradouro público.

4.3.3.2. A execução deverá ocorrer sobre base previamente preparada, regularizada e compactada, assegurando alinhamento, prumo, níveis/cotas e caimentos definidos em projeto e/ou na Ordem de Serviço, incluindo a adequada integração com dispositivos de drenagem superficial (quando houver sarjeta), transições e acessos. Deverão ser observadas boas práticas de fôrmas, lançamento/assentamento, acabamento, cura, proteção do trecho e segurança do entorno, garantindo funcionalidade e desempenho ao longo do tempo.

4.3.3.3. Os serviços e materiais deverão atender aos critérios de aceitação definidos no Termo de Referência/Projeto Básico, incluindo, quando aplicável: verificação dimensional e geométrica, conformidade de alinhamento e níveis, integridade superficial (ausência de trincas, quebras, lascamentos relevantes, deformações e falhas de acabamento), e desempenho compatível com o uso previsto. A Administração poderá exigir documentação técnica de conformidade (ex.: declaração do fabricante, fichas técnicas, relatórios de produção e/ou ensaios) e realizar inspeções e verificações in loco, sem prejuízo das demais rotinas de fiscalização e medição.

4.3.3.4. A contratada deverá assegurar rastreabilidade da execução e dos materiais empregados, registrando, quando aplicável, informações como: identificação do item/OS, local de aplicação, datas de execução, quantitativos medidos, origem/fornecedor e lote (para peças pré-moldadas), além de evidências mínimas de controle (checklists, fotos e demais registros exigidos), de modo a permitir conferência, auditoria e verificação de conformidade pela fiscalização.

4.3.4. Especificações técnicas de calçadas/passeios e ciclovias (pavimentação em concreto e/ou revestimentos previstos no TR, incluindo acessibilidade quando aplicável)

4.3.4.1. Os serviços de calçadas/passeios e ciclovias deverão ser executados conforme os padrões

geométricos, funcionais e de acabamento previstos no Termo de Referência/Projeto Básico e nas Ordens de Serviço, observando-se as normas técnicas aplicáveis (ABNT e correlatas), incluindo critérios de regularidade superficial, resistência, durabilidade, aderência, acessibilidade e segurança de circulação.

4.3.4.2. Os materiais utilizados (ex.: concreto, argamassas, agregados, elementos pré-moldados, blocos/pavers quando previstos, materiais de junta, base/sub-base e demais insumos) deverão apresentar características que assegurem homogeneidade, desempenho e vida útil, devendo ser empregados e acondicionados de modo a preservar suas propriedades, evitando contaminação, segregação, perda de trabalhabilidade e falhas de cura/aderência. A execução deverá contemplar, quando aplicável, preparo e compactação da base, controle de espessuras, execução de juntas, acabamento, cura, proteção do trecho e liberação de uso conforme orientação da fiscalização.

4.3.4.3. Quando exigido pela Administração, deverão ser apresentados laudos, fichas técnicas e demais documentos de controle de qualidade do fabricante/fornecedor (quando houver componentes industrializados), bem como registros de execução (checklists, fotos e medições), incluindo identificação de lotes quando aplicável, assegurando rastreabilidade e conformidade com os critérios de aceitação e com as rotinas de fiscalização previstas no Termo de Referência.

4.3.5. Requisitos gerais aplicáveis aos materiais/insumos e ao recebimento/aceitação dos serviços

a) Materiais e insumos empregados na execução (ex.: concreto/argamassas, agregados, elementos pré-moldados quando aplicável, base/sub-base, juntas, materiais de cura, piso tátil, sinalização e demais componentes previstos) deverão estar em conformidade com as especificações do Termo de Referência e do edital, sendo rejeitados aqueles que apresentarem inconformidades técnicas, adulteração, contaminação, variação significativa de propriedades, defeitos de fabricação ou desacordo com os parâmetros de aceitação e padrões mínimos de desempenho.

b) O recebimento e a aceitação ficarão sujeitos à verificação pela fiscalização, podendo incluir inspeção visual, conferência documental, medições geométricas e dimensionais (alinhamento, prumo, níveis/cotas, caimentos e espessuras), checagem de acabamento e integridade, bem como, quando aplicável, coleta de amostras e realização de ensaios/verificações de controle tecnológico, conforme rotinas, critérios e tolerâncias estabelecidos pela Administração e pelo Termo de Referência/Projeto Básico.

c) A contratada deverá observar boas práticas de segurança, meio ambiente e operação, especialmente quanto à organização do canteiro, isolamento e sinalização de áreas, proteção de pedestres e ciclistas, controle de poeira e ruído, prevenção de derramamentos e ocorrência de danos ao patrimônio público e ao meio ambiente, inclusive na gestão de resíduos (RCC) e no uso de materiais cimentícios e água, conforme exigências aplicáveis.

d) As especificações e exigências técnicas detalhadas, bem como os critérios de aceitação, tolerâncias, evidências mínimas (checklists, registros fotográficos, croquis/medições, quando exigidos) e documentos comprobatórios, serão consolidados no Termo de Referência/Projeto Básico e no instrumento convocatório, vinculando a execução aos padrões técnicos adotados pelo Município de Anápolis e às normas técnicas aplicáveis (ABNT e correlatas).

4.4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO / FORNECIMENTO (POR DEMANDA)

4.4.1. A execução dos serviços será realizada sob demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS), Autorização/Ordem de Execução, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, pela Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente (SEMOHPUMA), observadas as especificações técnicas, os quantitativos/trechos solicitados, os prazos, as condições de mobilização e as rotinas de medição e fiscalização estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico e no instrumento convocatório.

4.4.2. Condições específicas de execução por item/serviço

4.4.2.1. Meio-fio (sem sarjeta e/ou com sarjeta): a execução se dará no(s) local(is) indicado(s) na OS (vias e

logradouros do Município de Anápolis/GO), em conformidade com o trecho, dimensões e quantitativos estabelecidos, incluindo, quando aplicável, demolições/remoções, preparo/regularização do leito, assentamento/moldagem, acabamento e cura, respeitados os requisitos de alinhamento, prumo, níveis/cotas e caimentos definidos pela Administração/fiscalização, bem como a necessidade de sinalização, isolamento e segurança do entorno durante a execução.

4.4.2.2. Calçadas/passeios e ciclovias (e serviços correlatos): a execução se dará no(s) local(is) indicado(s) na OS (vias, praças, canteiros, rotas de pedestres/ciclistas e demais áreas públicas), em conformidade com o trecho, padrão e quantitativos estabelecidos, incluindo, quando aplicável, preparo e compactação de base/sub-base, execução do revestimento previsto, dispositivos de acessibilidade (ex.: rampas e piso tátil, quando demandados), acabamentos, juntas, cura/proteção e limpeza final, observadas as condições de transporte e acondicionamento de insumos e a destinação ambientalmente adequada de resíduos (RCC) gerados por demolições e remoções.

4.4.3. Prazos de fornecimento

4.4.3.1. O prazo de mobilização e início da execução será contado a partir do recebimento formal da Ordem de Serviço (OS) pela Contratada e deverá observar o prazo máximo a ser fixado no Termo de Referência e no edital, podendo a Administração estabelecer, em cada OS, programação específica de execução, inclusive de forma parcelada (por trechos, frentes e etapas), conforme a necessidade das demandas, a prioridade do local e a compatibilização com intervenções de redes e demais dispositivos urbanos.

4.4.3.2. Para os serviços de meio-fio (com e sem sarjeta), a OS poderá prever janelas de execução (datas/horários) e metas por produtividade (ex.: extensão/quantidade diária), de modo a compatibilizar equipe, logística, interferências locais e segurança do tráfego/pedestres, além de assegurar qualidade do serviço (alinhamento, níveis, acabamento e cura), evitando retrabalhos e interrupções por falta de planejamento operacional.

4.4.3.3. Para os serviços de calçadas/passeios e ciclovias, a OS poderá prever cronograma por etapas, considerando preparo e compactação de base, execução do revestimento, instalação de dispositivos de acessibilidade quando aplicável, cura/proteção e liberação do trecho, bem como requisitos de sinalização, isolamento e manutenção de circulação segura, conforme a logística de uso do local, restrições de horário e disponibilidade de frentes simultâneas no Município.

4.4.4. Recebimento, conformidade e rejeição

4.4.4.1. O recebimento dos materiais ocorrerá por responsável designado pela Administração, com verificação quantitativa e qualitativa, podendo incluir conferência 4.4.4.1. O recebimento/aceitação dos serviços executados ocorrerá por responsável designado pela Administração/Fiscalização, mediante verificação quantitativa e qualitativa, com base nas medições por item e nos critérios de aceitação definidos no Termo de Referência/Projeto Básico. A aferição poderá incluir conferência documental (OS, registros, checklists e evidências mínimas), inspeção visual, medições geométricas/dimensionais (alinhamento, prumo, níveis/cotas, caimentos e espessuras), verificação de acabamento e integridade e, quando aplicável, realização de verificações/ensaios de controle (ex.: resistência, conformidade de materiais industrializados, entre outros), conforme rotinas municipais e critérios estabelecidos.

4.4.4.2. Em caso de não conformidade com as especificações, padrões técnicos, requisitos de qualidade, segurança ou quantitativos medidos, o serviço poderá ser rejeitado total ou parcialmente, devendo a Contratada providenciar a correção/reexecução/complementação sem ônus para a Administração, no prazo definido em notificação e nos termos do edital e da Ata, inclusive com reapresentação para nova verificação e medição.

4.4.4.3. A recusa/rejeição não afasta a aplicação de sanções e demais medidas cabíveis quando caracterizado descumprimento contratual, observado o devido processo administrativo, sem prejuízo de glosas, registros de desempenho e demais instrumentos de gestão e fiscalização previstos no instrumento convocatório e na Ata.

4.4.5. Comunicação de impedimentos e reprogramação

4.4.5.1. Caso a Contratada identifique impossibilidade de cumprir o prazo, a mobilização ou a programação estabelecida na Ordem de Serviço (OS), deverá comunicar formalmente a Administração/Fiscalização, com a antecedência mínima definida no Termo de Referência ou, quando não houver, em prazo razoável que permita reprogramação operacional, apresentando justificativas técnicas e/ou logísticas para análise, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas.

4.5 - DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

4.5.1. Em razão da natureza do objeto, que envolve a execução, sob demanda, de serviços de implantação, reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, com emprego de insumos e componentes essenciais ao desempenho e à durabilidade (inclusive artefatos de concreto pré-moldados, quando aplicável, como guias/meios-fios, sarjetas, peças especiais, piso tátil, blocos/pavers e correlatos), poderá ser exigida a apresentação de Carta de Solidariedade/Compromisso de Fornecimento, nos termos a serem definidos no edital e no Termo de Referência.

4.5.2. A exigência da Carta de Solidariedade justifica-se pela necessidade de assegurar a efetiva disponibilidade, regularidade e continuidade de fornecimento dos componentes críticos à execução dos serviços, especialmente quando a empresa licitante não for fabricante/produtora direta dos artefatos ou não detiver estrutura própria de produção, atuando como executora que depende de terceiros fornecedores. Nesses casos, a Carta tem por finalidade garantir:

- a) o compromisso de suporte ao fornecimento dos componentes necessários, nas quantidades e prazos compatíveis com as Ordens de Serviço;
- b) a manutenção do padrão técnico e da qualidade exigidos (ABNT e correlatas), reduzindo riscos de emprego de material fora de especificação;
- c) a mitigação de riscos de descontinuidade, atrasos por indisponibilidade de insumos/peças e prejuízos à programação operacional e à segurança do entorno.

4.5.3. A Carta de Solidariedade deverá ser emitida pelo fabricante/produtor/fornecedor principal dos componentes vinculados à execução (quando aplicável), em favor da licitante, contendo declaração expressa de ciência do certame, concordância com as condições de atendimento e assunção de compromisso solidário (nos limites definidos no edital) quanto ao suporte ao fornecimento dos materiais/peças essenciais, com identificação do(s) produto(s), padrões técnicos e condições mínimas de atendimento.

4.5.4. A exigência não se aplica às licitantes que comprovarem ser fabricantes/produtoras diretas dos artefatos/componentes ou que demonstrem capacidade própria de suprimento, hipótese em que a responsabilidade pelo fornecimento e pela conformidade técnica recairá integralmente sobre a própria empresa participante, nos termos do edital e da Ata.

4.5.5. Dessa forma, a exigência da Carta de Solidariedade revela-se medida proporcional e adequada ao modelo de contratação por SRP e por demanda, contribuindo para a segurança jurídica, continuidade de execução e mitigação de riscos de atrasos e não conformidades, sem prejuízo da competitividade, desde que limitada aos insumos/componentes efetivamente críticos e conforme disciplinamento do instrumento convocatório.

4.6. SUBCONTRATAÇÃO

4.6.1. Considerando a natureza do objeto — execução, sob demanda, de serviços de implantação, reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias — será admitida a subcontratação parcial, desde que não implique transferência da responsabilidade principal e não descaracterize a capacidade técnica e operacional da Contratada, permanecendo esta integralmente responsável perante a Administração pela qualidade, prazos, segurança, conformidade técnica e demais obrigações contratuais, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do instrumento convocatório.

4.6.2. A subcontratação deverá observar, cumulativamente:

- a) prévia comunicação e aprovação da Administração/Fiscalização, com indicação do escopo a subcontratar, local/OS e justificativa;
- b) vedação à subcontratação total do objeto e vedação à subcontratação em cadeia (subcontratada subcontratar) sem autorização expressa;
- c) comprovação de que a subcontratada detém capacidade compatível com a parcela a executar e atende às exigências de regularidade aplicáveis, quando solicitado;
- d) atendimento integral às normas técnicas, padrões do Termo de Referência/Projeto Básico, requisitos de segurança do trabalho, meio ambiente e sinalização/isolamento;
- e) manutenção da rastreabilidade da execução por OS, com registros, medições e evidências mínimas exigidas, sob responsabilidade da Contratada.

4.6.3. A subcontratação poderá ser autorizada, especialmente, para serviços especializados ou instrumentais, sem prejuízo do controle e da gestão pela Contratada, tais como: fornecimento de artefatos de concreto pré-moldados (quando aplicável), serviços pontuais de demolição/remoção, transporte, destinação de RCC, locação de equipamentos, sinalização e outros serviços acessórios previstos no Termo de Referência, desde que preservados os padrões de qualidade e os prazos da OS.

4.6.4. A Contratada permanece responsável por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança relacionadas à execução, inclusive quando houver subcontratação, não se estabelecendo qualquer vínculo entre a Administração e a subcontratada. Eventuais falhas, atrasos, inconformidades e danos decorrentes de subcontratação serão imputados à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

4.6.5. Quando aplicável e vantajoso ao interesse público, poderá ser incentivada a subcontratação de ME/EPP para parcelas compatíveis, desde que não comprometa a execução, a qualidade e a governança do contrato/ata, observadas as condições e limites estabelecidos no edital e no Termo de Referência.

4.7. CONSÓRCIO

4.7.1. Será admitida a participação de empresas em regime de consórcio no presente procedimento, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que a reunião de capacidades técnicas, operacionais e econômico-financeiras pode ampliar a competitividade do certame, sem afastar a responsabilidade integral pela adequada execução do objeto. A regra legal é de admissibilidade do consórcio, salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório.

4.7.2. A admissão de consórcios mostra-se compatível com a natureza do objeto, especialmente porque a contratação envolve serviços comuns de engenharia executados sob demanda, com necessidade de mobilização operacional, capacidade técnica compatível, estrutura administrativa e suporte financeiro aptos a garantir atendimento tempestivo às Ordens de Serviço, manutenção do padrão de qualidade, correção de inconformidades e continuidade das frentes de execução. A jurisprudência orientativa do TCU registra que a motivação sobre admitir ou vedar consórcios deve constar da fase preparatória, e que sua permissão pode, em determinados contextos, mitigar restrições concorrenciais decorrentes da reunião de múltiplos serviços em um único objeto.

4.7.3. Para fins de participação em consórcio, deverá ser apresentada comprovação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder, que será a responsável por sua representação perante a Administração durante a licitação e, se vencedor o consórcio, também durante a execução contratual, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todas as consorciadas pelos atos praticados.

4.7.4. Para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado. Para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada

consorciado, observadas as regras editalícias pertinentes. É vedado, contudo, que uma mesma empresa participe, nesta licitação, em mais de um consórcio ou concomitantemente de forma isolada e em consórcio.

4.7.5. Nos termos do art. 15, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, fica estabelecido para o consórcio acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, percentual que se mostra adequado e proporcional às características do objeto, de modo a assegurar que a união empresarial apresente robustez financeira compatível com os riscos, a dimensão operacional e as obrigações decorrentes da futura contratação. Tal acréscimo não se aplicará aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, na forma da lei.

4.7.6. Caso o consórcio seja vencedor, sua constituição e registro deverão ser promovidos antes da celebração do contrato, nos termos do compromisso apresentado na fase de habilitação. Eventual substituição de empresa consorciada somente poderá ocorrer mediante expressa autorização da Administração e desde que a nova empresa comprove possuir, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída.

4.7.7. A admissão de consórcio, na presente contratação, não afasta a exigência de plena capacidade de execução, de coordenação operacional unificada, de observância aos padrões de qualidade, de atendimento tempestivo às Ordens de Serviço, de segurança na execução e de responsabilização integral pelo resultado, permanecendo todas as consorciadas solidariamente responsáveis pelo cumprimento das obrigações previstas no Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual correspondente

4.8. RESERVA DE COTAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.8.1. Na presente licitação, realizada na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços, será assegurada a participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), com aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, quando cabível, em especial quanto às regras de habilitação, preferência de contratação (empate ficto) e demais benefícios legalmente aplicáveis.

4.8.2. Considerando que o objeto consiste na execução de serviços comuns de engenharia, sob demanda, com julgamento por menor preço por item, envolvendo meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, é tecnicamente possível avaliar a aplicação de tratamento favorecido às ME/EPP, inclusive por meio de itens/lotes exclusivos e/ou reserva de cota, desde que atendidos os pressupostos legais e demonstrada a viabilidade competitiva e operacional, nos termos do art. 48 da LC nº 123/2006, a ser verificada no planejamento e refletida no instrumento convocatório.

4.8.3. A definição acerca de exclusividade, reserva de cota de até 25% (quando o item/serviço for divisível) e/ou estruturação por itens/lotes observará, de forma motivada, critérios de vantajosidade, competitividade, padronização e eficiência, considerando, entre outros:

- a) a existência de, no mínimo, 3 (três) fornecedores competitivos enquadráveis como ME/EPP no mercado relevante, quando exigido para a adoção de exclusividade ou cota, conforme a legislação;
- b) a preservação da economicidade e da ampla competição, com mitigação de riscos de preços superiores ou baixa disputa;
- c) a compatibilidade com a execução por demanda e por Ordens de Serviço, inclusive quanto à capacidade de mobilização, atendimento de prazos, disponibilidade de equipes e equipamentos;
- d) a necessidade de padronização técnica e de qualidade (alinhamento, prumo, níveis/cotas, acabamento, resistência/cura, acessibilidade quando aplicável e segurança do entorno), sem prejuízo do controle de conformidade pela fiscalização;
- e) o risco de descontinuidade ou fragmentação operacional quando houver múltiplos executores em áreas/trechos críticos, especialmente em demandas prioritárias.

4.8.4. Quando aplicável e vantajoso, a Administração poderá:

- a) estabelecer itens/lotes exclusivos para ME/EPP, observados os limites legais vigentes e a viabilidade de competição;
- b) reservar cota de até 25% do quantitativo do item/serviço divisível para ME/EPP, desde que isso não comprometa a continuidade, o padrão técnico e o atendimento das Ordens de Serviço;
- c) não adotar cota/exclusividade quando a aplicação não se mostrar vantajosa, não houver competitividade mínima, houver risco de prejuízo à execução por demanda ou à padronização/continuidade dos serviços, devidamente motivado nos autos, conforme art. 49 da LC nº 123/2006.

4.8.5. Independentemente da adoção de cota/exclusividade, serão aplicadas as regras de preferência e desempate previstas na LC nº 123/2006 (empate ficto), bem como os demais benefícios cabíveis, assegurando tratamento favorecido às ME/EPP sem comprometer a vantajosidade, a continuidade do atendimento por demanda e a adequada execução do objeto.

4.8.6. Assim, a participação de ME/EPP será permitida e estimulada no certame, condicionando-se eventual reserva de cotas e/ou itens exclusivos à demonstração de viabilidade, competitividade e vantajosidade, com a devida motivação no processo e previsão expressa no edital, preservando-se a efetividade do SRP e a governança da execução dos serviços.

V. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO PARA O ATENDIMENTO À DEMANDA AVALIAÇÃO CIRCUNSTANCIADA DE CADA UMA DELAS

5.1 - JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA

5.1.1. As soluções disponíveis para atendimento da demanda de execução, sob demanda, de serviços de implantação, reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias no Município de Anápolis podem ser sintetizadas nas seguintes alternativas principais:

- a) contratação por demanda, mediante licitação própria, na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP);
- b) contratação por licitação própria sem Registro de Preços, por contrato/nota de empenho para execução imediata e integral (ou concentrada em um escopo fechado), sem SRP; e
- c) adesão a Ata de Registro de Preços já existente em outro ente/órgão, desde que compatível com o objeto pretendido (itens, padrões técnicos, unidades, condições de execução, medição e recebimento) e atendidos os requisitos legais e de vantajosidade.

5.2. AQUISIÇÃO COM UTILIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRÓPRIA, SEM REGISTRO DE PREÇOS (COMPRA IMEDIATA)

5.2.1. A primeira solução consiste em realizar licitação/contratação para execução imediata e integral do escopo estimado (ou de trechos previamente delimitados), sem utilização do Sistema de Registro de Preços, por meio de contrato/nota de empenho, com execução concentrada em período determinado. Em tese, essa alternativa pode simplificar a gestão de uma única contratação, porém depende de maior previsibilidade quanto aos locais/trechos, quantitativos e prioridades, além de exigir programação operacional mais rígida e compatibilização com interferências urbanas e disponibilidade de frentes de trabalho.

5.2.1.1. Enquadramento técnico-operacional: a contratação integral e concentrada tende a reduzir a flexibilidade de atendimento às demandas, especialmente porque a necessidade de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias é variável e influenciada por fatores como: intervenções em redes e dispositivos urbanos, correções pontuais priorizadas, demandas emergenciais/localizadas, execução simultânea em múltiplos pontos do Município e sazonalidade (incluindo período chuvoso, quando há maior

sensibilidade a drenagem superficial e recomposições).

5.2.1.2. Aderência ao objeto: a aderência é limitada, pois a demanda ocorre por demanda e de forma parcelada, com emissão de Ordens de Serviço conforme prioridades e disponibilidade de frentes. A contratação concentrada pode gerar riscos de:

- a) descompasso entre o cronograma do contrato e a capacidade real de liberação de trechos, frentes e interferências locais;
- b) subdimensionamento ou superdimensionamento dos quantitativos inicialmente contratados, com necessidade de supressões/aditivos e maior risco de retrabalho administrativo;
- c) reprogramações sucessivas por condicionantes de campo (trânsito, acessos, interferências de redes, condições climáticas), com impacto em produtividade e custos indiretos;
- d) descontinuidade do atendimento a novas demandas surgidas durante a vigência, exigindo novo procedimento para trechos não contemplados no escopo fechado;
- e) maior dificuldade em assegurar atendimento tempestivo a ocorrências prioritárias, caso o contrato esteja direcionado a um conjunto fixo de trechos.

5.2.1.3. Vantagens: possibilidade de concentrar execução em um escopo previamente definido, com simplificação dos instrumentos de gestão (um contrato principal), potencial ganho de produtividade quando houver concentração territorial e previsibilidade de frentes, e maior facilidade de planejamento quando as intervenções forem predominantemente programadas e delimitadas.

5.2.1.4. Limitações para o caso: pouca flexibilidade para absorver demandas dinâmicas e distribuídas ao longo do período, menor capacidade de resposta a ocorrências emergenciais e maior risco de desalinhamento entre cronograma e condicionantes de campo (interferências, liberação de áreas, clima), além de aumentar a probabilidade de necessidade de novos certames/contratações para atendimento contínuo das demandas.

5.3. LICITAÇÃO PRÓPRIA POR PREGÃO ELETRÔNICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.3.1. A segunda solução corresponde à realização de licitação própria, na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços, para registrar preços unitários por item/serviço (meio-fio com/sem sarjeta, calçadas/passeios, ciclovias e serviços correlatos), permitindo contratações futuras e eventuais conforme necessidade, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS), Nota de Empenho ou instrumento equivalente, durante a vigência da Ata.

5.3.1.1. Enquadramento legal: a solução é compatível com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com a regulamentação municipal aplicável, por se tratar de serviços comuns de engenharia, com especificações objetivas e padrões de desempenho e qualidade definidos no Termo de Referência/Projeto Básico, julgamento por menor preço por item e necessidade de execução parcelada e por demanda, característica típica do Sistema de Registro de Preços.

5.3.1.2. Aderência ao objeto: trata-se da alternativa com maior aderência ao caso concreto, pois:

- a) permite execução parcelada conforme demanda real, priorização de trechos e programação das frentes;
- b) assegura continuidade operacional e previsibilidade de atendimento, com mobilização conforme OS;
- c) reduz o risco de contratação superdimensionada e a necessidade de travar a Administração em um escopo fechado, mantendo flexibilidade;
- d) melhora a capacidade de resposta a ocorrências e intervenções prioritárias (recomposições pós-interferências, correções pontuais, adequações de acessibilidade e drenagem superficial);
- e) favorece o planejamento logístico e a governança da execução, com rastreabilidade por OS, medições por item e controle do saldo da Ata.

5.3.1.3. Vantagens: amplia a competitividade do certame, assegura transparência e rastreabilidade, viabiliza atendimento contínuo e por demanda, e reforça a governança da execução, com preços unitários registrados e possibilidade de gestão eficiente das ordens de serviço, das medições, do recebimento e das correções de não conformidades ao longo do período de vigência da Ata.

5.3.1.4. Limitações para o caso: exige organização administrativa para gestão da Ata (controle de saldo, emissões de OS e acompanhamento de medições), além de fiscalização contínua e controle de conformidade técnica compatíveis com a execução dos serviços (alinhamento, níveis, acabamento, cura, segurança do entorno, acessibilidade quando aplicável). Tais aspectos, contudo, são inerentes e compatíveis com a rotina de manutenção/implantação de infraestrutura urbana e com a gestão de contratações por demanda.

5.4. ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE OUTRO ENTE

5.4.1. A terceira solução disponível é a adesão a Ata de Registro de Preços vigente de outro ente ou órgão, desde que o objeto registrado seja compatível com as necessidades do Município de Anápolis e sejam atendidos os requisitos legais aplicáveis. Essa alternativa pode reduzir o tempo de tramitação de um procedimento próprio, porém depende da existência de Ata com especificações plenamente aderentes e condições operacionais viáveis para execução sob demanda em Anápolis/GO (mobilização, prazos, medição, padrões técnicos e atendimento simultâneo em múltiplos pontos).

5.4.1.1. Enquadramento legal: a adesão à Ata é admitida pela Lei Federal nº 14.133/2021, condicionada, entre outros aspectos, à comprovação de vantajosidade, à compatibilidade integral do objeto, ao atendimento a limites e regras aplicáveis, e à anuência do órgão gerenciador/participante e do fornecedor registrado, quando exigível.

5.4.1.2. Aderência ao objeto: a aderência é incerta, pois depende de:

- a) especificações técnicas equivalentes às adotadas pelo Município (itens/serviços, unidades de medição, critérios de aceitação, padrões mínimos de qualidade e rotinas de fiscalização);
- b) condições de execução compatíveis com a realidade local (prazo de mobilização, atendimento por OS, segurança do entorno, logística de fornecimento de materiais/artefatos e estrutura de equipes);
- c) preços, BDI e condições contratuais que se mostrem vantajosos e exequíveis para a realidade de Anápolis/GO;
- d) disponibilidade de saldo e capacidade de atendimento tempestivo, sem comprometer as demandas do órgão gerenciador e sem criar risco de descontinuidade.

5.4.1.3. Vantagens: celeridade e redução de esforços administrativos na fase interna, quando existir Ata plenamente compatível e vantajosa, com condições operacionais aderentes e fornecedor com capacidade comprovada de atendimento local.

5.4.1.4. Limitações para o caso: risco elevado de incompatibilidades (padrões técnicos, unidades de medição, critérios de aceitação e forma de execução), menor capacidade de customização de condições de atendimento por demanda e por prioridades locais, possível indisponibilidade de saldo/atendimento, além da necessidade de comprovação robusta de vantajosidade e aderência — o que pode reduzir a efetividade e a segurança da solução frente às necessidades contínuas e dinâmicas do Município.

5.5. CONCLUSÃO DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA

5.5.1. Diante das alternativas analisadas, a solução tecnicamente mais adequada é a realização de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, com julgamento por menor preço por item, para contratação por demanda dos serviços de implantação, reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, por assegurar maior aderência à dinâmica de execução distribuída no tempo e no território, com flexibilidade operacional, capacidade de mobilização conforme prioridades, continuidade das frentes de serviço e melhor governança da execução por Ordens de Serviço (gestão de

saldo, rastreabilidade, medições e recebimento). Esse arranjo mitiga riscos de descontinuidade, retrabalhos e reprogramações sucessivas, assegurando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e melhor atendimento às demandas de mobilidade, acessibilidade e segurança no espaço urbano.

5.6. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA (SÍNTESE DA PESQUISA DE PREÇOS)

5.6.1. A definição dos preços de referência utilizados para estimar o custo da contratação observou metodologia compatível com a natureza do objeto (serviços comuns de engenharia, executados sob demanda, para implantação, reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio com/sem sarjeta, calçadas/passeios e ciclovias) e as diretrizes aplicáveis à pesquisa de preços, priorizando fontes oficiais e referenciais públicos reconhecidos, com vistas a assegurar transparência, rastreabilidade, aderência à realidade de mercado e mitigação de riscos de sobrepreço ou subavaliação.

5.6.2. Para a formação do valor estimado, foram considerados, como parâmetros principais, os referenciais oficiais de custos de obras e serviços de engenharia, com destaque para o SINAPI, utilizado como base para composições e/ou itens equivalentes (mão de obra, equipamentos e insumos), e, quando necessário e justificado, outros referenciais públicos idôneos e compatíveis com o escopo, observando-se as orientações aplicáveis quanto à adoção de fontes confiáveis e à devida documentação da pesquisa, inclusive à luz da Instrução Normativa nº 09/2023 do TCM/GO.

5.6.3. Quando necessário para robustez da estimativa e para refletir condições locais de execução, a pesquisa poderá ser complementada por: (i) contratações similares recentes da Administração Pública; (ii) painéis e bases públicas de preços; (iii) atas vigentes compatíveis; e (iv) cotações formais junto a fornecedores/prestadores (quando cabível), devidamente registradas nos autos, com indicação de data-base, origem da informação, critérios de comparabilidade (unidade, escopo, local de execução, encargos e condições de medição) e tratamento dos dados.

5.6.4. Dessa forma, a estimativa de custos foi elaborada de maneira criteriosa, fundamentada e auditável, de modo que o valor estimado represente adequadamente a realidade de mercado para os itens/serviços relacionados a meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, incluindo, quando aplicável, composições de serviços, insumos, equipamentos e encargos, assegurando racionalidade econômica, segurança jurídica e aderência aos princípios da economicidade e da vantajosidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

5.7. RISCOS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

5.7.1. A contratação apresenta riscos inerentes à execução contínua e por demanda de serviços de implantação, reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, incluindo riscos de mobilização, qualidade de execução, interferências urbanas, segurança do entorno, disponibilidade de insumos/artefatos, gestão de prazos e medição/recebimento. Tais riscos devem ser identificados, analisados e mitigados para garantir a adequada execução das frentes de serviço e o cumprimento das especificações técnicas e condições operacionais estabelecidas pela Administração Municipal. Os principais riscos associados são:

5.7.2. Riscos técnicos (qualidade e conformidade da execução e dos materiais)

5.7.2.1. Descrição: possibilidade de execução em desconformidade com as especificações técnicas exigidas (ex.: alinhamento/prumo/níveis inadequados, caimentos insuficientes, acabamento deficiente, cura inadequada de elementos em concreto, espessuras fora do previsto, falhas em juntas, assentamento/base mal preparada, peças pré-moldadas com defeitos ou fora de padrão, inadequação de dispositivos de acessibilidade quando aplicável), bem como divergências de quantitativos medidos/executados e falhas de interface com o entorno (sarjetas/drenagem superficial, acessos, esquinas e travessias).

5.7.2.2. Impacto: rejeição de trechos/serviços, necessidade de correção/reexecução, retrabalho em campo, redução de durabilidade das intervenções, surgimento de desníveis e quebras prematuras, comprometimento da drenagem superficial (quando houver sarjeta), aumento do custo global de manutenção, transtornos à circulação local e elevação do risco de acidentes, especialmente para pedestres

e ciclistas.

5.7.2.3. Causas comuns: falhas de execução e controle (mão de obra insuficiente ou sem qualificação), inexistência/insuficiência de checklists e inspeções, utilização de materiais fora de especificação, preparo inadequado de base e leito, ausência de controle de geometria (alinhamento, níveis e caimentos), cura/proteção insuficiente, logística deficiente para fornecimento de artefatos e insumos, e fiscalização insuficiente durante a execução e no recebimento.

5.7.2.4. Mitigação: definição clara de especificações, métodos executivos e critérios de aceitação no Termo de Referência/Projeto Básico; exigência de evidências mínimas por OS (checklists, fotos antes/durante/depois, croquis/medições quando aplicável); previsão de rotinas de fiscalização com medições de alinhamento, níveis, caimentos, espessuras e acabamento; exigência de conformidade de materiais/artefatos e, quando cabível, documentação técnica (fichas, laudos, rastreabilidade de lotes); possibilidade de rejeição formal de trechos e determinação de correção/reexecução sem ônus; aplicação de glosas e sanções em caso de descumprimento e reincidência; e reforço de requisitos de mobilização, segurança do entorno e proteção/isolamento do trecho durante cura e liberação.

5.7.3. Riscos de prazo (atraso no atendimento/mobilização e descontinuidade de execução)

5.7.3.1. Descrição: atraso no atendimento às Ordens de Serviço (OS), demora na mobilização de equipes/equipamentos, indisponibilidade de insumos/artefatos essenciais (ex.: guias/meios-fios, peças especiais, materiais para base/revestimento, piso tátil quando aplicável), restrição de janelas operacionais de execução (trânsito, eventos, condições climáticas) ou incapacidade logística de atender execuções parceladas conforme a programação municipal.

5.7.3.2. Impacto: paralisação de frentes de serviço, perda de janelas de execução, aumento do passivo de manutenção (trechos sem recomposição), agravamento de degradações e desníveis, aumento do custo de recuperação, além de impactos na mobilidade e na acessibilidade (inclusive em rotas de transporte público, acessos a equipamentos públicos e áreas de maior circulação de pedestres/ciclistas).

5.7.3.3. Causas comuns: capacidade operacional insuficiente (equipe/equipamentos), falhas de planejamento e logística, priorização de outras frentes privadas, indisponibilidade de fornecedores de artefatos/insumos, interferências não mapeadas (redes, acessos, ocupações), condições climáticas adversas, e comunicação inadequada entre Administração/Fiscalização e Contratada.

5.7.3.4. Mitigação: fixação de prazos máximos de mobilização/início e de execução por OS no edital/TR; definição de critérios de priorização e possibilidade de execução por etapas/trechos; exigência de plano de mobilização e de capacidade mínima quando cabível; previsão de penalidades por atraso e de mecanismos de glosa; gestão ativa da Ata (controle de saldo, programação e monitoramento preventivo de demandas); e estabelecimento de canal formal de comunicação para reprogramações justificadas e devidamente aprovadas pela Administração/Fiscalização.

5.7.4. Riscos de qualidade do serviço (execução e desempenho em campo)

5.7.4.1. Descrição: risco de baixa qualidade da intervenção em razão de execução inadequada dos serviços de meio-fio (com/sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, ainda que os materiais estejam conformes, incluindo: falhas de alinhamento/prumo/níveis, caimentos inadequados (especialmente em sarjetas e escoamento superficial), base mal preparada/compactada, espessuras fora do previsto, acabamento deficiente, execução inadequada de juntas, cura insuficiente de elementos cimentícios, assentamento deficiente de peças pré-moldadas, e implantação inadequada de dispositivos de acessibilidade (quando aplicável).

5.7.4.2. Impacto: falhas prematuras (trincas, quebras, deslocamentos, abatimentos e desníveis), comprometimento da drenagem superficial, reincidência de manutenção corretiva, necessidade de reexecução, desperdício de recursos e aumento do risco de acidentes, sobretudo para pedestres e ciclistas.

5.7.4.3. Causas comuns: insuficiência de equipe operacional, indisponibilidade de equipamentos e

ferramentas, execução fora de procedimento, uso de materiais fora de especificação ou mal acondicionados, ausência de supervisão técnica e de controles durante a execução, interferências locais não tratadas (solo/umidade, redes, acessos), e condições climáticas desfavoráveis (chuva, alta umidade) que impactem lançamento, acabamento e cura.

5.7.4.4. Mitigação: vinculação da execução à capacidade operacional mínima (equipes, equipamentos e ferramentas); padronização de procedimentos executivos e de controle (checklists por OS); supervisão e fiscalização contínua em campo com medições de alinhamento, níveis/cotas, caimentos, espessuras e acabamento; planejamento de frentes conforme condições climáticas e janelas operacionais; exigência de proteção/isolamento durante cura e liberação; e registros de execução (locais, trechos, quantitativos, datas, fotos e ocorrências), com previsão de correção/reexecução sem ônus em caso de não conformidade.

5.7.5. Riscos de inexecução ou descontinuidade da execução/atendimento

5.7.5.1. Descrição: risco de a Contratada não cumprir as Ordens de Serviço (OS), interromper atendimento, recusar execução por demanda, não mobilizar equipe/equipamentos no padrão exigido ou não manter condições mínimas de execução durante a vigência da Ata, comprometendo a continuidade das frentes de serviço de meio-fio, calçadas/passeios e ciclovias.

5.7.5.2. Impacto: descontinuidade de execução, aumento do passivo de manutenção, necessidade de nova licitação/contratação emergencial, atrasos relevantes, prejuízos à mobilidade e acessibilidade, e elevação de custos por reprogramações e retrabalhos.

5.7.5.3. Causas comuns: dificuldades financeiras, baixa capacidade operacional (equipes/equipamentos), falhas gerenciais e de planejamento, dependência excessiva de terceiros para insumos/artefatos essenciais sem garantias, alta rotatividade de mão de obra, e incapacidade de atuar em múltiplos pontos simultaneamente.

5.7.5.4. Mitigação: definição de requisitos de habilitação e qualificação técnica compatíveis com o objeto (inclusive capacidade operacional quando cabível); exigência de plano mínimo de mobilização/atendimento e de evidências por OS; previsão de sanções por descumprimento, glosas e mecanismos de desempenho; Carta de Solidariedade/Compromisso de fornecimento quando aplicável para insumos/artefatos críticos; possibilidade de convocação de remanescentes/registro reserva conforme edital; e gestão ativa do risco (monitoramento de atendimento, controle de prazos, registro de ocorrências e acionamento tempestivo de medidas corretivas).

5.7.6. Riscos jurídicos e de conformidade do procedimento

5.7.6.1. Descrição: risco de impugnações, recursos, questionamentos de órgãos de controle e apontamentos por falhas de especificação, pesquisa de preços, exigências potencialmente restritivas, inconsistências na modelagem do SRP ou lacunas no Termo de Referência/edital e anexos (Projeto Básico, planilhas, critérios de medição/recebimento e parâmetros de desempenho).

5.7.6.2. Impacto: suspensão/atraso do certame, necessidade de retificações, insegurança jurídica, risco de glosas ou recomendações corretivas e atraso no atendimento das demandas de execução por demanda (com reflexo direto na continuidade das frentes de meio-fio, calçadas/passeios e ciclovias).

5.7.6.3. Causas comuns: especificações técnicas insuficientes (ou excessivas sem motivação), critérios de habilitação desproporcionais, pesquisa de preços com baixa robustez ou sem comparabilidade (unidades/escopo/condições), inconsistências entre ETP/TR/planilhas, lacunas de critérios de medição e aceitação, e modelagem inadequada do SRP (gestão de saldo, prazos, mecanismos de convocação, regras de adesão/participação e reajuste).

5.7.6.4. Mitigação: revisão técnica e jurídica do TR/Projeto Básico e do edital; justificativas motivadas e proporcionais para exigências específicas (ex.: Carta de Solidariedade quando aplicável, vedação de consórcio, regras de subcontratação e requisitos de qualificação); documentação completa e rastreável da

pesquisa de preços (priorizando SINAPI e demais fontes oficiais idôneas, além de contratações similares/painéis públicos quando cabível); consistência entre peças (ETP, TR, planilhas, anexos); e reforço de publicidade, transparência e rastreabilidade dos atos, com resposta tempestiva a pedidos de esclarecimento e impugnações.

5.7.7. Riscos orçamentários e financeiros

5.7.7.1. Descrição: divergência relevante entre o preço estimado e os preços praticados no mercado na data do certame, variações de custos de insumos típicos de serviços de engenharia (materiais cimentícios, agregados, artefatos pré-moldados, transporte, mão de obra e equipamentos), além do risco de frustração do pregão por preços inexequíveis ou acima da estimativa, especialmente em itens sensíveis à logística e à disponibilidade local.

5.7.7.2. Impacto: licitação deserta/frustrada, necessidade de revisão de estimativas e readequação das planilhas, atraso no início/continuidade das frentes de serviço, reprogramação operacional e, em situações críticas, aumento do passivo de manutenção e de riscos de segurança/funcionalidade no espaço urbano.

5.7.7.3. Causas comuns: pesquisa de preços desatualizada, variações sazonais (chuvas e períodos de maior demanda), oscilações de custos de materiais e transporte, restrições de oferta local de artefatos/insumos, diferenças de produtividade entre metodologias executivas e divergências de escopo/unidade na comparação de referências.

5.7.7.4. Mitigação: adoção de data-base clara para a estimativa; atualização da pesquisa quando houver defasagem relevante ou evidências de mudança de mercado; uso de múltiplas fontes idôneas (SINAPI e outros referenciais oficiais, contratações similares, painéis/atas públicas compatíveis e cotações quando cabíveis); registro adequado e auditável da metodologia (comparabilidade de escopo, unidade e condições de execução); e previsão, no instrumento convocatório/ata/contratos decorrentes, de mecanismos legais de recomposição quando cabíveis (reajuste/revisão, conforme legislação aplicável), preservando a exequibilidade e a vantajosidade.

5.7.8. Riscos operacionais (comunicação, logística, execução e recebimento)

5.7.8.1. Descrição: falhas de comunicação na emissão/atendimento de Ordens de Serviço (OS), divergências de programação de mobilização e execução por trecho, dificuldades de acesso e liberação das frentes (trânsito, moradores, comércios, interferências de redes), indisponibilidade pontual de insumos/artefatos, e inconsistências nos registros de medição, evidências e recebimento dos serviços.

5.7.8.2. Impacto: atrasos, reprogramações, execução parcial sem continuidade, inconsistências de registros (quantitativos e evidências), retrabalhos, glosas, maior dificuldade de fiscalização e risco de não conformidades passarem sem correção tempestiva.

5.7.8.3. Causas comuns: ausência de pontos focais entre Administração/Fiscalização e Contratada, instruções operacionais insuficientes na OS, falhas de registro (croquis, medições, fotos antes/durante/depois), falta de alinhamento sobre prioridades e janelas operacionais, problemas de logística interna (equipes/equipamentos), e infraestrutura inadequada para armazenamento temporário de insumos/peças e descarte/triagem de RCC.

5.7.8.4. Mitigação: definição de pontos de contato e fluxos de comunicação; padronização da OS com informações mínimas (local/trecho, item, quantitativo estimado, prazos, restrições de horário, requisitos de segurança e sinalização, e critérios de aceitação); exigência de registros e rastreabilidade por OS (checklists, fotos e medições/croquis quando aplicável); rotinas de conferência e validação de medições; e diretrizes operacionais para mobilização, acesso ao local, proteção do entorno e gestão de resíduos (RCC), garantindo consistência e auditabilidade do recebimento..

5.7.9. Riscos ambientais e de segurança

5.7.9.1. Descrição: riscos associados à execução dos serviços em via pública e áreas de circulação, incluindo: geração e manejo de resíduos (RCC) provenientes de demolições/remoções; poeira e ruído; possibilidade

de danos a árvores, mobiliário urbano e redes aparentes; e riscos de segurança em frentes de serviço (tráfego de veículos, circulação de pedestres e ciclistas, operação de equipamentos, escavações/localizações com risco de queda, cortes e esmagamentos), bem como riscos durante cura/liberação de trechos recém-executados.

5.7.9.2. Impacto: incidentes ambientais (disposição irregular de RCC, contaminações pontuais e danos ao entorno), acidentes de trabalho e com terceiros, responsabilizações civis/administrativas, paralisações de frentes e atrasos por interdições, além de prejuízos à imagem institucional e aumento do custo por retrabalhos e reparos.

5.7.9.3. Causas comuns: procedimentos inadequados de segurança, ausência/uso incorreto de EPIs/EPCs, sinalização insuficiente, falhas no isolamento de áreas, planejamento inadequado de frentes em locais com alto fluxo, descarte/armazenamento impróprio de resíduos e materiais, e comunicação insuficiente sobre restrições de tráfego e circulação no entorno.

5.7.9.4. Mitigação: exigência de boas práticas de segurança e meio ambiente; cumprimento de normas regulamentadoras aplicáveis e rotinas internas do Município; apresentação/adoção de procedimentos operacionais (sinalização, isolamento, controle de tráfego e proteção de pedestres/ciclistas); exigência e fiscalização do uso de EPIs/EPCs; orientação e controle sobre manejo e destinação ambientalmente adequada de RCC; e planejamento das frentes com janelas operacionais e medidas preventivas para reduzir riscos durante execução, cura e liberação dos trechos.

5.7.10. Riscos de desalinhamento entre planejamento, capacidade operacional e execução por demanda

5.7.10.1. Descrição: divergência entre o volume de serviços registrados/acionados por Ordem de Serviço (OS) e a capacidade real de execução e acompanhamento, decorrente de limitações de equipes (inclusive impactos do processo seletivo 2026 na disponibilidade de mão de obra e apoio operacional), da disponibilidade de equipamentos/ferramentas, da liberação de frentes (interferências e autorizações locais) e da capacidade de fiscalização/medição, podendo gerar subutilização da Ata, reprogramações sucessivas ou dificuldade de atendimento tempestivo a prioridades.

5.7.10.2. Impacto: baixa eficiência do planejamento, atrasos e reprogramações frequentes, execução fragmentada (trechos iniciados sem conclusão), risco de não atendimento de pontos críticos (acessibilidade, drenagem superficial, áreas de grande fluxo) ou, no extremo oposto, emissão de OS com volume incompatível com a capacidade de execução, fiscalização e cura/liberação adequada, aumentando risco de não conformidades e retrabalho.

5.7.10.3. Causas comuns: variação de demanda ao longo do período (programada x emergencial), restrições operacionais (equipes/equipamentos), indisponibilidade pontual de insumos/artefatos, interferências de redes e trânsito, mudanças de prioridade por emergências e limitações temporárias de pessoal para acompanhamento, medição e recebimento.

5.7.10.4. Mitigação: planejamento de execução por períodos (semanal/mensal) com priorização territorial; emissão de OS parceladas por trechos e por etapas, compatibilizadas com a capacidade real de mobilização e fiscalização; monitoramento contínuo do saldo da Ata e do desempenho (prazos, não conformidades, produtividade); integração do planejamento com a disponibilidade de equipes, equipamentos e janelas operacionais (trânsito/clima/interferências); definição de critérios objetivos de priorização (segurança, acessibilidade, drenagem e fluxo); e ajustes tempestivos de programação mediante comunicação formal entre Administração/Fiscalização e Contratada.

VI. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO;

6.1. SOLUÇÃO SELECIONADA E FUNDAMENTO

6.1.1. A solução adotada para a contratação consiste na realização de procedimento licitatório na

modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços, e critério de julgamento pelo menor preço por item, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com a regulamentação municipal aplicável.

6.1.2. A escolha fundamenta-se na natureza do objeto, caracterizado como serviços comuns de engenharia, com especificações técnicas objetivas e padronizáveis, passíveis de definição prévia no Termo de Referência/Projeto Básico, abrangendo:

- a) serviços de meio-fio sem sarjeta e meio-fio com sarjeta, incluindo preparação do leito/base, assentamento/moldagem, acabamento e cura, com atendimento a critérios geométricos e de drenagem superficial quando aplicável;
- b) serviços de calçadas/passeios e calçamento, incluindo preparo/regularização e compactação da base quando aplicável, execução do revestimento previsto, acabamentos, juntas e adequações de acessibilidade quando demandadas;
- c) serviços de ciclovias, incluindo execução conforme padrões funcionais e geométricos previstos e intervenções correlatas;
- d) serviços complementares indispensáveis ao pleno desempenho e recebimento, conforme definidos no Termo de Referência e nas Ordens de Serviço.

6.1.3. O Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços revela-se a solução mais adequada ao interesse público por proporcionar:

- a) participação ampliada de licitantes, assegurando maior competitividade e disputa efetiva de preços;
- b) transparência, rastreabilidade e publicidade integral dos atos processuais em ambiente eletrônico;
- c) julgamento objetivo, com seleção da proposta mais vantajosa por item, conforme comparação direta de preços unitários e verificação de conformidade técnica;
- d) redução de custos operacionais e administrativos, em razão da padronização e automatização das etapas pelo sistema;
- e) mitigação de riscos de descontinuidade, por permitir contratações futuras e eventuais e execução por demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme prioridade e disponibilidade orçamentária.

6.1.4. A utilização do critério de julgamento por menor preço por item é plenamente compatível com a estrutura da contratação, uma vez que os itens/serviços possuem características e condições de execução distintas (meio-fio com/sem sarjeta, calçadas/passeios, ciclovias e correlatos), recomendando avaliação individualizada de vantajosidade. Esse critério possibilita julgamento objetivo, impessoal e mensurável e assegura:

- a) maior economicidade, com preços unitários registrados por item e possibilidade de acionamento parcelado por OS, conforme necessidade;
- b) manutenção da qualidade técnica, uma vez que a conformidade é garantida pelo atendimento às especificações, métodos executivos e critérios de aceitação definidos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- c) simplificação e transparência na análise comparativa das propostas;
- d) aderência ao Sistema de Registro de Preços, permitindo contratações por item conforme programação operacional, prioridades territoriais e disponibilidade orçamentária.

6.1.5. Diante desse conjunto de fatores, conclui-se que a solução selecionada — Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, com julgamento por menor preço por item — representa a alternativa mais

vantajosa, eficiente, competitiva e juridicamente segura, assegurando continuidade operacional, atendimento tempestivo por demanda, padronização técnica, rastreabilidade por Ordens de Serviço e melhor governança das intervenções de meio-fio, calçadas/passeios e ciclovias, em consonância com os princípios da legalidade, economicidade, isonomia, eficiência e planejamento.

6.2. ESCOPO E FORMA DE EXECUÇÃO

6.2.1. O escopo da contratação abrange o registro de preços para futura e eventual execução, sob demanda, de serviços de infraestrutura urbana no Município de Anápolis, compreendendo, em síntese:

a) execução de meio-fio sem sarjeta e meio-fio com sarjeta, incluindo, quando aplicável, demolições/remoções, preparo do leito/base, assentamento/moldagem, acabamento e cura, observados alinhamento, prumo, níveis/cotas e caimentos;

b) execução e recomposição de calçadas/passeios e calçamento, incluindo preparo/regularização e compactação de base/sub-base quando aplicável, execução do revestimento previsto, juntas, acabamentos e adequações de acessibilidade (ex.: rampas e piso tátil, quando demandadas);

c) execução de ciclovias, conforme padrões e diretrizes definidos no Termo de Referência/Projeto Básico, incluindo serviços complementares necessários ao pleno desempenho e recebimento;

d) serviços correlatos e complementares indispensáveis ao atendimento das Ordens de Serviço, conforme definidos no Termo de Referência e em seus anexos.

6.2.2. A forma de execução ocorrerá por demanda, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS), Nota de Empenho ou instrumento equivalente pela SEMOHPUMA, com definição clara, para cada acionamento, do item/serviço, trecho/local, quantitativo estimado, prazos, condições de mobilização, restrições operacionais (janelas de execução, interferências e acessos) e demais condições necessárias ao atendimento da frente de serviço.

6.2.3. Para os serviços de meio-fio (com e sem sarjeta), a execução se caracteriza pela implantação/recomposição do dispositivo conforme padrão técnico e dimensional definido, assegurando integração com o entorno e, quando houver sarjeta, o correto escoamento superficial, com observância de alinhamento, níveis e acabamento. A OS poderá estabelecer execução por etapas e metas por produtividade, de modo a compatibilizar frentes, segurança do tráfego e condições de cura/liberação.

6.2.4. Para os serviços de calçadas/passeios e ciclovias, a execução se caracteriza pela preparação do subleito e base (quando aplicável), execução do revestimento previsto, controle de espessuras, juntas e acabamento, além da implantação de elementos de acessibilidade quando demandados, com proteção/isolamento do trecho durante a execução e cura, garantindo circulação segura e conformidade funcional.

6.2.5. O recebimento/aceitação dos serviços será realizado por responsável designado pela Administração/Fiscalização, com verificação quantitativa e qualitativa, incluindo medições por item e por trecho, conferência documental e evidências mínimas por OS (checklists, fotos e croquis/medições quando aplicável), inspeção visual e, quando pertinente, verificações/ensaios de controle, conforme rotinas e critérios definidos no Termo de Referência/Projeto Básico, no edital e na Ata de Registro de Preços.

6.2.6. Assim, a execução do objeto ocorrerá de forma planejada e segmentada por Ordens de Serviço, garantindo rastreabilidade, padronização técnica, controle de qualidade, atendimento por demanda e continuidade das frentes de implantação/manutenção de meio-fio, calçadas/passeios e ciclovias, em consonância com as necessidades operacionais da SEMOHPUMA.

6.3. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

6.3.1. O objeto desta contratação enquadra-se como serviços comuns de engenharia, consistindo no registro de preços para futura e eventual execução, sob demanda, de serviços de implantação, reconstrução, manutenção e adequação de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias,

cuja especificações, padrões mínimos de desempenho e qualidade, unidades de medição e critérios de aceitação podem ser definidos de forma objetiva no Termo de Referência/Projeto Básico, permitindo julgamento pelo menor preço por item em procedimento de Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços.

6.3.2. Trata-se de contratação de serviços mensuráveis e padronizáveis, destinados à melhoria da infraestrutura urbana e da mobilidade, não se caracterizando como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, uma vez que o resultado esperado é a execução material de serviços típicos e repetitivos (implantação/recomposição), com requisitos técnicos previamente estabelecidos e verificáveis pela fiscalização, com medição por unidade/trecho conforme definido no instrumento convocatório.

6.3.3. A classificação como serviço comum decorre do fato de que:

- a) os itens possuem especificações técnicas usuais no mercado e passíveis de padronização por normas e referências técnicas aplicáveis (ABNT e correlatas), bem como por padrões municipais de execução;
- b) a comparação entre propostas é objetiva, com base em preços unitários por item, conforme unidade de medição definida;
- c) a verificação de conformidade pode ser realizada por inspeção, medições geométricas/dimensionais, conferência documental e, quando aplicável, verificações/ensaios e controles de execução;
- d) a execução se dá por demanda, mediante Ordens de Serviço, com condições operacionais, prazos e critérios de recebimento previamente definidos.

6.3.4. Nesse contexto, o enquadramento do objeto como serviços comuns de engenharia é compatível com a adoção do Pregão Eletrônico e do Sistema de Registro de Preços, uma vez que a Administração necessita de atendimento contínuo e parcelado, com demanda variável ao longo do período, e requer condições que assegurem previsibilidade de mobilização, padronização técnica, rastreabilidade das Ordens de Serviço e resposta tempestiva às demandas operacionais.

6.3.5. Ressalta-se que, embora possam existir particularidades de campo em determinados trechos (interferências de redes, condições de solo, restrições de tráfego e acessos), tais aspectos serão tratados na programação e nas Ordens de Serviço e não alteram a natureza do objeto, que permanece padronizável, mensurável e fiscalizável por critérios objetivos, com controles e exigências definidos no Termo de Referência/Projeto Básico e no edital.

6.3.6. Por fim, registra-se que a contratação será processada por Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, e vigência da Ata pelo prazo previsto no instrumento convocatório e na regulamentação aplicável, admitidas as hipóteses legais de prorrogação quando cabíveis. Os quantitativos estimados foram definidos com base na demanda recorrente de manutenção/implantação, na programação operacional e nas necessidades das frentes de serviço vinculadas à SEMOHPUMA.

6.4. MANUTENÇÃO, SUPORTE E CORREÇÃO POR INCONFORMIDADE

6.4.1. A execução dos serviços objeto desta contratação deverá observar rigor técnico e conformidade com as especificações e normas técnicas aplicáveis (ABNT e correlatas), bem como com as diretrizes de segurança, meio ambiente e qualidade estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, no edital e na Ata de Registro de Preços, de modo a assegurar desempenho, durabilidade e adequação das soluções implantadas nas intervenções de meio-fio, calçadas/passeios e ciclovias do Município.

6.4.2. Para os serviços de meio-fio (com e sem sarjeta), deverão ser observadas, no mínimo, as exigências relativas a:

- a) preparo adequado do leito/base, regularização e compactação quando aplicável, garantindo estabilidade e desempenho do conjunto;
- b) execução conforme dimensões e padrões definidos, com controle de alinhamento, prumo, níveis/cotas e

caimentos (inclusive para escoamento superficial, quando houver sarjeta);

c) emprego de materiais conformes (incluindo peças pré-moldadas quando aplicável) e execução com acabamento adequado, sem defeitos relevantes, com cura e proteção do trecho conforme exigido;

d) possibilidade de verificação pela fiscalização, inclusive com apresentação de documentação técnica de materiais/artefatos e registros de execução/medição, quando requerido.

6.4.3. Para os serviços de calçadas/passeios e ciclovias, deverão ser observadas, no mínimo, as exigências relativas a:

a) preparo e compactação do subleito/base/sub-base quando aplicável, controle de espessuras e execução de juntas e acabamentos conforme padrão;

b) atendimento a requisitos funcionais de regularidade superficial, aderência, segurança de circulação e durabilidade, bem como conformidade geométrica e integração com o entorno;

c) execução de acessibilidade quando aplicável e prevista em OS/TR (ex.: rampas, piso tátil e rebaixamentos), com posicionamento, dimensões e acabamento compatíveis;

d) registros de execução e rastreabilidade por OS (fotos, checklists e medições/croquis quando aplicável), para suporte ao recebimento e à aceitação.

6.4.4. A segurança na execução e na logística dos serviços deverá contemplar, no mínimo, medidas de prevenção de riscos durante mobilização, operação e execução, em especial:

a) adoção de sinalização, isolamento e controle de tráfego adequados em vias e locais com circulação de pedestres e ciclistas, incluindo rotas alternativas e manutenção de passagem segura quando necessário;

b) adoção de medidas preventivas no manuseio de materiais cimentícios, corte/remoção de pavimentos, movimentação de cargas e operação de equipamentos, prevenindo acidentes, quedas, esmagamentos e projeção de partículas;

c) observância de normas e boas práticas aplicáveis de segurança do trabalho (EPIs/EPCs, procedimentos operacionais e treinamentos) e proteção ambiental (controle de poeira/ruído, manejo e destinação de RCC, prevenção de danos ao entorno), sem prejuízo de exigências específicas previstas nos instrumentos da contratação.

6.5. MANUTENÇÃO, SUPORTE E SUBSTITUIÇÃO POR INCONFORMIDADE

6.5.1. Por se tratar de aquisição de bens, as obrigações de “manutenção” e “assistência” aplicam-se na forma de garantia de conformidade do fornecimento, abrangendo a substituição, recomposição ou complementação de materiais recusados no recebimento por inconformidade técnica, quantitativa ou documental, sem ônus para a Administração, observado o disposto no Termo de Referência, no edital e na Ata.

6.5.2. A fornecedora deverá, sempre que notificada pela fiscalização, proceder à substituição do material não conforme e/ou à correção de irregularidades de fornecimento (quantidade, lote, documentação, acondicionamento), no prazo definido na notificação e nos instrumentos convocatórios, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis quando caracterizado descumprimento.

6.6. QUALIDADE, DESEMPENHO, CONTROLE E AFERIÇÃO DA EXECUÇÃO

6.6.1. A qualidade dos serviços executados será avaliada com base na aderência às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência/Projeto Básico, nas normas técnicas aplicáveis (ABNT e correlatas) e nos critérios de aceitação definidos para cada item/serviço. A aferição poderá envolver: conferência documental e de evidências mínimas por OS (checklists, fotos antes/durante/depois, croquis/medições quando aplicável); inspeção visual; medições geométricas e dimensionais (alinhamento, prumo, níveis/cotas, caimentos, espessuras e acabamento); verificação funcional (drenagem superficial quando houver sarjeta, regularidade e segurança de circulação, acessibilidade quando aplicável); e, quando

pertinente, verificações/ensaios de controle relativos a materiais/artefatos empregados, conforme rotinas e critérios adotados pela Administração.

6.6.2. A execução será considerada efetivamente atendida após o recebimento e a aceitação pelo responsável designado pela Administração/Fiscalização, com registro da medição dos quantitativos e da conformidade do trecho/serviço, podendo a Administração recusar total ou parcialmente serviços executados que não atendam aos requisitos, determinando correção/reexecução/complementação e adotando as medidas administrativas cabíveis (glosas, registros de desempenho e sanções), nos termos do edital, da Ata e dos instrumentos contratuais decorrentes.

6.7. VANTAJOSIDADE E ALINHAMENTO INSTITUCIONAL

6.7.1. A contratação apresenta vantajosidade por assegurar capacidade de atendimento por demanda e continuidade operacional na execução de serviços essenciais de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e ciclovias, permitindo que o Município atenda, com maior tempestividade, demandas recorrentes e prioritárias (recomposições pós-interferências, adequações de acessibilidade, correções de desníveis, implantação/reconstrução de guias e sarjetas e intervenções localizadas), reduzindo a progressão de degradações no espaço público, retrabalhos, custos de recuperação em maior escala e riscos à segurança de pedestres, ciclistas e veículos.

6.7.2. A utilização do Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, com julgamento por menor preço por item, promove economicidade e eficiência ao possibilitar acionamentos parcelados conforme a necessidade real, com preços unitários registrados e rastreabilidade por Ordens de Serviço (controle de saldo, medições e recebimentos), reduzindo a rigidez de escopos fechados, minimizando reprogramações improdutivas e garantindo melhor planejamento e governança das frentes de trabalho.

6.7.3. O objeto está alinhado às diretrizes estratégicas da SEMOHPUMA e da Subsecretaria de Obras Públicas, ao planejamento de urbanização, acessibilidade e manutenção da infraestrutura de mobilidade ativa e do sistema viário, bem como à melhoria contínua das condições de circulação e segurança no Município, em conformidade com os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e vantajosidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável.

6.8. RISCOS E MITIGAÇÃO EM SÍNTESE APLICADA

6.8.1. Os principais riscos associados à contratação incluem:

a) execução de serviços e/ou emprego de materiais/artefatos em desconformidade com as especificações (ex.: desalinhamento/prumo/níveis inadequados, caimentos insuficientes, acabamento deficiente, cura inadequada, espessuras fora do previsto, peças pré-moldadas fora de padrão, falhas em juntas e inconformidades em acessibilidade quando aplicável);

b) atraso no atendimento às Ordens de Serviço (OS), baixa capacidade de mobilização e descontinuidade de execução/atendimento por demanda;

c) falhas logísticas e operacionais (liberação de frentes, acesso a locais, interferências de redes, inconsistências de registros e medições), com reprogramações e retrabalhos;

d) volatilidade de custos e risco de frustração do certame por defasagem da estimativa (mão de obra, transporte, insumos, artefatos e equipamentos);

e) riscos ambientais e de segurança durante a execução (RCC, poeira/ruído, operação de equipamentos, tráfego, sinalização insuficiente, acidentes com trabalhadores e terceiros);

f) desalinhamento entre planejamento de execução/quantitativos acionados e a capacidade operacional (equipes, equipamentos, ferramentas e capacidade de fiscalização/medição), inclusive em razão de condicionantes vinculadas ao processo seletivo previsto para 2026.

6.8.2. As medidas de mitigação aplicáveis incluem:

- a) especificações técnicas claras, métodos executivos e critérios objetivos de aceitação no TR/Projeto Básico, com rotinas de verificação (alinhamento, níveis, caimentos, espessuras, acabamento e cura);
- b) exigência de rastreabilidade e evidências mínimas por OS (checklists, fotos antes/durante/depois, croquis/medições quando aplicável) e possibilidade de verificações/ensaios quando pertinente;
- c) prazos de mobilização/início e execução definidos, penalidades por descumprimento, glosas por não conformidade e gestão ativa da Ata (saldo, programação e monitoramento do desempenho);
- d) pesquisa de preços robusta e atualização quando houver defasagem relevante, com documentação da metodologia, comparabilidade e data-base;
- e) procedimentos de segurança e boas práticas ambientais (sinalização/isolamento, controle de tráfego, EPIs/EPCs, manejo e destinação adequada de RCC, controle de poeira/ruído);
- f) emissão de OS parceladas e integração do planejamento com disponibilidade de equipes/equipamentos e com a capacidade de fiscalização/medição, priorizando pontos críticos com critérios objetivos.

6.9. GOVERNANÇA DA CONTRATAÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.9.1. A governança da contratação será conduzida pela Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente, por meio da Subsecretaria de Obras Públicas, que atuará como unidade requisitante e responsável pelo acompanhamento operacional da execução por demanda, incluindo planejamento de frentes, emissão de Ordens de Serviço (OS), controle de saldo da Ata, programação de execução por trechos e articulação com demais unidades envolvidas e com as prioridades do Município.

6.9.2. Serão designados gestor da Ata/contratações decorrentes e fiscais (técnico e, quando aplicável, administrativo), conforme a regulamentação aplicável, para acompanhamento, registro de ocorrências, validação de medições, verificação de conformidade e adoção de providências administrativas cabíveis. A governança incluirá, no mínimo:

- a) controle e registro formal das OS emitidas (item/serviço, trecho/local, quantitativo estimado, prazos, restrições operacionais e responsável);
- b) conferência quantitativa e qualitativa na execução e no recebimento, com medições por item/trecho e registros/evidências mínimas por OS;
- c) verificação documental e rastreabilidade (checklists, fotos antes/durante/depois, croquis/medições quando aplicável, e documentação de materiais/artefatos quando exigida);
- d) comunicação oficial e registro de ocorrências em sistema administrativo próprio (ex.: SEI), quando adotado, incluindo notificações, rejeições, determinações de correção e reprogramações;
- e) monitoramento de prazos de mobilização e execução, com aplicação de medidas corretivas, glosas e sanções quando cabível;
- f) integração com o planejamento operacional das frentes (equipes, equipamentos, janelas de execução, interferências e condições climáticas), para compatibilizar a programação de OS com a capacidade real de execução e fiscalização.

6.9.3. A Contratada registrada deverá cumprir todas as condições estabelecidas no edital, no Termo de Referência/Projeto Básico e na Ata de Registro de Preços, mantendo canais formais de comunicação e interlocutor operacional disponível, de modo a assegurar atendimento tempestivo às OS, alinhamento de programação, registro adequado das evidências e adoção imediata de providências em caso de inconformidades, inclusive correções/reexecuções determinadas pela fiscalização.

VII. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

7.1. Critérios adotados para estimativa

7.1.1. As quantidades estimadas foram definidas para fins de planejamento da contratação e formação do saldo da Ata de Registro de Preços, considerando o caráter recorrente e variável das intervenções (execução parcelada, por demanda, em múltiplos pontos do Município), com acionamento mediante Ordens de Serviço (OS) e pagamento por serviços efetivamente executados.

7.1.2. Por se tratar de SRP, as quantidades abaixo constituem estimativas, não gerando obrigação de contratação integral, podendo sofrer ajustes conforme: prioridades operacionais, condições climáticas, surgimento de demandas supervenientes, disponibilidade orçamentária e capacidade de mobilização/fiscalização.

7.2. Quantitativos estimados por item (base de planejamento do SRP)

Item	Descrição (síntese)	Unid.	Quantidade estimada
1.1	Demolição de piso de concreto simples (mec.)	m ³	2.417,00
1.2	Transporte de entulho (c/ carga manual)	m ³	2.417,00
2.1	Meio-fio sem sarjeta (MFC06)	m	40.000,00
2.2	Meio-fio com sarjeta (base 45cm; alt. 23cm; sarjeta 30cm)	m	40.000,00
2.3	Meio-fio pré-moldado (padrão GOINFRA – reto/curvo)	m	1.500,00
3.1	Calçada em concreto desempenado 15MPa (esp. 5cm)	m ²	78.000,00
3.2	Passeio/piso de concreto moldado in loco (esp. 6cm, armado)	m ²	700,00
3.3	Pigmento em pó xadrez (vermelho) para concreto 1%	kg/m ³	750,00
3.4	Preparo de fundo de vala (acerto do solo natural)	m ²	78.000,00
3.5	Caixa de inspeção – tampa em concreto armado 25MPa (e=5cm)	m ²	40,00
3.6	Piso tátil (ladrilho hidráulico – cor natural) sem lastro	m ²	1.890,00
3.7	Piso tátil (ladrilho hidráulico – colorido) sem lastro	m ²	1.890,00
3.8	Plantio de grama batatais (placa, c/ M.O., irrig., adubo, terra veg.)	m ²	29.400,00
3.9	Plantio de grama esmeralda (placa, c/ M.O., irrig., adubo, terra veg.)	m ²	2.000,00

7.3. Observações operacionais (SRP)

7.3.1. Os quantitativos serão consumidos mediante OS, com definição de: local/trecho, item(ns), quantitativo por medição, prazos e condições de mobilização.

7.3.2. Recomenda-se que a emissão de OS seja parcelada e compatibilizada com a capacidade de execução/fiscalização, para reduzir reprogramações, retrabalhos e riscos de não conformidade.

VIII. QUANDO VIÁVEL, A PROJEÇÃO APROXIMADA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, COMO FORMA POSSIBILITAR A AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO CUSTO BENEFÍCIO DAS ALTERNATIVAS DE SOLU

DISPONÍVEIS NO MERCADO E DA VIABILIDADE ECONÔMICA DA CONTRATAÇÃO

8.1. A projeção aproximada do valor da contratação constitui etapa essencial da fase de planejamento, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisão administrativa quanto à viabilidade econômica da solução adotada, bem como permitir a avaliação da relação custo-benefício entre as alternativas disponíveis no mercado. No caso em análise, a projeção refere-se ao Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução sob demanda dos serviços de construção, recomposição e manutenção de meio-fio sem sarjeta, meio-fio com sarjeta, calçamento, passeio público e ciclovias, incluindo serviços correlatos indispensáveis (demolições/remoções, preparo/regularização de base, execução de piso tátil, plantio de grama e demais intervenções associadas), com medição e pagamento por serviços efetivamente executados, mediante Ordens de Serviço.

8.2. O valor estimado da contratação é de R\$ 7.592.654,67 (sete milhões quinhentos e noventa e dois mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), incluso BDI, apurado a partir da planilha orçamentária analítica e dos quantitativos estimados para os itens que compõem o escopo (serviços preliminares/transporte; meio-fio; passeio e ciclovia; e itens correlatos).

8.2.1. Por tratar-se de contratação por SRP, o valor global projetado possui natureza estimativa e referencial para planejamento e reserva de saldo da Ata, não gerando obrigação de contratação integral, ficando o acionamento condicionado à emissão de Ordens de Serviço, às prioridades operacionais e à disponibilidade orçamentária, com pagamento restrito às quantidades efetivamente executadas e aceitas.

8.3. A estimativa de valores foi elaborada com base em pesquisa e parametrização de custos realizada a partir de referenciais públicos e oficiais, e composições compatíveis com o objeto, com indicação de fonte e data-base, notadamente:

- a) GOINFRA (Obra Civil e Obras Rodoviárias – onerada), para composições e itens compatíveis com o escopo urbano;
- b) SINAPI (onerada), quando aplicável e disponível para itens equivalentes;
- c) composições próprias/parametrizações adotadas pelo Município, quando tecnicamente necessário para representar adequadamente serviços e condições locais;
- d) consultas a contratações públicas similares e/ou registros públicos de preços, quando cabíveis, para reforço de comparabilidade e controle de razoabilidade, com rastreabilidade nos autos (origem, data-base, condições e critérios de tratamento dos dados).

8.4. Essa projeção financeira preliminar é indispensável para verificar a viabilidade econômica da contratação e para demonstrar que a solução por Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, julgamento por menor preço por item, apresenta-se como alternativa vantajosa ao permitir acionamentos parcelados por demanda, conforme priorização de trechos e programação de frentes, reduzindo rigidez de escopo fechado, aumentando a capacidade de resposta e favorecendo a continuidade de intervenções relacionadas à mobilidade, acessibilidade e drenagem superficial, com mitigação de retrabalhos e de custos futuros decorrentes de degradação progressiva.

8.5. Ademais, a estimativa possibilita a adequada previsão orçamentária, o alinhamento com o planejamento financeiro do Município e a definição segura do modelo de contratação, assegurando conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e vantajosidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como com orientações de controle quanto à motivação, comparabilidade e documentação da pesquisa de preços.

8.6. A estimativa de custo considerou a aplicação de BDI onerado de 20,73%, conforme parametrização utilizada na planilha orçamentária, refletindo os componentes de despesas indiretas, tributos, administração, riscos e margem do contratado, na forma usual de orçamentação de serviços de engenharia.

8.6.1. O BDI adotado é utilizado como parâmetro de consolidação do orçamento de referência e de verificação de razoabilidade, mantendo-se a lógica de que, no certame, os licitantes apresentarão preços

unitários finais por item, compatíveis com os encargos e obrigações do instrumento convocatório.

8.6.2. A governança e a alocação de responsabilidades entre Contratante e Contratada observarão as diretrizes do Termo de Referência/Projeto Básico, do Edital e da Ata de Registro de Preços, bem como as medidas mitigadoras constantes da matriz de riscos, preservando a exequibilidade, a transparência e a vantajosidade do SRP, com pagamento estritamente vinculado às quantidades efetivamente executadas e aceitas pela Administração.

IX. JUSTIFICATIVAS PARA PARCELAMENTO OU NÃO

9.1. Opção pelo não parcelamento do objeto e julgamento por menor preço global

9.1.1. Em atendimento ao art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, procede-se à análise quanto ao parcelamento do objeto. No caso em exame, conclui-se pela não adoção do parcelamento, porquanto, embora o objeto compreenda serviços executivos distintos, todos integram uma solução única e funcional de engenharia urbana, voltada à implantação, adequação, recuperação e recomposição de elementos de infraestrutura e mobilidade urbana, tais como meio-fio com e sem sarjeta, calçadas, passeios, acessibilidade, ciclovias e serviços correlatos. A Lei nº 14.133/2021 exige a justificativa quanto ao parcelamento ou não, e o TCU destaca que o parcelamento somente deve ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.1.2. No presente caso, a fragmentação do objeto em itens autônomos não se revela a solução mais adequada, pois os serviços possuem elevada interdependência técnica, operacional e funcional, exigindo compatibilização executiva, uniformidade de padrões construtivos, coordenação integrada de frentes de serviço, sequência lógica de execução e responsabilização técnica global sobre o resultado final. O TCU registra expressamente que o parcelamento pode ser desvantajoso quando descaracteriza ou prejudica o objeto, gera dificuldades administrativas, afasta a padronização ou compromete a responsabilidade técnica em razão da pluralidade de prestadores.

9.1.3. A eventual divisão do objeto em itens, com possibilidade de contratação de múltiplas empresas para serviços materialmente conectados entre si, tenderia a ampliar os riscos de descontinuidade, sobreposição de obrigações, conflitos de interface, divergências metodológicas, heterogeneidade de acabamento, dificuldades na compatibilização de cronogramas executivos e entraves na definição de responsabilidades por falhas, vícios ou inconformidades técnicas. Em se tratando de serviços de engenharia executados em áreas públicas urbanas, tais riscos assumem maior relevância, pois a plena funcionalidade de uma etapa frequentemente depende da correta articulação com as demais. O próprio TCU destaca que, para serviços e para obras e serviços de engenharia, o parcelamento pode acarretar perda da responsabilidade técnica e deve considerar a funcionalidade autônoma de cada parcela.

9.1.4. Sob o aspecto econômico e gerencial, a contratação unificada mostra-se mais vantajosa à Administração, pois favorece ganhos de escala, racionalização da mobilização de equipes, equipamentos e insumos, padronização de procedimentos executivos, otimização da fiscalização e simplificação da gestão contratual, da medição e do recebimento. A Lei nº 14.133/2021 prevê, para serviços, que o parcelamento deve considerar a responsabilidade técnica e o custo para a Administração de manter vários contratos, e, para compras, admite expressamente o não parcelamento quando a economia de escala, a redução dos custos de gestão contratual, a maior vantagem na contratação ou o risco ao conjunto do objeto assim recomendarem. O TCU, no mesmo sentido, aponta que o parcelamento pode ser afastado quando os benefícios esperados não compensarem o aumento dos custos e das dificuldades administrativas da gestão contratual.

9.1.5. A adoção do julgamento pelo menor preço global mostra-se compatível com a modelagem da contratação, uma vez que:

- a) preserva a unidade técnica e funcional do objeto, assegurando execução harmônica e integrada;
- b) permite que a futura contratada assuma responsabilidade integral pela qualidade, desempenho e compatibilidade dos serviços executados;

c) reduz os custos administrativos relacionados à fiscalização, coordenação, medição, recebimento e eventual responsabilização contratual;

d) evita fragmentação artificial de serviços que, embora mensuráveis separadamente, não se comportam de forma plenamente autônoma sob a perspectiva da execução e do resultado pretendido;

e) favorece maior eficiência operacional, padronização de métodos construtivos e melhor aproveitamento dos recursos mobilizados para atendimento das Ordens de Serviço.

9.1.6. Ressalta-se, por fim, que a decisão pelo não parcelamento não representa restrição indevida à competitividade, mas medida tecnicamente motivada e voltada à preservação da eficiência, da economicidade, da segurança contratual e da integridade do objeto. A jurisprudência do TCU admite o não parcelamento quando demonstrado que a divisão é tecnicamente inviável, não recomendável ou enseja aumento de custos, exigindo, porém, justificativa adequada no processo. Também há precedentes apontando impropriedade tanto na ausência de justificativa para o não parcelamento quanto no parcelamento inadequado quando a divisão se revela inviável.

9.1.7. Assim, conclui-se que a contratação deve ser realizada sem parcelamento, com julgamento pelo menor preço global, por ser esta a solução que melhor atende ao interesse público, assegurando execução integrada, padronizada, eficiente e tecnicamente coordenada, com maior segurança quanto à responsabilização da contratada e melhor relação entre custo administrativo e resultado esperado pela Administração.

9.2. Conformidade formal

9.2.1. A presente justificativa integra o Estudo Técnico Preliminar e atende ao disposto no art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, ao apresentar manifestação expressa quanto ao parcelamento, considerando a viabilidade técnica e a vantajosidade econômica da solução adotada.

9.2.2. A decisão observa o princípio do parcelamento quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, concluindo-se que, no caso concreto, a divisão por item/serviço contribui para ampliar a competição, preservar o julgamento objetivo por menor preço e reduzir riscos de gestão e execução, considerando que os itens possuem naturezas e produtividades distintas (meio-fio com/sem sarjeta, calçadas/passeios, ciclovias e serviços correlatos). Ademais, a execução parcelada por demanda, no âmbito do SRP, assegura maior aderência às necessidades reais do Município, permitindo acionamentos por Ordens de Serviço, com melhor governança, rastreabilidade, flexibilidade operacional e continuidade das frentes de implantação/manutenção de infraestrutura urbana.

X. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. Contratações correlatas

10.1.1. O planejamento da presente contratação foi estruturado de forma autônoma, considerando as necessidades atuais da Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente relativas à execução por demanda de serviços de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios, calçamento e ciclovias, destinados à implantação, recomposição e manutenção da infraestrutura urbana sob responsabilidade do Município de Anápolis.

10.1.2. A contratação encontra-se alinhada ao planejamento setorial e ao Plano de Contratações Anual (PCA). Contudo, registra-se que sua efetiva operacionalização, no ritmo necessário às demandas do Município, é condicionada à disponibilidade de força de trabalho operacional, especialmente em razão do processo seletivo previsto/aberto para 2026, destinado ao provimento de pessoal para compor e/ou reforçar equipes de campo vinculadas às frentes de zeladoria e obras, assegurando capacidade de mobilização, apoio operacional, acompanhamento e fiscalização em múltiplos pontos.

10.1.3. Do ponto de vista operacional, a execução dos serviços correlatos depende, adicionalmente, da

disponibilidade e do adequado funcionamento de equipamentos, ferramentas e apoio logístico, incluindo, quando aplicável, a aquisição e/ou contratação de itens indispensáveis às frentes, tais como: caminhões/caçambas para transporte de materiais e resíduos (RCC), compactadores/placas vibratórias, betoneiras, cortadoras, ferramentas manuais, equipamentos de sinalização e isolamento, e demais meios operacionais necessários à execução, segurança e produtividade.

10.1.4. Registra-se que eventual insuficiência de pessoal operacional (processo seletivo 2026) e/ou limitações de equipamentos e ferramentas aptos à execução poderá impactar o ritmo de atendimento das Ordens de Serviço e a produtividade das frentes, razão pela qual tais providências correlatas são consideradas fatores condicionantes para a plena efetividade do objeto.

10.1.5. Não obstante, a presente contratação, estruturada sob o Sistema de Registro de Preços, não depende juridicamente da celebração simultânea de outros contratos para sua formalização e vigência, uma vez que o registro visa assegurar disponibilidade de contratação conforme a necessidade e conveniência da Administração. A relação com o processo seletivo e com a aquisição/contratação de equipamentos e ferramentas possui natureza operacional e instrumental, voltada a garantir a capacidade de execução e fiscalização dos serviços, sem descaracterizar a autonomia do objeto ora registrado.

10.2. Contratações interdependentes

10.2.1. Não foram identificadas contratações interdependentes cujo êxito condicione o início, o sequenciamento jurídico ou a formalização da presente contratação, uma vez que o objeto se limita ao registro de preços para execução de serviços comuns de engenharia por demanda, acionáveis mediante Ordens de Serviço (OS) durante a vigência da Ata.

10.2.2. Todavia, do ponto de vista operacional, a efetividade plena do atendimento (mobilização, produtividade e continuidade das frentes) está relacionada à capacidade municipal de programação, fiscalização e acompanhamento, bem como à disponibilidade de equipes (inclusive as providas pelo processo seletivo 2026) e ao parque de equipamentos e ferramentas necessários, conforme descrito no item 10.1.

10.2.3. Caso surjam, no curso da vigência da Ata, necessidades supervenientes de ampliação de capacidade operacional (novas frentes, equipamentos adicionais, reforço de logística, ou outras medidas de apoio), tais hipóteses serão objeto de planejamento próprio e instrumentos específicos, preservando a autonomia e integridade da contratação atual.

10.2.4. Portanto, sob o enfoque jurídico-administrativo, não existe cadeia crítica externa que condicione a formalização da presente contratação. Sob o enfoque operacional, existem condicionantes instrumentais (equipes, equipamentos, logística e capacidade de fiscalização) que podem impactar o ritmo de emissão de OS e a produtividade, preservando-se, em qualquer hipótese, a economicidade, eficiência e segurança jurídica da modelagem adotada.

XI. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. Compatibilidade com o Plano de Contratações Anual (PCA)

11.1.1. O objeto desta contratação, consistente no registro de preços para futura e eventual execução por demanda de serviços de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios, calçamento e ciclovias, encontra-se compatível com o Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Anápolis, elaborado nos termos da regulamentação municipal aplicável, por se tratar de demanda recorrente e essencial à continuidade das ações de infraestrutura urbana, mobilidade, acessibilidade e drenagem superficial vinculadas à SEMOHPUMA.

11.1.2. A demanda é contínua e distribuída ao longo do exercício, com necessidade variável conforme programação operacional, condições climáticas, interferências de redes e surgimento de pontos críticos, razão pela qual a contratação sob o Sistema de Registro de Preços se mostra aderente ao planejamento

setorial, por permitir acionamentos parcelados conforme necessidade, com rastreabilidade das Ordens de Serviço (OS), controle de saldo por item e previsibilidade de atendimento.

11.1.3. A modelagem escolhida — Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, julgamento por menor preço por item, com execução parcelada por demanda — é compatível com a estratégia de otimização de recursos e de gestão eficiente das frentes, ao ampliar competitividade, assegurar julgamento objetivo, facilitar o controle de medições/recebimentos e permitir atendimento tempestivo às demandas dos diversos setores e frentes de serviço vinculadas à SEMOHPUMA.

11.2. Convergência com PPA, LDO, LOA e diretrizes de controle

11.2.1. A contratação encontra amparo programático e orçamentário no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), na medida em que integra ações e metas voltadas à conservação e melhoria da infraestrutura urbana, à mobilidade e acessibilidade, à qualificação de espaços públicos e ao suporte a serviços essenciais que dependem de condições adequadas de circulação e segurança, incluindo intervenções em meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios, calçamento e ciclovias.

11.2.2. Além disso, a contratação observa diretrizes de controle quanto à necessidade de planejamento prévio, pesquisa de preços fundamentada, definição clara do objeto, demonstração de vantajosidade e alinhamento entre planejamento estratégico e planejamento orçamentário, permitindo empenhos e acionamentos por demanda (via Ordens de Serviço), conforme prioridades e disponibilidade financeira, sem comprometer o equilíbrio fiscal e a gestão eficiente dos recursos.

11.2.3. O alinhamento aos instrumentos de planejamento reforça os princípios da eficiência, economicidade, publicidade, governança e transparência, assegurando conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e com a regulamentação municipal aplicável.

11.3. Previsão no exercício e governança da execução (2026)

11.3.1. A contratação está prevista para o exercício de 2026 no planejamento setorial e orçamentário pertinente, permitindo sua execução de forma parcelada e organizada. A utilização do Sistema de Registro de Preços possibilita a contratação dos serviços ao longo do exercício conforme necessidade, com acionamento mediante Ordens de Serviço (OS), controle de quantitativos por item, rastreabilidade, medições e recebimento formal, assegurando continuidade das frentes de meio-fio, calçadas/passeios, calçamento e ciclovias, sem rigidez de um cronograma único e fechado.

11.3.2. A governança será assegurada por meio de gestão técnica e administrativa realizada pela SEMOHPUMA, com monitoramento de execução, prazos de mobilização e atendimento, conformidade técnica no recebimento, controle de saldo da Ata por item, registro formal de ocorrências (inclusive no SEI, quando aplicável) e adoção de medidas corretivas, glosas e sancionatórias quando cabíveis, assegurando segurança jurídica, integridade processual e atendimento às prioridades estratégicas do Município.

11.3.3. Em síntese, o alinhamento entre PCA, PPA, LDO e LOA comprova a regularidade, necessidade e tempestividade da contratação, reforçando o compromisso da Administração Municipal com a gestão planejada, integrada e eficiente das contratações públicas, especialmente no que se refere à execução por demanda de serviços essenciais à urbanização, acessibilidade, mobilidade e qualificação do espaço público.

11.3.3.1. Conforme planejamento e classificação orçamentária setorial aplicável (ajustada ao objeto desta contratação):

a) Unidade Gestora: 210 – Sec. Municipal de Obras, Meio Ambiente e Serviços Urbanos;

b) Programa: 15.451.0902 – Urbanização. Objetivo do Programa: Fortalecer o Município através da implementação de obras de infraestrutura urbana;

c) Ação/Atividade: 1035 – Urbanização e Qualificação de Vias/Espços Públicos (meio-fio, calçadas/passeios e ciclovias) (substitui “Operação Tapa Buraco”, por não guardar aderência ao objeto);

d) Elemento de despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (serviços comuns de engenharia sob demanda);

e) Fonte: 100.00 – Recurso Municipal.

XII. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1. Economicidade

12.1.1. A contratação por Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços e julgamento pelo menor preço por item, promove economicidade ao Município ao ampliar a competitividade entre licitantes e assegurar preços unitários registrados para contratações futuras e eventuais, evitando contratações pontuais e reiteradas para serviços equivalentes, com maior risco de variações de preço e de assimetria de condições.

12.1.2. Além disso, a execução parcelada por demanda, mediante Ordens de Serviço, reduz a necessidade de contratação de grandes escopos de uma só vez, minimiza reprogramações improdutivas, favorece o planejamento financeiro e operacional conforme a necessidade real das frentes e evita acionamentos emergenciais e menos eficientes, assegurando melhor governança do gasto público nas intervenções de meio-fio, calçadas/passeios, calçamento e ciclovias.

12.2. Melhor aproveitamento dos recursos humanos

12.2.1. A contratação sob Ata de Registro de Preços contribui para maior eficiência do planejamento da SEMOHPUMA ao reduzir descontinuidades e reprogramações por ausência de contratação disponível, permitindo programação contínua das frentes e melhor alocação de mão de obra para mobilização, execução, fiscalização, medição, sinalização/isolamento, controle de tráfego e rotinas de recebimento, vinculadas aos serviços de meio-fio, calçadas/passeios, calçamento e ciclovias.

12.2.2. A modelagem sob SRP também permite compatibilizar o volume de serviços acionados com a capacidade operacional disponível, inclusive considerando o provimento de força de trabalho decorrente do processo seletivo previsto/aberto para 2026, reduzindo riscos de emissão de OS acima da capacidade de execução e de fiscalização, e favorecendo a execução no ritmo adequado às prioridades e demandas do Município.

12.3. Melhor aproveitamento dos recursos materiais e logísticos

12.3.1. A contratação assegura a disponibilidade de execução dos serviços essenciais (meio-fio com/sem sarjeta, calçadas/passeios, calçamento e ciclovias) com condições previamente definidas, permitindo otimizar a logística de mobilização e o uso do parque de máquinas, equipamentos e ferramentas necessários às frentes (caminhões/caçambas, compactadores/placas vibratórias, betoneiras, cortadoras, ferramentas manuais, equipamentos de sinalização e isolamento), evitando paradas operacionais por ausência de contratação vigente e por reprogramações sucessivas.

12.3.2. O registro de preços, aliado à execução por demanda, facilita o escalonamento das frentes e a melhor utilização dos recursos de transporte, preparação e execução, com redução de deslocamentos improdutivos, melhor gestão de resíduos (RCC) e maior eficiência operacional, sobretudo quando há necessidade de atuação simultânea em múltiplos pontos do Município.

12.4. Melhor aproveitamento dos recursos financeiros e previsibilidade orçamentária

12.4.1. A contratação planejada permite distribuir os custos ao longo da vigência da Ata, com acionamentos parcelados por demanda, conforme necessidade e disponibilidade orçamentária, reduzindo a imobilização de recursos em contratações amplas e únicas, e assegurando maior previsibilidade na execução financeira, com pagamentos vinculados às medições e ao recebimento dos serviços efetivamente executados.

12.4.2. Ao garantir atendimento tempestivo às demandas de infraestrutura urbana (meio-fio,

calçadas/passeios, calçamento e ciclovias), o Município reduz custos indiretos associados à degradação progressiva do espaço público (desníveis, falhas de drenagem superficial, perda de acessibilidade e riscos de acidentes), que tendem a demandar intervenções mais extensas e onerosas. Assim, contribui-se para preservar a infraestrutura existente e otimizar o ciclo de vida dos ativos urbanos, com ganhos de custo-benefício no médio e longo prazo.

12.5. Sustentabilidade e conformidade ambiental

12.5.1. A contratação contribui para práticas mais sustentáveis ao possibilitar intervenções tempestivas e padronizadas de implantação, recomposição e manutenção de meio-fio, calçadas/passeios, calçamento e ciclovias, reduzindo a necessidade de reconstruções extensas e retrabalhos e, conseqüentemente, o consumo total de materiais, energia e transporte ao longo do tempo, com aumento da durabilidade das soluções e melhor desempenho do espaço público.

12.5.2. A execução parcelada por demanda favorece o planejamento e a logística das frentes, reduzindo desperdícios e perdas de materiais, e permitindo melhor gestão ambiental na obra, especialmente quanto a: organização do canteiro, controle de poeira/ruído, proteção do entorno, e manejo/destinação adequada de resíduos (RCC) oriundos de demolições e remoções. Ademais, reforça a conformidade com boas práticas ambientais e de segurança, com prevenção de ocorrências e de impactos ao solo e à drenagem urbana.

12.6. Padronização e qualidade dos resultados

12.6.1. A contratação estabelece requisitos técnicos objetivos para cada item/serviço, com padrões mínimos de execução, critérios de aceitação e rotinas de verificação no recebimento, assegurando padronização da execução e previsibilidade de desempenho dos serviços implantados nas frentes, especialmente quanto a alinhamento, níveis/cotas, caimentos, espessuras, acabamento, cura e funcionalidade (incluindo acessibilidade quando aplicável).

12.6.2. A padronização dos serviços de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios, calçamento e ciclovias, aliada ao controle de conformidade e à rastreabilidade por Ordem de Serviço, contribui para maior uniformidade das soluções executadas, redução de não conformidades e falhas prematuras (desníveis, quebras, recalques, desprendimentos e deformações), melhor integração com o entorno e maior durabilidade das intervenções.

12.7. Governança, rastreabilidade e controle

12.7.1. A contratação sob SRP fortalece a governança e a rastreabilidade por meio de:

- a) controle formal das Ordens de Serviço (OS) por item/serviço, trecho/local, quantitativo, prazos e data;
- b) registros de medição, recebimento/aceitação e conformidade, com evidências mínimas por OS (checklists, fotos e croquis/medições quando aplicável);
- c) gestão de saldos da Ata por item e monitoramento de atendimento (prazos, produtividade e não conformidades);
- d) registro de ocorrências, rejeições, glosas e determinações de correção/reexecução por inconformidade;
- e) transparência e auditabilidade dos atos administrativos (SEI e demais sistemas), com trilha de evidências.

12.7.2. Esses instrumentos ampliam o controle interno e externo, asseguram integridade processual e permitem avaliação contínua da vantajosidade e do desempenho da execução por demanda, inclusive quanto a prazos, qualidade, conformidade técnica e efetividade das medidas de mitigação de riscos.

12.8. Continuidade do serviço público e prontidão operacional

12.8.1. O modelo adotado assegura prontidão para atendimento de demandas recorrentes e prioritárias de infraestrutura urbana, permitindo resposta mais rápida a ocorrências e necessidades como recomposição/implantação de meio-fio, correções de desníveis e quebras em calçadas, adequações de acessibilidade, ajustes de drenagem superficial (especialmente onde houver sarjeta e necessidade de

caimentos), recomposições pós-interferências e intervenções corretivas localizadas, com impacto direto na segurança de pedestres, ciclistas e veículos e na mobilidade urbana.

12.8.2. A execução parcelada por demanda, com itens registrados e condições previamente definidas, reduz gargalos operacionais, evita paralisações por ausência de contratação vigente, melhora a programação das frentes e fortalece a capacidade do Município de manter meio-fio, calçadas/passeios e ciclovias em condições adequadas de uso e segurança ao longo do exercício.

XIII. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO E À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

13.1. Providências prévias à formalização e ao início da execução

13.1.1. Antes da formalização da Ata de Registro de Preços e da emissão das primeiras Ordens de Serviço (OS) e/ou instrumentos equivalentes, a Administração deverá adotar providências essenciais para assegurar a regularidade, a eficiência e a plena capacidade institucional de gerir e fiscalizar a execução por demanda dos serviços de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios, calçamento e ciclovias, bem como de operacionalizar as frentes conforme necessidade e priorização.

13.2. Adequação do ambiente administrativo e operacional para execução por demanda, recebimento e controle

13.2.1. A Administração deverá verificar se o ambiente administrativo, operacional e logístico está estruturado para viabilizar a execução por demanda, incluindo:

- a) definição e divulgação dos canais formais para emissão de Ordens de Serviço (OS), comunicações, notificações, reprogramações e registros de ocorrências (inclusive via SEI, quando aplicável);
- b) organização de rotinas para programação de frentes, mobilização e controle de acesso aos trechos, incluindo alinhamento com restrições de trânsito, janelas operacionais e eventuais interferências;
- c) disponibilização de condições adequadas para apoio operacional (ponto de apoio/almoxarifado, sinalização e isolamento), bem como logística para manejo e destinação de RCC oriundo de demolições/remoções, quando houver;
- d) definição de procedimentos internos para conferência de quantitativos, medições por item/trecho, registros de execução e rastreabilidade (checklists, fotos antes/durante/depois, croquis/medições quando aplicável);
- e) recursos tecnológicos e administrativos para registro e tramitação documental (processo eletrônico, controle de saldos da Ata por item, anexação de evidências, relatórios, medições e ocorrências), permitindo auditoria e controle interno/externo.

13.3. Designação prévia do gestor e dos fiscais responsáveis

13.3.1. Previamente à formalização da Ata e/ou dos instrumentos contratuais decorrentes (quando houver), deverão ser designados formalmente:

- a) gestor da Ata/contratações decorrentes;
- b) fiscal técnico (responsável por conformidade técnica, medições, recebimento/aceitação e determinação de correções/reexecuções);
- c) fiscal administrativo (quando aplicável, para acompanhamento documental, prazos, registros, instrução de pagamentos e controle de saldo/acionamentos);
- d) respectivos substitutos, para garantir continuidade da gestão e fiscalização.

13.3.2. A designação deverá considerar compatibilidade das funções com as atribuições do cargo, disponibilidade do servidor e capacidade técnica mínima para acompanhamento do objeto (leitura do TR/Projeto Básico, verificação de padrões geométricos e de acabamento, rotinas de registro por OS e critérios de medição), com ciência formal dos designados quanto às responsabilidades, fluxos e rotinas de atuação.

13.4. Capacitação e orientação dos servidores envolvidos na gestão e fiscalização

13.4.1. A Administração deverá garantir que os servidores designados detenham conhecimentos suficientes sobre:

- a) especificações técnicas e critérios de aceitação dos serviços (meio-fio com/sem sarjeta, calçadas/passeios, calçamento e ciclovias), incluindo padrões geométricos, níveis/cotas, caimentos, espessuras, acabamento, cura e requisitos de acessibilidade quando aplicável;
- b) procedimentos de recebimento (provisório/definitivo, quando aplicável), medição por item/trecho, conferência e rejeição por inconformidade, bem como critérios para correção/reexecução;
- c) rotinas de emissão e gestão de Ordens de Serviço (OS), controle de saldo da Ata, prazos de mobilização/execução e comunicação formal com a contratada;
- d) controles mínimos de rastreabilidade e evidências por OS (checklists, fotos antes/durante/depois, croquis/medições quando aplicável), além de documentação de materiais/artefatos quando exigida;
- e) formalização de notificações, glosas por inconformidade, registros de ocorrências e aplicação de sanções/penalidades conforme edital/Ata.

13.4.2. Caso se identifiquem limitações técnicas, deverá ser providenciada orientação/capacitação específica, inclusive quanto a: boas práticas de sinalização e segurança viária em frentes; controle de qualidade e de execução (verificações geométricas e funcionais); e gestão ambiental de resíduos (RCC) e proteção do entorno, de modo a prevenir riscos ambientais e operacionais durante demolições, recomposições e execução de pisos e dispositivos urbanos.

13.5. Organização dos procedimentos internos e fluxo de comunicação

13.5.1. Antes do início da execução por demanda, a Administração deverá:

- a) estabelecer rotinas internas entre unidade requisitante, gestão/fiscalização, área financeira e apoio operacional/zeladoria (quando houver), definindo responsabilidades por programação, medições, recebimento e instrução de pagamento;
- b) definir o fluxo de emissão, conferência e arquivamento de Ordens de Serviço (OS), medições/boletins, notas fiscais, atestes e demais documentos vinculados à execução e ao recebimento;
- c) organizar agenda de acompanhamento (programação de frentes, cronograma de mobilização, controle de prazos, reprogramações justificadas e controle de saldos da Ata por item);
- d) padronizar registros e evidências mínimas para controle e auditoria (relatórios, checklists, fotos antes/durante/depois, croquis/medições quando aplicável, protocolos de recebimento/aceitação, ocorrências, notificações e correções/reexecuções).

13.6. Verificação dos recursos orçamentários e financeiros

13.6.1. A Administração deverá assegurar:

- a) existência de dotação orçamentária compatível com a execução por demanda, considerando o caráter parcelado e a variabilidade das Ordens de Serviço ao longo da vigência;
- b) emissão de empenhos conforme o acionamento das OS e o fluxo orçamentário adotado, observada a legislação aplicável e a vinculação do pagamento às medições e ao recebimento/aceitação;

c) previsão de suplementações/reforços, quando necessários, para manutenção da continuidade das frentes e atendimento das prioridades do Município durante a vigência da Ata, evitando descontinuidade por restrição financeira.

13.7. Configuração e disponibilização de sistemas de apoio e controles

13.7.1. A Administração deverá garantir:

a) acesso dos gestores e fiscais ao sistema utilizado para gestão de contratações/atas (quando existente) e ao processo eletrônico (ex.: SEI), com perfis compatíveis para instrução, registro e tramitação;

b) suporte para registro e controle das Ordens de Serviço (OS), anexação de documentos (medições, atestes, NF, relatórios), notificações, rejeições e determinações de correção/reexecução por inconformidade;

c) controles internos de saldo da Ata por item, histórico de OS/medições, monitoramento de prazos de mobilização/execução e consolidação de indicadores mínimos de desempenho (atrasos, não conformidades, reincidências e glosas), para subsidiar decisões de gestão e controle.

13.8. Providências relativas à contratada antes do início da execução

13.8.1. Antes do início da execução das primeiras Ordens de Serviço (OS), a Administração deverá assegurar:

a) indicação formal de preposto/contato operacional pela contratada, com meios de comunicação, disponibilidade e poderes para tratar de programação, mobilização, ocorrências e reprogramações;

b) confirmação das condições de atendimento, incluindo capacidade de mobilização, disponibilidade de equipes/equipamentos, logística de atendimento aos trechos e procedimentos de acesso, sinalização e apoio operacional;

c) disponibilização, quando exigido no Termo de Referência/Projeto Básico, de documentação técnica mínima e evidências preliminares (planos/procedimentos executivos, memoriais/padrões, fichas técnicas de materiais/artefatos quando aplicável, e orientações de execução/segurança/ambientais);

d) alinhamento sobre procedimentos de rejeição, glosa e correção/reexecução por inconformidade, prazos de mobilização e atendimento, registros obrigatórios por OS (checklists, fotos, croquis/medições) e forma de medição/atesto.

XIV. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

14.1. Contextualização e natureza dos impactos

14.1. A presente contratação tem por objeto o registro de preços para futura e eventual execução, sob demanda, de serviços comuns de engenharia relacionados à implantação, recomposição e manutenção de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios, calçamento e ciclovias, os quais envolvem etapas de mobilização, demolições/remoções, preparo de base/solo, concretagem/assentamentos, transporte de materiais e destinação de resíduos. Essas atividades podem gerar impactos ambientais pontuais e temporários e riscos operacionais associados ao canteiro e às frentes em via pública. Assim, faz-se necessária a previsão de medidas mitigadoras, requisitos de uso racional de recursos e diretrizes para destinação adequada de sobras, embalagens e resíduos (RCC), quando aplicável.

14.2. Possíveis impactos ambientais associados à execução, transporte, logística e manejo de resíduos

14.2.1. Os principais impactos ambientais potenciais, diretos ou indiretos, associados ao objeto, incluem:

a) emissões atmosféricas e consumo de combustível decorrentes do deslocamento de equipes e

equipamentos, bem como do transporte de materiais (cimento, agregados, pré-moldados, insumos e remoção de resíduos/RCC);

b) geração de poeira e material particulado durante demolições/remoções, cortes e preparo/regularização de base/solo, com potencial incômodo e deposição em vias, sarjetas e dispositivos de drenagem;

c) risco de contaminação do solo e de redes de drenagem por derramamento de argamassas, nata de cimento, lama, resíduos de concretagem/limpeza e descarte inadequado de materiais;

d) geração de resíduos sólidos, especialmente Resíduos da Construção Civil (RCC) (entulhos de demolição, sobras de concreto/argamassa, embalagens de insumos, peças quebradas e materiais de varrição/limpeza), com risco de disposição irregular;

e) ruído e vibração decorrentes da operação de máquinas e ferramentas (compactadores/placas vibratórias, caminhões, betoneiras, cortadoras, marteleiros quando houver), com potencial incômodo à vizinhança;

f) risco de assoreamento e carreamento de particulados para sarjetas, bocas de lobo e cursos d'água em período chuvoso, se não adotadas barreiras de contenção, proteção do entorno e rotinas de limpeza;

g) riscos ocupacionais e de segurança em via pública (tráfego, sinalização insuficiente, acidentes), com potencial repercussão ambiental e social, especialmente em frentes próximas a áreas sensíveis (escolas, unidades de saúde, APP, galerias e canais).

14.3. Medidas mitigadoras obrigatórias e boas práticas de execução

14.3.1. Para mitigar os impactos e prevenir ocorrências ambientais, serão adotadas, no mínimo, as seguintes medidas:

a) planejamento logístico e de frentes para reduzir deslocamentos improdutivos e consumo de combustível, com programação de mobilização e execução por demanda, compatível com o volume de serviços acionado e com a capacidade operacional;

b) adoção de procedimentos padronizados de execução, com organização do canteiro/frente, proteção do entorno e inspeção preventiva, reduzindo perdas de materiais e geração desnecessária de resíduos;

c) controle de poeira e particulados durante demolições/remoções e preparo de base/solo (umidificação quando cabível, contenção de material solto, varrição/limpeza contínua), evitando carreamento para sarjetas e bocas de lobo;

d) proibição de descarte de sobras de concreto/argamassa, lama, entulho e demais resíduos em solo, vias públicas, sarjetas, bocas de lobo, galerias ou cursos d'água, com obrigação de coleta e destinação adequada;

e) disponibilização e uso de meios de contenção/limpeza (barreiras, lonas, recipientes, pás, vassouras e, quando necessário, material absorvente) para prevenir e responder a derramamentos e espalhamento de resíduos na via pública;

f) limpeza imediata de áreas afetadas por derramamento/sujeira e recomposição do local, com registro de ocorrência e adoção de providências corretivas determinadas pela fiscalização;

g) observância das normas de segurança do trabalho e de segurança viária aplicáveis (EPIs/EPCs, sinalização e isolamento, controle de tráfego, procedimentos operacionais seguros), prevenindo acidentes e impactos associados;

h) execução preferencial em condições climáticas adequadas, evitando, quando possível, operações com maior risco de carreamento de particulados e resíduos em períodos de chuva intensa, com reprogramação justificada quando necessário.

14.4. Requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos

14.4.1. Serão observadas diretrizes de racionalização do uso de recursos e eficiência operacional, tais como:

- a) priorização de programação de frentes que minimize retrabalhos e deslocamentos repetidos, com emissão de OS por trechos/lotes operacionais coerentes;
- b) otimização de rotas e janelas de execução para reduzir tempo ocioso de caminhões e equipamentos, bem como evitar mobilizações improdutivas;
- c) aplicação/execução dos serviços apenas nas quantidades necessárias, conforme diagnóstico prévio do local, projeto/padrões definidos e medições por item, evitando sobras e recomposições desnecessárias;
- d) adoção, quando aplicável, de soluções e detalhes executivos que aumentem durabilidade e reduzam reincidência de manutenção (ex.: caimentos adequados, acabamento correto, cura, juntas e transições bem executadas, e atendimento a acessibilidade quando aplicável);
- e) controle de perdas no manuseio e na execução (redução de sobras de concreto/argamassa, reaproveitamento de materiais quando tecnicamente cabível, segregação de resíduos e logística adequada para evitar quebras, desperdícios e descartes por armazenamento/transportes inadequados).

14.5. Logística reversa, reciclagem e destinação adequada de resíduos e refugos (quando aplicável)

14.5.1. Considerando que a execução pode envolver embalagens de insumos, sobras de materiais e geração de Resíduos da Construção Civil (RCC), além de refugos operacionais, serão adotadas as seguintes diretrizes:

- a) embalagens e recipientes de insumos utilizados (sacos, plásticos, baldes, tambores, big bags e equivalentes), quando houver, deverão ter destinação adequada conforme orientação do fabricante/fornecedor e normas ambientais aplicáveis, priorizando devolução, reutilização e/ou encaminhamento a recicladores/licenciados quando possível;
- b) resíduos potencialmente contaminados ou de manuseio especial (panos, mantas, EPIs e outros materiais de limpeza/absorção, quando utilizados) deverão ser segregados, acondicionados e destinados conforme classificação aplicável e boas práticas ambientais, vedado descarte irregular;
- c) resíduos de demolição/remoção (entulhos de concreto, argamassa, pisos, ladrilhos, peças quebradas, solo excedente e materiais provenientes de cortes e escavações), deverão ser segregados e destinados de forma ambientalmente adequada, preferencialmente com reaproveitamento/reciclagem em locais autorizados, quando tecnicamente viável e permitido;
- d) é vedado o lançamento de RCC, sobras de concreto/argamassa, lama e varrição em vias, sarjetas, bocas de lobo, galerias ou cursos d'água, devendo a contratada providenciar coleta, transporte e destinação adequada, mantendo o local limpo ao final de cada frente;
- e) as ocorrências relevantes de geração e destinação de resíduos (volume significativo, descarte, reaproveitamento, transporte e local de destinação) deverão ser registradas pela fiscalização, com evidências mínimas (relatório, fotos e, quando cabível, comprovantes/manifestos), de modo a assegurar rastreabilidade e controle.

14.6. Diretriz de sustentabilidade aplicada ao ciclo de vida das intervenções

14.6.1. A implantação, recomposição e manutenção de infraestrutura urbana (meio-fio, calçadas/passeios, calçamento e ciclovias), quando executadas com qualidade e tempestividade, reduzem impactos ambientais no médio e longo prazo, ao evitar retrabalhos, reconstruções extensas e o consumo elevado de materiais, energia e transporte. Assim, a Administração deverá priorizar:

- a) intervenções preventivas e corretivas no momento adequado, reduzindo degradação progressiva e riscos à segurança e acessibilidade;
- b) adoção de padrões técnicos e controle de conformidade da execução (alinhamento, caimentos, espessuras, acabamento, cura e integração com drenagem superficial e acessibilidade), para aumentar

durabilidade e reduzir reincidências;

c) planejamento de frentes e execução compatível com a capacidade operacional (equipes e equipamentos), evitando desperdícios e perdas por reprogramações e mobilizações improdutivas;

d) registro e monitoramento de desempenho das intervenções (histórico por OS, reincidências, pontos críticos, custos e não conformidades), favorecendo melhoria contínua e eficiência do uso de recursos ao longo do ciclo de vida dos ativos urbanos.

XV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

15.1. Após análise dos elementos técnicos, administrativos, orçamentários e operacionais constantes deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação, estruturada sob o Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual execução, por demanda, de serviços comuns de engenharia relacionados à implantação, recomposição e manutenção de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios, calçamento e ciclovias no Município de Anápolis, revela-se adequada, necessária, vantajosa e alinhada ao interesse público.

15.2. A demanda municipal por intervenções de urbanização e conservação de infraestrutura urbana é recorrente e sujeita a variações ao longo do exercício, em razão do surgimento de pontos críticos, do desgaste natural, de interferências de redes e dispositivos urbanos, das condições climáticas e da programação das frentes. Nesse contexto, a adoção do Registro de Preços, com execução parcelada por demanda (via Ordens de Serviço), confere flexibilidade operacional, permite acionamentos conforme a necessidade real, melhora o planejamento e a priorização de trechos, e assegura prontidão para atendimento tempestivo, promovendo segurança, acessibilidade e mobilidade.

15.3. A análise da solução evidencia que o Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item, é compatível com a natureza do objeto (serviços comuns, padronizáveis e mensuráveis), com requisitos técnicos objetivos, padrões mínimos de execução e critérios verificáveis de medição e recebimento. A adjudicação por item amplia a competitividade, possibilita a participação de empresas com especialidade/capacidade para itens específicos e reforça a seleção da proposta mais vantajosa, com maior transparência na formação de preços unitários, controle de saldos e rastreabilidade das medições por OS.

15.4. O objeto está alinhado ao planejamento setorial e ao Plano de Contratações Anual (PCA), bem como às diretrizes orçamentárias aplicáveis ao exercício, atendendo aos princípios e diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto ao planejamento, eficiência, economicidade, sustentabilidade, governança e motivação da escolha da solução. Os impactos ambientais potenciais são pontuais e controláveis, com medidas mitigadoras e rotinas de prevenção adequadas, especialmente quanto ao controle de poeira/ruído, proteção do entorno, gestão e destinação de RCC, e mitigação de riscos em frentes de serviço em via pública.

15.5. Adicionalmente, os benefícios decorrentes da contratação incluem: melhoria da continuidade das frentes de urbanização e conservação; redução de custos indiretos associados à degradação progressiva do espaço público (desníveis, falhas de drenagem superficial e perda de acessibilidade); aumento da capacidade de resposta a demandas recorrentes e prioritárias; maior previsibilidade e controle do atendimento; rastreabilidade por Ordens de Serviço, medições e evidências; e fortalecimento da gestão e fiscalização da execução, com impacto direto na qualidade das intervenções e na segurança dos usuários.

15.6. Registra-se, por fim, que a efetividade plena da execução em campo depende de condicionantes operacionais, notadamente a disponibilidade de equipes (incluindo o provimento decorrente do processo seletivo previsto/aberto para 2026) e a disponibilidade/adequação do parque de máquinas, equipamentos, ferramentas e logística de apoio. Tais condicionantes, contudo, não descaracterizam a autonomia e a adequação da contratação sob SRP, que visa assegurar capacidade de contratação e atendimento conforme conveniência e necessidade da Administração, com governança e controle por OS.

15.7. Diante do exposto, posiciona-se favoravelmente à contratação, por se tratar da solução mais adequada para atender às necessidades identificadas, assegurando ao Município instrumento essencial para a implantação e manutenção de meio-fio, calçadas/passeios, calçamento e ciclovias, com economicidade, flexibilidade, segurança jurídica e alinhamento ao planejamento público, em benefício direto da mobilidade urbana, acessibilidade e qualidade de vida da população de Anápolis.

CLEYTON SOARES DA SILVA

Assessor Técnico de Projetos

RICHARDO ZACHARIAS BAIOCCHI

Subsecretário de Obras Públicas

Ciente e de acordo.

THIAGO DE SÁ LIMA

Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Cleyton Soares Da Silva**, **Servidor Municipal**, em 27/03/2026, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2300190** e o código CRC **02F930CB**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO, PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE
Av. Brasil numero 200 Sede da Prefeitura - Bairro CENTRO - CEP 75075-210 - Anápolis - GO - www.anapolis.go.gov.br
SEDE DA PREFEITURA

PROJETO BÁSICO - SEMOHPUMA/DIAF/COMPRAS

A Lei nº 14.133/2021 define Projeto Básico como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para definir e dimensionar a obra ou o serviço objeto da licitação, elaborado com base nas indicações do Estudo Técnico Preliminar (ETP), de modo a assegurar a viabilidade técnica, o adequado tratamento do impacto ambiental, a avaliação do custo e a definição dos métodos e do prazo de execução.

No âmbito de serviços comuns de engenharia, isto é, atividades objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, incluindo ações de manutenção, adequação e adaptação de bens e infraestruturas, o Projeto Básico deve ser proporcional à complexidade e ao risco do objeto, podendo adotar soluções-tipo, especificações e parâmetros padronizados, desde que preservadas as condições de desempenho, segurança, durabilidade e controle de qualidade exigíveis.

Neste contexto, o presente Projeto Básico é elaborado com fundamento no ETP nº 62, visando caracterizar e dimensionar a execução de serviços de construção, recomposição e manutenção de meio-fio sem sarjeta, meio-fio com sarjeta, calçamento, passeio público e ciclovias no Município de Anápolis/GO, conforme demanda. O documento consolida as premissas técnicas, os padrões mínimos, os métodos executivos, os critérios de medição e aceitação e a base orçamentária estimativa, de forma suficiente para instruir o processo licitatório e orientar a execução contratual.

Ressalva-se que, por se tratar de intervenções por demanda e/ou em frentes distribuídas no território municipal, eventuais lacunas de informação (como levantamentos topográficos/cadastrais locais, interferências, condições específicas do subleito, pontos de lançamento, travessias e demais particularidades do trecho) serão explicitamente registradas e tratadas como requisitos de complementação técnica por ocasião do planejamento de cada frente/Ordem de Serviço, sem prejuízo do atendimento aos padrões e às especificações estabelecidas neste Projeto Básico.

Nos termos do art. 6º, inciso XXV, da Lei nº 14.133/2021, o Projeto Básico deve conter, no mínimo, os seguintes elementos, os quais se consideram atendidos/endereçados neste documento e em seus anexos:

*a) **Levantamentos e dados de base:** levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens/ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados necessários à execução da solução escolhida, com indicação expressa dos itens já disponíveis e das complementações requeridas por frente de serviço/OS, quando aplicável;*

*b) **Soluções técnicas globais e localizadas:** definição das soluções padronizadas (tipologias e detalhamentos aplicáveis), parâmetros mínimos de desempenho e compatibilização com a condição típica de microdrenagem urbana, de modo a evitar*

reformulações que alterem qualidade, preço e prazo;

*c) **Tipos de serviços, materiais e equipamentos e respectivas especificações:** identificação e especificação dos serviços a executar e dos insumos/equipamentos a incorporar, com padrões mínimos, requisitos de controle tecnológico/qualidade, segurança e conformidade normativa, sem restrição indevida à competitividade;*

*d) **Métodos construtivos e condições organizacionais:** subsídios para definição de métodos executivos, instalações provisórias, sinalização e segurança de obra, sequenciamento típico e condições organizacionais para execução;*

*e) **Subsídios para licitação e gestão/fiscalização:** diretrizes para programação, estratégia de suprimentos, fiscalização, registros de campo, controles de qualidade e demais rotinas necessárias à boa execução e ao recebimento;*

*f) **Orçamento detalhado:** orçamento estimativo fundamentado em quantitativos e composições avaliadas, compatível com o nível de detalhamento exigível ao objeto e ao regime de execução adotado.*

Por fim, registre-se que a Súmula TCU nº 257/2010 consolidou a admissibilidade do pregão para contratações de serviços comuns de engenharia, entendimento compatível com o regime atual, desde que mantidas especificações objetivas, padronização, competitividade e julgamento por critérios objetivos.

a) LEVANTAMENTO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Introdução

Os levantamentos técnicos preliminares constituem a base de referência para a concepção, compatibilização e execução dos serviços, assegurando:

- i. Diagnóstico consistente das condições existentes;
- ii. Definição geométrica e hidráulica adequada dos dispositivos;
- iii. Quantificação e planejamento das intervenções; e
- iv. Mitigação de riscos de interferências, retrabalhos e paralisações.

Para cada frente de serviço definido pela fiscalização (via Ordem de Serviço – OS), a Contratada deverá realizar, consolidar e disponibilizar os levantamentos e registros necessários ao planejamento executivo, à fiscalização e à medição.

1.1. Levantamento Planialtimétrico Geral da Área de Intervenção

O levantamento planialtimétrico tem por objetivo representar, com precisão compatível com obras urbanas, o terreno natural e as superfícies urbanizadas que influenciem o escoamento superficial e a implantação dos dispositivos de drenagem, contemplando, no mínimo:

Planimetria: eixo e bordos de vias, alinhamentos, calçadas, passeios, meios-fios e sarjetas, bocas de lobo e dispositivos existentes, edificações relevantes, muros, cercas, acessos, elementos de sinalização, mobiliário urbano, arborização, cursos d'água, canais, talwegues e demais feições que condicionem o traçado e a execução;

Altimetria: curvas de nível com equidistância compatível com a complexidade do trecho, cotas pontuais de controle, perfis longitudinais e seções transversais das vias e áreas de implantação, suficientes para definição de declividades, greides, cotas de fundo de vala/tubulações, níveis de lançamento e

compatibilização com pavimentos e passeios;

Compatibilização com recomposições: identificação e delimitação das áreas potencialmente afetadas por escavações e recomposições, de modo a subsidiar quantitativos e critérios de medição.

Sistema de referência e integração SIG: o levantamento deverá ser executado em sistema oficial (preferencialmente SIRGAS 2000), garantindo compatibilidade com bases cartográficas e cadastros municipais e integração com sistemas de informação geográfica (SIG).

Produtos mínimos (entregáveis):

Plantas georreferenciadas (PDF e editável: conforme padrão do Município);

Boletim de medição, relatório técnico e quadro de pontos de controle;

Arquivos digitais organizados e rastreáveis, com identificação do trecho/OS, data, responsável técnico.

Responsabilidade da Contratada: a mobilização, execução integral do levantamento, processamento, conferência, consolidação e entrega dos produtos à fiscalização são de responsabilidade da Contratada, sem pagamento específico à parte. A Contratada deverá assegurar rastreabilidade, consistência e compatibilidade dos serviços realizados e relatórios de controle.

Referências e normas técnicas aplicáveis (quando necessário):

ABNT NBR 13133 – Execução de levantamentos topográficos (procedimentos e precisão);

ABNT NBR 14166 – Rede de Referência Cadastral Municipal (quando aplicável ao padrão local);

Diretrizes e padrões municipais de georreferenciamento/cadastro técnico (quando existentes);

1.2. Cadastro Fotográfico Georreferenciado

O cadastro fotográfico georreferenciado tem a finalidade de registrar, de forma objetiva e rastreável, as condições existentes do trecho/área de intervenção, apoiando o diagnóstico, a fiscalização, a gestão da obra e a composição de evidências para medições e auditorias. Deve contemplar, no mínimo:

- i. Vias, sarjetas, meios-fios, calçadas/passeios e pavimentos existentes;
- ii. Dispositivos de drenagem existentes (bocas de lobo, poços/caixas, descidas d'água, canaletas, saídas/lançamentos);
- iii. Pontos de alagamento, processos erosivos, taludes, cursos d'água/canais e áreas sensíveis;
- iv. Interferências aparentes e elementos de risco (postes, caixas/tampões, redes aparentes, arborização, travessias).

Cada registro deverá conter coordenada, data, identificação do trecho/OS e, quando possível, indicação do sentido/posição (ex.: estaca, logradouro, ponto notável). O acervo deve permitir comparação antes/durante/depois.

Produtos mínimos (entregáveis):

Relatório fotográfico georreferenciado (PDF) e base digital (planilha e/ou camada SIG com links/IDs das imagens);

Organização por trecho/OS, com nomenclatura padronizada e metadados básicos.

Referências e normas técnicas aplicáveis (orientativas):

Diretrizes internas de fiscalização/registro fotográfico do Município (quando houver);

Boas práticas de registro técnico georreferenciado para obras urbanas (padrões de rastreabilidade e evidência).

1.3. Identificação de Áreas de Apoio, Acessos e Canteiro de Obras

A identificação de áreas de apoio e acessos é etapa essencial ao planejamento logístico e operacional, devendo mapear:

- i. Locais para instalação de canteiro (quando necessário), estocagem temporária, circulação e manobras de equipamentos;
- ii. Rotas de acesso para caminhões e máquinas, pontos de carga/descarga e rotas de transporte de entulho;
- iii. Necessidade de desvios, sinalização provisória e plano de mobilidade local, quando a intervenção afetar tráfego e circulação de pedestres;

Restrições físicas, ambientais e urbanísticas (faixas de domínio, APP, áreas de preservação, limitações de uso do solo, horários e regras locais).

A definição deve priorizar redução de impactos à população, ao tráfego e ao meio ambiente, além de segurança do trabalho e eficiência do cronograma.

Referências e normas técnicas aplicáveis (mínimas):

NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e demais NRs aplicáveis ao canteiro e sinalização/segurança;

Regras municipais de uso/ocupação do solo, postura, trânsito e limpeza urbana (quando aplicáveis ao trecho).

1.4. Levantamento de Interferências Aparentes

O levantamento de interferências aparentes visa identificar elementos superficiais e subterrâneos visíveis que impactem escavações, assentamento de tubulações, execução de caixas/dispositivos e recomposições urbanas, incluindo:

- i. Redes e equipamentos aparentes de água, esgoto, drenagem existente, energia, telecom, iluminação pública;
- ii. Postes, caixas, tampões, PVs, registros, mobiliário urbano, sinalização, arborização e raízes significativas;
- iii. Estruturas que condicionem escavação e recomposição (muros, acessos, rampas, guias, pisos especiais, travessias).

As informações devem ser registradas em planta/croqui e integradas ao planejamento executivo do trecho, permitindo ajustes de traçado, métodos construtivos e medidas preventivas (proteção, escoramento, sinalização, comunicação com concessionárias, etc.).

Referências e normas técnicas aplicáveis (mínimas):

Normas e padrões das concessionárias locais (quando aplicável);

Diretrizes internas do Município para compatibilização de interferências e segurança de escavações (quando existentes).

1.5. Base para Todos os Demais Serviços

Os levantamentos descritos são a base estruturante para os serviços relacionados nesse projeto para as recomposições urbanas correlatas, viabilizando: dimensionamento e implantação com segurança, estimativas realistas de quantitativos, definição de métodos executivos e mitigação de riscos técnicos/operacionais/financeiros.

A Contratada deverá utilizar esses documentos como referência obrigatória para planejamento por OS, para a execução conforme padrões estabelecidos no Projeto Básico e para suporte às medições e ao recebimento, em alinhamento aos princípios da boa engenharia, economicidade, eficiência e segurança.

2. Demolição de piso de concreto simples, de forma mecanizada com marteleto, sem

reaproveitamento

2.1. Introdução

Este item contempla a demolição controlada de piso/passeio de concreto simples existente, em áreas afetadas por intervenções de e recomposições correlatas (implantação/manutenção de dispositivos, execução de caixas, readequação de guias/sarjetas e demais ajustes geométricos). A demolição deve ser executada de modo a preservar estruturas adjacentes, evitar danos e garantindo a segurança de pedestres e do tráfego, e assegurar condições adequadas para os serviços subsequentes (preparo e a recomposições de calçadas e pisos, reinstalação de meio-fio sarjeta e acessibilidade).

2.2. Delimitação, cadastro e compatibilização prévia das áreas a demolir (quando aplicável)

Antes do início da demolição, a Contratada deverá realizar o reconhecimento do trecho e registrar as informações mínimas que assegurem delimitação precisa das áreas, compatibilização geométrica e rastreabilidade para medição, incluindo:

2.2.1. Cadastro de pavimentos existentes (quando houver)

Identificar e registrar as tipologias de pavimento e piso existentes na área de intervenção (piso de concreto, pavimento asfáltico, intertravado, blocos, superfícies não pavimentadas etc.), bem como condições de conservação, remendos, trincas, recalques aparentes e limites entre materiais.

Finalidade: subsidiar o método de corte, definir recomposição compatível e evitar demolições indevidas além do necessário.

2.2.2. Levantamento de calçadas, guias e sarjetas

Registrar geometrias e condições de calçadas/passeios, guias/meios-fios e sarjetas, com larguras, inclinações transversais e cotas locais, identificando pontos de conflito com captação de drenagem superficial e com acessibilidade (rampas, travessias, piso tátil).

Finalidade: garantir recomposição sem barreiras, com continuidade e desempenho de escoamento superficial.

2.2.3. Localização de elementos urbanos e interferências aparentes

Realizar croqui de postes, árvores, bocas de lobo, caixas, tampões, mobiliário urbano, sinalização e redes aparentes que possam interferir na demolição e no transporte interno de materiais.

Finalidade: prevenir danos, planejar isolamento, sinalização e ajustar frentes de serviço.

2.2.4. Seções típicas e registros de referência do trecho (quando necessário)

Quando o trecho exigir, registrar seção transversal típica (pista-sarjeta-meio-fio-calçada), indicando relação entre cotas e larguras.

Finalidade: orientar recomposição do passeio e compatibilização com greide e dispositivos de drenagem.

Observação: Esses registros poderão ser simplificados quando se tratar de frentes padronizadas, mantendo-se, no mínimo, croqui, fotos antes/durante/depois e medição da área efetivamente demolida.

2.3. Método executivo – demolição mecanizada com martetele (sem reaproveitamento)

A demolição do piso de concreto simples deverá observar as seguintes diretrizes mínimas:

- i. Sinalização e isolamento: delimitar a área, instalar barreiras, sinalização e rotas seguras para pedestres, conforme o plano de sinalização provisória e orientações da fiscalização.
- ii. Corte de contorno (quando necessário): executar cortes lineares de contorno (serra/cortadora), especialmente junto a meios-fios, sarjetas, pisos preservados, tampas/caixas e elementos

sensíveis, para evitar “arrancamentos” e trincas fora da área prevista.

- iii. Rompimento mecanizado: realizar o rompimento com martelo, controlando vibração e mantendo o serviço dentro dos limites demarcados, evitando danos a camadas adjacentes e a estruturas existentes.
- iv. Segregação e empilhamento controlado: fragmentos devem ser segregados e acondicionados de forma a permitir carregamento seguro e limpeza do local, sem obstrução de sarjetas/dispositivos ou risco de acidentes.
- v. Limpeza e preparo para etapa seguinte: ao final, executar limpeza da área, removendo partículas soltas, garantindo condição adequada para escavações, preparo de fundo de vala e/ou recomposição do piso/passeio.

2.4. Carregamento manual, transporte e destinação do entulho (sem reaproveitamento)

O entulho proveniente da demolição deverá ser removido com carga manual e transporte em caminhão, incluindo:

- i. Carregamento e acomodação de resíduos no caminhão, com controle para evitar queda de material durante o transporte;
- ii. Limpeza do entorno e varrição final do trecho;
- iii. Transporte até local de destinação ambientalmente adequado/licenciado, conforme legislação aplicável e diretrizes municipais;

Registro de evidências: fotos do local, indicação de volume/quantidade estimada por OS, e, quando exigível, comprovantes de destinação (CTR/MTR ou documento equivalente adotado pelo Município).

2.5. Critérios de controle, aceitação e não conformidades

O serviço será aceito quando atendidos, no mínimo:

- i. Demolição restrita à área autorizada e/ou indicada em projeto/OS, sem danos ao entorno;
- ii. Ausência de fragmentos soltos e limpeza adequada da área;
- iii. Entulho removido e transportado conforme previsto, sem deposição indevida no local;

Registros mínimos por OS (croqui/medição, fotos antes/durante/depois e indicação de destinação, quando aplicável).

Falhas típicas: demolição além do limite, danos a meio-fio/sarjeta/pisos preservados, obstrução de drenagem superficial, falta de evidências e/ou destinação irregular de resíduos.

2.6. Medição e pagamento

A medição será realizada conforme a unidade prevista na planilha orçamentária e na composição adotada, tomando como regra:

Área (m²) do piso de concreto simples efetivamente demolido, medido “em projeção horizontal”, limitada aos contornos aprovados em OS, ou outro critério que esteja explicitamente previsto na composição de referência do orçamento (mantendo-se o princípio: medir apenas o executado e autorizado).

O transporte do entulho, incluindo carga manual, será medido/pago conforme o item específico da planilha (quando separado) ou considerado incluído no respectivo item, conforme estrutura do orçamento.

2.7. Segurança do trabalho e mitigação de impactos

A Contratada deverá adotar, no mínimo:

EPC/EPI adequados (proteção ocular, auditiva, respiratória, luvas, botas, sinalização e isolamento);
Controle de poeira (umidificação quando necessário) e controle de ruído dentro do possível para áreas urbanas;
Gestão de tráfego e proteção de pedestres, garantindo acessibilidade provisória segura;
Prevenção de danos a redes e estruturas: escavações/demolições próximas a interferências devem ser acompanhadas e executadas com cautela reforçada.

2.8. Referências e normas técnicas aplicáveis (mínimas)

ABNT NBR 13133 — Execução de levantamentos topográficos (para registros/apoio de delimitação quando aplicável);
Diretrizes de drenagem urbana e práticas de compatibilização viária adotadas pelo DNIT/órgãos correlatos (quando utilizadas como referência no processo);
Manuais/diretrizes GOINFRA para obras urbanas (quando adotados como referência técnica no processo);
Legislação e diretrizes aplicáveis à gestão de resíduos da construção civil, com observância das regras municipais e das exigências de destinação ambientalmente adequada.

3. Transporte de entulho em caminhão, incluso a carga manual

3.1. Introdução

Este item compreende a remoção, carga manual, transporte e destinação final ambientalmente adequada do entulho e resíduos gerados nas frentes de serviço (ex.: demolições de pisos/calçadas, escavações, recomposições e demais intervenções correlatas). O serviço é indispensável para manter a obra em condições seguras e organizadas, evitar obstruções do sistema de drenagem superficial (sarjetas/bocas de lobo), reduzir impactos à mobilidade urbana e garantir conformidade ambiental e sanitária.

3.2. Caracterização, segregação e acondicionamento dos resíduos (quando aplicável)

A Contratada deverá proceder à segregação básica dos resíduos gerados, sempre que tecnicamente viável e exigível pela fiscalização, de modo a evitar contaminação cruzada e facilitar destinação correta (ex.: resíduos de concreto/argamassa, solo excedente, materiais diversos).

Os resíduos deverão ser acondicionados de forma a:

- i. Impedir carreamento para sarjetas, bocas de lobo e cursos d'água;
- ii. Manter a área limpa e segura para pedestres e tráfego;
- iii. Viabilizar carga manual com eficiência e segurança;
- iv. Evitar dispersão por vento/chuva (quando necessário, utilizar cobertura provisória).

3.3. Carga manual do entulho

A carga manual deverá ser realizada com equipe dimensionada para a frente de serviço, garantindo:

- i. Rapidez na limpeza do trecho e liberação de circulação quando aplicável;
- ii. Uso de ferramentas adequadas (pás, carrinhos, recipientes apropriados), sem danificar estruturas adjacentes;
- iii. Coleta de fragmentos e resíduos finos, com varrição/limpeza final do local;
- iv. Acondicionamento no caminhão de forma estável, evitando tombamento/queda de material.

3.4. Transporte em caminhão e destinação final

O transporte deverá incluir todos os recursos necessários (veículo, motorista, combustível, operação,

manobras, eventuais rotas alternativas), observando:

- i. Controle de derramamento: carroceria adequada e, quando necessário, uso de lona/cobertura;
- ii. Preservação da via pública: evitar arraste de materiais, lama e resíduos; quando ocorrer, executar limpeza imediata;
- iii. Destinação final em local legalmente autorizado/licenciado (ex.: ATT, área de transbordo e triagem, reciclagem, aterro de RCC, bota-fora autorizado), conforme legislação aplicável e diretrizes municipais;
- iv. Proibição de descarte em vias, lotes baldios, áreas verdes, APPs e qualquer local não autorizado.

3.5. Controle, rastreabilidade e evidências por Ordem de Serviço (OS)

Para fins de fiscalização, medição e auditoria, a Contratada deverá manter evidências mínimas por OS, incluindo:

- i. Registro fotográfico antes/durante/depois da remoção (mostrando o trecho limpo e liberado);
- ii. Identificação do ponto de carga e do local de destinação;
- iii. Quando exigível, comprovantes de destinação (ex.: CTR/MTR, recibo/manifesto equivalente, ticket de balança, declaração do receptor autorizado), observadas as práticas e exigências locais.

A ausência de rastreabilidade poderá ensejar glosa/recusa de medição, conforme avaliação da fiscalização.

3.6. Critérios de aceitação

O serviço será aceito quando, cumulativamente:

- i. O entulho for removido integralmente da área indicada, com limpeza final do trecho (sem resíduos soltos);
- ii. Não houver obstrução de sarjetas, bocas de lobo ou acúmulo em áreas de circulação;
- iii. O transporte ocorrer sem derramamento e com preservação das condições de segurança e limpeza urbana;
- iv. Houver comprovação de destinação adequada quando exigível.

3.7. Medição e pagamento

A medição observará a unidade e o critério previstos na planilha orçamentária e na composição de referência adotada para o item, aplicando-se, em regra:

- i. Medição por volume (m³) de entulho efetivamente removido e transportado; e/ou
- ii. Medição por m³·km (quando houver dmt/rota definida e composição por distância); e/ou
- iii. Medição por viagem (quando expressamente previsto), sempre limitada ao que for efetivamente executado e autorizado em os.

Quando o orçamento/composição considerar o serviço “incluso” em outro item (ex.: demolição), prevalecerá a estrutura de custos definida no orçamento-base, mantendo-se, ainda assim, a obrigatoriedade de destinação adequada e evidências mínimas.

3.8. Segurança do trabalho e mitigação de impactos

A Contratada deverá adotar medidas de segurança compatíveis com operação urbana, incluindo:

- i. Isolamento/sinalização do ponto de carga e das áreas de manobra;
- ii. Epi/epc adequados (nr aplicáveis), com atenção a riscos de corte, poeira, ruído, atropelamento e manuseio de cargas;
- iii. Controle de poeira (umidificação quando necessário) e limpeza do entorno;
- iv. Planejamento de horários/rotas para reduzir interferência no tráfego e em áreas sensíveis.

3.9. Referências e normas técnicas aplicáveis (mínimas)

ABNT NBR 15112 (Áreas de transbordo e triagem de RCC) e correlatas da série RCC, quando aplicável à destinação;

Resolução CONAMA nº 307/2002 e alterações (gestão de resíduos da construção civil), quando aplicável;

NR-18 e demais Normas Regulamentadoras pertinentes à segurança em obras;

Normas e diretrizes municipais aplicáveis à limpeza urbana, transporte e destinação de RCC (quando existentes e vigentes).

4. Meio-fio sem sarjeta – mfc0 (tipo mfc06)

4.1. Introdução

Este item compreende o fornecimento e/ou execução e assentamento de meio-fio de concreto sem sarjeta, destinado à confinar e delimitar a borda do pavimento/área de acostamento, organizar o tráfego, proteger bordas de calçadas/passeios e condicionar o escoamento superficial para os dispositivos de drenagem existentes ou a implantar. O meio-fio deverá ser implantado de forma compatível com a geometria da via, com os níveis do pavimento e com os elementos de acessibilidade, evitando desníveis indevidos e garantindo continuidade.

4.2. Reconhecimento, locação e compatibilização prévia (quando aplicável)

Antes da execução, a Contratada deverá realizar o reconhecimento do trecho e locar o alinhamento e as cotas do meio-fio, contemplando, no mínimo:

- i. Verificação de bordos de pavimento, calçadas e acessos;
- ii. Identificação de sarjetas existentes (se houver), bocas de lobo, caixas/tampões, postes, árvores e outras interferências aparentes;
- iii. Definição do greide local e pontos singulares (esquinas, curvas, rebaixamentos, rampas e travessias), com ajustes necessários para compatibilização com drenagem superficial e acessibilidade.

Os registros (croqui/medição e fotos antes/durante/depois) devem acompanhar cada OS.

4.3. Características geométricas e materiais (padrão mínimo)

O meio-fio deverá atender ao padrão tipo MFC06 (meio-fio de concreto sem sarjeta), conforme detalhe anexo, observando-se, como referência geométrica:

Largura do topo: 11 cm

Largura da base: 12 cm

Altura total: 19 cm (com altura aparente típica 15 cm, conforme detalhe)

Raio de borda: $R = 3$ cm

Concreto: fck mínimo 15 MPa, com materiais e dosagem controlados, devendo ser garantida trabalhabilidade adequada, acabamento e cura.

Observação: o meio-fio poderá ser pré-moldado ou moldado in loco (inclusive por extrusão/forma deslizante), conforme previsto no orçamento-base e aprovado pela fiscalização, desde que mantidas as dimensões, desempenho e acabamento.

4.4. Método executivo (execução/assentamento)

- i. Marcação e alinhamento: implantação de gabaritos/linha de referência, definindo alinhamento horizontal, raio em curvas e cotas do topo.
- ii. Escavação e regularização: escavação e preparo da base/berço, com compactação e regularização para evitar recalques.

- iii. Execução/assentamento:
- iv. Pré-moldado: assentamento das peças sobre berço regularizado, com rejuntamento e travamento lateral;
- v. In loco: montagem de formas ou execução por extrusão, lançamento/aderência, adensamento, acabamento e cura.
- vi. Juntas: execução de juntas entre peças/trechos, assegurando continuidade e controlando fissuração (em geral, por junta entre peças pré-moldadas ou juntas de concretagem/serrilhamento conforme método).
- vii. Acabamento e cura: acabamento superior e arestas conforme padrão, com cura úmida ou química, evitando retração e desagregação.
- viii. Reaterro/travamento: reaterro e travamento lateral, recomposição do entorno e limpeza final do trecho.

4.5. Consumos médios de referência (para controle e compatibilização do orçamento)

Para o tipo MFC06, adotar como referência os consumos médios do detalhe anexo:

Escavação: < 0,05 m³/m

Concreto fck 15 MPa: 0,023 m³/m

Formas de madeira comum: 0,41 m²/m (Os consumos são referenciais de composição e não dispensam a medição conforme critérios contratuais.)

4.6. Controle de qualidade, aceitação e não conformidades

O serviço será aceito quando atender, no mínimo:

- i. Alinhamento e nível compatíveis com o greide do trecho e com a drenagem superficial;
- ii. Dimensões e acabamento conforme padrão (sem falhas, “bicheiras”, trincas relevantes, quebras de borda ou peças soltas);
- iii. Estabilidade/ancoragem adequada (sem deslocamento e sem recalque perceptível);
- iv. Limpeza do local e recomposição do entorno após implantação.

Não conformidades típicas: desalinhamento, cotas incoerentes (formando “bacias”/pontos de acúmulo), peças soltas, concreto segregado, cura inadequada, quebras frequentes por ausência de travamento.

4.7. Medição e pagamento

A medição será realizada por metro linear (m) de meio-fio efetivamente executado e aceito pela fiscalização, por trecho/OS, incluindo as atividades e insumos considerados na composição do item (escavação/berço, concreto e formas, quando aplicável), conforme estrutura do orçamento-base.

4.8. Referências e normas técnicas aplicáveis (mínimas)

ABNT NBR 14931 (Execução de estruturas de concreto – Procedimento);

ABNT NBR 12655 (Concreto – preparo, controle, recebimento e aceitação);

ABNT NBR 5738 / NBR 5739 (moldagem e ensaio de compressão, quando houver controle tecnológico);

Padrões de detalhes/tipologias anexos ao processo (MFC06) e diretrizes municipais aplicáveis à geometria viária, drenagem e acessibilidade.

5. Meio-fio com sarjeta (base 45 cm, altura 23 cm, sarjeta 30 cm)

5.1. Introdução

Este item compreende a execução de meio-fio com sarjeta integrada em concreto, destinado a confinar e delimitar a borda do pavimento e, simultaneamente, coletar e conduzir o escoamento superficial das águas pluviais até os pontos de captação (bocas de lobo/caixas/dispositivos existentes ou a implantar). A

solução deve garantir continuidade hidráulica e geométrica, evitando empoçamentos, desníveis e incompatibilidades com pavimentos, calçadas e acessibilidade.

5.2. Reconhecimento, locação e compatibilização prévia (quando aplicável)

Antes do início da execução, a Contratada deverá proceder ao reconhecimento do trecho e à locação do alinhamento/cotas, contemplando, no mínimo:

- i. Verificação do bordo do pavimento, calçadas, acessos, rampas e travessias;
- ii. Identificação de pontos de captação, caixas/tampões, postes, árvores e demais interferências aparentes;
- iii. Definição do greide e das cotas de sarjeta, assegurando declividades compatíveis com o escoamento até os dispositivos de drenagem, sem criação de “bacias”/pontos baixos indevidos.

Deverão ser mantidos registros por OS (croqui/medição e fotos antes/durante/depois).

5.3. Características geométricas e materiais – padrão mínimo

O meio-fio com sarjeta deverá atender ao detalhe anexo, com as seguintes dimensões de referência:

Largura total da base: 0,45 m

Altura total: 0,23 m (com base/espessura de 0,08 m + espelho de 0,15 m)

Largura do topo do meio-fio: 0,12 m

Largura da sarjeta: 0,30 m

Altura do bordo externo da sarjeta: 0,10 m

Concreto: fck mínimo 15 MPa, com materiais e dosagem controlados, garantindo adensamento, acabamento e cura adequados.

A execução poderá ser moldada in loco (padrão) ou com elementos pré-moldados compatíveis, somente se previsto no orçamento-base e aprovado pela fiscalização, mantendo rigorosamente a geometria e o desempenho hidráulico.

5.4. Método executivo (execução)

- i. Marcação e alinhamento: implantação de linha/estacas de referência para alinhamento e cotas do topo e da sarjeta.
- ii. Escavação e preparo do berço: escavação do local, regularização e compactação do fundo/berço, evitando recalques e perda de alinhamento.
- iii. Formas e conformação: montagem de formas para meio-fio e sarjeta (quando moldado in loco), garantindo geometria, largura e acabamento definidos.
- iv. Concretagem: lançamento do concreto, adensamento adequado, conformação da sarjeta e acabamento superficial.
- v. Declividades e acabamento hidráulico: a sarjeta deverá ser executada com caimento contínuo para os pontos de captação, sem degraus, ressalto e depressões que gerem empoçamento.
- vi. Juntas: execução de juntas entre trechos (conforme método e extensão), para controle de retração e prevenção de fissuração excessiva.
- vii. Cura: cura úmida ou química, conforme boas práticas, evitando retração, desagregação e perda de resistência.
- viii. Desforma, limpeza e recomposição do entorno: remoção de formas (quando aplicável), limpeza do trecho e recomposição de pavimento/passeio adjacente quando houver interface.

5.5. Consumos médios de referência (para controle e compatibilização do orçamento)

Conforme detalhe anexo, adotar como referência de composição:

Escavação: 0,045 m³/m

Concreto fck 15 MPa: 0,0593 m³/m

5.6. Controle de qualidade, aceitação e não conformidades

O serviço será aceito quando atender, no mínimo:

- i. Alinhamento e nível compatíveis com o greide e com as cotas previstas/definidas na OS;
- ii. Sarjeta com declividade contínua, sem empoçamentos, ressaltos ou “pontos baixos”;
- iii. Dimensões conforme padrão e acabamento adequado (sem falhas de concretagem, segregação, “bicheiras” e fissuração anormal);
- iv. Estabilidade e aderência do conjunto (sem deslocamentos, recalques perceptíveis ou desagregação superficial);
- v. Limpeza final do trecho e liberação segura da área.

Não conformidades típicas: desalinhamento, caimento invertido, formação de bacias, acabamento áspero/irregular que retenha água, cura inadequada, fissuração relevante e ausência de evidências por OS.

5.7. Medição e pagamento

A medição será realizada por metro linear (m) de meio-fio com sarjeta efetivamente executado e aceito, por trecho/OS, incluindo os serviços e insumos considerados na composição do item (escavação e concreto), conforme estrutura do orçamento-base.

5.8. Referências e normas técnicas aplicáveis (mínimas)

ABNT NBR 14931 – Execução de estruturas de concreto;

ABNT NBR 12655 – Concreto: preparo, controle, recebimento e aceitação;

ABNT NBR 13133 – Levantamentos topográficos (apoio à locação/controle geométrico, quando aplicável)

Diretrizes/manuais adotados pelo Município para drenagem urbana e padrões viários (quando aplicáveis), além do detalhe técnico anexo.

6. Calçada em concreto desempenado fck 15 mpa – espessura = 5 cm (ac/bc)

6.1. Introdução

Este item compreende a execução e/ou recomposição de calçadas/passeios em concreto desempenado, com resistência característica mínima fck = 15 MPa e espessura nominal de 5 cm, nas áreas indicadas em projeto e/ou definidas por Ordem de Serviço (OS) (incluindo trechos afetados por intervenções de microdrenagem, abertura/fechamento de valas, implantação de caixas e ajustes de meios-fios).

A recomposição deverá assegurar continuidade geométrica, segurança de circulação, acessibilidade, durabilidade e compatibilidade com o sistema de drenagem superficial (caimentos adequados, sem empoçamentos), evitando retrabalhos e impactos indevidos à mobilidade urbana.

Nota (AC/BC): a execução aplica-se às áreas identificadas no orçamento/projeto como AC/BC, conforme delimitação e quantitativos por OS.

6.2. Reconhecimento, locação e compatibilização prévia (quando aplicável)

Antes da execução, a Contratada deverá:

- i . Delimitar a área de intervenção e interfaces (meio-fio, sarjeta, rampas, pisos especiais,

caixas/tampões, postes/árvores);

- ii. Verificar cotas e caimentos do trecho, garantindo compatibilidade com o greide da via e com os dispositivos de captação;
- iii. Identificar e registrar interferências aparentes e condições do subleito (recalques, solos moles, presença de entulho), propondo correções necessárias antes da concretagem.

Deverão ser mantidos croqui/medição e registro fotográfico antes/durante/depois por OS.

6.3. Materiais e padrões mínimos

- i. Concreto: $f_{ck} \geq 15$ MPa, preparado com materiais conforme especificação e controle compatíveis com obra urbana, garantindo homogeneidade, adensamento e acabamento.
- ii. Espessura: 5 cm (nominal), admitindo-se tolerâncias construtivas compatíveis, desde que não comprometam desempenho e aceitação pela fiscalização.
- iii. Acabamento superficial: desempenado, regular e antiderrapante, sem segregação, “nata” frágil, porosidade excessiva ou desagregação.
- iv. Acessibilidade: a calçada deverá manter faixa de circulação com regularidade, sem degraus/obstáculos e com caimentos compatíveis com a drenagem e com a circulação segura.

6.4. Preparação da base (subleito)

- i. Regularização e compactação: o subleito deverá ser regularizado e compactado, removendo-se materiais orgânicos, solos impróprios e detritos.
- ii. Correção de pontos fracos: quando houver indícios de recalque/instabilidade, a Contratada deverá executar a correção (substituição de material, melhoria/compactação adicional), conforme orientação da fiscalização.
- iii. Camada de regularização/lastro (quando prevista): quando o orçamento/projeto prever camada de regularização (ex.: areia/brita/concreto magro), deverá ser executada antes da concretagem. Quando não prevista, prevalece a preparação do subleito conforme este item, sem prejuízo de ajustes necessários por condição local.

6.5. Execução do piso de concreto desempenado (moldado in loco)

- i. Formas/guia de nível: instalar guias/mestras e, quando necessário, formas laterais, garantindo alinhamento e cotas.
- ii. Lançamento e adensamento: lançar o concreto e adensar de modo a eliminar vazios e assegurar espessura uniforme, evitando segregação.
- iii. Acabamento desempenado: executar o acabamento com desempenadeira, garantindo textura adequada e regularidade superficial.
- iv. Caimentos: assegurar caimento para drenagem superficial, evitando empoçamentos e respeitando a acessibilidade (na faixa livre, adotar inclinação transversal compatível com boas práticas de acessibilidade, sem prejuízo da drenagem).
- v. Juntas: prever juntas de concretagem e/ou de retração (serrilhadas ou moldadas), com espaçamento compatível com a geometria do trecho, evitando fissuração excessiva e garantindo aspecto e desempenho.
- vi. Cura: realizar cura adequada (úmida ou química) pelo período necessário, protegendo contra insolação, chuva intensa e tráfego prematuro.

vii. Liberação ao uso: somente liberar após ganho mínimo de resistência e autorização da fiscalização.

6.6. Interface com drenagem e acessibilidade

- i. Compatibilizar a execução com meios-fios/sarjetas, grelhas, bocas de lobo e caixas, garantindo transições sem ressalto e sem rebaixamentos indevidos.
- ii. Em travessias/rampas e acessos, garantir continuidade e ausência de barreiras arquitetônicas, além de compatibilidade com eventual piso tátil (quando previsto em item específico).
- iii. Evitar que a execução direcione água para imóveis, garagens ou áreas sensíveis; o caimento deve conduzir o escoamento para a sarjeta/dispositivos.

6.7. Controle de qualidade, aceitação e não conformidades

O serviço será aceito quando atender, no mínimo:

- i. Espessura, alinhamento e acabamento conforme padrão;
- ii. Superfície regular, sem desagregação, segregação, fissuras relevantes por execução inadequada ou bordas frágeis;
- iii. Caimentos funcionais, sem empoçamentos;
- iv. Interfaces com meio-fio/sarjeta/caixas executadas sem degraus e com bom acabamento;
- v. Limpeza final do trecho e liberação segura ao uso.

Não conformidades típicas: falta de compactação do subleito (recalques), espessura insuficiente, acabamento fraco (“nata”), ausência de cura, fissuração excessiva por falta de juntas, depressões com acúmulo de água e incompatibilidade com acessibilidade.

6.8. Medição e pagamento

A medição será realizada por metro quadrado (m²) de calçada/piso executado e aceito, por trecho/OS, limitado à área efetivamente executada, conforme delimitação e critérios do orçamento-base. As evidências mínimas (croqui/medição + fotos antes/durante/depois) compõem o lastro de medição.

6.9. Referências e normas técnicas aplicáveis (mínimas)

ABNT NBR 14931 – Execução de estruturas de concreto (procedimento);

ABNT NBR 12655 – Concreto: preparo, controle, recebimento e aceitação;

ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (parâmetros de circulação e segurança);

Diretrizes municipais aplicáveis a passeios, acessibilidade e drenagem superficial, quando existentes e vigentes.

7. Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, espessura 6 cm, armado (af_08)

7.1. Introdução

Este item compreende a execução e/ou recomposição de passeio (calçada) ou piso em concreto moldado in loco, com espessura nominal de 6 cm, acabamento convencional (sarrafeado e desempenado) e armadura construtiva, nas áreas definidas em projeto e/ou por Ordem de Serviço (OS).

Aplica-se, em especial, às áreas sujeitas a maior solicitação e/ou necessidade de maior rigidez e durabilidade (ex.: acessos de veículos, faixas junto a sarjetas/meios-fios, entorno de caixas e dispositivos de drenagem, pontos de recomposição após escavações), assegurando regularidade, segurança, acessibilidade, compatibilização com drenagem superficial e redução de fissuração.

7.2. Reconhecimento, locação e compatibilização prévia (quando aplicável)

Antes da execução, a Contratada deverá:

- i . Delimitar a área (m²) a executar/recompor e interfaces com meio-fio/sarjeta, rampas, caixas/tampões, postes/árvores e pisos preservados;
- ii. Verificar cotas e caimentos, evitando empoçamentos e garantindo condução do escoamento para sarjetas/dispositivos;
- iii. Registrar croqui/medição e fotos antes/durante/depois por os, garantindo lastro de fiscalização e medição.

7.3. Materiais e padrões mínimos (conforme composição SINAPI – AF_08)

- i. Concreto: concreto feito em obra, com resistência característica $f_{ck} = 20$ MPa, preparo mecânico (betoneira), ou equivalente que atenda ao desempenho especificado.
- ii. Armadura construtiva: tela de aço soldada nervurada CA-60, Q-196 ($\approx 3,11$ kg/m²), fio 5,0 mm, malha 10×10 cm, posicionada com cobrimento compatível e uso de espaçadores.
- iii. Formas/guia: madeira (sarrafos/peças equivalentes) para conter o concreto e garantir nível e espessura.
- iv. Acabamento: convencional, com sarrafeamento e desempeno, superfície regular e antiderrapante.

Observação importante: esta composição não inclui a execução da camada de base (lastro de material granular) nem a aplicação de lona plástica separadora. Quando esses serviços forem necessários e estiverem previstos, deverão ser executados/medidos por itens específicos; quando não previstos, a Contratada deverá, no mínimo, garantir subleito regularizado e compactado e submeter à fiscalização qualquer necessidade de reforço/lastro adicional.

7.4. Preparação da base (subleito)

- i. Regularizar e compactar o subleito, removendo materiais impróprios (orgânicos, entulhos soltos, solos instáveis).
- ii. Corrigir pontos de recalque/instabilidade antes da concretagem, conforme orientação da fiscalização.
- iii. Executar lastro granular quando previsto no orçamento/projeto, garantindo superfície regular para receber o concreto.

7.5. Execução (procedimento mínimo)

- i. Montagem das formas: sobre a base regularizada, montar formas para conter o concreto, garantindo que o topo das formas esteja nivelado e respeite a espessura de 6 cm.
- ii. Posicionamento da armadura: posicionar a tela Q-196 na caixa delimitada pelas formas e pelo lastro/subleito, respeitando o cobrimento e utilizando espaçadores.
- iii. Concretagem: realizar lançamento, espalhamento, adensamento, nivelamento, sarrafeamento e desempeno do concreto. Considera-se concretagem com deslocamento interno por carrinho de mão/jerica (quando aplicável).
- iv. Juntas: executar juntas de dilatação/retração a cada 2 m, por corte a seco, ou conforme orientação da fiscalização em situações particulares (esquinas, rebaixamentos, áreas confinadas).
- v. Cura e proteção: promover cura adequada e proteger o piso contra tráfego prematuro, chuva intensa e insolação excessiva, até liberação pela fiscalização.

7.6. Interface com drenagem e acessibilidade

- i. Compatibilizar cotas com meio-fio/sarjeta, caixas e bocas de lobo, evitando degraus e ressalto.
- ii. Garantir caimentos funcionais sem direcionar águas para imóveis/portões e sem formar depressões.
- iii. Onde houver travessias/rampas e elementos de acessibilidade, assegurar continuidade e regularidade superficial, observando as diretrizes aplicáveis.

7.7. Critérios de aceitação e controle

O serviço será aceito quando:

- i. A área executada estiver conforme OS/projeto, com espessura compatível e acabamento uniforme;
- ii. Houver regularidade superficial (sem bicheiras / segregação / desagregação), com caimento funcional e sem empoçamentos;
- iii. A armadura estiver corretamente posicionada (sem ficar exposta, sem encostar no subleito, com cobrimento);
- iv. Juntas executadas conforme padrão (2 m, corte a seco) e interfaces bem acabadas;
- v. Registros mínimos por OS (medição + fotos antes/durante/depois) estiverem completos.

7.8. Medição e pagamento

A medição será realizada por metro quadrado (m²) de passeio/piso efetivamente executado e aceito, utilizando a área total construída em concreto feito em obra, espessura 6 cm, armado, conforme OS.

Não se incluem nesta medição (quando aplicável): serviços de base/lastro granular, lona plástica separadora, ensaios de controle tecnológico e outros itens que constem como composições específicas no orçamento.

7.9. Referências e normas técnicas aplicáveis (mínimas)

ABNT NBR 14931 – Execução de estruturas de concreto (procedimento);

ABNT NBR 12655 – Concreto: preparo, controle, recebimento e aceitação;

ABNT NBR 9050 – Acessibilidade em espaços urbanos (parâmetros de segurança e circulação);

Composição SINAPI AF_08 (passeio/piso em concreto 6 cm armado) e diretrizes municipais aplicáveis.

Se você mandar o próximo item (preparo de fundo de vala, caixa de inspeção, piso tátil ou grama), eu já mantenho esse mesmo padrão (método executivo + aceitação + medição + ressalvas do que a composição não contempla).

8. Preparo de fundo de vala com largura menor que 1,5 m (acerto do solo natural) – af_08/2020

8.1. Introdução

Este item compreende o preparo do fundo de vala com largura inferior a 1,5 m, mediante acerto e regularização do solo natural, garantindo condições geométricas e de suporte adequadas para o assentamento de tubulações, execução de berços, caixas/dispositivos de drenagem e demais elementos de microdrenagem urbana.

O correto preparo do fundo da vala é etapa crítica para evitar recalques, deformações, perda de declividade, infiltrações e falhas de desempenho hidráulico, devendo ser executado de forma compatível com o projeto/OS, com as cotas de fundo e com as condições do solo local.

8.2. Condições prévias e compatibilização (quando aplicável)

Antes do preparo, a Contratada deverá:

- i. Confirmar a largura da vala (< 1,5 m) e o trecho/estaca definido em OS;
- ii. Verificar interferências aparentes e condições do subleito (presença de água, material orgânico,

- entulhos, solos moles);
- iii. Assegurar sinalização e isolamento da frente de serviço, com acesso seguro a pedestres e controle de tráfego quando necessário;
- iv. Manter registros por OS (croqui/medição e fotos antes/durante/depois), com indicação do trecho preparado.

8.3. Método executivo – acerto do solo natural

O preparo do fundo da vala deverá incluir, no mínimo:

- i. Remoção de materiais impróprios: retirada de detritos, raízes, resíduos, bolsões de solo orgânico ou material solto que comprometa suporte.
- ii. Regularização geométrica: acerto do fundo da vala com ferramentas manuais e/ou equipamentos compatíveis, garantindo plano de assentamento e cotas de fundo conforme projeto/OS, com manutenção da declividade longitudinal prevista.
- iii. Ajuste pontual de depressões/excessos: correção de irregularidades, evitando “pontos altos” (que geram falta de apoio) e “pontos baixos” (que geram acúmulo de água e perda de declividade).
- iv. Compactação/estabilização (quando aplicável): quando o solo natural permitir e houver previsão/orientação, realizar compactação leve/adequada do fundo para melhorar suporte. Em solos saturados ou muito plásticos, a Contratada deverá comunicar a fiscalização e propor solução (substituição local do material, berço granular, rebaixamento de lençol, etc.), conforme o caso.
- v. Controle de água: caso haja presença de água (lençol aflorante, infiltração, chuva), adotar medidas para manter o fundo em condições de execução (drenagem provisória, bombeamento, proteção do trecho), evitando assentamento sobre solo encharcado.

Observação: este item refere-se ao acerto do solo natural, não incluindo, por si só, a execução de berço granular, lastro de areia/brita, concreto magro ou outros reforços, que devem ser tratados por itens próprios quando previstos no orçamento/projeto.

8.4. Controle geométrico e critérios de aceitação

O serviço será aceito quando:

- i. O fundo da vala estiver regularizado, limpo e sem materiais impróprios;
- ii. As cotas e declividade estiverem compatíveis com o projeto/os, sem ressaltes e sem depressões que prejudiquem o assentamento;
- iii. Houver condição adequada de suporte (sem solo excessivamente fofo, saturado ou instável), ou, caso identificado, houver registro e solução definida com a fiscalização;
- iv. Houver evidências mínimas por os (fotos e croqui/medição do trecho preparado).

Não conformidades típicas: fundo irregular, presença de material solto/orgânico, assentamento sobre solo saturado sem tratamento, perda de declividade, falta de rastreabilidade por OS.

8.5. Medição e pagamento

A medição será realizada por metro quadrado (m²) de fundo de vala efetivamente preparado, considerando a área do fundo (comprimento do trecho x largura efetiva da vala), limitada ao que for executado e autorizado em OS.

A comprovação do serviço deverá ser suportada por croqui/medição e fotos do trecho.

8.6. Segurança do trabalho e mitigação de impactos

A execução deve observar condições seguras de trabalho em valas, incluindo:

- i. Sinalização e isolamento adequados;
- ii. Controle de acesso e circulação;
- iii. Estabilidade de paredes da vala (escoramento/banquetas quando aplicável, conforme profundidade e condições do solo);
- iv. Epis/epcs compatíveis com atividade em escavações.

8.7. Referências e normas técnicas aplicáveis (mínimas)

ABNT NBR 13133 – Levantamentos topográficos (apoio a controle de cotas e declividades, quando aplicável);

Diretrizes e boas práticas de implantação de redes de drenagem urbana (manuais técnicos de referência adotados pelo Município);

Normas de segurança aplicáveis a escavações e valas (NR-18 e correlatas);

Composição de referência SINAPI AF_08/2020 – Preparo de fundo de vala < 1,5 m (acerto do solo natural).

Se você mandar o próximo item (Caixa de inspeção com tampa em concreto armado 25 MPa $e=5$ cm), eu já estruturo no mesmo padrão e conecto com este (porque a caixa depende diretamente do fundo/regularização e das cotas).

9. Caixa de inspeção – tampa em concreto armado fck 25 mpa, e = 5 cm

9.1. Introdução

Este item compreende a execução, recomposição e/ou adequação de Caixa de Inspeção (CI) destinada à inspeção, limpeza, mudança de direção, conexão e controle de trechos do sistema de microdrenagem urbana (e demais redes associadas quando definido em OS), incluindo a instalação de tampa em concreto armado com fck mínimo de 25 MPa e espessura de 5 cm, compatível com o local de implantação (passeio/calçada, canteiro, área de pedestres e/ou outros locais definidos em projeto/OS).

A CI deve garantir funcionalidade hidráulica, acessibilidade para manutenção, segurança dos usuários e integração com calçadas/pavimentos e demais elementos urbanos.

9.2. Reconhecimento, locação e compatibilização prévia (quando aplicável)

Antes da execução, a Contratada deverá:

- i. Confirmar a localização e a finalidade da caixa (inspeção, passagem, ligação, mudança de direção), conforme projeto e/ou OS;
- ii. Verificar cotas de fundo e de tampa (nível final), garantindo compatibilização com greide, meio-fio/sarjeta e caimentos do passeio/pavimento;
- iii. Identificar interferências aparentes (redes, postes, árvores, tampões existentes) e definir medidas preventivas;
- iv. Registrar croqui/medição e fotos antes/durante/depois por OS, garantindo rastreabilidade.

9.3. Padrões geométricos e requisitos mínimos

- i. Dimensões internas/altura/profundidade: conforme projeto/OS e necessidade hidráulica/manutenção do trecho, respeitando espaço mínimo para inspeção e operação.
- ii. Base e fundo: fundo regularizado (conforme item “preparo de fundo de vala”), com base estável; quando previsto, executar lastro/berço conforme projeto/OS.
- iii. Paredes/corpo da caixa: executadas em alvenaria/elementos pré-moldados/concreto moldado in loco, conforme padrão adotado no processo e orçamento-base, garantindo estabilidade e alinhamento.
- iv. Aberturas/entradas e saídas: compatíveis com as tubulações/conexões, com arremate adequado

para evitar infiltração de solo e erosões no entorno.

- v. Tampa: laje/tampa em concreto armado $f_{ck} \geq 25$ MPa, espessura 5 cm, com armadura posicionada e cobrimento adequado, assentada sobre apoio/encaixe firme, garantindo segurança e estabilidade.
- vi. Nível final: a tampa deverá ficar nivelada com o acabamento final do passeio/pavimento (ou com ressalto/rebaixo tecnicamente justificado e aprovado), evitando degraus, obstáculos e riscos a pedestres e veículos.

Observação: quando a CI estiver em local sujeito a solicitações superiores (ex.: faixa de rolamento, tráfego intenso ou cargas elevadas), a solução de tampa deverá atender à condição de carga definida em projeto/OS e pela fiscalização, preservando a segurança, sem prejuízo do parâmetro mínimo acima quando aplicável.

9.4. Método executivo (procedimento mínimo)

- i. Escavação e isolamento: escavar a área conforme dimensões necessárias, com sinalização, isolamento e segurança do entorno.
- ii. Preparo do fundo: regularizar/acertar o solo natural, removendo materiais impróprios; executar lastro/berço quando previsto.
- iii. Execução do corpo da CI: executar base e paredes conforme método adotado (moldado in loco, alvenaria ou pré-moldado), garantindo prumo, alinhamento e estanqueidade/vedação compatível com a função.
- iv. Ajuste de conexões: executar entradas/saídas, arremates e selagens necessárias, mantendo cotas de fundo e declividade do trecho.
- v. Execução/instalação da tampa:
 - Preparar o apoio/assento (anel/berço), garantindo superfície plana;
 - Executar ou instalar a tampa em concreto armado ($f_{ck} 25$ mpa, $e = 5$ cm), com adensamento, acabamento e cura adequados (quando moldada in loco);
 - Garantir assentamento firme e estabilidade (sem folgas, vibração, deslocamento).
- vi. Reaterro e recomposição: reaterrar e compactar camadas ao redor, recompondo calçada/piso/pavimento conforme os itens específicos do PB.
- vii. Limpeza e liberação: remover resíduos, limpar a área e liberar conforme orientação da fiscalização.

9.5. Controle de qualidade, aceitação e não conformidades

O serviço será aceito quando atender, no mínimo:

- i. CI executada na posição definida, com dimensões e cotas conforme projeto/OS;
- ii. Conexões ajustadas e sem obstruções, garantindo passagem/inspeção e funcionalidade;
- iii. Tampa íntegra, com bom acabamento, cura adequada e estabilidade (sem deslocamento);
- iv. Nível final compatível com o piso/pavimento, sem degraus perigosos;
- v. Recomposição do entorno concluída e local limpo;
- vi. Evidências mínimas por OS (croqui/medição + fotos antes/durante/depois).

Não conformidades típicas: tampa desnivelada, folgas e instabilidade, fissuração por execução/cura inadequada, cotas incompatíveis (criando degraus ou “bacias”), arremates mal executados gerando infiltração de finos e recalques.

9.6. Medição e pagamento

A medição será realizada por unidade (un) de caixa de inspeção executada e aceita, incluindo a tampa em concreto armado (fck 25 MPa, e = 5 cm), conforme composição e estrutura do orçamento-base.

Serviços associados (escavação, reaterro, recomposição de calçada/piso, transporte de entulho) serão medidos conforme itens próprios, quando assim definidos na planilha.

9.7. Segurança do trabalho e mitigação de impactos

A execução deverá observar, no mínimo:

- i. Isolamento e sinalização da área, com proteção de pedestres;
- ii. Controle de estabilidade de valas e escavações (escoramento quando aplicável);
- iii. Epis/epcs para atividades em escavação, concretagem e manuseio de cargas;
- iv. Organização do canteiro e remoção adequada de resíduos.

9.8. Referências e normas técnicas aplicáveis (mínimas)

ABNT NBR 14931 – Execução de estruturas de concreto (procedimento);

ABNT NBR 12655 – Concreto: preparo, controle, recebimento e aceitação;

ABNT NBR 6118 – Projeto de estruturas de concreto (critérios gerais de armadura e cobrimento, quando aplicável ao detalhamento);

NR-18 e correlatas – Segurança em obras/escavações;

Diretrizes/manuais adotados pelo Município para drenagem urbana e detalhes padronizados do processo (quando aplicáveis).

Se você enviar o próximo item (piso tátil em ladrilho hidráulico ou plantio de grama), eu já deixo no mesmo padrão e conecto com este (ex.: compatibilização do piso tátil com tampas/caixas e faixa livre de circulação).

10. Piso de ladrilho hidráulico colorido – modelo tátil (alerta ou direcional) – sem lastro

10.1. Introdução

Este item compreende o fornecimento e assentamento de piso tátil em ladrilho hidráulico colorido, no modelo ALERTA e/ou DIRECIONAL, em áreas de passeio/calçada indicadas em projeto e/ou definidas por Ordem de Serviço (OS), com a finalidade de assegurar acessibilidade e orientação de pessoas com deficiência visual, em conformidade com os parâmetros de desenho universal e diretrizes urbanas aplicáveis.

O piso tátil deverá ser implantado de forma compatível com a geometria do passeio, com a faixa livre de circulação, com rampas e travessias, e sem prejudicar a drenagem superficial (sem criar “bacias”, ressaltos ou obstáculos).

Sem lastro: este item refere-se ao ladrilho tátil e ao seu assentamento sobre base já executada/regularizada (ex.: calçada em concreto, contrapiso ou base equivalente), não incluindo a execução de lastro/contrapiso, que deverá ser tratada por item próprio quando prevista.

10.2. Reconhecimento, localização e compatibilização prévia (quando aplicável)

Antes do assentamento, a Contratada deverá:

- i. Identificar e demarcar os pontos/trechos de implantação conforme projeto/OS (travessias, rampas, mudanças de direção, obstáculos, rebaixamentos, acesso a equipamentos públicos etc.);
- ii. Verificar interferências e singularidades do passeio (tampas de caixas, bocas de lobo, postes, árvores, mobiliário urbano), ajustando o posicionamento para garantir continuidade e segurança;
- iii. Conferir nível, regularidade e caimentos da base existente, corrigindo imperfeições que

- comprometam o assentamento;
- iv. Registrar croqui/medição e fotos antes/durante/depois por OS.

10.3. Materiais e padrões mínimos

- i. Ladrilho hidráulico tátil colorido, tipo ALERTA (relevo tronco-cônico) e/ou DIRECIONAL (relevo em barras), conforme necessidade indicada em projeto/OS.
- ii. Cor e contraste: manter cor/contraste conforme padrão municipal ou, na ausência, adotar contraste perceptível com o piso adjacente, favorecendo identificação.
- iii. Dimensões e regularidade: peças com dimensões padronizadas, bordas íntegras, sem trincas, empenamentos ou falhas de fabricação, garantindo assentamento nivelado.
- iv. Argamassa de assentamento e rejunte: materiais compatíveis com uso externo e com o substrato (concreto/contrapiso), assegurando aderência, resistência e durabilidade.

10.4. Base de assentamento (pré-condição)

O assentamento somente poderá ocorrer sobre base:

- i. Estável, regular e limpa, isenta de pó, nata frágil, óleo/desmoldante e materiais soltos;
- ii. Com nível e caimento compatíveis, sem depressões que gerem empoçamentos;
- iii. Com resistência mínima para receber o revestimento.

Caso a base não atenda às condições, a contratada deverá comunicar a fiscalização e executar a correção necessária conforme itens específicos do PB (ex.: recomposição de calçada/piso).

10.5. Método executivo (assentamento)

- i. Marcação do alinhamento: traçar eixos e alinhamentos do piso tátil conforme o sentido de orientação/alerta previsto, garantindo continuidade.
- ii. Assentamento: aplicar argamassa compatível, posicionar as peças com alinhamento e espaçamento uniforme, garantindo aderência plena.
- iii. Nivelamento: assegurar que o piso tátil fique no mesmo nível do piso adjacente, sem ressalto perigosos ou rebaixamentos.
- iv. Rejuntamento e limpeza: executar rejunte adequado, remover excesso e realizar limpeza final sem danificar o relevo tátil.
- v. Cura e proteção: proteger o trecho contra tráfego prematuro e intempéries até a cura/aderência adequada, conforme orientação técnica do material.

10.6. Requisitos de acessibilidade e posicionamento (diretrizes mínimas)

- i. Piso tátil de ALERTA: utilizar em pontos de risco/decisão (ex.: início e fim de rampas, aproximação de travessias, mudança de direção relevante, obstáculos permanentes, escadas/desníveis quando houver), conforme projeto/OS.
- ii. Piso tátil DIRECIONAL: utilizar para orientar deslocamentos em percursos definidos, quando necessário, garantindo continuidade e sem interrupções indevidas.
- iii. Faixa livre: garantir que a implantação não obstrua a faixa livre de circulação e que permaneça segura, contínua e regular.
- iv. Compatibilização com caixas/tampas: evitar posicionar peças sobre tampas móveis; quando inevitável por condição local, a solução deverá ser definida pela fiscalização, garantindo estabilidade e manutenção.

10.7. Controle de qualidade, aceitação e não conformidades

O serviço será aceito quando:

- i. O piso tátil estiver implantado nos locais definidos, com modelo correto (alerta/direcional) e orientação adequada;
- ii. Apresentar alinhamento, nivelamento e aderência adequados (sem peças soltas/ocadas);
- iii. Não houver ressaltos perigosos, rebaixamentos e falhas de rejunte;
- iv. Houver bom acabamento e limpeza final;
- v. Existirem evidências mínimas por os (croqui/medição + fotos antes/durante/depois).

Não conformidades típicas: peças soltas, desníveis, orientação direcional incorreta, ausência de contraste adequado quando exigido, assentamento sobre base irregular ou com empoçamento.

10.8. Medição e pagamento

A medição será realizada por metro quadrado (m²) de piso tátil efetivamente assentado e aceito, conforme área implantada em cada OS.

A execução de base/lastro/contrapiso, quando necessária, será medida/paga conforme item próprio (pois este item é “sem lastro”).

10.9. Referências e normas técnicas aplicáveis (mínimas)

ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (diretrizes de piso tátil, faixa livre, segurança e circulação);

Normas/diretrizes municipais de acessibilidade e padronização de passeios (quando existentes e vigentes);

Boas práticas de implantação de piso tátil em ambiente urbano e compatibilização com drenagem superficial.

Se você quiser, eu já preparo também o item “piso tátil cor natural (alerta/direcional) sem lastro” com a mesma estrutura (mudando apenas o requisito de cor/contraste e padrão).

11. Plantio de grama batatais em placas, com m.o., irrigação, adubação e terra vegetal (o.c.) – a < 11.000 m²

11.1. Introdução

Este item compreende a execução de plantio de grama Batatais (*Paspalum notatum*) em placas, incluindo mão de obra, irrigação inicial, adubação e fornecimento/aplicação de terra vegetal, para recomposição paisagística e proteção superficial do solo em áreas afetadas por intervenções de obras urbanas (microdrenagem, recomposição de passeios, valas, caixas e demais frentes), especialmente em taludes, faixas laterais, canteiros e áreas verdes adjacentes.

A implantação da cobertura vegetal tem como objetivos: controle de erosão, redução de carreamento de sedimentos para sarjetas/bocas de lobo, melhora estética e recuperação funcional de áreas públicas.

11.2. Delimitação das áreas e compatibilização prévia (quando aplicável)

Antes do plantio, a Contratada deverá:

- i. Delimitar as áreas a receber grama, conforme projeto e/ou OS, identificando interfaces com calçadas, meios-fios/sarjetas, bocas de lobo, caixas, árvores e mobiliário urbano;
- ii. Verificar condições de drenagem superficial do local, evitando direcionar água para passeio/pavimento e evitando formação de sulcos;
- iii. Registrar croqui/medição e fotos antes/durante/depois por OS.

11.3. Preparação do terreno e regularização

- i. Limpeza: remover entulhos, pedras, raízes, vegetação indesejada e materiais impróprios.
- ii. Regularização: conformar o terreno, eliminando depressões e ressaltos, garantindo acabamento e caimentos adequados para evitar empoçamentos e erosão.
- iii. Descompactação e correções: onde houver solo compactado por tráfego de máquinas, promover descompactação superficial e correções necessárias para favorecer enraizamento e drenagem.
- iv. Terra vegetal: aplicar e espalhar terra vegetal (O.C.), com espessura suficiente para garantir pega e desenvolvimento, conforme padrão adotado no orçamento/OS e orientação da fiscalização.
- v. Adubação: realizar adubação de plantio conforme especificação técnica/local e boas práticas agrônômicas, priorizando fertilizante adequado para enraizamento e estabelecimento inicial.

Observação: caso o solo local apresente baixa qualidade (ex.: material argiloso excessivo, presença de resíduos, alta compactação), a Contratada deverá comunicar a fiscalização para ajustes de preparo e/ou incremento de terra vegetal, mantendo o objetivo de garantir pega e estabilidade.

11.4. Execução do plantio em placas

- i. Qualidade das placas: placas íntegras, com boa densidade de raízes, livres de pragas/doenças, sem ressecamento excessivo.
- ii. Assentamento: as placas devem ser assentadas com juntas desencontradas, ajustadas e bem encostadas, evitando frestas que causem falhas e erosões.
- iii. Compactação leve: após o assentamento, promover compactação leve/rolagem para garantir contato com o solo/terra vegetal e eliminar bolsas de ar.
- iv. Acabamento: realizar recortes e ajustes em contornos (meio-fio, calçada, caixas, postes, árvores), garantindo acabamento contínuo.

11.5. Irrigação, manutenção inicial e garantia de pega

- i. Irrigação inicial: executar irrigação imediata após o assentamento e manter regime de irrigação nos primeiros dias, compatível com clima local, insolação e umidade do solo, assegurando a pega das placas.
- ii. Reposição de falhas: substituir placas que não peguem ou apresentem falhas significativas dentro do período de estabelecimento, sem ônus adicional, quando decorrente de execução inadequada ou falta de manutenção inicial.
- iii. Proteção: adotar medidas de proteção contra pisoteio/compactação precoce, quando aplicável (isolamento temporário, sinalização).

11.6. Controle de qualidade, aceitação e não conformidades

O serviço será aceito quando:

- i. A área executada corresponder ao definido em projeto/OS, com cobertura contínua e bom acabamento nos contornos;
- ii. Não houver placas soltas, desníveis relevantes, falhas extensas ou frestas abertas;
- iii. O terreno estiver regularizado, sem erosões iniciais e sem carreamento evidente de solo para sarjetas/dispositivos;
- iv. Houver evidências mínimas por OS (croqui/medição e fotos antes/durante/depois) e registro de irrigação inicial quando solicitado pela fiscalização.

Não conformidades típicas: assentamento sobre solo inadequado sem preparo, falta de terra vegetal, ausência de irrigação inicial, placas ressecadas, falhas extensas por juntas abertas e erosão/carreação para a drenagem.

11.7. Medição e pagamento

A medição será realizada por metro quadrado (m²) de grama efetivamente plantada e aceita, conforme área executada por OS.

Considera-se incluído no item: mão de obra, fornecimento/assentamento das placas, aplicação de terra vegetal (O.C.), adubação e irrigação inicial, conforme estrutura do orçamento-base.

11.8. Referências e normas técnicas aplicáveis (mínimas)

- i. Boas práticas de recomposição vegetal e controle de erosão em obras urbanas;
- ii. Diretrizes municipais aplicáveis a manejo de áreas verdes, quando existentes;
- iii. Normas de segurança aplicáveis às atividades (NRs pertinentes), especialmente em áreas públicas com circulação.

Se você enviar o próximo item (Plantio de grama Esmeralda em placas...), eu faço igual, destacando apenas as diferenças de espécie, exigência de manutenção e padrão de acabamento.

12. Plantio de grama esmeralda em placas, com m.o., irrigação, adubação e terra vegetal (o.c.) – a < 11.000 m²

12.1. Introdução

Este item compreende a execução de plantio de grama Esmeralda (*Zoysia japonica*) em placas, incluindo mão de obra, irrigação inicial, adubação e fornecimento/aplicação de terra vegetal, para recomposição paisagística e estabilização superficial do solo em áreas públicas afetadas por intervenções urbanas (microdrenagem, recomposição de passeios, valas, caixas e frentes correlatas).

A cobertura vegetal tem como finalidades principais: reduzir erosão, minimizar carreamento de finos para o sistema de drenagem (sarjetas/bocas de lobo), recompor o aspecto urbano e recuperar a funcionalidade de canteiros e áreas verdes.

12.2. Delimitação das áreas e compatibilização prévia (quando aplicável)

Antes do plantio, a Contratada deverá:

- i. Delimitar e demarcar as áreas a receber grama, conforme projeto e/ou OS, identificando interfaces com calçadas, meios-fios/sarjetas, caixas, bocas de lobo, árvores e mobiliário urbano;
- ii. Verificar condições de drenagem superficial e conformação do terreno, prevenindo sulcos e pontos de acúmulo de água;
- iii. Manter croqui/medição e registro fotográfico antes/durante/depois por OS.

12.3. Preparação do terreno e regularização

- i. Limpeza: remoção de entulhos, pedras, raízes e vegetação indesejada.
- ii. Regularização: conformação do terreno, com acabamento uniforme e caimentos adequados para evitar empoçamento e erosão.
- iii. Descompactação: quando necessário, descompactar superficialmente áreas pisoteadas/compactadas por tráfego de obra, favorecendo enraizamento.
- iv. Terra vegetal (O.C.): aplicar e espalhar terra vegetal em espessura suficiente para garantir pega e desenvolvimento, conforme padrão adotado no orçamento/OS e orientação da fiscalização.
- v. Adubação: aplicar adubo de plantio compatível, priorizando estabelecimento inicial e enraizamento.

Observação: a grama Esmeralda costuma exigir maior cuidado no estabelecimento (irrigação e correção de base) para garantir pega uniforme; caso o substrato esteja inadequado, a Contratada deverá comunicar a fiscalização e executar correções necessárias para assegurar o desempenho do serviço.

12.4. Execução do plantio em placas

- i. Qualidade das placas: placas íntegras, com boa densidade de raízes, sem pragas/doenças e sem ressecamento excessivo.
- ii. Assentamento: placas assentadas com juntas desencontradas e bem ajustadas, reduzindo frestas e falhas.
- iii. Compactação leve/rolagem: após assentamento, executar compactação leve para garantir contato com a terra vegetal e eliminar bolsas de ar.
- iv. Acabamento e recortes: executar recortes e arremates junto a meios-fios, calçadas, caixas, postes e árvores, com acabamento contínuo.

12.5. Irrigação, manutenção inicial e reposição de falhas

- i. Irrigação inicial: irrigar imediatamente após o assentamento e manter regime de irrigação nos primeiros dias, compatível com clima local e umidade do solo.
- ii. Reposição de falhas: substituir placas com falha de pega, ressecamento ou descolamento significativo dentro do período de estabelecimento, quando decorrente de execução inadequada e/ou falta de manutenção inicial.
- iii. Proteção contra pisoteio: quando necessário, isolar/sinalizar para evitar compactação precoce e arrancamento das placas.

12.6. Controle de qualidade, aceitação e não conformidades

O serviço será aceito quando:

- i. A área executada corresponder ao definido em projeto/OS, com cobertura uniforme e bom acabamento nos contornos;
- ii. Não houver placas soltas, desníveis relevantes, falhas extensas ou juntas abertas;
- iii. O terreno estiver regularizado, sem erosões iniciais e sem carreamento visível para sarjetas e dispositivos;
- iv. Houver evidências mínimas por OS (croqui/medição e fotos antes/durante/depois) e, quando solicitado, registro de irrigação inicial.

Não conformidades típicas: ausência/insuficiência de terra vegetal, base irregular com empoçamento, falta de irrigação, placas ressecadas, juntas abertas e erosão/carreação para drenagem.

12.7. Medição e pagamento

A medição será realizada por metro quadrado (m²) de grama efetivamente plantada e aceita, por OS.

Considera-se incluído no item: mão de obra, fornecimento/assentamento das placas, terra vegetal (O.C.), adubação e irrigação inicial, conforme estrutura do orçamento-base.

12.8. Referências e normas técnicas aplicáveis (mínimas)

- i. Boas práticas de recomposição vegetal, paisagismo e controle de erosão em obras urbanas;
- ii. Diretrizes municipais aplicáveis à manutenção de áreas verdes e manejo urbano, quando existentes;
- iii. Normas de segurança aplicáveis às atividades (NRs pertinentes), especialmente em áreas públicas com circulação.

Se você quiser, eu também posso consolidar, ao final, um quadro comparativo (Batatais x Esmeralda) com “uso recomendado”, “demanda de irrigação/manutenção” e “critérios de aceitação”, para ficar bem

b) SOLUÇÕES TÉCNICAS GLOBAIS DO PROJETO

1. Introdução

1.1. Em atendimento ao art. 6º, inciso XXV, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, este item consolida as soluções técnicas globais e localizadas adotadas para a execução, recomposição e manutenção de meio-fio (com e sem sarjeta), calçadas/passeios e serviços correlatos, com detalhamento suficiente para assegurar padrão mínimo de desempenho, qualidade e segurança, bem como para evitar, na elaboração do projeto executivo e na execução, reformulações ou variantes que alterem preço, prazo ou qualidade inicialmente definidos.

1.2. As soluções foram estruturadas a partir de tipologias padronizadas, com parâmetros geométricos e construtivos definidos, método executivo de referência, critérios de medição e aceitação e compatibilização com as condições urbanas recorrentes (interferências, acessibilidade, drenagem superficial e recomposições), permitindo execução por demanda, por Ordem de Serviço, com previsibilidade de quantitativos e controle de qualidade.

1.3. As intervenções serão implantadas em frentes distribuídas no território municipal, priorizando a integração funcional com o sistema viário e a drenagem urbana, assegurando continuidade geométrica (alinhamento, greide e caimentos), estabilidade dos elementos executados e recomposição do entorno conforme padrões previamente definidos.

1.4. As especificações abaixo constituem referência técnica mínima e deverão ser observadas pela Contratada, admitindo-se ajustes localizados apenas quando tecnicamente justificados e formalmente autorizados pela fiscalização, sem ampliação indevida de escopo e sem descaracterizar as tipologias e parâmetros do orçamento-base.

2. Serviços preliminares e logística (demolições e transporte)

2.1. Demolição de piso de concreto simples, de forma mecanizada com marteleto, sem reaproveitamento (AF_09/2023): solução destinada à remoção controlada de pisos/passeios existentes em áreas afetadas por recomposições, com delimitação prévia, corte de contorno quando necessário, execução mecanizada, limpeza e preparo para as etapas subsequentes, preservando estruturas adjacentes e evitando danos a interferências.

2.2. Transporte de entulho em caminhão, incluso a carga manual: solução logística para remoção integral dos resíduos gerados, com carga manual, acondicionamento seguro, transporte e destinação final ambientalmente adequada, garantindo limpeza do trecho, não obstrução de sarjetas/dispositivos e rastreabilidade por OS (registros fotográficos e, quando exigível, comprovação de destinação).

3. Meio-fio (confinamento, ordenamento viário e drenagem superficial)

3.1. Meio-fio sem sarjeta – tipo MFC06: solução de guia em concreto para confinamento e delimitação do pavimento/passeio, com geometria padronizada (referência do detalhe anexo), concreto fck mínimo conforme especificação e execução/assentamento com berço regularizado, alinhamento e nível compatíveis com o greide, travamento lateral e critérios de aceitação focados em estabilidade, acabamento e continuidade.

3.2. Meio-fio com sarjeta integrada (base 45 cm, altura 23 cm, sarjeta 30 cm): solução para condução do escoamento superficial, com geometria padronizada, execução em concreto moldado in loco (ou equivalente previsto), assegurando caimento contínuo, compatibilização com pontos de captação e integração com pavimento e calçadas, evitando empoçamentos e ressaltes.

3.3. Meio-fio padrão GOINFRA em concreto pré-moldado reto/curvo ($9/12 \times 30 \times 100$ cm), fck 28 = 30 MPa, com argamassa (1:3) para arremate do rejuntamento, incluindo escavação/regularização/reaterro e concreto fck 10 MPa para assentamento e chumbamento: solução para trechos que demandem maior resistência e/ou modulação com peças pré-moldadas, inclusive em curvas, com execução padronizada para garantir alinhamento, travamento e durabilidade, mantendo compatibilidade com calçadas e drenagem superficial.

4. Passeios, pisos e recomposições correlatas (continuidade urbana e acessibilidade)

4.1. Calçada em concreto desempenado fck 15 MPa, espessura 5 cm (AC/BC): solução para execução/recomposição de passeios em áreas de circulação de pedestres, com base regularizada, acabamento desempenado antiderrapante, caimentos funcionais e integração com meio-fio/sarjeta, evitando barreiras arquitetônicas e garantindo regularidade.

4.2. Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, espessura 6 cm, armado (AF_08/2022): solução para trechos sujeitos a maior solicitação e necessidade de maior rigidez/durabilidade, com armadura construtiva (tela soldada) e juntas regulares, reduzindo fissuração e aumentando desempenho, mantendo nível e caimentos compatíveis com drenagem e acessibilidade.

4.3. Pigmento em pó xadrez (cor vermelha) para concreto – 1%: solução complementar de identificação visual/acabamento, aplicada em trechos definidos, com dosagem controlada e homogeneização no preparo do concreto, sem prejuízo da resistência e do acabamento, observados os critérios de aceitação estética e de desempenho.

4.4. Preparo de fundo de vala com largura menor que 1,5 m (acerto do solo natural) (AF_08/2020): solução de preparo geométrico e funcional do fundo de vala para implantação de dispositivos e conexões, garantindo regularidade, cotas e declividade, com remoção de materiais impróprios e condições adequadas de suporte, evitando recalques e perda de desempenho hidráulico.

4.5. Caixa de inspeção – tampa em concreto armado fck 25 MPa, espessura 5 cm: solução localizada para inspeção/controle/manutenção do sistema, com execução compatível com o nível final do passeio/pavimento, estabilidade, acabamento e segurança, assegurando acessibilidade operacional e integração urbana.

4.6. Piso de ladrilho hidráulico cor natural – modelo tátil (alerta ou direcional) sem lastro: solução de acessibilidade para orientação e alerta de pessoas com deficiência visual, implantada sobre base previamente executada/regularizada, com posicionamento conforme diretrizes aplicáveis, alinhamento, nivelamento e contraste funcional com o piso adjacente.

4.7. Piso de ladrilho hidráulico colorido – modelo tátil (alerta ou direcional) sem lastro: solução análoga ao item 4.6, com variação de cor para reforço de contraste/identificação, observando os mesmos requisitos de posicionamento, aderência, nivelamento, acabamento e segurança.

4.8. Plantio de grama Batatais em placas, com mão de obra, irrigação, adubação e terra vegetal (O.C.) – $A < 11.000 \text{ m}^2$: solução de recomposição vegetal e proteção superficial do solo em canteiros e áreas verdes afetadas, com preparo do terreno, aplicação de terra vegetal, assentamento de placas, irrigação

inicial e reposição de falhas, visando controle de erosão e redução de carreamento de sedimentos.

4.9. Plantio de grama Esmeralda em placas, com mão de obra, irrigação, adubação e terra vegetal (O.C.) – A < 11.000 m²: solução paisagística e de estabilização similar ao item 4.8, adequada a áreas que demandem melhor acabamento estético e formação mais uniforme, com os mesmos cuidados de preparo, assentamento, irrigação inicial e aceitação por pega e uniformidade.

5. Diretrizes de compatibilização, controle e padronização (aplicáveis a todos os itens)

5.1. As soluções adotadas deverão respeitar as cotas e caimentos do trecho, garantindo continuidade entre pavimento–meio-fio/sarjeta–passeio, sem criação de degraus, depressões ou obstáculos, e assegurando condução eficiente das águas para os dispositivos de drenagem.

5.2. A execução será orientada por Ordens de Serviço, com delimitação do trecho, quantitativos e registros mínimos (croqui/medição e fotos antes/durante/depois), assegurando rastreabilidade, medição objetiva e aceitação técnica.

5.3. Eventuais ajustes localizados (interferências, singularidades do trecho, acessos e travessias) deverão ser previamente comunicados e aprovados pela fiscalização, preservando a tipologia e os parâmetros do orçamento-base, de modo a evitar alterações de escopo, preço e prazo.

c) IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS

A seguir, apresentam-se, para cada serviço previsto, a identificação do tipo de serviço, os materiais e equipamentos a incorporar/empregar, bem como as especificações técnicas mínimas e requisitos de segurança/qualidade, de modo a assegurar desempenho, durabilidade e execução segura, sem restringir indevidamente a competitividade.

1. Serviços preliminares / transporte

1.1. Demolição de piso de concreto simples, mecanizada com marteleto, sem reaproveitamento (AF_09/2023)

Tipo de serviço: demolição controlada de piso/passeio em concreto simples, com remoção total do material demolido, visando liberar a área para recomposição de calçadas/pisos e execução de serviços correlatos.

Materiais/insumos principais:

Elementos de contenção e sinalização provisória (cones, cavaletes, fitas, placas).

Sacos/lonas para proteção de bocas de lobo e dispositivos (quando necessário).

Materiais para proteção pontual de elementos sensíveis (madeira/chapas/borracha), quando aplicável.

Equipamentos mínimos e compatíveis (não exaustivo):

Marteleto rompedor (elétrico/pneumático/hidráulico), compatível com a espessura e resistência do piso.

Serra-cortadora de piso (quando necessário para corte perimetral e controle de fissuras).

Ferramentas manuais (marreta, talhadeira, pás, carrinho de mão).

Equipamentos de controle de poeira (umidificação) e limpeza (vassouras industriais/soprador, quando aplicável).

Especificações e requisitos mínimos de execução:

Delimitação prévia da área em OS/projeto e controle de bordas para evitar arrancamento de trechos não previstos.

Execução preferencial com corte de contorno quando houver interface com pisos preservados, meios-fios, tampas e edificações.

Proteção de sarjetas, bocas de lobo e caixas para impedir carreamento de fragmentos para a drenagem.

Segregação e acondicionamento do entulho de forma segura, com retirada imediata do trecho.

Proibição de reaproveitamento do material demolido no local (sem lastro improvisado), salvo previsão expressa em projeto/OS.

Riscos e perigos controláveis (segurança executiva):

Vibração e projeção de fragmentos, poeira e ruído: exigir EPI/EPC adequados e isolamento.

Danos a redes/interferências aparentes: reconhecimento e cautela nas interfaces.

Acidentes com pedestres/tráfego: sinalização e barreiras contínuas.

1.2. Transporte de entulho em caminhão, incluso carga manual

Tipo de serviço: coleta/carga manual do entulho e transporte em caminhão até destinação final ambientalmente adequada.

Materiais/insumos principais:

Lona/cobertura para carroceria (quando necessário).

Sacos para resíduos finos e itens dispersos; insumos de limpeza (vassoura, pás).

Equipamentos mínimos e compatíveis:

Caminhão basculante/caçamba ou equivalente, compatível com o volume, rotas e condições urbanas.

Ferramentas e meios de carga manual (pás, carrinhos, recipientes).

Equipamentos de limpeza para recomposição do asseio urbano após carga/transporte.

Especificações e requisitos mínimos:

Carga manual com acondicionamento estável, evitando queda/difusão de resíduos.

Transporte com prevenção de derramamento (cobertura quando aplicável).

Destinação final em local autorizado/licenciado, com rastreabilidade por OS (evidências e comprovantes quando exigíveis).

Limpeza final do trecho e prevenção de obstrução de sarjetas/dispositivos.

Riscos e perigos controláveis:

Queda de material na via; acidentes em manobras; contaminação/depósito irregular: controle, rota e destinação adequada.

2. Meio-fio

2.1. Meio-fio sem sarjeta – MFC06

Tipo de serviço: execução/assentamento de guia de concreto sem sarjeta para confinamento e ordenamento do bordo do pavimento/passeio.

Materiais/insumos principais:

Concreto fck mínimo 15 MPa (ou superior conforme orçamento/detalhe).

Formas (quando moldado in loco) e espaçadores/escoramentos.

Material para berço/assentamento e travamento lateral (conforme composição).

Equipamentos compatíveis:

Equipamentos de escavação/regularização (manual ou mecanizado conforme frente).

Ferramentas de alinhamento e nivelamento (linha, nível, trena, estação total quando aplicável).

Betoneira e vibrador (quando moldado in loco), ferramentas de acabamento.

Especificações mínimas:

Geometria conforme detalhe padrão (MFC06) e alinhamento contínuo, com prumo e estabilidade.

Berço regularizado e compactado; travamento lateral e arremates.

Compatibilização com rampas, acessos, travessias e drenagem superficial.

Riscos controláveis:

Desalinhamentos e recalques por base inadequada; degraus e barreiras de acessibilidade.

2.2. Meio-fio com sarjeta (base 45 cm, altura 23 cm, sarjeta 30 cm)

Tipo de serviço: guia com sarjeta integrada para coleta e condução do escoamento superficial.

Materiais/insumos:

Concreto fck mínimo 15 MPa (ou superior conforme composição).

Formas para sarjeta e espelho; juntas (quando aplicável).

Material para preparo do berço e arremates.

Equipamentos compatíveis:

Equipamento de escavação e regularização; betoneira/vibrador; ferramentas de acabamento e controle de caimento.

Especificações mínimas:

Dimensões padronizadas (base 0,45 m; altura 0,23 m; sarjeta 0,30 m), acabamento contínuo e declividade funcional.

Vedação/integração com pavimento e pontos de captação, sem depressões (“bacias”) e sem ressaltos.

Juntas e cura adequadas para evitar fissuração e desagregação.

Riscos controláveis:

Caimento invertido e empoçamentos; fissuras por retração; falhas de acabamento que prejudiquem o escoamento.

2.3. Meio-fio padrão GOINFRA pré-moldado reto/

Tipo de serviço: assentamento de peças pré-moldadas de alta resistência para trechos retos e curvos, com base de assentamento e chumbamento.

Materiais/insumos:

Peça pré-moldada em concreto fck 30 MPa, dimensões 9/12 × 30 × 100 cm, em perfeito estado.

Argamassa 1:3 (cimento:areia) para arremate e rejuntamento.

Concreto fck 10 MPa para assentamento e chumbamento (conforme composição).

Materiais de reaterro/compactação.

Equipamentos compatíveis:

Ferramentas e dispositivos de assentamento (alavancas, grampos, calços).

Equipamento de compactação (placa vibratória/sapo, quando aplicável).

Instrumentos de alinhamento e controle geométrico.

Especificações mínimas:

Base escavada e apiloada/compactada; concreto de assentamento conforme composição; peças alinhadas e rejuntadas.

Tratamento de curvas com peças curvas e arremates adequados.

Estabilidade e travamento lateral com reaterro compactado.

Riscos controláveis:

Peças soltas, recalques e desalinhamentos por berço mal executado; falhas no rejunte.

3. Passeio e ciclovias (pisos, recomposições e acessibilidade)

3.1. Calçada em Concreto desempenado fck 15 MPa – espessura 5 cm (AC/BC)

Tipo de serviço: execução/recomposição de passeio em concreto simples.

Materiais/insumos:

Concreto fck 15 MPa, acabamento desempenado antiderrapante.

Formas/mestras, materiais para cura e juntas (quando aplicável).

Equipamentos compatíveis:

Betoneira, ferramentas de lançamento e acabamento (régua, desempenadeira), instrumentos de nível/caimento.

Especificações mínimas:

Espessura nominal 5 cm, base regularizada e compactada.

Caimentos funcionais sem empoçamentos, compatíveis com acessibilidade e drenagem superficial.

Juntas e cura adequadas.

Riscos controláveis:

Fissuração e desagregação por cura inadequada; irregularidade superficial (tropeços) e empoçamentos.

3.2. Piso/calçada de concreto moldado in loco, 6 cm, armado (AF_08/2022)

Tipo de serviço: piso armado para maior solicitação, com juntas e armadura construtiva.

Materiais/insumos:

Concreto (conforme composição AF_08/2022, usualmente fck \geq 20 MPa).

Tela soldada (ex.: Q-196 ou equivalente conforme composição), espaçadores e juntas.

Formas e insumos de cura.

Equipamentos compatíveis:

Betoneira, ferramentas de nivelamento e acabamento, cortadora para juntas, instrumentos de controle de espessura e caimento.

Especificações mínimas:

Espessura 6 cm; armadura centralizada com cobrimento adequado; juntas regulares (ex.: 2 m por corte a seco, conforme composição).

Base regularizada e estável.

Acabamento uniforme e antiderrapante.

Riscos controláveis:

Armadura mal posicionada (exposição/corrosão); fissuração por ausência de juntas; recalque por base inadequada.

3.3. Pigmento em pó xadrez (cor vermelha) para concreto – 1%

Tipo de serviço: adição de pigmento mineral ao concreto para diferenciação visual/identificação de áreas.

Materiais/insumos:

Pigmento mineral em pó (xadrez) cor vermelha, dosagem 1% (referência), compatível com concreto.

Equipamentos:

Dispositivo de dosagem e mistura (betoneira), recipientes graduados.

Especificações mínimas:

Dosagem controlada e homogeneização na mistura para evitar manchas.

Não comprometer trabalhabilidade, resistência e acabamento.

Aplicação conforme trechos definidos em OS/projeto.

Riscos controláveis:

Manchamento por mistura inadequada; variação de tonalidade por água/cimento inconsistente.

3.4. Preparo de fundo de vala < 1,5 m (acerto do solo natural) – AF_08/2020

Tipo de serviço: regularização geométrica do fundo de vala para assentamento/implantação de dispositivos.

Materiais/insumos:

Insumos de limpeza e correção local (quando necessário).

Eventuais elementos de drenagem provisória (bombeamento), quando houver água.

Equipamentos:

Ferramentas manuais e equipamentos leves para acerto; instrumentos de nivelamento e controle de declividade.

Especificações mínimas:

Fundo regularizado, limpo, sem materiais impróprios; cotas e declividades compatíveis.

Controle de água e estabilidade do fundo.

Não inclui berço granular/concreto magro, salvo item próprio.

Riscos controláveis:

Perda de declividade e recalques; assentamento sobre solo saturado sem tratamento.

3.5. Caixa de inspeção – tampa em concreto armado fck 25 MPa, e = 5 cm

Tipo de serviço: execução/adequação de caixa para inspeção/manutenção, com tampa estrutural.

Materiais/insumos:

Concreto armado fck 25 MPa, espessura 5 cm na tampa.

Aço CA-50/CA-60 (conforme detalhamento/compatibilização), espaçadores e cobrimento.

Materiais do corpo da caixa (alvenaria/concreto/pré-moldado) conforme padrão adotado.

Equipamentos:

Ferramentas de escavação, formas, betoneira/vibrador, instrumentos de nível e prumo.

Especificações mínimas:

Tampa nivelada ao piso/pavimento final, estável e segura; arremates sem folgas.

Corpo com alinhamento e vedação compatíveis; conexões ajustadas sem obstrução.

Cura e acabamento adequados.

Riscos controláveis:

Tampa desnivelada (risco de queda); fissuração por cura inadequada; recalque por reaterro mal compactado.

3.6. Piso tátil em ladrilho hidráulico cor natural e colorido – alerta/direcional – sem lastro

Tipo de serviço: assentamento de piso tátil para acessibilidade em calçadas, sem execução de lastro/contrapiso.

Materiais/insumos:

Ladrilho hidráulico tátil (alerta e/ou direcional), cor natural ou colorido, conforme trecho.

Argamassa de assentamento e rejunte compatíveis com uso externo e base existente.

Equipamentos:

Ferramentas de marcação e alinhamento, cortador de peças, desempenadeiras, níveis.

Especificações mínimas:

Implantação conforme diretrizes de acessibilidade, com orientação correta (direcional) e posicionamento adequado (alerta).

Nivelamento com o piso adjacente, sem ressaltos; peças com aderência plena; rejunte íntegro.

Não executar sobre tampas móveis; quando inevitável, solução deve ser definida pela fiscalização.

Riscos controláveis:

Orientação incorreta (perda de função); peças soltas (acidentes); desníveis (tropeço).

3.7. Plantio de grama Batatais e Esmeralda em placas

Tipo de serviço: recomposição vegetal por placas para estabilização do solo e recomposição paisagística.

Materiais/insumos:

Placas de grama Batatais (*Paspalum notatum*) e/ou Esmeralda (*Zoysia japonica*), íntegras e saudáveis.

Terra vegetal (O.C.) para preparo e acomodação; adubo de plantio; água para irrigação inicial.

Materiais de proteção/sinalização provisória quando necessário.

Equipamentos:

Ferramentas de preparo do solo (enxada, rastelo), carrinho de mão, mangueiras/aspersores (ou equivalente), rolo compactador leve (quando aplicável).

Especificações mínimas:

Limpeza e regularização do terreno; aplicação de terra vegetal e adubação.

Assentamento com juntas fechadas e desencontradas; compactação leve e irrigação imediata.

Manutenção inicial para pega e reposição de falhas.

Riscos controláveis:

Falhas de pega por falta de irrigação/preparo inadequado; erosão e carreamento de solo para drenagem.

d) INFORMAÇÕES QUE POSSIBILITEM O ESTUDO E A DEFINIÇÃO DE MÉTODOS CONSTRUTIVOS

A seguir, para cada serviço, apresentam-se diretrizes técnicas que permitem ao licitante estudar e definir o método construtivo, dimensionar instalações provisórias e organizar a execução (mão de obra, frentes, logística, segurança e controle), sem impor marca, modelo ou processo exclusivo, preservando a competitividade.

1. Demolição de piso de concreto simples, mecanizada com marteleto, sem reaproveitamento (af_09/2023)

Método construtivo (diretriz mínima):

Delimitação do trecho conforme OS, com verificação de interferências aparentes (tampas, caixas, redes e mobiliário urbano).

Sinalização/isolamento e implantação de rota segura de pedestres (quando aplicável).

Corte perimetral do contorno (quando necessário) para evitar trincas fora da área e permitir demolição controlada.

Demolição mecanizada com marteleto compatível, em faixas, iniciando por bordas e seguindo para o miolo, reduzindo vibração em estruturas adjacentes.

Retirada imediata de fragmentos, varrição/limpeza do local e preparação para a etapa seguinte (base/recomposição).

Instalações provisórias e organização:

Barreiras móveis, cones, cavaletes, placas de obra e fita zebra; eventual passarela provisória de pedestres.

Ponto provisório de armazenamento/caçamba para entulho (quando necessário), evitando obstrução de sarjetas e bocas de lobo.

Controle de poeira por umidificação e cronograma por frentes (trechos curtos para liberação rápida da via/passeio).

Condições organizacionais e segurança:

Plano de bloqueio parcial (meia pista/faixa) e comunicação local, quando houver interferência no tráfego.

EPI/EPC: proteção ocular, auditiva, respiratória, luvas, calçados e barreiras contra projeção de partículas.

Critério operacional: manter o trecho limpo e desobstruído ao final de cada turno/frente.

2. transporte de entulho em caminhão, incluso carga manual

Método construtivo (diretriz mínima):

Segregação básica e acondicionamento do entulho próximo ao ponto de carga, evitando espalhamento e carreamento.

Carga manual organizada por equipe e ferramentas adequadas, com estabilidade da carga.

Transporte em caminhão até local de destinação autorizado/licenciado, sem derramamento.

Limpeza do trecho após carga (varrição, remoção de finos e eventuais resíduos).

Instalações provisórias e organização:

Ponto de carga definido por OS (preferencialmente fora da faixa livre e sem bloquear drenagem).

Rotas/logística: definição de horários com menor conflito de tráfego; previsão de rota alternativa.

Área provisória para estocagem curta (se necessária), sempre com proteção/isolamento e sem obstruir sarjetas.

Condições organizacionais e segurança:

Controle de derramamento com lona/cobertura quando aplicável.

Procedimentos de manobra segura (sinalizador quando necessário).

Evidências por OS (fotos e, quando exigível, comprovante de destinação), para rastreabilidade.

3. Meio-fio sem sarjeta – mfc06

Método construtivo (diretriz mínima):

Locação do alinhamento e das cotas (topo) conforme greide/OS, incluindo ajuste em esquinas, acessos e rampas.

Escavação do berço, regularização e compactação.

Execução por moldagem in loco ou assentamento conforme composição prevista, garantindo dimensões e acabamento.

Travamento lateral, reaterro e compactação por camadas; limpeza e liberação do trecho.

Instalações provisórias e organização:

Linha de referência (gabarito), estacas e controle altimétrico simples (nível, mangueira de nível ou estação, a critério do executante).

Ponto de preparo de concreto (betoneira) e área de formas (se in loco), com proteção e controle de

resíduos.

Execução por trechos para reduzir interferência no tráfego e permitir cura/estabilidade.

Condições organizacionais e segurança:

Controle de alinhamento/nível contínuo (checagem a cada trecho).

Proteção do meio-fio recém-executado contra impactos e tráfego prematuro.

Manutenção de faixa segura de pedestres, quando em passeio.

4. Meio-fio com sarjeta (base 45 cm, altura 23 cm, sarjeta 30 cm)

Método construtivo (diretriz mínima):

Locação do eixo e cotas da sarjeta, definindo declividade funcional e pontos de lançamento/captação.

Escavação/berço e regularização; instalação de formas para espelho e sarjeta.

Concretagem com acabamento hidráulico, garantindo continuidade e ausência de depressões.

Execução de juntas (quando aplicável), cura e recomposição do entorno.

Instalações provisórias e organização:

Controle altimétrico com checagem do caimento (régua, níveis, pontos de referência).

Área de preparo de concreto e formas, com logística para lançamento contínuo por trechos.

Planejamento de interferências: travessias, entradas de garagem, bocas de lobo e tampas.

Condições organizacionais e segurança:

Manter sarjeta protegida durante cura para evitar deformações e danos por tráfego.

Evitar execução em condições de chuva intensa sem proteção, para não comprometer acabamento e caimentos.

Garantir drenagem provisória do trecho (não represar água durante execução).

5. Meio-fio padrão goinfra pré-moldado reto/curvo

Método construtivo (diretriz mínima):

Locação do alinhamento e definição de curvas (raios), com seleção de peças retas/curvas.

Escavação, apiloamento/compactação do berço e execução de camada de assentamento (concreto fck 10 MPa, conforme composição).

Assentamento das peças com controle de alinhamento, prumo e nível; chumbamento e ajuste.

Rejuntamento/arremate com argamassa 1:3, reaterro e compactação lateral.

Instalações provisórias e organização:

Área de estocagem de peças pré-moldadas em local plano e seguro, com manejo para evitar quebras.

Ferramentas de assentamento e calçamento; controle geométrico por linha e níveis.

Sequenciamento por trechos e por curvas, reduzindo recortes e perdas.

Condições organizacionais e segurança:

Procedimento de movimentação segura das peças (peso, ergonomia, risco de esmagamento).

Controle de compactação do reaterro lateral para evitar deslocamentos posteriores.

Proteção das juntas recém-executadas contra lavagem por chuva.

6. calçada em concreto desempenado fck 15 mpa – espessura 5 cm (ac/bc)

Método construtivo (diretriz mínima):

Delimitação do trecho e preparo do subleito (limpeza, regularização e compactação).

Instalação de guias/mestras e formas de borda quando necessário.

Lançamento, sarrafeamento e acabamento desempenado antiderrapante.

Execução de juntas (quando aplicável), cura e proteção contra tráfego prematuro.

Instalações provisórias e organização:

Área de preparo do concreto (betoneira) e rota de transporte interno (carrinho/jerica).

Proteção provisória (barreiras) para manter a calçada isolada até cura mínima.

Planejamento de frentes para manter passagem alternativa.

Condições organizacionais e segurança:

Controle de caimentos e nível final para evitar empoçamento e degraus.

Evitar concretagem em horários de pico de uso do passeio, quando possível.

Gestão de resíduos e limpeza do entorno ao final.

7. Piso/calçada em concreto 6 cm armado (af_08/2022)

Método construtivo (diretriz mínima):

Preparo do subleito e instalação de formas definindo espessura de 6 cm.

Posicionamento da armadura (tela) com espaçadores e cobertura adequado.

Concretagem, acabamento convencional, execução de juntas (ex.: 2 m, corte a seco) e cura.

Proteção e liberação controlada ao uso.

Instalações provisórias e organização:

Estoque e corte/montagem de telas em área segura; formas e equipamentos de corte para juntas.

Organização do lançamento para evitar juntas frias e manter uniformidade de acabamento.

Sequenciamento por quadros/painéis, facilitando juntas e controle.

Condições organizacionais e segurança:

Controle rigoroso do posicionamento da armadura (evitar tela apoiada no subleito).

Controle de espessura e caimentos.

Isolamento do trecho durante cura para evitar fissuras e deformações.

8. Pigmento em pó xadrez (vermelho) para concreto – 1%

Método construtivo (diretriz mínima):

Dosagem e mistura controladas do pigmento no traço, garantindo homogeneização antes do lançamento.

Padronização de lote/fornecedor e controle de relação água/cimento para reduzir variação de tonalidade.

Execução de amostra/painel de referência quando solicitado pela fiscalização (boa prática), sem impor marca.

Instalações provisórias e organização:

Área seca e coberta para armazenamento do pigmento, evitando umidade.

Recipientes graduados para dosagem e controle de consumo.

Registro de lotes por OS para rastreabilidade.

Condições organizacionais e segurança:

EPI para manuseio de pó fino (máscara/óculos).

Controle de manchas por água/chuva durante acabamento e cura.

9. Preparo de fundo de vala < 1,5 m (acerto do solo natural) – af_08/2020

Método construtivo (diretriz mínima):

Limpeza do fundo, remoção de materiais impróprios e regularização do solo natural.

Ajuste de cotas e declividade conforme trecho/OS, evitando pontos altos/baixos.

Controle de água (bombeamento/drenagem provisória) quando necessário.

Liberação do fundo para assentamento/execução do dispositivo seguinte.

Instalações provisórias e organização:

Sinalização e proteção do perímetro da vala; definição de acesso seguro para equipe.

Equipamentos leves e instrumentos de nível para controle altimétrico.

Planejamento de avanço por trechos curtos para reduzir exposição de vala aberta.

Condições organizacionais e segurança:

Estabilidade de paredes da vala (escoramento/banquetas quando aplicável).

Proibição de assentamento sobre fundo saturado sem tratamento/decisão técnica.

Registro fotográfico e checagem de declividade por OS.

10. Caixa de inspeção – tampa em concreto armado fck 25 mpa, e = 5 cm

Método construtivo (diretriz mínima):

Locação e escavação da caixa, com preparo da base e alinhamento com tubulações/dispositivos.

Execução do corpo (alvenaria/concreto/pré-moldado conforme padrão), com arremates e vedação.

Execução/instalação da tampa armada, com controle de nível final e estabilidade.

Reaterro compactado e recomposição do passeio/pavimento ao redor.

Instalações provisórias e organização:

Área de formas e preparo de concreto; local seguro para armação e montagem da tampa.

Controle altimétrico para garantir tampa nivelada com o piso final.

Sequenciamento para evitar que a caixa fique aberta sem proteção.

Condições organizacionais e segurança:

Proteção contra quedas (tampa provisória/guarda-corpo temporário).

Controle de cura da tampa e proibição de tráfego/carga prematuros.

Compactação ao redor para evitar recalques e desnivelamentos futuros.

11. Piso tátil em ladrilho hidráulico

Método construtivo (diretriz mínima):

Demarcação do traçado do piso tátil conforme OS/projeto e diretrizes de acessibilidade.

Verificação e correção pontual da base existente (regularidade e limpeza).

Assentamento com argamassa compatível, alinhamento, nivelamento com piso adjacente e rejuntamento.

Limpeza e proteção até cura/aderência adequadas.

Instalações provisórias e organização:

Área de corte/ajuste de peças; armazenamento protegido para evitar quebras.

Execução por segmentos para manter faixa livre de circulação e rota alternativa de pedestres.

Compatibilização com tampas/caixas e mobiliário urbano (evitar sobreposição em partes móveis).

Condições organizacionais e segurança:

Controle de desníveis (risco de tropeço) e aderência (peças ocas/soltas).

Garantia de orientação correta (direcional) e localização adequada (alerta).

Sinalização provisória para impedir pisoteio durante cura.

12. Plantio de grama esmeralda e esmeralda

Método construtivo (diretriz mínima):

Limpeza, destorroamento e regularização do terreno; correção de depressões e caimentos.

Aplicação de terra vegetal e adubação de plantio.

Assentamento das placas com juntas fechadas e desencontradas; compactação leve/rolagem.

Irrigação imediata e manutenção inicial para pega; reposição de falhas.

Instalações provisórias e organização:

Ponto de água/mangueiras/aspersores (ou equivalente), sem exigir solução específica.

Área de estocagem temporária das placas em local sombreado/úmido para evitar ressecamento.

Isolamento/sinalização para evitar pisoteio e compactação durante o estabelecimento.

Condições organizacionais e segurança:

Planejamento do plantio em períodos e horários que favoreçam pega (evitar sol extremo sem irrigação).

Controle de erosão e carreamento (principalmente em taludes e bordas próximas à sarjeta).

Registro por OS (área implantada e fotos), garantindo rastreabilidade.

e) SUBSÍDIOS PARA O PLANO DE LICITAÇÃO (MODELAGEM, DISPUTA E REFERÊNCIAS)

1. Diretrizes para o plano de licitação (modelagem, itens e regime de execução)

A contratação deverá ser estruturada como serviço comum de engenharia, com itens padronizados e preços unitários, compatível com Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços (SRP), para atendimento sob demanda, mediante Ordens de Serviço (OS), conforme a lógica operacional descrita no Termo de Referência e na Análise de Riscos.

O regime de execução recomendado é empreitada por preço unitário, com medição e pagamento exclusivamente pelos serviços efetivamente executados e aferidos, favorecendo rastreabilidade e controle, especialmente pela variabilidade de frentes e quantitativos decorrente do acionamento por OS.

A licitação deve manter a segregação lógica por natureza de serviço, conforme planilha orçamentária do projeto, contemplando, no mínimo:

Serviços preliminares/Transporte: demolições e transporte/destinação de entulho;

Meio-fio: sem sarjeta, com sarjeta e meio-fio pré-moldado padrão;

Passeio/ciclovía e acessibilidade: calçadas em concreto (5 cm e 6 cm armado), pigmentação, preparo de fundo, caixas/tampas, piso tátil (alerta/direcional) e recomposições correlatas;

Paisagismo/Proteções: plantio de gramas (batatais/esmeralda) e regularizações associadas.

O orçamento-base e a composição de custos deverão observar as fontes e data-base adotadas no projeto (GOINFRA, SINAPI e composições municipais) e o BDI definido no orçamento, com premissas tributárias e administrativas já explicitadas na composição do BDI do processo.

2. Programação e estratégia de atendimento por demanda (OS, prazos e frentes de serviço)

A execução será programada por OS, emitidas pela Administração, contendo, no mínimo: localização, descrição dos itens acionados, quantitativos estimados, prazos, condições locais, interferências e orientações de mobilidade / sinalização, quando aplicável.

A Contratada deverá iniciar os serviços em prazo compatível com o TR, adotando como referência

operacional que a execução deve ser iniciada em até 15 (quinze) dias após a emissão/ciência da OS, salvo prazo específico mais restritivo definido na própria OS por criticidade/localidade.

Para assegurar continuidade e previsibilidade, a Contratada deverá apresentar, a cada OS:

Plano de ataque (sequenciamento, equipe, equipamentos, estimativa de duração e logística);

Cronograma físico simplificado por item/trecho, compatível com as interferências e com o tráfego local; Identificação de riscos executivos do trecho e medidas de controle (ex.: acessibilidade provisória, isolamento, sinalização, contenção de poeira e lama).

A Administração, por sua vez, deverá manter programação consolidada (semanal/mensal), priorizando OS por critérios objetivos: segurança viária, acessibilidade (rotas escolares/saúde), recorrência de danos, corredores de mobilidade e demandas emergenciais.

A Análise de Riscos do processo destaca que a oscilação volumétrica por OS é risco gerencial relevante; por isso, a gestão deve manter monitoramento do cronograma físico-financeiro e do saldo do SRP, com reprogramação tempestiva quando houver mudanças de prioridade pública.

3. Estratégia de suprimentos (materiais, equipamentos, logística e qualidade)

Considerando a execução por OS e múltiplas frentes, a Contratada deverá adotar estratégia de suprimentos capaz de atender variações de demanda, com:

Estoque mínimo operacional (itens de alto giro/baixa perecibilidade, como peças pré-moldadas, pisos táteis, pigmentos e insumos secos);

Aquisição programada e/ou fornecimento sob demanda de concreto (usinado ou produzido em obra conforme especificação), com controle de qualidade.

O planejamento de suprimentos deve ser compatível com os consumos médios e as composições do processo. Exemplo relevante do projeto:

- No meio-fio com sarjeta (base 45 cm, altura 23 cm, sarjeta 30 cm), há parâmetros de referência de consumo para escavação e concreto fck 15 mpa por metro linear, úteis para dimensionar frota/equipe e a logística de concreto por frente.
- No passeio em concreto 6 cm armado, a composição SINAPI do projeto indica consumo típico de concreto por m² e insumos como tela soldada, elementos essenciais para o plano de compras e para evitar paralisações por falta de materiais.

Equipamentos mínimos (referenciais) para assegurar produtividade e qualidade, sem restringir competitividade:

Demolição mecanizada: marteleiro/rompedor e, quando aplicável, compressor de ar rebocável, com equipe habilitada;

Transporte: caminhões basculantes e/ou apropriados para entulho, com logística de carregamento manual quando previsto;

Execução de meio-fio e calçadas: betoneira/usina móvel ou logística de concreto usinado, ferramentas de forma/acabamento, compactação e equipamentos de corte/juntas quando necessário;

Sinalização e segurança: cones, barreiras, fitas, placas, iluminação e dispositivos para isolamento e travessias temporárias.

Para mitigação de risco econômico (oscilação de insumos como cimento, agregados e combustíveis), a gestão deve prever:

monitoramento periódico de mercado dos insumos críticos;

Disciplina documental para eventual reequilíbrio, quando cabível e estritamente nos limites legais;

Planejamento de compras compatível com o cronograma e saldo contratual.

Gestão de resíduos: todo entulho resultante de demolições e escavações deve ter destinação ambientalmente adequada, com comprovação documental quando exigida (CTR, MTR e/ou documento municipal equivalente), evitando deposições irregulares e passivos ambientais.

4. Normas de fiscalização, controle, medição e governança da execução

A gestão e fiscalização deverão observar o Decreto Municipal nº 48.980/2023 (Anexo VI) e o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da CGM, com designação formal, por Portaria, de:

Gestor do Contrato;

Fiscal Técnico (acompanhamento in loco, conformidade técnica e qualidade);

Fiscal Administrativo, quando aplicável (controle de habilitação, garantias, glosas administrativas, pagamentos e aditivos);

substitutos para cada função.

Fiscalização técnica e rastreabilidade (padrão mínimo):

Acompanhamento contínuo e presencial quando necessário;

Registro de ocorrências e determinações de correção;

Controle das os emitidas e executadas;

Verificação/aceite de materiais e serviços conforme especificações;

Exigência de documentação de execução e registros fotográficos datados e rastreáveis, preferencialmente com georreferenciamento quando aplicável (conforme diretriz de mitigação da análise de riscos).

Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

Deverá ser utilizado como mecanismo de aferição de qualidade e desempenho (com avaliações ao menos semanais, conforme previsto no TR), permitindo glosas quando houver desempenho inferior ao mínimo estabelecido.

Relatórios e registros operacionais:

A Contratada deverá manter e apresentar Relatório Diário de Obras (RDO) quando previsto contratualmente/por OS, com frentes, equipes, condições climáticas, serviços executados, volumes/áreas e ocorrências.

Todas as ocorrências relevantes, medições, notificações, evidências e relatórios devem ser registrados no SEI, garantindo governança e trilha de auditoria.

Medição, recebimento e pagamento (síntese operacional para gestão):

Medições realizadas após a efetiva execução dos itens acionados por OS, com base em critérios objetivos e documentação comprobatória;

Previsão de recebimento provisório e recebimento definitivo nos prazos e ritos do TR, com possibilidade de rejeição total/parcial do executado;

Condicionamento de pagamento à conformidade técnica, ao IMR (quando aplicável) e às exigências documentais (inclusive trabalhistas/previdenciárias quando previstas), conforme diretrizes de mitigação da Análise de Riscos

5. Outros dados necessários: comunicação, interfaces urbanas, segurança e continuidade do serviço

Comunicação e alinhamento inicial: após a contratação/acionamento, a Administração poderá convocar reunião inicial (presencial ou remota) para alinhamento do plano de execução por demanda, canais de

comunicação, fluxo de OS, padrões de relatório e critérios de aceite.

Mobilidade urbana e segurança pública: por se tratar de intervenções em vias e passeios, a Contratada deverá prever medidas de:

- i. Isolamento de área, sinalização e rotas seguras para pedestres/cadeirantes;
- ii. Manutenção de acessos a imóveis e travessias provisórias quando necessário;
- iii. Gerenciamento de interferências com concessionárias quando identificado em campo.

Continuidade operacional: o modelo por SRP exige que a Contratada mantenha capacidade produtiva para atender múltiplas OS simultâneas (risco identificado na Análise de Riscos), sob pena de aplicação de sanções/glosas.

Qualidade e durabilidade: a fiscalização deve priorizar controle de geometria/alinhamento, acabamento, conformidade dimensional, cura do concreto e desempenho de acessibilidade (piso tátil e rampas/regularizações), pois falhas nesses elementos elevam risco de acidentes e retrabalho.

f) ORÇAMENTO DETALHADO DO CUSTO GLOBAL

1. O orçamento detalhado

O custo global desta contratação, estruturada sob Sistema de Registro de Preços (SRP) e execução sob demanda, tem a finalidade de:

- i. Assegurar uma estimativa robusta e transparente para a fase interna;
- ii. Servir como orçamento-base para o julgamento (quando adotado critério de maior desconto); e
- iii. Funcionar como referência permanente de controle de vantajosidade, gestão do saldo da ata e fiscalização econômico-financeira durante toda a execução.

O orçamento foi construído a partir do conjunto de itens padronizados do objeto, demolições e transporte de entulho; implantação/recomposição de meio-fio (com e sem sarjeta e pré-moldado); execução e recomposição de calçadas/pisos de concreto (simples e armado); preparo de fundo; execução de caixas de inspeção com tampa em concreto armado; assentamento de piso tátil (alerta/direcional); e recomposição paisagística por plantio de gramas em placas, compondo uma matriz de preços unitários que permite medições objetivas por Ordem de Serviço (OS).

Como se trata de SRP, o valor estimado global representa o limite máximo referencial para planejamento, controle e avaliação de economicidade, não caracterizando obrigação de consumo integral. O acionamento ocorrerá conforme a necessidade da Administração, por OS, respeitando o saldo da ata e a priorização técnica e operacional definida pela Contratante.

2. Fundamentação do orçamento (fontes de referência, data-base, BDI/encargos e coerência das composições)

A planilha orçamentária foi elaborada com base em composições referenciais oficiais e adotadas pela Administração, com parâmetros de produtividade, insumos, encargos sociais e indiretos aplicáveis, incluindo BDI/CI quando cabível, assegurando coerência técnica entre:

- i. Especificações dos serviços e materiais;
- ii. Unidades de medição (m, m², m³, un etc.);
- iii. Produtividades e equipes compatíveis com execução urbana; e
- iv. Custos indiretos inerentes à mobilização, administração local, sinalização, segurança e logística.

A metodologia de estimativa de quantidades e custos considera que os quantitativos são uma previsão

técnica para formação e gerenciamento do SRP, dimensionada com base em demandas típicas e recorrentes do Município, podendo variar conforme condições verificadas em campo, interferências e prioridades supervenientes, sem prejuízo da consistência do orçamento-base e dos critérios de medição.

3. Estrutura orçamentária por grupos de serviços (visão de controle e gestão do SRP)

Para fins de planejamento e fiscalização, o orçamento foi organizado em grupos funcionais, permitindo melhor programação de suprimentos e controle de saldo por natureza de serviço:

- i. Serviços preliminares e transporte: demolições mecanizadas, carga manual e transporte/destinação de resíduos;
- ii. Meio-fio: implantação/recomposição de meio-fio sem sarjeta, com sarjeta e peças pré-moldadas (reto/curvo), com berços, rejuntas e reaterros;
- iii. Passeio e recomposições correlatas: calçadas em concreto (5 cm e 6 cm armado), pigmentação (quando aplicável), preparo de fundo, caixas de inspeção e compatibilizações;
- iv. Acessibilidade: pisos táteis em ladrilho hidráulico (alerta e direcional), em cor natural ou colorido, sem lastro;
- v. Paisagismo e proteção superficial: plantio de grama em placas (batatais e esmeralda), incluindo terra vegetal, adubação e irrigação inicial.

Essa estrutura permite controle operacional do SRP por frentes de serviço, facilita o acompanhamento de custos por tipologia e reduz riscos de desequilíbrios de execução.

4. Orçamento como base do julgamento por menor preço

Quando adotado o critério de julgamento por menor preço, o orçamento estimado/orçamento-referência da Administração permanece como parâmetro técnico para verificação de exequibilidade, aceitabilidade e controle de vantajosidade, sem substituir a disputa competitiva do certame.

A proposta vencedora deverá apresentar preços unitários coerentes com as especificações, unidades de medição e produtividades consideradas no orçamento-referência, de modo a permitir comparabilidade objetiva entre licitantes e assegurar a execução regular durante a vigência do SRP.

Para mitigar distorções típicas de formação artificial de preços por item (“jogo de planilha”) como superprecificar itens de maior probabilidade de demanda e subprecificar itens de baixa incidência, com posterior busca de recomposição econômica, a análise de aceitabilidade observará, além do preço global (quando aplicável), a consistência interna dos preços unitários, especialmente nas parcelas relevantes e nos itens críticos para execução e medição.

Assim, o orçamento-referência cumpre papel de baliza de controle, permitindo identificar desvios relevantes, riscos de inexecução, perdas de vantajosidade e potenciais controvérsias na fase de execução (medições/glosas), preservando a integridade do conjunto de itens padronizados e a governança do SRP ao longo do tempo.

5. Aferição e rastreabilidade na execução (quantitativos mensuráveis, OS e controle de saldo)

O orçamento é composto por itens mensuráveis e verificáveis, com unidades adequadas à fiscalização (metro linear de meio-fio, metro quadrado de calçada/piso/grama/piso tátil, unidade de caixa de inspeção, entre outras), permitindo:

- i. Medição objetiva por serviços efetivamente executados e aceitos;
- ii. Rastreabilidade por os com registros mínimos (local, quantitativos, evidências fotográficas e

- relatório de execução);
- iii. Controle do saldo da ata por item e por grupo; e
- iv. Aferição contínua da vantajosidade (comparação com referência e controle do desconto aplicado, quando for o caso).

As variações de cada trecho (interferências, condições de subleito, restrições de tráfego, necessidade de compatibilização com acessibilidade e drenagem superficial, profundidades/localizações específicas) deverão ser tratadas no planejamento de execução por OS e na fiscalização técnica, preservando as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência e a objetividade da medição.

RICHARDO ZACHARIAS BAIOCCHI

Subsecretário de Obras Públicas

Ciente e de acordo.

THIAGO DE SÁ LIMA

Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **RICHARDO ZACHARIAS BAIOCCHI**, Subsecretário(a), em 25/02/2026, às 17:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



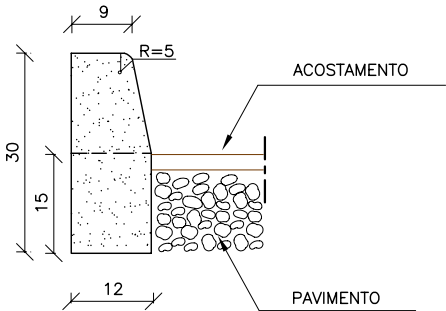
Documento assinado eletronicamente por **Thiago de Sá Lima**, Secretário(a), em 26/02/2026, às 17:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2205940** e o código CRC **AE3F8AB2**.

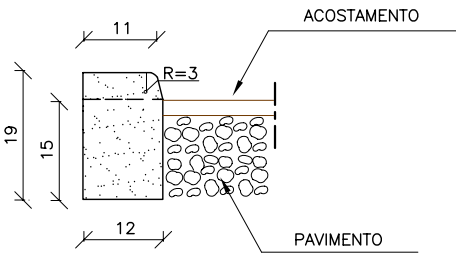
MEIOS-FIOS DE CONCRETO (II)

MFC05



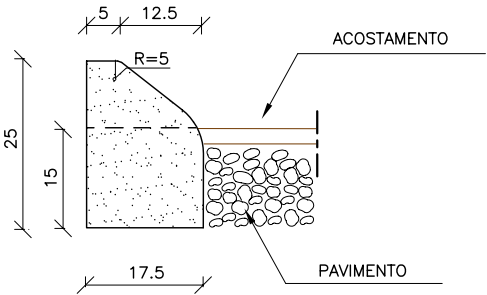
CONSUMOS MÉDIOS	
ESCAVAÇÃO	≤ 0,05m³/m
CONCRETO fck 15MPa	0,034m³/m
FORMAS DE MADEIRA COMUM	0,63m²/m

MFC06



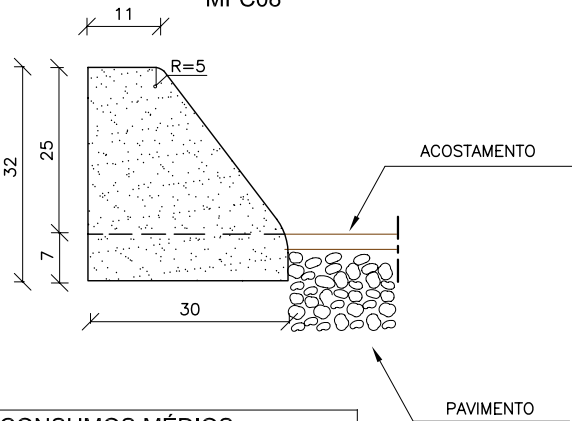
CONSUMOS MÉDIOS	
ESCAVAÇÃO	≤ 0,05m³/m
CONCRETO fck 15MPa	0,023m³/m
FORMAS DE MADEIRA COMUM	0,41m²/m

MFC07



CONSUMOS MÉDIOS	
ESCAVAÇÃO	≤ 0,05m³/m
CONCRETO fck 15MPa	0,040m³/m
FORMAS DE MADEIRA COMUM	0,410m²/m

MFC08



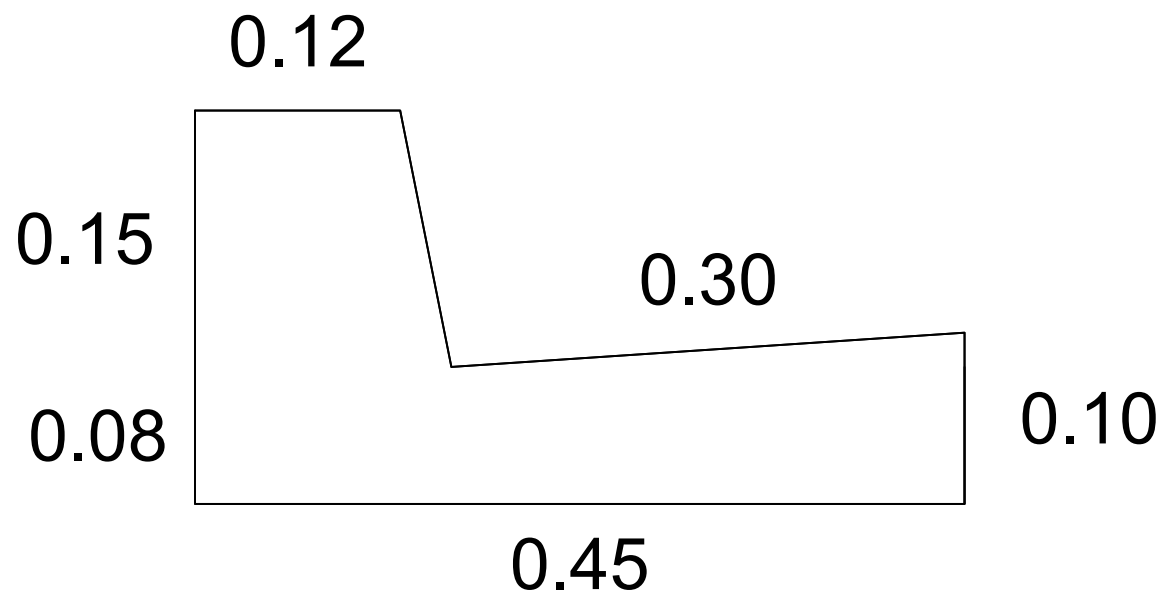
CONSUMOS MÉDIOS	
ESCAVAÇÃO	≤ 0,05m³/m
CONCRETO fck 15MPa	0,073m³/m
FORMAS DE MADEIRA COMUM	0,76m²/m

NOTAS:

- 1 - Dimensões em cm
2 - Em geral os meios-fios serão pré-moldados, podendo ser também moldados "IN LOCO" por extrusão (formas deslizantes)

- 3 - As quantidades de formas indicadas aplicam-se ao caso de meios-fios moldadas "in loco" por processos convencionais.

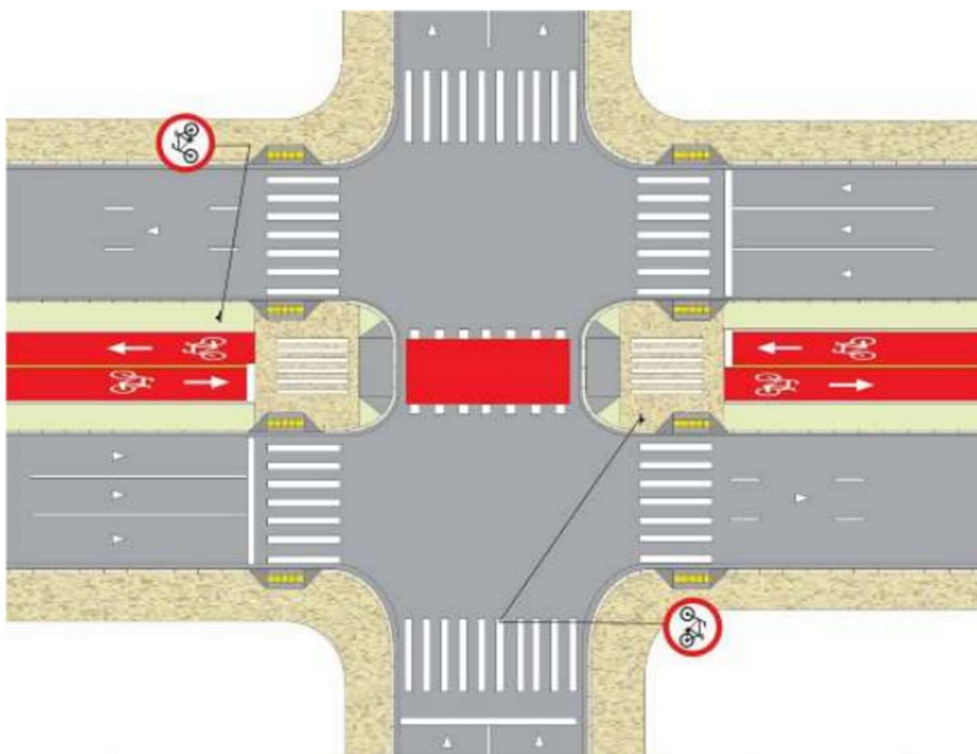
COMPOSIÇÃO MEIO FIO COM SARJETA
(BASE 45CM, ALTURA 23CM, SARJETA 30CM)



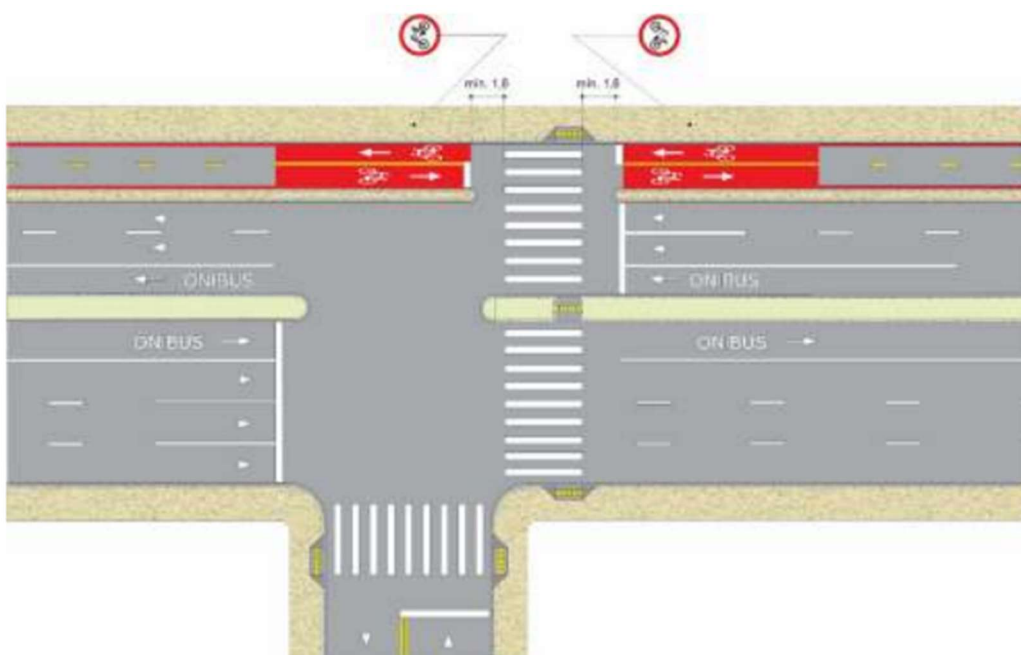
CONSUMOS MÉDIOS
ESCAVAÇÃO = 0,045m³/m
CONCRETO fck 15MPa = 0,0593m³/m

Modelos genéricos de Projeto de Ciclovia em via urbana e faixa de domínio em rodovias

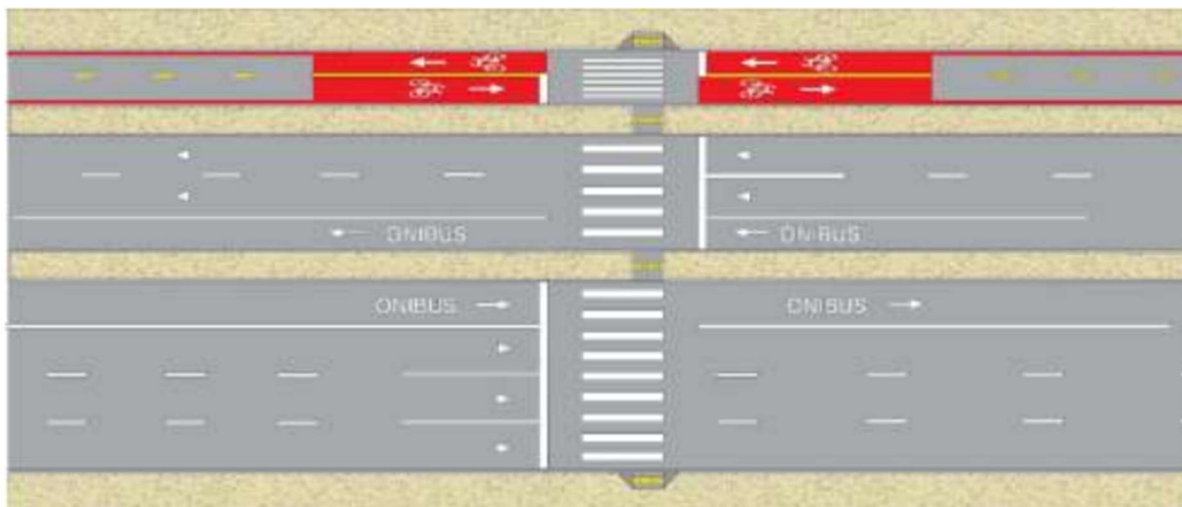
1 - CICLOVIA SOBRE CANTEIRO CENTRAL



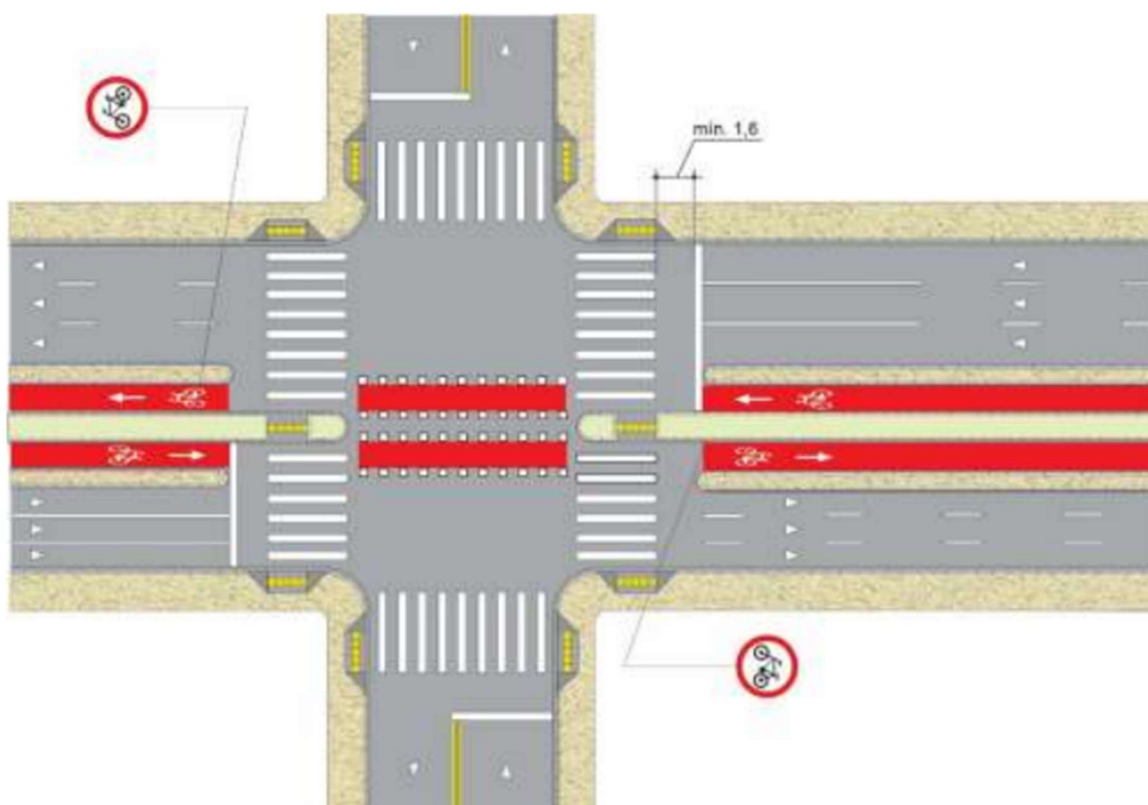
2 - CICLOVIA JUNTO A CALÇADA



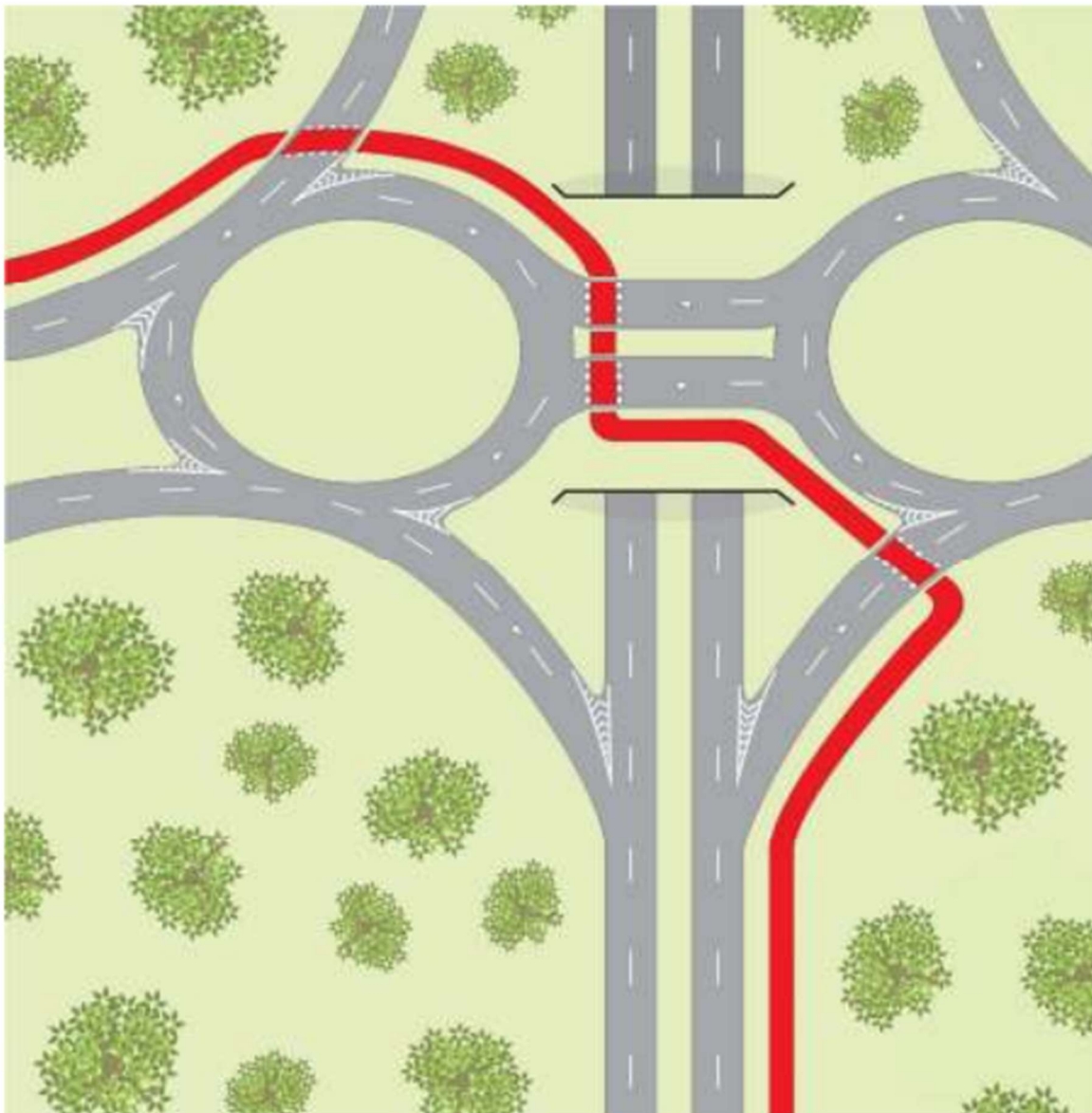
3 - CICLOVIA JUNTO A CALÇADA COM TRAVESSIA EM MEIO DE QUADRA




4 - CICLOVIA JUNTO AO CANTEIRO CENTRAL




5 - CICLOVIA NA FAIXA DE DOMÍNIO



Fonte: Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Volume VIII (Sinalização Ciclovária) Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN

<div>Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente</div>		<div><div><div><div>PREFEITURA DE</div><div>ANÁPOLIS</div><div>SEMPRE DO SEU LADO</div></div></div></div>		REVISÃO	00	OBRA: Execução de Micro drenagem - meio fio e outros serviços LOCAL: Diversas Vias do Município de Anápolis-GO ART(Orçamento)nº 1020250255048; DATA: 28 DE AGOSTO DE 2025			
NOMECLATURA / FONTE - DATA BASE									
A -	GOINFRA OBRA CIVIL ONERADA - Composição - (06/2025)		PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS THIAGO DE SÁ LIMA		AUTOR DO ORÇAMENTO Engº Civil - MAÍRA DE CARVALHO CREA 13.763/D-GO		Documento assinado digitalmente <div>gov.br</div> MAIRA DE CARVALHO Data: 24/10/2025 10:13:27-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br		
AR-	GOINFRA OBRAS RODOVIÁRIA ONERADA - Composição - (06/2025)		Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente						
S -	SINAPI ONERADA - Composição - (08/2025)								
composição	Composição Prefeitura Anápolis - (10/2025) - ONERADA		BDI - Onerado 20,73%						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QUANT.	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANALÍTICA - ONERADA				
					PREÇO UNITÁRIO SEM BDI (R\$)	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (R\$)	PREÇO TOTAL COM BDI (R\$)	%	
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES/TRANSPORTE					476.173,17	6,27%	
1.1	S-104790	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m3	2417,00	107,66	129,98	314.161,66	4,14%	
1.2	A-30101	TRANSPORTE DE ENTULHO EM CAMINHÃO INCLUSO A CARGA MANUAL	m3	2417,00	55,52	67,03	162.011,51	2,13%	
2.0		MEIO-FIO					2.320.870,00	30,57%	
2.1	AR-41335	MEIO FIO SEM SARJETA - MFC06	M	40000,00	12,81	15,47	618.800,00	8,15%	
2.2	COMPOSIÇÃO	MEIO FIO COM SARJETA - (BASE 45CM, ALTURA 23CM, SARJETA 30CM)	M	40000,00	33,51	40,46	1.618.400,00	21,32%	
2.3	A-271713	MEIO FIO PD. GOINFRA EM CONC. PRÉ MOLD. RETO/CURVO (9v12X30X100CM), FC28=30MPA COM ARGAM.(1CI:3ARMLC) P/ARREIMATE DO REJUNT. - INCLUSO ESCAV./APILOAM./REATERRO E CONC.FC28= 10MPA P/ ASSENTAM. E CHUMBAMENTO	M	1500,00	46,20	55,78	83.670,00	1,10%	
3.0		PASSEIO E CICLOVIA					4.795.611,50	63,16%	
3.1	AR-44400	CALÇADA EM CONCRETO DESEMPENADO 15MPa - ESPESSURA = 5cm (AC/BC) EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN	m2	78000,00	24,05	29,04	2.265.120,00	29,83%	
3.2	S-94992	LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	m2	700,00	77,80	93,93	65.751,00	0,87%	
3.3	P-587	PIGMENTO EM PÓ XADREZ (COR VERMELHA) PARA CONCRETO 1%	KG/M3	750,00	15,89	19,18	14.385,00	0,19%	
3.4	S-101616	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	M²	78000,00	6,90	8,33	649.740,00	8,56%	
3.5	A-81829	CAIXA DE INSPEÇÃO - TAMPA EM CONCRETO ARMADO 25 MPA E=5CM	m2	40,00	94,28	113,82	4.552,80	0,06%	
3.6	A-221124	PISO DE LADRILHO HIDRÁULICO COR NATURAL MODELO TÁTIL (ALERTA OU DIRECIONAL) SEM LASTRO	m2	1890,00	166,58	201,11	380.097,90	5,01%	
3.7	A-221126	PISO DE LADRILHO HIDRÁULICO COLORIDO MODELO TÁTIL (ALERTA OU DIRECIONAL) SEM LASTRO	m2	1890,00	172,72	208,52	394.102,80	5,19%	
3.8	A-270207	PLANTIO GRAMA BATATAIS PLACA C/ M.O. IRRIG.ADUBO,TER.VEG.(OC) A<11.000M2	m2	29400,00	26,61	32,13	944.622,00	12,44%	
3.9	A-270210	PLANTIO GRAMA ESMERALDA PLACA C/ M.O. IRRIG., ADUBO,TERRA VEGETAL (O.C.) A<11.000,00M2	m2	2000,00	31,99	38,62	77.240,00	1,02%	
					TOTAL DO ORÇAMENTO INCLUSO - (BDI)		R\$ 7.592.654,67	100%	

Secretaria Municipal de
Obras, Habitação, Planejamento
Urbano e Meio Ambiente



PREFEITURA DE
ANÁPOLIS
SEMPRE DO SEU LADO

OBRA: Execução de Micro drenagem - meio fio e outros serviços

LOCAL: Diversas Vias do Município de Anápolis-GO

ART(Orçamento)nº 1020250255048;

DATA: 28 DE AGOSTO DE 2025

NOMECLATURA / FONTE - DATA BASE

A - GOINFRA OBRA CIVIL - Composição - (05/2025)

AR- GOINFRA OBRAS RODOVIÁRIA - Composição - (04/2025)

S - SINAPI - Composição - (07/2025)

P - Composição Prefeitura Anápolis - (02/2022) - Onerada

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
THIAGO DE SÁ LIMA
Secretaria Municipal de Obras, Habitação,
Planejamento Urbano e Meio Ambiente

AUTOR DO ORÇAMENTO
Engº Civil - MAÍRA DE CARVALHO
CREA 13.763/D-GO

gov.br

MAIRA DE CARVALHO
Data: 24/10/2025 10:13:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO - ONERADO

ITEM	DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS	VALOR C/ BDI	PESO (%)					
		20,73%		1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES/TRANSPORTE	R\$ 476.173,17	6,27%	8,330%	8,330%	8,330%	8,330%	8,330%
				R\$ 39.665,23	R\$ 39.665,23	R\$ 39.665,23	R\$ 39.665,23	R\$ 39.665,23
2.0	MEIO-FIO	R\$ 2.320.870,00	30,57%	8,330%	8,330%	8,330%	8,330%	8,330%
				R\$ 193.328,47	R\$ 193.328,47	R\$ 193.328,47	R\$ 193.328,47	R\$ 193.328,47
3.0	PASSEIO E CICLOVIA	R\$ 4.795.611,50	63,16%	8,330%	8,330%	8,330%	8,330%	8,330%
				R\$ 399.474,44	R\$ 399.474,44	R\$ 399.474,44	R\$ 399.474,44	R\$ 399.474,44
TOTAL GERAL		R\$ 7.592.654,67	100,00%					
PERCENTUAL GLOBAL MENSAL				8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
PERCENTUAL GLOBAL ACUMULADO				8,33%	16,66%	24,99%	33,32%	41,65%
VALOR GLOBAL MENSAL				R\$ 632.468,13	R\$ 632.468,13	R\$ 632.468,13	R\$ 632.468,13	R\$ 632.468,13
VALOR GLOBAL ACUMULADO				R\$ 632.468,13	R\$ 1.264.936,27	R\$ 1.897.404,40	R\$ 2.529.872,54	R\$ 3.162.340,67

MESES						
6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
8,330%	8,330%	4,167%	4,167%	8,330%	8,330%	8,892%
R\$ 39.665,23	R\$ 39.665,23	R\$ 19.842,14	R\$ 19.842,14	R\$ 39.665,23	R\$ 39.665,23	R\$ 42.342,10
8,330%	8,330%	8,330%	8,330%	8,330%	8,330%	8,395%
R\$ 193.328,47	R\$ 193.328,47	R\$ 193.328,47	R\$ 193.328,47	R\$ 193.328,47	R\$ 193.328,47	R\$ 194.840,96
8,330%	8,330%	8,330%	8,330%	8,330%	8,330%	8,395%
R\$ 399.474,44	R\$ 399.474,44	R\$ 399.474,44	R\$ 399.474,44	R\$ 399.474,44	R\$ 399.474,44	R\$ 402.599,69
8,33%	8,33%	8,07%	8,07%	8,33%	8,33%	8,43%
49,98%	58,31%	66,38%	74,45%	82,78%	91,11%	99,53%
R\$ 632.468,13	R\$ 632.468,13	R\$ 612.645,04	R\$ 612.645,04	R\$ 632.468,13	R\$ 632.468,13	R\$ 639.782,76
R\$ 3.794.808,80	R\$ 4.427.276,94	R\$ 5.039.921,98	R\$ 5.652.567,03	R\$ 6.285.035,16	R\$ 6.917.503,30	R\$ 7.557.286,05

NOMECLA FONTE - DATA BASE

- A - GOINFRA OBRA CIVIL ONERADA - Composição - (06/2025)
AR- GOINFRA OBRAS RODOVIÁRIA ONERADA - Composição - (06/2025)
S - SINAPI ONERADA - Composição - (08/2025)

Composição Prefeitura Anápolis - (10/2025) - ONERADA

ONERADA

Data base: 01/04/2025

Serviço: MEIO FIO COM SARJETA - (BASE 45CM, ALTURA 23CM, SARJETA 30CM)

Unidade: m

(A)Equipamento	Código	Ut. Pr	Ut. Impr	Vi. Hr.	Vi. Hr. Imp	Consumo	Custo Horário
EXTRUSORA PARA MEIO FIO DE	30115	1,0000	0,0000	47,15	33,86	1,0000000	47,15
(A)Total:							47,15

(B)Mão-de-Obra	Código	Eq. Salarial	Sal/Hora	Encargos(%)	Consumo	Custo Horário
ENCARREGADO DE SERVIÇO	20002	12,72	27,99	120,08	0,2500000	6,99
PEDREIRO	20017	10,16	28,49	180,46	1,0000000	28,49
SERVENTE	20031	7,11	22,09	210,79	2,0000000	44,18
(B)Total:						79,66

(C)Itens de Incidência	Código	%	M. O.	Equip.	Mat.	Custo
(C)Total:						0.00

Custo Horário da Execução (A) + (B) + (C) 117,68

(D) Produção da Equipe 54,9400

(E) Custo Unitário da Execução [(A) + (B) + (C)] / (D) 2,31


(F)Materiais	Código	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário
				(F)Total:	0.00

(G)Serviços	Código	Unid.	Custo Unitário	Consumo	Custo Unitário
CONCRETO FCK=20 MPA P/ DRENAGEM	42838	m3	453,70	0,0593000	26,90
ESCAVAÇÃO MANUAL	47027	m3	67,10	0,0450000	3,02
				(G)Total:	29,92

(H)Itens de Transporte	Código Auxiliar	Unid.	Fórmula	X1	X2	X3	Custo	Consumo	Custo Unit.
(H)Total:									0.00

Custo Direto Total (E) + (F) + (G) + (H): 32,23

COMPOSIÇÃO	SERVIÇO					UNIDADE
P-587	PIGMENTO EM PÓ XADREZ (COR VERMELHA) PARA CONCRETO 1%					KG/M3
CÓD.	INSUMO	UNID.	CONSUMO	UNIT. MAT.	VALOR TOTAL	
IAM-5	SERVENTE	h	0,0833	20,12	1,68	
COTAÇÃO	PIGMENTO EM PÓ XADREZ VERMELHO CX250G	KG	0,2028	70,07	14,21	
REFERÊNCIA:	TOTAL GERAL					15,89


<div>Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente</div> <div><div>PREFEITURA DE ANÁPOLIS SEMPRE DO SEU LADO</div></div>	REVISÃO	00	OBRA: Execução de Micro drenagem - meio fio e outros serviços	AUTOR DO ORÇAMENTO Engº Civil - MAÍRA DE CARVALHO CREA 13.763/D-GO
			LOCAL: Diversas Vias do Município de Anápolis-GO	
			ART(Orçamento)nº 1020250255048; DATA: 28 DE AGOSTO DE 2025	
COTAÇÃO DE MERCADO				

← → ↺

amjmaterialisdeconstrucao.mercadoshops.com.br/MLB-3525684585-pigmento-xadrez-250g-em-po-diversas-cores-kit-c6-un-JM?attributes=Cores_vpp%3AVmVybWVsaG8%3D&picker=true&gad_source=4&gad_campaignid=21402213337&gbraid=0AAA...

☆ 🗂 👤 ⋮

FRETE GRÁTIS EM PRODUTOS SELECIONADOS



Buscar produtos, marcas e ofertas...

🛒

Casa, Móveis e Decoração

Construção

Ferramentas

Arte, Papelaria e Armarinho

Mais Categorias

Mais


Arte, Papelaria e Armarinho


Materiais Escolares

Pintura Artística

Pigmentos

Compartilhar





Novo

Pigmento Xadrez 250g
Em Pó Diversas Cores Kit
C/6 Un

R\$ 105¹⁰

3x R\$ 35⁰³ sem juros

[Ver os meios de pagamento](#)


Receba grátis entre domingo e
segunda-feira

[Mais informações de envio](#)

Retire grátis entre segunda-feira e
terça-feira em uma agência Mercado
Livre

[Ver no mapa](#)


Cores: Vermelho




Quantidade: 1 unidade (+50 dis...

Comprar agora

Outros produtos semelhantes



Corante Pigmento Pó Xadrez
250g Kit C/3 Varias Cores




2 X Pó Xadrez Corante
Pigmento 250g Varias Cores

Usamos cookies para melhorar sua experiência no Mercado Shops. Consulte mais informações na nossa [Central de privacidade](#).

Aceitar cookies

Configurar cookies



17:04
16/10/2025

COTAÇÃO DE MERCADO

O que você está procurando?

Ferreira Costa

Categorias Construção Móveis Ar e Ventilação Eletrodomésticos Ferramentas Automotivo Utilidades Domésticas Eletroportáteis Iluminação Inspire-se KIDS

Tintas E Químicos > Tintas > Tintas Em Pó > Pigmento Em Pó Vermelho 250g - Xadrez

Pigmento Em Pó Vermelho 250g - Xadrez

Vendido e entregue por **Ferreira Costa**

R\$ 22,90

em até 1x de R\$ 22,90 sem juros

[ver opções de pagamento](#)

Embalagem: **1 Pacote**

1 Pacote R\$ 22,90 R\$ 22,90 / cada	Caixa de 20 pt. R\$ 436,90 R\$ 21,84 / cada 4% OFF
--	--

Quantidade: ▼ 1 ▲ **1 Pacote**

Adicionar ao carrinho

Consultar prazo e valor do frete 50010-000 🔍

Retire na loja

Ferreira Costa e cookies: Este site armazena informações sobre a sua navegação na Internet para melhorar sua experiência e oferecer produtos e serviços mais adequados para você. Caso queira entender mais a respeito, leia a nossa Política de Privacidade.

Fechar

OBRA: Execução de Micro drenagem - meio fio e outros serviços	REVISÃO	00
LOCAL: Diversas Vias do Município de Anápolis-GO		
ART(Orçamento)nº 1020250255048;		
DATA: 28 DE AGOSTO DE 2025		

COMPOSIÇÃO DO BDI - ONERADO

$$BDI = \frac{(1 + B + G + H) \times (1 + C) \times (1 + A)}{(1 - D)} - 1$$

B-Administração Central	3,80%
G- Seguro e Garantia	0,32%
H-Risco	0,50%
C-Despesas Financeira	1,02%
A-Lucro	6,64%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
ISS	3,00%
CPRB (PREENCHER QDO SE ENQUADRAR =3,6%)	0,00%

BDI ADOTADO S/ CPRB

20,73%

1 Conforme Art. 89, inciso III, LEI COMPLEMENTAR Nº 136, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006 – Código Tributário e de Rendas do Município de Anápolis – CTRMA (Alterada pela Lei Complementar Nº 327/2014), para serviços relativos à engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres, estabelece a alíquota de 5% para ISSQN sobre 60% do valor da nota fiscal.

AUTOR DO ORÇAMENTO
Engº Civil - MAÍRA DE CARVALHO
CREA 13.763/D-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
THIAGO DE SÁ LIMA
Secretaria Municipal de Obras, Habitação,
Planejamento Urbano e Meio Ambiente



Documento assinado digitalmente
MAÍRA DE CARVALHO
Data: 24/10/2025 10:13:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MINUTA DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 01120.00003252/2025-81)

CONTRATO Nº XX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS E A EMPRESA _____, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO SOB DEMANDA DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO, RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DE MEIO-FIO SEM SARJETA, MEIO-FIO COM SARJETA, CALÇAMENTO, PASSEIO PÚBLICO E CICLOVIAS, BEM COMO SERVIÇOS CORRELATOS INDISPENSÁVEIS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA VIÁRIO E DA DRENAGEM PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS.

A Prefeitura de Anápolis-GO, por intermédio do(a) Secretaria Municipal de Administração, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030, na cidade de Anápolis – GO, inscrito(a) no CNPJ sob o nº. 01.067.479/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Senhor Prefeito MÁRCIO AURÉLIO CORRÊA, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 01120.00003252/2025-81 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº XXX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada, para execução sob demanda dos serviços de construção, recomposição e manutenção de meio-fio sem sarjeta, meio-fio com sarjeta, calçamento, passeio público e ciclovias, bem como serviços correlatos

indispensáveis à manutenção preventiva e corretiva do sistema viário e da drenagem pluvial do Município de Anápolis, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital de Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** contados da **publicação do extrato do contrato no Diário Municipal do Município de Anápolis**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, observados o disposto no art. 80, do Decreto Municipal nº 48.890/2023.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital e a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO

7.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, a pedido da Contratada, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de apresentação do orçamento estimado. O reajuste fica limitado à variação do INCC/FGV ou, na insubsistência deste, por outro índice que vier a substituí-lo, sem prejuízo da negociação pelo gestor com vistas à obtenção de condição mais vantajosa para a Administração, e nos termos do art. 75 a 79, do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

7.2. O prazo para resposta ao pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico – financeiro, será de 30 (trinta) dias.

7.3. No caso de atraso no pagamento, o valor devido será atualizado de acordo com a variação do IPCA/IBGE, desde a data final do período de inadimplemento até o pagamento efetivo, conforme a Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

- 8.4. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao material fornecido, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo
- 8.5. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 8.6. Cientificar o órgão de representação judicial da Diretoria jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.8. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.10. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua correção, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pelo CONTRATANTE;

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 9.2.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.2.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.2.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.2.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.3. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Apresentar os serviços acompanhados de todas as informações e documentações necessárias à sua plena compreensão e verificação.
- 9.5. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 9.6. Reparar, corrigir, refazer ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais em que se verificarem vícios, falhas ou incorreções decorrentes do transporte ou dos materiais e equipamentos empregados.
- 9.7. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.8. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 9.9. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças na forma de fornecimento e especificações e altere a qualidade dos produtos.
- 9.10. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.11. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.13. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.14. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.15. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA– OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- 10.2. A Contratada declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pela Contratante e aos quais tiver acesso em decorrência da execução do objeto.

10.3. A Contratada fica obrigada a comunicar à Prefeitura de Anápolis, em até 2 (dois) dias do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

10.4. A Contratada cooperará com a Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

10.5. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido no contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no item do Termo de Referência.

11.2. A empresa _____ prestará garantia através de _____.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12.1. O prazo de garantia e as responsabilidades por vícios e defeitos relativos aos serviços executados e aos materiais empregados observarão, no que couber, o disposto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo das disposições do Código Civil, da Lei nº 14.133/2021, das normas técnicas aplicáveis e das regras específicas previstas no Termo de Referência/Projeto Básico e no instrumento contratual.

12.2. A CONTRATADA compromete-se a realizar, sem ônus para a CONTRATANTE, a correção, recomposição, reparo ou substituição de quaisquer serviços e/ou materiais que apresentem não conformidade, vícios, falhas de execução, defeitos de desempenho ou divergência em relação às especificações técnicas, padrões de qualidade, critérios de medição e aceitação, respeitados os prazos legais, normativos e os definidos no ajuste, a contar da notificação formal da fiscalização.

12.3. A CONTRATADA deverá corrigir, às suas expensas, quaisquer erros, omissões, inconsistências ou inadequações que comprometam a qualidade, durabilidade, segurança, alinhamento, níveis, caimentos, acabamento e funcionalidade dos serviços (meio-fio com/sem sarjeta, calçadas/passeios, acessibilidade e ciclovias), incluindo a recomposição de trechos rejeitados em inspeções, medições ou ensaios, quando aplicáveis, sem prejuízo das demais penalidades e responsabilidades previstas no Termo de Referência e na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo ao edital e a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 14.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 14.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 14.5.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 14.5.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 14.5.3. Das indenizações e multas.
- 14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 14.7. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 14.7.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
 - 14.7.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 14.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125 da Lei 14.133/2021).

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.1. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral do Município de Anápolis, observadas as dotações próprias da Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente, bem como as demais fontes legalmente aplicáveis.

15.2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

15.2.1.1. Unidade Gestora: 210 - Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

15.2.1.2. Programa: 15.451.0902 - Urbanização.

15.2.1.3. Objetivo do Programa: Fortalecer o Município Através da Implementação de Obras de Infraestrutura Urbana.

15.2.1.4. 1032: Construção de Meios-Fios, Sarjetas e Calçadas.

15.3. Considerando tratar-se de contratação estruturada por Sistema de Registro de Preços (SRP), a Ata não gera obrigação imediata de contratação, sendo os empenhos realizados conforme a emissão de Ordens de Serviço e a efetiva necessidade da Administração, respeitada a disponibilidade orçamentária.

15.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, quando houver execução que ultrapasse o exercício corrente, será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA) e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento no instrumento contratual, nos termos da legislação aplicável, preservada a continuidade do atendimento às demandas por OS.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

15.5. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Anápolis-GO, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento contratual.

Anápolis, XX de XXXXXXXX de 2025.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO VII

Processo Administrativo nº 01120.00003252/2025-81

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Prefeitura Municipal de Anápolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiaí, Anápolis - GO, 75110-030, na cidade de Anápolis, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.067.479/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, nomeado(a) pela Portaria nº 528, de 29 de agosto de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 01120.00003252/2025-81, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 52.132, de 20 de agosto de 2025 do Município de anápolis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada, para execução sob demanda dos serviços de construção, recomposição e manutenção de meio-fio sem sarjeta, meio-fio com sarjeta, calçamento, passeio público e ciclovias, bem como serviços correlatos indispensáveis à manutenção preventiva e corretiva do sistema viário e da drenagem pluvial do Município de Anápolis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, do Pregão Eletrônico n.º xxxx/xxxx, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
------------------	---

X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos (art. 27, do Decreto Municipal nº 52.132/2025):

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os dispositivos constantes no Anexo V - Pesquisa de Preços do Decreto Municipal nº 48.980/2023 ou norma que venha a substituí-lo;

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.1.4. possibilidade de adesão prevista no edital.

4.2. É dispensável a realização prévia de pesquisa de mercado para adesão a atas de registro de preços do Município de Anápolis por órgão ou entidade da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Município de Anápolis, na qualidade de não participante, salvo quando se tratar do disposto no § 4º do art. 10 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes. § 2º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, § 3º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do § 8º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.11. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística, nos termos do § 9º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025..

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e no Diário Oficial do Município, prevalecendo o que ocorrer por último,, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, na forma de termo aditivo, desde que comprovado as condições e o preço vantajoso, conforme § 1 do artigo 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, nos termos do Art. 12 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços nos termos do parágrafo único do art. 22 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

5.5. A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

5.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

5.7.2. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.

5.7.3. Será incluído, na respectiva ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes condições:

5.7.3.1.o registro a que se refere o item anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas no item 5.7.4., nos incisos II, IV e V do art. 18, no inciso III do art. 19, e no art. 24, todos do Decreto Municipal nº 52.132/2025;

5.7.3.2.se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 5.7.3, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

5.7.3.3.a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

5.7.4. A recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços, inclusive de engenharia, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e no edital da licitação.

5.7.5. A recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.

5.7.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item 5.7.4, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.7.7. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

5.7.8. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura válida (física digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. O registro a que se refere o item 5.7.3.1. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.11. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.12. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.7.3.3. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.12.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.12.1. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.13. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.14. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.14.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração, conforme art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

5.15. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os

licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.16. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.16.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.16.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Conforme artigos 14, 15 e 16 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no inciso IV do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas.

6.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

6.6. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.7. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação, que supostamente impossibilite

o cumprimento das obrigações contidas na ata de registro de preços, e desde que atendidos os seguintes requisitos:

- 6.7.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
 - 6.7.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
 - 6.7.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 6.8. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 6.9. Se não houver prova efetiva da desatualização e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no edital.
- 6.10. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 6.11. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 6.12. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de sanções administrativas.
- 6.13. Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.
- 6.14. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata de registro de preços primeiramente no valor ofertado por estes e, caso não haja êxito na negociação, no máximo nas condições prevista no § 4º do Decreto Municipal nº 52.132/2025, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, nos termos do instrumento convocatório.

6.15. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Conforme artigo 21 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

8.2. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2.1. O remanejamento somente será feito:

8.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.3. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.2.4. Se o órgão gerenciador tiver estimado as quantidades que pretende contratar, este será considerado participante para fins do remanejamento.

8.2.5. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.

8.3. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades do Município de Anápolis e órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Conforme artigos 18, 19 e 20 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

9.2. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

9.2.1. for liberado;

9.2.2. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

- 9.2.3. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.2.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.2.5. sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou
- 9.2.6. não aceitar o preço revisado pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- 9.3.1. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- 9.3.2. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; ou
- 9.3.3. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.4. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.5. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital, conforme Decreto Municipal nº 48.980/2023.

- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço conforme inciso X do artigo 5º do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I AO EDITAL.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)



ANEXO DA ATA
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]					
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade